

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

VANESSA MEDEIROS CORNELI

**A PRAÇA NO CONTEXTO DE PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO DE
CAMPO MOURÃO - PR**

MARINGÁ

2013

VANESSA MEDEIROS CORNELI

**A PRAÇA NO CONTEXTO DE PEQUENAS CIDADES DA MICRORREGIÃO DE
CAMPO MOURÃO - PR**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Geografia, área de concentração: Análise Regional e Ambiental.

Orientador: **Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis**

Co-orientador: **Prof. Dr. Marcelo Galeazzi Caxambú.**

MARINGÁ

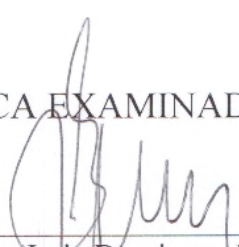
2013

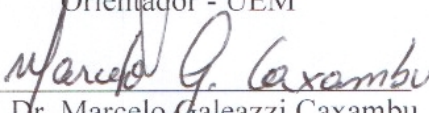
A PRAÇA NO CONTEXTO DE PEQUENAS CIDADES NA MICRORREGIÃO DE
CAMPO MOURÃO - PR

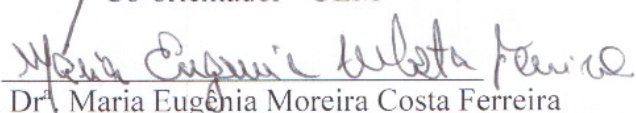
Tese de Doutorado apresentada a Universidade Estadual de
Maringá, para obtenção do grau de Doutor em Geografia,
área de concentração: Análise Regional e Ambiental, linha
de pesquisa Análise Ambiental

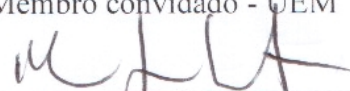
Aprovada em 03 de abril de 2013.

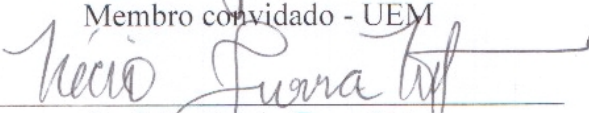
BANCA EXAMINADORA

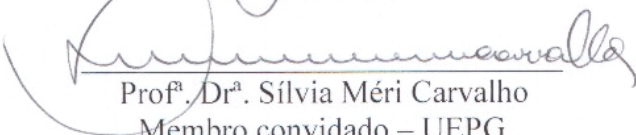

Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis
Orientador - UEM


Prof. Dr. Marcelo Galeazzi Caxambu
Co-orientador - UEM


Prof.^a. Dr.^a. Maria Eugênia Moreira Costa Ferreira
Membro convidado - UEM


Prof. Dr. Robinson Luiz Contiero
Membro convidado - UEM


Prof. Dr. Nécio Turra Neto
(membro convidado) – UNESP/PP


Prof.^a. Dr.^a. Sílvia Méri Carvalho
Membro convidado – UEPG

AGRADECIMENTOS

A Deus e a Nossa Senhora pela vida, pelo conforto e certeza de vitória nas horas em que o desespero e a angústia bateram.

Aos meus pais Carlinho e Naide, pelo amor incondicional, pelos esforços sem limites, ensinamentos e valores repassados.

Ao meu irmão Marcelo pelas orações e palavra amiga nos momentos turbulentos.

Ao meu esposo Rafael pelo amor, companheirismo e compreensão nos muitos meses de ausência; e ajuda nos trabalhos de campo.

Ao Professor Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis pelo conhecimento compartilhado e, sobretudo pela confiança depositada e relação de amizade construída.

Ao co-orientador Professor Dr. Marcelo Galeazzi Caxambú pela amizade, conhecimento compartilhado e disponibilidade em ajudar.

Ao Professor Dr. Generoso De Angelis Neto pela orientação no mestrado, indicação para o doutorado e contribuições para a pesquisa.

A ex-aluna e amiga Bruna Micheli de Carvalho pela dedicação desprendida e enorme contribuição nos trabalhos de campo.

A amiga Márcia Aparecida de Oliveira Seco pelo companheirismo e pela força em todos os momentos.

A amiga de Pós-Graduação Nadir Leandro Souza por compartilhar seus conhecimentos geográficos.

Aos Professores Dr^a. Cristiane Kreutz, Msc. Diogo Heron Macowski, Dr^a. Karina Querne de Carvalho Passig e Dr. Mauricio Menon, pelo auxílio nos procedimentos metodológicos e de diagramação da tese.

A Universidade Tecnológica Federal do Paraná, e a amiga Prof^a Dr^a. Cristiane Kreutz, por possibilitarem a dedicação exclusiva ao doutorado pelo período de 12 meses.

A Universidade Estadual de Maringá por possibilitar o desenvolvimento de minha dissertação de mestrado e tese de doutorado.

As Prefeituras Municipais de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, de maneira especial a Mayara Rodrigues, Lucas Brito, Anderson Charles, Arléto Rocha, Claudete Bandeira, Robson Badocco, D. Neuza Kodato e Karina Pereira Gimenez.

Aos alunos dos Colégios Estaduais Olavo Bilac, Quatorze de Dezembro, Padre Antonio Vieira, Princesa Isabel e do Curso Superior de Engenharia Ambiental da UTFPR, que auxiliaram na realização da enquete de opinião.

Aos pioneiros e demais cidadãos das cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão que gentilmente aceitaram participar das entrevistas e da enquete de opinião.

RESUMO

As praças são elementos comuns às cidades, independentemente do porte. No entanto os estudos contemporâneos que tratam da dinâmica dos espaços públicos apontam certo distanciamento das pessoas em relação a esses logradouros, ou seja, a função social das praças teria pouca expressividade. Isso pode ser justificado principalmente pelo surgimento de outras formas de lazer e espaços de sociabilização, tais como *shoppings centers*, e/ou pela falta de políticas públicas continuadas para manutenção/conservação desses logradouros. Todavia a maior parte destes trabalhos têm como referência os centros urbanos de médio e grande portes, não representando a condição peculiar das pequenas cidades. Assim, a praça tornou-se objeto de estudo na presente tese em uma parcela diferente do urbano, a das cidades de pequeno porte. A maioria dos municípios brasileiros, 70,4%, configura-se como pequenos, no Paraná essa proporção é ainda maior, pois 78,2% têm menos de 20.000 habitantes (IBGE, 2010). Por meio desses dados é possível notar o papel representativo e significativo dessas cidades no contexto nacional e também no Estado do Paraná. Embora a pesquisa científica voltada a essa parcela do urbano tem sido tratada de forma mais contundente nos últimos anos, seu cotidiano é ainda pouco explorado e conhecido pela ciência. Esta condição suscita interrogativas quanto à sua dinâmica e práticas socioespaciais desenvolvidas. Assim, a presente tese tem como objetivo apresentar os usos, funções e importância das praças nas pequenas cidades, ou seja, as formas de apropriação, as relações estabelecidas, entre os cidadãos e esse espaço público. Foram assumidas duas hipóteses: a) estes logradouros caracterizam-se como um lugar de encontro e sociabilização, contrariando o que ocorre nos médios e grandes centros; b) e mesmo em formas simplificadas – os *shoppings* não se fazem presentes - existem também espaços alternativos de lazer que concorrem com as praças nessas localidades. O estudo empírico tem como referência Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, três cidades da Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná, mais especificamente da Microrregião de Campo Mourão. Essas cidades apresentam características similares entre si em relação a sua origem, área territorial, época de emancipação, evolução e tamanho populacional. O ordenamento da pesquisa se deu a partir de revisão teórica sobre a temática em questão; caracterização histórico-social das três cidades envolvidas na análise; diagnóstico de 20 praças objetos da investigação - a partir de observações, levantamentos, entrevistas com pioneiros, conversas informais com cidadãos, usuários das praças e análise de documentos oficiais das cidades -; avaliação quantitativa e qualitativa de equipamentos, mobiliários e vegetação presentes nesses logradouros; análise dos referenciais toponímicos; e resultados de uma enquete de opinião realizada com 673 munícipes, sendo respectivamente 270 na cidade de Peabiru, 211 em Araruna e 192 em Engenheiro Beltrão. Como resultado da pesquisa conduzida, pode-se afirmar que as praças não são prioridade da gestão pública tendo em vista a precariedade em que muitas se encontram, fato que se agrava nos logradouros mais afastados da área central. A condição da vegetação também retrata a falta de planejamento na criação e gestão desses espaços, pois verificou-se ser comum a presença de espécies exóticas invasoras, com potencial de toxicidade, além de situações que não atendem às normas de segurança e acessibilidade. Todavia, mesmo em condições não ideais de apropriação as praças caracterizam-se como locais de encontro e sociabilização, uma vez que foi essa a principal

motivação apresentada pelos participantes da enquete quando questionados sobre os motivos que os levam a frequentar as praças da *urbe*, confirmando a primeira hipótese estabelecida. Essa constatação é também reforçada quando se analisam outros fatores tais como: o que os cidadãos mais gostam na praça que frequentam, uma vez que “as pessoas/a possibilidade do encontro” estão entre as respostas mais citadas; o período do dia em que costumam ir à praça, sendo o noturno o mais mencionado, ou seja, há a vinculação da praça enquanto espaço de lazer, destino nos momentos de folga, e não apenas um vazio na malha urbana; e o tempo que o usuário fica no logradouro, respondido de 1 a 3 horas pela maior parte (49,3%) das pessoas entrevistadas, confirmando o caráter de permanência e não apenas de passagem da praça. Enquanto *locus*, a praça central, característica marcante da identidade urbana de pequenas cidades, é ponto de referência para o cidadão, por ela transita, desfila o cotidiano da *urbe*, palco de tradicionais eventos da cidade. É no seu entorno que se localiza o principal comércio, os serviços mais importantes e os principais prédios públicos. A segunda hipótese, que prevê a existência de espaços alternativos de lazer que concorrem com as praças nas cidades de pequeno porte, também foi validada, pois a praça ocupa a quarta posição dos lugares que os cidadãos costumam frequentar nos seus momentos de folga na cidade de Engenheiro Beltrão, e a quinta posição nas cidades de Peabiru e Araruna, estando na sua frente locais como: casa de parentes e amigos, lanchonete/pizzaria, barzinhos, sorveteria e zona rural. Nessa pesquisa constatou-se a importância das praças nas pequenas cidades como espaço de sociabilização e, portanto estas devem ser geridas como tal, e não simplesmente serem adotadas medidas generalistas e seriadas, copiadas de centros maiores, pois a realidade e as formas de uso, apropriação e valor atribuído pelo cidadão a esses espaços são distintas. Infere-se que o afluxo da população às praças possa ser maximizado a partir de iniciativas de gestão que entendam e atendam as particularidades e dinâmica desse contexto urbano.

Palavras-chave: Espaços Públicos, Praças, Cidades, Lazer, Sociabilização.

ABSTRACT

The squares are elements common to the cities, regardless of the size. However contemporary studies dealing with the dynamics of public spaces point some distance from the people regarding to these sites, ie, the social function of the squares would have little expressiveness. This can be mainly explained by the appearance of other forms of leisure and socialization spaces, such as shopping malls, and/or by the lack of maintenance of public policies for conservation of these sites. However the most part of these studies have urban centers of medium and large size as reference, not representing the peculiar condition of the small municipalities. Thus, the square has become the object of study in this thesis in a different part of the urban, the one of the small municipalities. The most part of the Brazilian municipalities, 70.4%, is considered to be small, and this proportion is even higher in Parana state, because 78.2% have less than 20,000 inhabitants (IBGE, 2010). By these data it is possible to note the representative and meaningful role of these cities in the national context and also in the state of Paraná. Although scientific research related to this part of the urban has been treated intensely in the recent years, its daily routine is still little explored and known by the science. This condition raises interrogatives about their dynamics and socio-spatial practices developed. Thus, this thesis sought to present the uses, functions and importance of the squares in small municipalities, ie, the forms of ownership, the relationships established between the citizens and this public space. It was assumed two hypotheses: a) these public sites are characterized as a place of meeting and socializing, contradicting what occurs in medium and large centers; b) and even in simplified forms – shopping malls are not present - there are also alternative leisure spaces that compete with the squares in these localities. The empirical study has as reference Peabiru, Araruna and Engenheiro Beltrão, three municipalities of the Center-West Meso-region of Paraná State, specifically of the Micro-region of Campo Mourão. The municipalities present similar characteristics among themselves in relation to their origin, geographical area, period of emancipation, evolution and population size. The ordering of the research was taken from theoretical review about the relevant subject; historical-social characterization of the three cities involved in the analysis; diagnosis of 20 squares objects of research - from observations, surveys, interviews with pioneers, informal conversations with citizens, users of squares and analysis of official documents of the municipalities -; qualitative and quantitative evaluation of equipment, furniture and vegetation present in these public sites; analysis of toponimic referential; and results of an opinion survey, conducted with 673 citizens, being 270 in Peabiru, 211 in Araruna and 192 in Engenheiro Beltrão. As a result of the research, it can be stated that the squares are not the priority of the public management due to the precariousness in which many of them are found, a fact that becomes worse in public sites that are more distant from the central area. The vegetation condition also indicates the lack of planning in the creation and management of these spaces, because it was found to be common the presence of exotic invader species, with potential of toxicity, in addition to the situations that do not satisfy safety and accessibility standards. However, even in non-ideal conditions of appropriation, squares are characterized as venue and socialization places, since this was the main reason given by participants of the survey when asked about the reasons that lead them to attend the

squares of the *urbe*, confirming the first hypothesis established. This observation is also reinforced when considering other factors such as: what do the citizens most like in the square that frequent, once "people/the possibility of meeting" are among the most frequently cited responses; the period of the day that they usually go to the square, being the nocturnal one the most mentioned, ie, there is a link of the square as leisure space destination in free moments, and not only a void space in the urban area; and the period of time that the user stays on the public site, answered from 1 to 3 hours by the most part (49.3%) of the interviewed people, confirming the character of permanence and not only of passing through the square. As long as *locus*, the central square, a typical feature of the urban identity of small municipalities, is a referring point for the citizen who passes by it, stands the daily routine of the *urbe*, scene of traditional events of the city. It is in its surroundings in which is located the main commerce, the most important services and the major public buildings. The second hypothesis, which predicts the existence of alternative spaces of entertainment that compete with the squares in the small municipalities, was also validated because the square ranks the fourth place of the places that usually attend the citizens in their free time in Engenheiro Beltrão and the fifth place in Peabiru and Araruna, being overcome by places as: home of relatives and friends, snack bar/pizzeria, pubs, ice cream shop and countryside. In this study it was noticed the importance of the squares in small municipalities as a space of socialization and therefore they must be managed as such, and not simply be adopted serial and generalists measures, copied from larger urban centers, because the reality and ways of usage, appropriation and value attributed to these spaces by the citizen are distinct. It is inferred that the influx of the population to the squares can be maximized from management initiatives that understand and satisfy the peculiarities and dynamics of this urban context.

Keywords: Public Spaces, Squares, Municipalities, Leisure, Socialization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica do Estado do Paraná no Brasil, com destaque para os Municípios de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, e suas áreas urbanas. ...	25
Figura 2 – Mapa do Paraná, destacando-se a localização da Mesorregião Centro-Ocidental.	73
Figura 3 – Mapa da divisão Político-Administrativa da Mesorregião Centro-Ocidental.	74
Figura 4 – Mapa político e administrativo da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, destacando-se a década de instalação dos municípios.	78
Figura 5 – Mapa de localização do município de Peabiru situando-o no Estado do Paraná, com destaque para o traçado urbano.	81
Figura 6 – Mapa com representação das principais rotas do Caminho de Peabiru.	82
Figura 7 – Mapa de expansão da malha urbana de Peabiru.	85
Figura 8 – Mapa de localização das principais vias da cidade de Peabiru.	87
Figura 9 – Mapa de localização do município de Araruna situando-o no Estado do Paraná, com destaque para o traçado urbano.	88
Figura 10 – Mapa de expansão da malha urbana de Araruna.	92
Figura 11 – Mapa de localização das principais vias da cidade de Araruna.	93
Figura 12 – Mapa de localização do município de Engenheiro Beltrão situando-o no Estado do Paraná, com destaque para o traçado urbano.	95
Figura 13 – Mapa de expansão da malha urbana de Engenheiro Beltrão.	98
Figura 14 – Mapa de localização das principais vias da cidade de Engenheiro Beltrão.	99
Figura 15 – Década de criação das praças de Peabiru.	103
Figura 16 – Mapa de localização das praças de Peabiru.	104
Figura 17 – Praça Eleutério Galdino de Andrade: localização e ilustração.	105
Figura 18 – Aspecto geral da Praça da Igreja Matriz em 1953.	106
Figura 19 – Aspecto geral da Avenida Raposo Tavares e da rodoviária, nos anos 1950. ...	107
Figura 20 – Inauguração do Jardim Visconde de Guarapuava (1957).	108
Figura 21 – Aspecto geral do Jardim Visconde de Guarapuava no final dos anos de 1950.	108
Figura 22 – Aspecto geral da Praça Eleutério Galdino de Andrade antes da revitalização (1996).	110
Figura 23 – Aspecto geral da Praça Eleutério Galdino de Andrade.	111
Figura 24 – (A) Festa do Carneiro ao Vinho (08/2010); e (B) Evento dia do Desafio.	111

Figura 25 – Praça Silvio de Barros: localização e ilustração.	113
Figura 26 – Vista parcial da Praça Silvio de Barros no início dos anos 1980.....	114
Figura 27 – Praça sem denominação: localização e ilustração.....	115
Figura 28 – Década de criação das praças de Araruna.	117
Figura 29 – Mapa de localização das praças de Araruna.	117
Figura 30 – Praça Nossa Senhora do Rocio: localização e ilustração.	118
Figura 31 – Vista parcial da Praça Nossa Senhora do Rocio (1976).....	120
Figura 32 – Aspecto Geral da Praça Nossa Senhora do Rocio (1981), visualizando-se no canteiro elevado o que seria o monumento.	120
Figura 33 – Vista parcial da Praça Nossa Senhora do Rocio (1985).....	122
Figura 34 – Casa da Cultura – Praça Nossa Senhora do Rocio – Araruna.	123
Figura 35 – Vista parcial da Gruta Nossa Senhora do Rocio e da arara.....	124
Figura 36 – Parque infantil - Praça Nossa Senhora do Rocio.	124
Figura 37 – ATI - Praça Nossa Senhora do Rocio.....	125
Figura 38 – (A) Evento Dia do Desafio (2005); (B) Comemoração do 57º aniversário de Araruna.....	126
Figura 39 – Praça sem denominação nº 1: localização e ilustração.....	127
Figura 40 – Praça dos Funcionários (1992).....	129
Figura 41 – Praça dos Funcionários: localização e ilustração.....	129
Figura 42 – Praça Josefina Rorato: localização e ilustração.	131
Figura 43 – Praça sem denominação nº 2: localização e ilustração.....	133
Figura 44 – Década de criação das praças de Engenheiro Beltrão.....	134
Figura 45 – Mapa de localização das praças de Engenheiro Beltrão.....	135
Figura 46 – Praça Aldevino Santiago: localização e ilustração.	136
Figura 47 – Aspecto geral das obras que estabeleceram os limites da Praça Aldevino Santiago, no início dos anos 1960.	137
Figura 48 – Evento de inauguração da Praça Doutor Francisco Beltrão, 1962.....	141
Figura 49 – Praça Doutor Francisco Beltrão: localização e ilustração.	142
Figura 50 – Praça das Mães: localização e ilustração.....	143
Figura 51 – Praça José Bernardo da Silva: localização e ilustração.....	145
Figura 52 – Praça sem denominação nº 1: localização e ilustração.....	146
Figura 53 – Praça sem denominação nº 2: localização e ilustração.....	148
Figura 54 – Praça sem denominação nº 3: localização e ilustração.....	149

Figura 55 – Praça sem denominação nº 4: localização e ilustração.....	150
Figura 56 – Praça Joana Cavalcante de Melo: localização e ilustração.....	152
Figura 57 – Praça Padre Hélio José da Costa: localização e ilustração.	153
Figura 58 – Praça Phiolomena Semensato Falcão: localização e ilustração.	155
Figura 59 – Praça Maria de Jesus Nogueira Geron: localização e ilustração.....	157
Figura 60 – Representação evolutiva por década de criação das praças públicas das cidades de Peabiru (P), Araruna (A) e Engenheiro Beltrão (E).	164

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução populacional do município de Peabiru 1970 a 2010.....	84
Gráfico 2 – Evolução populacional do município de Araruna 1970 a 2010.....	91
Gráfico 3 – Evolução populacional do município de Engenheiro Beltrão 1970 a 2010.....	97
Gráfico 4 – Ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos nas praças de Peabiru.	168
Gráfico 5 – Avaliação qualitativa de mobiliário e/ou equipamentos ocorrentes nas praças de Peabiru.....	169
Gráfico 6 – Ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos nas praças de Araruna.	181
Gráfico 7 – Avaliação qualitativa de mobiliário e/ou equipamentos ocorrentes nas praças de Araruna.	182
Gráfico 8 – Área ocupada pelas praças de Engenheiro Beltrão, em m ²	193
Gráfico 9 – Ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos nas praças de Engenheiro Beltrão.....	199
Gráfico 10 – Avaliação qualitativa de mobiliário e/ou equipamentos ocorrentes nas praças de Engenheiro Beltrão.....	200
Gráfico 11 – Nível de ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos nas praças de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão em relação aos 22 itens propostos pela metodologia de De Angelis (2000).....	211
Gráfico 12 – Média geral do estado de conservação das 20 praças das cidades estudadas.	211
Gráfico 13 – Estado geral de conservação de mobiliário e/ou equipamentos ocorrentes nas 20 praças das cidades estudadas.	212
Gráfico 14 – Estado de conservação das praças de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.....	213
Gráfico 15 – Diagnóstico síntese qualiquantitativo das 20 praças localizadas nas cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, quanto ao índice de ocorrência e estado de conservação.....	214
Gráfico 16 – Locais frequentados pelo peabiruense nos dias de folga.	219
Gráfico 17 – Se frequenta praças nos dias de folga, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.	222
Gráfico 18 – Frequenta alguma praça de Peabiru, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.	222
Gráfico 19 - Locais frequentados pelo ararunense nos dias de folga.	237

Gráfico 20 – Se frequenta praças nos dias de folga, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.....	238
Gráfico 21 – Frequenta alguma praça de Araruna, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.....	239
Gráfico 22 – Locais frequentados pelo engenheiro-beltrense nos dias de folga.	254
Gráfico 23 – Se frequenta praças nos dias de folga, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.....	255
Gráfico 24 – Frequenta alguma praça de Engenheiro Beltrão , segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.....	256

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Relação das praças localizadas nas cidades paranaenses de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.	102
Tabela 2 – Relação de espécies vegetais da Praça Eleutério Galdino de Andrade - Peabiru. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	112
Tabela 3 – Relação de espécies vegetais da Praça Silvio de Barros – Peabiru. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	114
Tabela 4 – Relação de espécies vegetais da Praça sem denominação – Peabiru. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	116
Tabela 5 – Relação de espécies vegetais da Praça Nossa Senhora do Rocio Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	126
Tabela 6 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº1 – Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	128
Tabela 7 – Relação de espécies vegetais da Praça dos Funcionários – Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	130

- Tabela 8 – Relação de espécies vegetais da Praça Josefina Rorato Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 132
- Tabela 9 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº 2 - Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 134
- Tabela 10 – Relação de espécies vegetais da Praça Aldevino Santiago – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 140
- Tabela 11 – Relação de espécies vegetais da Praça Doutor Francisco Beltrão – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 142
- Tabela 12 – Relação de espécies vegetais da Praça das Mães – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 144
- Tabela 13 – Relação de espécies vegetais da Praça José Bernardo da Silva – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 145
- Tabela 14 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº 1 – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade

Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	147
Tabela 15 – Relação de espécies vegetais da Praça sem denominação nº 2 – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	148
Tabela 16 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº 3 – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	149
Tabela 17 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº 4 - Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	151
Tabela 18 – Relação de espécies vegetais da Praça Joana Cavalcante de Melo – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	152
Tabela 19 – Relação de espécies vegetais da Praça Padre Hélio José da Costa – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	154
Tabela 20 – Relação de espécies vegetais da Praça Philomena Semensato Falcão – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	156

- Tabela 21 – Relação de espécies vegetais da Praça Maria de Jesus Nogueira Geron – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 158
- Tabela 22 – Relação de espécies vegetais arbóreas das praças de Peabiru. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 177
- Tabela 23 – Relação de espécies vegetais arbóreas das praças de Araruna. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 190
- Tabela 24 – Relação de espécies vegetais frutíferas das praças de Araruna. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 190
- Tabela 25 – Relação de espécies de palmeiras das praças de Araruna. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 191
- Tabela 26 – Relação de espécies vegetais herbáceas das praças de Araruna. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher..... 191
- Tabela 27 – Distribuição quantitativa das espécies arbóreas encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da

Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	206
Tabela 28 – Distribuição quantitativa das espécies frutíferas encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N ^o); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	207
Tabela 29 – Distribuição quantitativa das espécies de palmeiras encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N ^o); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	207
Tabela 30 – Distribuição quantitativa das espécies arbustivas encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N ^o); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	208
Tabela 31 – Distribuição quantitativa das espécies herbáceas encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N ^o); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.....	208
Tabela 32 – Distribuição por faixas etárias da amostra e da população real de Peabiru.	216
Tabela 33 – Distribuição por nível de escolaridade da amostra e da população real de Peabiru.	217
Tabela 34 – Distribuição por faixas de rendas (número de salários mínimos) da amostra e da população real de Peabiru.....	218
Tabela 35 – Distribuição por faixas etárias da amostra e da população real de Araruna. ...	235
Tabela 36 – Distribuição por nível de escolaridade da amostra e da população real de Araruna.....	235
Tabela 37 – Distribuição por faixas de rendas (número de salários mínimos) da amostra e da população real de Araruna.	236

Tabela 38 – Distribuição por faixas etárias da amostra e da população real de Engenheiro Beltrão.....	251
Tabela 39 – Distribuição por nível de escolaridade da amostra e da população real de Engenheiro Beltrão.....	252
Tabela 40 – Distribuição por faixas de rendas (número de salários mínimos) da amostra e da população real de Engenheiro Beltrão.....	253

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formulário para avaliação quantitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes em praças.	30
Quadro 2 – Formulário para avaliação qualitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes em praças.	31
Quadro 3 – Formulário para enquete de opinião sobre praças.	36
Quadro 4 – Sinopse de informações sobre os municípios paranaenses de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.....	100
Quadro 5 – Sinopse dos resultados da enquete de opinião realizada com cidadãos das cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, sobre as praças da cidade.	274
Quadro 6 – Sinopse dos resultados da enquete de opinião realizada com cidadãos das cidades de Maringá, Ilha Solteira, Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, sobre as praças da cidade.	275

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
JUSTIFICATIVA	26
OBJETIVO GERAL	26
OBJETIVOS ESPECÍFICOS	26
QUESTÃO-PROBLEMA E HIPÓTESES	27
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	27
CAPÍTULO I – A CIDADE E A PRAÇA: UMA ANÁLISE TEÓRICA	38
1.1 A PRAÇA NO CONTEXTO HISTÓRICO.....	43
1.2 A PRAÇA BRASILEIRA.....	46
1.3 A PRAÇA, ESPAÇO DE LAZER E ÁREA VERDE URBANA.....	51
CAPÍTULO II – AS PEQUENAS CIDADES E AS PRAÇAS	58
2.1 CONCEITOS E DINÂMICA DAS PEQUENAS CIDADES	58
2.2 PEQUENAS CIDADES: DESAFIOS E OPORTUNIDADES	63
2.3 PEQUENAS CIDADES E PRAÇAS	69
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS	73
3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA.....	73
3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO	75
3.3 O MUNICÍPIO DE PEABIRU	80
3.4 O MUNICÍPIO DE ARARUNA.....	88
3.5 O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO	94
CAPÍTULO IV - AS PRAÇAS DE PEABIRU, ARARUNA E ENGENHEIRO BELTRÃO	102
4.1 AS PRAÇAS DE PEABIRU.....	103
4.1.1 Praça Eleutério Galdino de Andrade	104
4.1.2 Praça Silvio de Barros.....	112
4.1.3 Praça sem denominação	115
4.2 AS PRAÇAS DE ARARUNA	116
4.2.1 Praça Nossa Senhora do Rocio.....	118
4.2.2 Praça sem denominação nº 1	127
4.2.3 Praça dos Funcionários	128
4.2.4 Praça Josefina Rorato.....	131

4.2.5 Praça sem denominação nº 2.....	132
4.3 AS PRAÇAS DE ENGENHEIRO BELTRÃO.....	134
4.3.1 Praça Aldevino Santiago.....	135
4.3.2 Praça Doutor Francisco Beltrão.....	141
4.3.3 Praça das Mães.....	143
4.3.4 Praça José Bernardo da Silva.....	144
4.3.5 Praça sem denominação nº 1.....	146
4.3.6 Praça sem denominação nº 2.....	147
4.3.7 Praça sem denominação nº 3.....	148
4.3.8 Praça sem denominação nº 4.....	150
4.3.9 Praça Joana Cavalcante de Melo.....	151
4.3.10 Praça Padre Hélio José da Costa.....	152
4.3.11 Praça Philomena Semensato Falcão.....	154
4.3.12 Praça Maria de Jesus Nogueira Geron.....	156
4.4 REFERENCIAIS TOPONÍMICOS.....	159
4.4.1 Referenciais toponímicos das praças de Peabiru.....	160
4.4.2 Referenciais toponímicos das praças de Araruna.....	161
4.4.3 Referenciais toponímicos das praças de Engenheiro Beltrão.....	161
CAPÍTULO V - AVALIAÇÃO QUALIQUANTITATIVA.....	165
5.1 PRAÇAS DE PEABIRU.....	165
5.1.1 Levantamento da vegetação presente nas praças de Peabiru.....	176
5.2 PRAÇAS DE ARARUNA.....	179
5.2.1 Levantamento da vegetação presente nas praças de Araruna.....	189
5.3 PRAÇAS DE ENGENHEIRO BELTRÃO.....	192
5.3.1 Levantamento da vegetação presente nas praças de Engenheiro Beltrão.....	206
CAPÍTULO VI – A ENQUETE DE OPINIÃO.....	216
6.1 A ENQUETE EM PEABIRU.....	216
6.2 A ENQUETE EM ARARUNA.....	234
6.3 A ENQUETE EM ENGENHEIRO BELTRÃO.....	251
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	279
REFERÊNCIAS.....	282
APÊNDICE A - Formulário com roteiro de entrevista aplicado aos pioneiros das cidades.....	296

APÊNDICE B - Representação gráfica das praças de Peabiru.....	297
APÊNDICE C - Representação gráfica das praças de Araruna.	299
APÊNDICE D - Representação gráfica das praças de Engenheiro Beltrão	302

INTRODUÇÃO

As praças fazem parte da dinâmica urbana, estão presentes em todas as cidades, dos grandes aos pequenos centros. Definidas como espaços livres, democráticas, públicas e, em algumas abordagens, como parte integrante do verde urbano, elas foram por tempos o local das principais manifestações sociais, políticas e religiosas. Hoje, no entanto, elas parecem não ostentar mais tal *status*, seja pela falta de políticas públicas continuadas para a manutenção desses logradouros, seja pelo surgimento de outros atrativos, pela violência urbana ou pela própria dinâmica evolutiva e de transformação da *urbe*.

A cidade, como apresenta Carlos (2005, p. 26): “[...] é um modo de viver, pensar, mas também sentir. O modo de vida urbano produz ideias, comportamentos, valores, conhecimentos, formas de lazer, e também uma cultura”. Em meio a essa dinamicidade evidencia-se, ainda de forma mais acentuada nos grandes centros, o estabelecimento de um ritmo de vida acelerado que faz com que as relações sejam cada vez mais objetivas, menos intimistas e humanizadas.

Atrrelados à questão comportamental aparecem a estrutura urbana e, por conseguinte, os espaços públicos, entre eles as praças. Segundo Caldeira (2007, p. 188), na cidade moderna “a praça assume o papel de lugar de passagem, *carrefour* [cruzamento], entroncamento. A sua função tradicional de ponto de encontro, centro vital da vida urbana e nó estruturador da cidade, é substituída por alternativas que incentivam a produção de espaços vazios”.

Não sendo mais o espaço público o local destinado ao encontro, esses momentos de sociabilização passam a ocorrer em outros ambientes – os espaços privados, entre eles *shoppings*, clubes, bares, restaurantes e danceterias.

Nas grandes cidades, os espaços públicos abertos, ruas e praças principalmente, são espaços residuais [...] onde predomina a insegurança, a falta de limpeza e manutenção, onde parecem ausentes a apropriação e a identificação do usuário. Os espaços públicos [...] tem se retraído [...]. Por outro lado, a função principal destes espaços, “a reunião e o encontro” transferiu-se para os espaços fechados de administração privada [...] (GONZÁLEZ; URDANETA, 2003, p. 84). [tradução nossa].

O aspecto violência urbana também contribui para que os momentos de lazer e de vida social migrem para os espaços fechados.

Depois da casa, os lugares mais seguros são os *shopping centers* que procuram na sua artificialidade recriar a vida exterior, simulando ruas, praças, alamedas, bulevares, implantando praças de alimentação e outros equipamentos de lazer como

cinemas, discotecas, parques de diversão, circos, pistas de patinação, exibindo *shows*, desfiles de moda, exposições de artes, só para citar alguns. Longe de resgatar a vida social tradicional dos antigos bairros, as relações são impessoais, garantido o anonimato, tão afeito ao individualismo pós-moderno (RODRIGUES, 1996, p. 77).

Distintas fontes trazem essa abordagem de que a praça não se configura mais como um local de encontro e de convívio social. No entanto, tais argumentações têm, em geral, como referência a dinâmica dos médios e grandes centros urbanos. A título de exemplo entre as principais obras que tomam a praça como objeto de estudo, destaca-se o trabalho desenvolvido por De Angelis (2000) que, em sua tese de doutoramento, estuda as 99 praças da cidade de Maringá-PR; a obra de Robba e Macedo (2002), na qual os autores, a partir do estudo de praças de 17 cidades brasileiras (a exceção de Campinas, as demais são capitais), apresentam um panorama da história, evolução, formas e usos desses espaços públicos; o desenvolvido por Caldeira (2007), em cujo trabalho investiga-se a trajetória da praça brasileira e aborda-se o conceito de praça que aparece idealizado no projeto do Plano Piloto de Brasília; e o de Alex (2008) no qual o autor toma como objeto de estudo empírico seis praças da cidade de São Paulo, analisando-as sob a perspectiva do uso; ou seja, todas as referências citadas têm como cenário médias ou grandes cidades.

Diante do contexto exposto, objetiva-se nesta tese, a partir de observações, levantamentos e entrevistas com cidadãos, estudar como se apresenta essa dinâmica nas pequenas cidades, descortinar a relação entre essa significativa parcela da população e o espaço público da praça. Concorda-se com Endlich (2009a, p. 30) quando a autora apresenta que:

Não contemplar as pequenas cidades é esquecer uma parte da realidade urbana. Não se deixa apenas de estudar uma parte concreta da espacialidade brasileira; esta falta de estudo também compromete uma compreensão mais ampla da rede urbana, até mesmo das questões tratadas no domínio dos centros urbanos maiores, bem como das possibilidades de intervenção.

A pesquisa científica voltada às pequenas cidades tem sido tratada de forma mais contundente nos últimos anos, todavia o seu cotidiano ainda é algo pouco explorado e conhecido pela ciência. Essa condição suscita interrogativas quanto à sua dinâmica e práticas socioespaciais desenvolvidas.

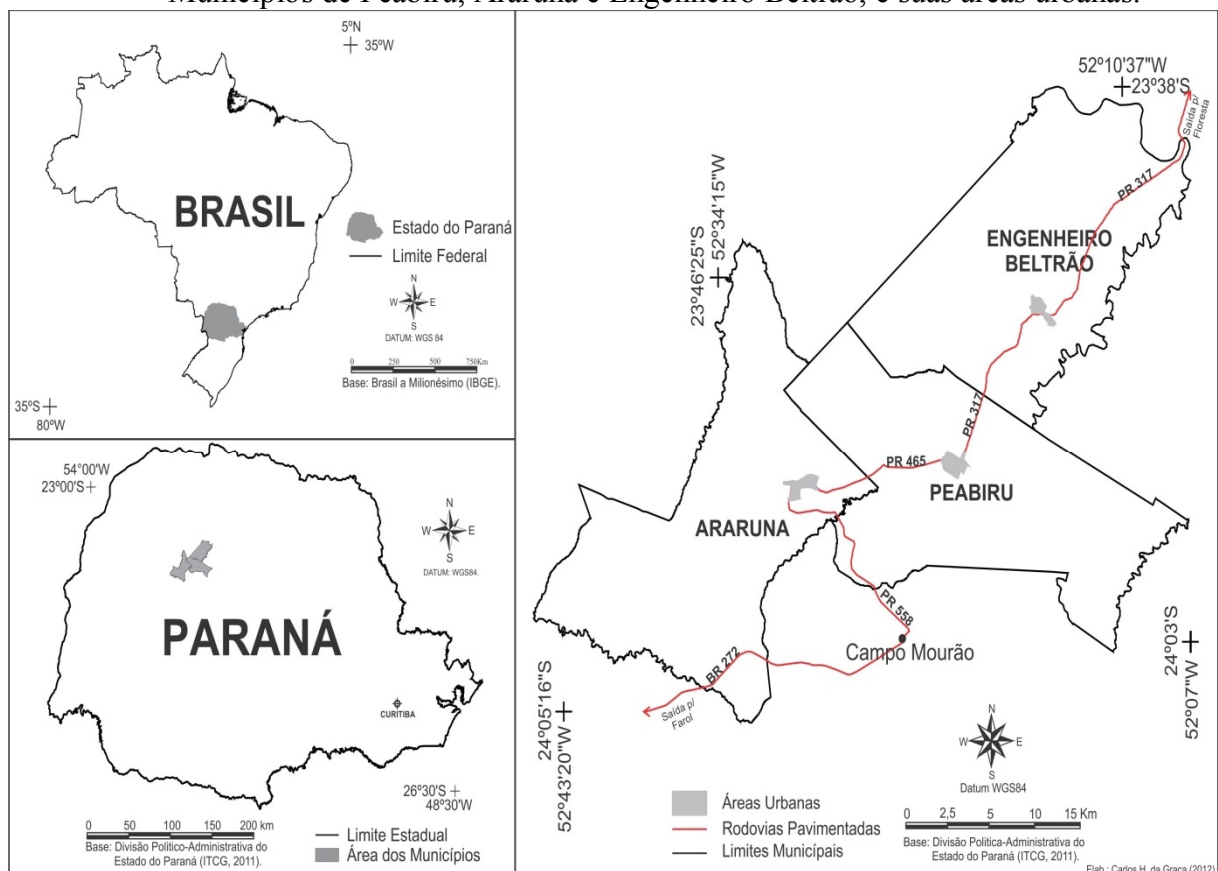
Será que o vermelho-amarelo-verde [semáforo] também marca o ritmo da vida de uma pequena cidade [...]? Será que cidadãos de uma pequena ou mesmo média cidade apresentam o andar apressado, o olhar distante e frio e carregam na mente o pensamento de chegar “correndo” a algum lugar? Por outro lado, será que aí o

indivíduo se perde na multidão e se sente livre para fazer o que quiser? (CARLOS, 2005, p. 20).

São dúvidas como as apresentadas por Carlos (2005) que instigam esta pesquisa. Como seria a relação das pessoas com os seus espaços públicos – praças – em cidades pequenas, onde muito provavelmente a função de circulação não seja tão expressiva, onde as pessoas se conhecem e os *shoppings centers* não existem?

A fim de entender a relação dos habitantes das pequenas cidades com as suas praças, e estas na dinâmica urbana, elegeu-se estudar as praças de três cidades da Mesorregião Centro-Occidental do Estado do Paraná, mais especificamente pertencentes à Microrregião de Campo Mourão, sendo elas: Peabiru (13.622 hab.), Araruna (13.424 hab.) e Engenheiro Beltrão (13.906 hab.), por se caracterizarem como pequenas cidades, estarem localizadas em um mesmo contexto microrregional e apresentarem entre si características similares em relação a sua origem, área territorial, época de emancipação, evolução e tamanho populacional (Figura 1).

Figura 1 – Localização geográfica do Estado do Paraná no Brasil, com destaque para os Municípios de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, e suas áreas urbanas.



Fonte: Bases: IBGE (2011); ITCG (2011) - Org.: Carlos Henrique da Graça (2012).

A partir de levantamentos quali-quantitativos, observações de campo e entrevistas com cidadãos, motiva-se saber quais são as formas de apropriação, as relações estabelecidas, enfim, o *status* ocupado pelas praças nesse contexto urbano.

JUSTIFICATIVA

O estudo da praça em pequenas cidades, à luz da Geografia, justifica-se por ser esse espaço cenário da vida social, em meio ao qual transita e efetiva-se o cotidiano dos cidadãos. Ou seja, é conteúdo da relação entre a dimensão física e humana, tendo o espaço público como *locus*.

A representatividade das pequenas cidades também é fator determinante, a maior parte dos municípios brasileiros, 70,4%, tem população inferior a 20.000 habitantes¹; no Paraná essa proporção é ainda maior, 78,2% dos municípios configuram-se como pequenos (IBGE, 2010a). Por meio desses dados evidencia-se o quanto as pequenas cidades são representativas e significativas no contexto nacional e também no Estado do Paraná.

OBJETIVO GERAL

A presente pesquisa tem por objetivo analisar as relações estabelecidas entre a população e as praças de três pequenas cidades do interior do Paraná – Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão – por meio da caracterização e avaliação quali-quantitativa desses espaços na dinâmica urbana.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Caracterizar as praças das cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão por meio de levantamento quali-quantitativo de equipamentos, mobiliários e vegetação.
- b) Avaliar quali-quantitativamente a infraestrutura e a vegetação desses logradouros.
- c) Classificar os referenciais toponímicos das praças.
- d) Identificar os usos, funções e importância atribuída às praças nas pequenas cidades.

¹ Nessa pesquisa considerar-se-á como pequenas cidades aquelas que têm população de até 20.000 habitantes. No Capítulo II é apresentada uma discussão quanto ao conceito de pequenas cidades.

QUESTÃO-PROBLEMA E HIPÓTESES

Em geral os estudos que tratam da dinâmica dos espaços públicos apontam certo distanciamento das pessoas em relação a esses logradouros, principalmente quando se referem às praças. No entanto, na sua maioria, são trabalhos que tomam como referência os centros urbanos de médio e grande portes, assim, na presente tese tomar-se-á o objeto de estudo – a praça – em uma parcela diferente do urbano, a das pequenas cidades.

Dessa forma, a questão que norteia a pesquisa é: Quais são os usos, funções e importância das praças nas pequenas cidades?

Na busca de resposta ao questionamento apresentado, delinear-se-á duas hipóteses: (a) Na realidade das pequenas cidades a praça se configura como local de encontro e sociabilização. (b) Mesmo em formas simplificadas, existem nas pequenas cidades espaços alternativos de lazer que concorrem com as praças.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Estruturou-se metodologicamente esta pesquisa tendo como referenciais o homem e o espaço físico. Como preconizado por Corrêa (2000, p. 28) “[...] o objeto da Geografia é [...] a sociedade, e a Geografia viabiliza o seu estudo pela sua organização espacial”, ou seja, é a relação entre a dimensão física e humana enquanto dependentes e condicionantes entre si - o *locus* praça e o sujeito homem.

Nesse contexto, Gomes (2006, p. 172) apresenta que o espaço público não pode existir sem uma dimensão física:

[...] o arranjo físico das coisas é um agente ativo na realização de determinadas ações sociais, e essa ordem espacial é concebida como uma condição para que essas ações se produzam. Isso quer dizer que as práticas sociais são, em certa medida, dependentes de uma dada distribuição ou arrumação das coisas no espaço.

Assim, nesta tese, buscar-se-á a compreensão das praças tomando o homem como referência, considerando que ele tende a usar o espaço conforme suas necessidades e aspirações, não se afastando, porém, do estudo das estruturas que a compõem, pois essas proporcionam o desenvolver da atividade humana nesses espaços.

A vida é sinônimo de relações sociais, e estas não são possíveis sem a materialidade [...]. [...] a materialidade construída vai ser fonte de relações sociais, que também se dão por intermédio dos objetos. [...] A sociedade existe com os objetos, é com estes que se torna concreta (SANTOS, 1994a, p. 71).

Adotaram-se os elementos de análise propostos por Santos (1985): forma, função, estrutura e processo, por entender-se que o espaço se constitui da associação entre as estruturas físicas e as relações humanas.

[...] o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. O espaço impõe sua própria realidade; por isso a sociedade não pode operar fora dele. Consequentemente, para estudar o espaço, cumpre apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e específica as noções de forma, função e estrutura, elementos fundamentais para a nossa compreensão da produção de espaço (SANTOS, 1985, p. 49).

O autor atribui as seguintes definições para as categorias forma, função, estrutura e processo:

“Forma é o aspecto visível de uma coisa. [...] Cada forma sobre a paisagem é criada como resposta a certas necessidades ou funções do presente” (SANTOS, 1985, p. 50-54). A função é o desígnio à que se destina a forma, ou seja, “[...] é a atividade elementar de que a forma se revete” (SANTOS, 1985, p. 51).

Forma e função não podem estar dissociadas de outro elemento de significativa importância na organização do espaço: a estrutura, a qual está relacionada com aspectos socioeconômicos da sociedade, sendo estes determinantes ao valor dado às formas (SANTOS, 1985). Por isso, é preciso compreender a estrutura social e econômica de cada período histórico para que se entenda a dinâmica da forma e as funções a ela atribuídas.

O processo está relacionado à questão de mudanças, seja no valor e/ou nas funções atribuídas às formas, sendo o tempo a variável que coordena essa metamorfose. “[...] o tempo (processo) é uma propriedade fundamental na relação entre forma, função estrutura, pois é ele que indica o movimento do passado ao presente” (SANTOS, 1985, p. 54).

A partir desses quatro elementos de análise propostos por Santos (1985) visualizam-se as praças, enquanto espaços urbanos para os quais, através dos tempos, em meio aos anseios e necessidades da sociedade, já foram estabelecidas as mais variadas formas e funções.

O desenvolver desta tese se deu a partir de trabalho de revisão teórica, levantamento de dados em campo, o qual se caracterizou por diagnósticos, observações e conversas *in loco*,

levantamento de informações em órgãos públicos, entrevista com pioneiros e enquete de opinião com a população.

Para a avaliação qualiquantitativa de equipamentos², mobiliário³ e vegetação presentes nas praças de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, fez-se uso da metodologia proposta por De Angelis (2000), a qual prevê a utilização de dois formulários semiestruturados.

No primeiro formulário, de caráter quantitativo, registrou-se o nome da praça, a localização, sua forma (quadrangular, circular, retangular, triangular, ou outra), área ocupada (m²), tipologia (significação simbólica, significação visual, circulação ou recreação), entorno (comercial, residencial ou misto) e mais 22 itens, para os quais se verificou a existência, ou não, do mobiliário e/ou equipamento na praça e a respectiva quantidade (Quadro 1).

Para cada logradouro verificou-se presença, ou não, e quantidade de: bancos; luminárias; lixeiras; sanitários; telefone público; bebedouro; caminhos; palco/coreto; obra de arte; espelho d'água/chafariz; estacionamento; ponto de ônibus; ponto de táxi; quadra esportiva; estrutura para a prática de exercícios físicos; estrutura para terceira idade; parque infantil; banca de revista; quiosque de alimentação ou similar; identificação do logradouro; edificação institucional e templo religioso.

Após a avaliação quantitativa das estruturas presentes nas praças de cada cidade, classificou-se o nível de ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos presentes nesses logradouros utilizando-se dos intervalos de classificação propostos por Freire (2012): aqueles equipamentos e/ou mobiliários registrados em 70 a 100% das praças, ou seja, na maioria dos logradouros foram qualificados como de alta ocorrência; os existentes em uma quantidade intermediária de praças, 35 a 69%, como de média ocorrência; os registrados apenas em algumas praças, 1 a 34% dos logradouros, como sendo de baixa ocorrência; e quando não registrados em nenhum dos logradouros, como inexistentes.

Para o enquadramento de tipologia considerou-se o caráter funcional predominante na praça, dessa forma fez-se uso da proposta de classificação apresentada por Matas Colom, Necochea Vergara e Balbontín Vicuña (1983), na qual os autores qualificam os logradouros em quatro categorias: de significação simbólica, um marco urbano que se recorda com

² Equipamento urbano: "Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública, destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados" (ABNT NBR 9050:2004, p. 3).

³ Mobiliário urbano: "Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantados mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados" (ABNT NBR 9050:2004, p. 3).

claridade, quase sempre de desenho monumental e se relaciona com algum acontecimento de importância nacional; de significação visual, é aquela que não se recorda por si, senão pelo monumento ou edificação, geralmente pública, que a define e ao qual ela está subordinada; de circulação, aquela que devido a sua localização, converte-se em lugar de passagem obrigatória de veículos e/ou pedestres; e recreativa aquela que se reconhece pelo desenvolvimento de atividades de entretenimento, passeio ou encontro.

Quanto ao entorno, esse foi definido a partir da observação das edificações que circundam a praça em estudo, podendo ser classificado como comercial, residencial, e/ou misto. Comercial quando predomina no entorno atividades comerciais; Residencial quando predomina no entorno edificações residências; Misto quando há no entorno tanto comércio como residências.

Quadro 1 – Formulário para avaliação quantitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes em praças.


		UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ Programa de Pós-Graduação em Geografia		
NOME DA PRAÇA: _____ LOCALIZAÇÃO: _____ ÁREA (m ²) _____ TIPOLOGIA: _____ ENTORNO: _____ () Quadrangular () Circular () Retangular () Triangular () Outra				
EQUIPAMENTOS e/ou MOBILIÁRIO	Sim	Não	Quantidade	
1. Bancos - material:				
2. Luminária: alta () - rebaixada ()				
3. Lixeiras				
4. Sanitários				
5. Telefone público				
6. Bebedouros				
7. Caminhos - material:				
8. Palco/coreto				
9. Obra de arte: Monumento () – estátua () – busto ()				
10. Espelho d'água/chafariz				
11. Estacionamento				
12. Ponto de ônibus				
13. Ponto de táxi				
14. Quadra esportiva				
15. Estrutura para prática de exercícios físicos				
16. Estrutura para terceira idade				
17. Parque infantil				
18. Banca de revista				
19. Quiosque de alimentação ou similar				
20. Identificação do logradouro				
21. Edificação institucional				
22. Templo religioso				

Fonte: De Angelis (2000).

O formulário 2, composto por 26 itens, teve por objetivo avaliar a qualidade e estado de conservação das estruturas presentes no logradouro (Quadro 2). Sendo a avaliação de cada item estabelecida por quatro conceitos, sendo eles: péssimo, regular, bom e ótimo. Assim, em uma escala de 0,0 (zero) a 4,0 (quatro) definiu-se: 0 —| 1,0 ↔ péssimo; 1,0 —| 2,0 ↔ regular; 2,0 —| 3,0 ↔ bom; 3,0 — 4,0 ↔ ótimo.

Após a avaliação qualitativa de cada praça, calculou-se a média aritmética simples, da qual se obteve uma nota final e, conseqüentemente, um conceito que permitiu classificá-la nos diferentes estados de conservação.

Quadro 2 – Formulário para avaliação qualitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes em praças.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ	
	
Programa de Pós-graduação em Geografia	
NOME DA PRAÇA: _____	
LOCALIZAÇÃO: _____ BAIRRO: _____	
() Quadrangular () Circular () Retangular () Outra: _____	
ITENS AVALIADOS	NOTA
1. Bancos	
2. Luminária alta	
3. Luminária rebaixada	
4. Lixeiras	
5. Sanitários	
6. Telefone público	
7. Bebedouro	
8. Piso	
9. Traçado dos caminhos	
10. Palco/coreto	
11. Obra de arte: Monumento () estátua() busto()	
12. Espelho d'água/chafariz	
13. Estacionamento	
14. Ponto de ônibus	
15. Ponto de táxi	
16. Quadra esportiva	
17. Estrutura para prática de exercícios físicos	
18. Estrutura para terceira idade	
19. Parque infantil	
20. Banca de revista	
21. Quiosque de alimentação ou similar	
22. Vegetação	
23. Paisagismo	
24. Localização	
25. Conservação	
26. Segurança	

Fonte: De Angelis (2000).

A fim de evitar que um mesmo item seja avaliado de maneira distinta em diferentes praças, a metodologia de De Angelis (2000) estabelece parâmetros fixos de avaliação, conforme descrito a seguir:

- Bancos: estado de conservação; material empregado em sua confecção; conforto; locação ao longo dos caminhos - se recuados ou não; distribuição espacial - se em áreas sombreadas ou não; *design*; quantidade.
- Luminária alta: tipo; localização; conservação; atendimento ao objetivo precípuo.
- Luminária rebaixada: tipo; localização; conservação; atendimento ao objetivo precípuo.
- Lixeiras: tipo; quantidade; localização; funcionalidade; material empregado; conservação.
- Sanitários: condições de uso; conservação; quantidade.
- Telefone público: localização - na praça, próximo ou distante de; conservação.
- Bebedouros: tipo; quantidade; condições de uso; conservação.
- Piso: material empregado; funcionalidade e segurança; conservação.
- Traçado dos caminhos: funcionalidade; largura; manutenção; desenho.
- Palco/coreto: funcionalidade; conservação; *design*; uso - frequente, esporádico, sem uso; se compatível com o desenho da praça.
- Obra de arte (monumento/estátua/busto): significância da obra de arte; conservação; inserção no conjunto da praça.
- Espelho d'água/chafariz: em funcionamento; se inserido ou não no contexto da praça; conservação.
- Estacionamento: conservação; sombreamento; segurança.
- Ponto de ônibus: se na praça, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo; conservação.
- Ponto de táxi: se na praça, próximo ou distante de; presença ou não de abrigo; conservação.
- Quadra esportiva: quantidade; conservação; material empregado; com iluminação; cercada.
- Estrutura para prática de exercícios físicos: tipo e quantidade; material empregado; conservação.
- Estrutura para terceira idade: estruturas existentes; conservação.
- Parque infantil: brinquedos que o compõem; material empregado e cor; se em área reservada e protegida; conservação.
- Banca de revista: localização - periférica ou central, em evidência ou não; material empregado em sua construção; *design*; estética - se compatível com a praça.

- Quiosque para alimentação e/ou similar: tipo - trailer, carrinho, construção em alvenaria,... -; higiene; estética; localização.
- Vegetação: estado geral; manutenção.
- Paisagismo: escolha e locação das diferentes espécies; criatividade; inserção do verde no conjunto.
- Localização: se próximo ou distante de centros habitados; facilidade de acesso.
- Conservação: estado geral da praça - equipamentos, estruturas, varrição, limpeza.
- Segurança: em função da localização, frequência de pessoas, policiamento e conservação.

Também foram quantificadas e identificadas as espécies vegetais arbóreas, frutíferas, arvoretas, palmeiras, arbustivas e herbáceas de cada um dos logradouros, sendo consideradas: arbórea: planta que forma fuste/tronco; frutífera: planta que fornece fruto comestível aos seres humanos; arvoreta: planta que forma fuste e quando adulta chega a altura máxima de 5 m; palmeira: planta dotada de estipe; arbustiva: planta lenhosa com até 5 m de altura que forme eventualmente um ou mais galhos lenhosos sem fuste; herbácea: planta não lenhosa ou sublenhosa. Para a identificação foram coletadas amostras de cada espécie, preferencialmente com frutos e/ou flores, as quais foram levadas ao Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (HCF)⁴ – Campus de Campo Mourão - para serem identificadas pelo curador e professor da referida instituição, Dr. Marcelo Galeazzi Caxambú⁵.

A partir de levantamentos realizados com pioneiros, cartorários, representantes da administração municipal, moradores do entorno dos logradouros e materiais bibliográficos, classificou-se os topônimos das praças em estudo. As categorias referenciais utilizadas foram três, as quais são apresentadas por Fernandes (1941) e Dick (1996).

a) Referencial Hierotoponímico ou Hagioponímico – estudos dos nomes sagrados, de origem religiosa.

b) Referencial Historio-Sociotoponímico – estudo dos nomes, fatos e datas de caráter social e/ou histórico.

⁴ Dentro da medida do possível, todas as plantas coletadas foram armazenadas permanentemente no acervo do Herbário HCF, entretanto, plantas sem material fértil foram identificadas e foram referenciadas neste trabalho, a um número de voucher pré-existente para a espécie.

⁵ O sistema de classificação adotado foi o APG III (APG, 2009); Lista de Espécies da Flora do Brasil (2013) e IPNI (The International Plant Names Index) (2013).

- c) Referencial Antrotoponímico – estudo do nome das pessoas.

E, com o objetivo de conhecer a relação da população com as praças da cidade e a dinâmica de apropriação desses logradouros, realizou-se uma enquete de opinião com os cidadãos.

Foram feitas 673 entrevistas, sendo respectivamente 270 na cidade de Peabiru, 211 em Araruna e 192 em Engenheiro Beltrão. A amostra foi definida a partir dos métodos estatísticos descritos na sequência, sob orientação do Professor Mestre Diogo Heron Macowski, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), Campus de Campo Mourão.

Utilizou-se uma amostra piloto para obter estimativas da proporção de entrevistados que frequentam as praças municipais. Encontrou-se, então, a proporção daqueles que usam e, conseqüentemente, a proporção daqueles que não usam.

A primeira aproximação para o tamanho da amostra deu-se a partir da fórmula de dimensionamento de amostras para efeito de proporções, segundo Marques e Marques (2005) equação (1):

$$n_0 = \frac{z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} \cdot N}{z^2 \cdot \hat{p} \cdot \hat{q} + e^2(N - 1)} \quad (1)$$

Onde:

$n_0 \rightarrow$ é a aproximação inicial do tamanho da amostra;

$z \rightarrow$ é o valor obtido na tabela da distribuição normal padrão de probabilidades, para uma confiança de 95%, tal valor é igual a 1,64;

$\hat{p} \rightarrow$ proporção de entrevistados que frequentam a praça;

$\hat{q} = 1 - \hat{p} \rightarrow$ proporção de entrevistados que não frequentam a praça;

N é o tamanho da população envolvida na pesquisa em cada município⁶.

E, fixou-se a probabilidade máxima para o erro de amostragem em 5%, ou seja, $e = 0,05$.

Sendo que para o refinamento da aproximação do tamanho da amostra, baseado no que Triola (2005) estabelece, utilizou-se a seguinte equação (2):

$$n = \frac{n_0 \cdot N}{n_0 + N} \quad (2)$$

⁶ População urbana a partir de 13 anos de idade.

Onde:

n → tamanho final da amostra em cada município;

n_0 → aproximação inicial do tamanho da amostra, obtida na fórmula anterior;

N → tamanho da população de cada município.

Na realização das entrevistas contou-se com a colaboração de alunos do ensino médio de colégios estaduais das respectivas cidades e acadêmicos do Curso de Engenharia Ambiental da UTFPR.

De posse da informação do número de pessoas que deveriam ser ouvidas em cada cidade, e a partir de dados da população real, a amostra foi estratificada proporcionalmente em faixas etárias para que pessoas de todas as idades fossem entrevistadas.

Assim, seguindo as diretrizes da estratificação, a orientação dada aos entrevistadores é a de que poderiam abordar qualquer pessoa a partir de 13 anos de idade, que residisse na sede urbana do município em questão. Tal procedimento foi adotado tendo em vista a realidade da pequena cidade, onde a dinâmica de circulação de pessoas nas ruas e avenidas é irrisória quando comparada com médios e grandes centros. Na amostra obtida têm-se representantes de todas as faixas etárias, sexo, renda e escolaridade, o que permitiu analisar o comportamento e as formas de apropriação das praças por esses diferentes segmentos sociais.

O formulário utilizado na enquete, metodologia proposta por De Angelis (2000), foi composto por 18 questões, nas quais o entrevistado informa: idade; endereço; nível de escolaridade; renda familiar; ocupação; média de horas trabalhadas por semana; média de horas semanais dedicadas ao lazer; o que costuma fazer nos dias de folga; lugares que costuma frequentar nesses dias; se frequenta alguma praça da cidade, em caso afirmativo qual ou quais, se negativo, por que não frequenta.

Caso a resposta em relação a frequentar praças fosse positiva, questionava-se qual(is) dia(s) da semana costuma ir à praça; em que período; o tempo médio de permanência; os motivos que o levam; o que mais gosta e o que menos gosta na(s) praça(s) que frequenta e o que acha necessário melhorar. E para todos os entrevistados, independente de frequentar ou não alguma praça, questionava-se qual a opinião deles sobre as praças da cidade (Quadro 3).

Quadro 3 – Formulário para enquête de opinião sobre praças.

ENQUETE DE OPINIÃO SOBRE PRAÇAS PÚBLICAS		
1. Idade:	sexo: <input type="checkbox"/> masculino	<input type="checkbox"/> feminino
2. Local de residência		
3. Nível de escolaridade	<input type="checkbox"/> 2º grau** incompleto <input type="checkbox"/> 2º grau completo <input type="checkbox"/> 3º grau incompleto (superior) <input type="checkbox"/> 3º grau completo (superior) <input type="checkbox"/> pós-graduado	
<input type="checkbox"/> não alfabetizado <input type="checkbox"/> 1º grau* incompleto <input type="checkbox"/> 1º grau completo (*atual ensino fundamental)		(** atual ensino médio)
4. Qual a renda familiar?		
5. Qual sua ocupação?		
<input type="checkbox"/> trabalhador	<input type="checkbox"/> estudante	<input type="checkbox"/> aposentado
<input type="checkbox"/> dona de casa	<input type="checkbox"/> desempregado	
6. Em média, quantas horas você trabalha por semana?		
7. Em média, quantas horas você dedica ao lazer por semana?		
8. Nos seus dias de folga, <i>na maior parte das vezes</i> , você:		
<input type="checkbox"/> fica em casa		<input type="checkbox"/> sai
9. Quando você fica em casa nos dias de folga, o que mais faz (até 3 opções)?		
<input type="checkbox"/> descansa apenas	<input type="checkbox"/> lê	
<input type="checkbox"/> vê tv	<input type="checkbox"/> afazeres domésticos	
<input type="checkbox"/> acessa a internet	<input type="checkbox"/> atividades ligadas ao trabalho ou estudo	
<input type="checkbox"/> ouve música	<input type="checkbox"/> outros _____	
<input type="checkbox"/> pratica esportes		
10. Quais lugares (até 3) você costuma frequentar nos seus dias de folga?		
<input type="checkbox"/> casa de parentes e/ou amigos	<input type="checkbox"/> zona rural	<input type="checkbox"/> barzinhos
<input type="checkbox"/> lanchonetes/pizzaria	<input type="checkbox"/> pesqueiro	<input type="checkbox"/> shopping
<input type="checkbox"/> sorveteria	<input type="checkbox"/> praça	<input type="checkbox"/> outros
11. Você frequenta alguma praça da cidade?		
<input type="checkbox"/> sim - qual (ou quais)?		<input type="checkbox"/> não - por quê?
Se a resposta à pergunta acima for negativa, passe diretamente para a de n.º 18.		
12. Qual, ou quais dias da semana você vai à praça?		
<input type="checkbox"/> durante a semana	<input type="checkbox"/> sábado	<input type="checkbox"/> domingo
13. Em que período você vai com mais frequência à praça?		
<input type="checkbox"/> manhã	<input type="checkbox"/> tarde	<input type="checkbox"/> noite
14. Em média, qual é o seu tempo de permanência na praça?		
15. Qual, ou quais, os motivos que o levam a uma praça?		
16. O que você mais gosta e o que menos gosta na(s) praça(s) que você frequenta?		
17. O que você acha necessário melhorar nas praças que frequenta?		
18. Qual é sua opinião sobre as praças da cidade?		

Fonte: De Angelis (2000).

A tese está estruturada em 6 capítulos. No primeiro faz-se um resgate histórico-teórico em relação ao objeto de estudo – a praça. Apresenta-se uma revisão teórica que se inicia na gênese desse logradouro – a Ágora – e estende-se a condição contemporânea.

No segundo capítulo apresenta-se uma análise sobre pequenas cidades, conceitos e particularidades da dinâmica urbana no que se refere aos aspectos socioeconômicos e morfológicos dessa parcela do urbano.

O terceiro capítulo tem por objetivo contextualizar os municípios que são cenários desta investigação: Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão. Procura-se delinear a constituição e a evolução dessas pequenas cidades.

O capítulo IV destina-se a caracterizar e apresentar de maneira individualizada cada uma das 20 praças tomadas como referência neste estudo, e analisar os referenciais toponímicos desses logradouros. Entende-se que conhecer o objeto é condição básica para a compreensão dos seus usos e funções na dinâmica urbana.

O capítulo V comporta os resultados dos levantamentos quantitativo e qualitativo de equipamentos, mobiliário e vegetação presentes nas praças investigadas.

No capítulo VI é o momento em que se apresentam os resultados da enquete realizada com a população. Foi a partir desses dados que se pôde responder às questões problema apresentadas no início desta investigação.

CAPÍTULO I – A CIDADE E A PRAÇA: UMA ANÁLISE TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar a contextualização da praça enquanto espaço público da cidade, sua gênese, ocorrência no cenário citadino e ambiente de sociabilização e lazer.

Abordar-se-á o espaço enquanto relação indissociável entre formas e sujeitos, a configuração do urbano como resultante dos usos atribuídos, a necessidade da análise a partir do plano do lugar e das práticas socioespaciais e, de maneira específica, a praça enquanto espaço público.

Se as praças fazem parte da dinâmica urbana dos grandes centros, sua influência nas pequenas cidades é ainda mais determinante, pois se configura como uma das principais referências de centralidade, local de encontro e congrega nos seus arredores o comércio e os serviços mais importantes da *urbe*. É na praça e no seu entorno que se desenrola o cotidiano, ou seja, estrutura física e dinâmica humana enquanto dependentes e condicionantes entre si. É nessa perspectiva que se delinea esta tese: a compreensão da praça na pequena cidade não somente como estrutura física, mas também enquanto espaço destinado e ocupado pelo homem para usos e funções diversos.

Segundo Santos (1994a, p. 26): “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado, certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro a vida que os preenche e os anima [...]”. Logo, a análise geográfica do espaço deve pautar-se de maneira integrada tanto nas formas como nos sujeitos, e interpretá-lo enquanto resultado dessa relação. “O espaço é o lugar do encontro e o produto do próprio encontro; a cidade ganha teatralidade e não existe dissociada da gente que lhe dá conteúdo e determina sua natureza” (CARLOS, 2005, p. 73). Sob tais aspectos, entende-se a praça, espaço dinâmico formado por objetos (mobiliário, vegetação) e pela presença humana (sociedade), que dá vida e movimento ao *locus*.

Ao estabelecer o espaço enquanto resultado da interação homem-ambiente, há que se considerar a existência de uma relação dinâmica, desencadeada pela ação dos diferentes sujeitos sociais que, motivados pela posição que ocupam, interesses, necessidades ou momento temporal no qual estão inseridos, mantêm a contínua produção desse espaço. Situação que pode ser evidenciada quando se analisam os diferentes usos e funções atribuídos às praças ao longo do tempo, os quais, de acordo com Marx (2003), vão do sagrado (ou religioso) ao profano (ou mundano).

O espaço geográfico é o produto das relações que se estabelecem, através do trabalho, entre sociedade e meio circundante. O espaço geográfico é produzido concomitantemente ao processo de produção da existência humana. Portanto, não é estático, nem acabado, mas uma produção humana ininterrupta (CARLOS, 1982, p. 105).

São as necessidades, hábitos e costumes (a sociedade em constante mutação) que ditam esse dinamismo. O espaço é “[...] um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente [...]” (SANTOS, 1980, p. 122) logo, a praça como parte integrante tem assumido feições diversas ao longo do tempo. “[...] consequência da ação de agentes sociais concretos, históricos, dotados de interesses, estratégias e práticas espaciais próprias, portadores de contradições e geradores de conflitos [...]” (CORRÊA, 2011a, p. 43).

A praça é elemento típico, constitutivo, símbolo do espaço urbano, o qual segundo Lefebvre (1999, p. 112) “[...] é cumulativo de todos os conteúdos, seres da natureza, resultados da indústria, técnicas e riquezas, obras da cultura, aí compreendidas maneiras de viver, situações, modulações ou rupturas do cotidiano”. É o resultado, a representação física da ação de diferentes sujeitos em diferentes épocas motivados por interesses diversos.

Corrêa (2005, p. 145-146) caracteriza o urbano como:

[...] um espaço fragmentado, caracterizado pela justaposição de diferentes paisagens e usos da terra. [...] Decorrente da ação dos diversos agentes que produzem e consomem espaço urbano: proprietários dos meios de produção, sobretudo os grandes industriais, proprietários fundiários, promotores imobiliários, Estado e grupos sociais excluídos.

São esses os agentes responsáveis por estabelecer, direcionar e consumir o espaço urbano, onde há os sujeitos ativos (grandes industriais; proprietários fundiários; promotores imobiliários; Estado) com poder de decisão, e os espectadores (grupos sociais excluídos) à mercê do que os primeiros lhes impõem. É o que Carlos (2007, p. 12) trata por conflito do mundo moderno: “[...] a dominação ganha o conteúdo das estratégias políticas que produzem o espaço da coação, posto que normatizado pela ordem que se impõe a toda a sociedade, trazendo como consequência, o direcionamento da prática espacial”. Vulnerável a essa hierarquização encontram-se a praça e os espaços públicos, de maneira geral, geridos por políticas que nem sempre consideram a realidade local. A importância que lhe é dada não condiz com a necessidade que seus habitantes têm desses espaços, abreviando as formas de apropriação do logradouro, condicionando e limitando a prática socioespacial.

Não há como ignorar as particularidades do lugar, de tal maneira que as intervenções na cidade e no espaço público não podem e não devem se caracterizar por ações seriadas e

generalistas, mas sim considerar as singularidades e envolver representações dos sujeitos interessados.

[...] a compreensão da cidade [se dá] através da análise da vida cotidiana como prática sócio-espacial; isto é, a cidade como o espaço onde se desenrola e ganha sentido a vida cotidiana. [...] o lugar é que assegura a materialização do processo, realizando-se no plano do imediato. [...] isto significa dizer que é no plano do lugar e da vida cotidiana que o processo ganha dimensão real e concreta (CARLOS, 2007, p. 12- 42).

É nessa abordagem que se quer entender como se desenvolve a relação entre os cidadãos e a praça na realidade das pequenas cidades, centros urbanos carregados de minudências no que se refere às práticas socioespaciais, mas ainda pouco explorados pelo meio científico.

Em resposta às necessidades manifestadas no plano do lugar é que a cidade ganha forma, e o homem, enquanto ser social por natureza, necessita de espaços onde possa expressar-se, nisso reside a lógica da existência dos espaços de sociabilização na *urbe*. “A cidade [...] apresenta-se enquanto formas de ocupações. [...] a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar, viver” (CARLOS, 2005, p. 45).

São as intervenções originárias das necessidades dos sujeitos que dinamizam e conferem forma às cidades que “[...] são constituídas, do ponto de vista físico, de espaços de interação urbana (rede rododiferroviária), espaços com construções (habitações, indústrias, comércio, hospitais, escolas etc.) e de espaços livres (praças, parques, águas superficiais etc.)” (CAVALHEIRO; DEL PICHA, 1992, p. 29).

Cabem, principalmente aos espaços livres, as funções de sociabilização e lazer, os quais, segundo Cavalheiro et al. (1999, p.7), “[...] constituem-se de espaços urbanos ao ar livre, destinados a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral à recreação e entretenimento em horas de ócio;”. Os espaços livres podem ser privados coletivos ou públicos (CAVALHEIRO et al., 1999)

Gomes (2006, p. 160) apresenta que: “Os atributos de um espaço público são aqueles que têm relação direta com a vida pública.”, ou seja, são espaços onde desfila o cotidiano e as relações sociais sem empecilhos ao acesso.

Fisicamente, o espaço público é, antes de mais nada, o lugar, praça, rua, *shopping*, praia, ou seja, qualquer tipo de espaço, onde não haja obstáculos à possibilidade de acesso e participação de qualquer pessoa. [...] o espaço público é o lugar das indiferenças, ou seja, onde as afinidades sociais, os jogos de prestígio, as diferenças,

quaisquer que sejam, devem se submeter às regras da civilidade (GOMES, 2006, p. 162).

A partir da definição de espaço público proposta por Gomes (2006) tem-se a praça enquanto essência desse espaço, devido sua relação direta com a vida pública, ambiente democrático e acessível a todos. É no espaço efetivamente público que o sentido de sociedade se manifesta, ou poderia se manifestar, com maior veemência.

No entendimento de Matos (2010, p. 17) a cidade é constituída por espaços privados e públicos, onde os primeiros, na maioria das vezes, “ocupam uma parte significativa do seu território, contudo, aquilo que melhor as caracteriza são os seus espaços públicos”. A individualidade, originalidade de cada cidade é resultante principalmente da configuração física e social de seus espaços públicos.

Para Woolley et al. (2004, p. 12) [tradução nossa]: “Espaços públicos caracterizam-se por locais abertos a todos, independentemente da origem étnica, idade ou sexo [...]”, ambientes de encontro, que conferem identidade e sentido de lugar para a comunidade local.

A representatividade, importância e sentido de lugar conferido pelos espaços públicos se intensificam na realidade das pequenas cidades, onde as estruturas urbanas estão compreendidas em poucas quadras, os logradouros públicos são tidos como referência de localização e cenário das relações sociais cotidianas. No aspecto físico destaca-se o papel das praças centrais, geralmente é a partir delas que se desenvolve a *urbe*.

Para Caputo (1999, p. 13) [tradução nossa]: “Refletir sobre o espaço público significa refletir sobre a cidade, sobre as maneiras de habitá-la ou sobre as formas por meio das quais se constrói e se representa”. O espaço público é a essência da relação entre formas e sujeitos, a qual estabelece e configura a dinâmica do espaço como um todo. “É o lugar de encontro dos indivíduos uns com os outros, de encontro também com a sua própria cidadania, permitindo desenvolver e consolidar a sua vida em comunidade” (PEREIRA, 2008, p. 12). O espaço público caracteriza-se, sobretudo, pelo livre acesso e pela interação de sujeitos entre si e com o ambiente.

Gomes (2006, p. 172) destaca que, “[...] um olhar geográfico sobre o espaço público deve considerar, por um lado, sua configuração física e, por outro, o tipo de práticas e dinâmicas sociais que aí se desenvolvem”. Segundo o autor é dessa maneira que ele passa a ser visto como conjunto indissociável de formas e práticas sociais, podendo, então, se tornar uma categoria de análise da ciência geográfica.

O olhar que se delinea sobre o espaço público e sua análise enquanto campo da Geografia parte do mesmo pressuposto em que se entende o espaço, ou seja, a relação associada e dependente entre objetos (formas) e sujeitos (a sociedade) e as consequentes relações socioespaciais estabelecidas – formas de apropriação.

[...] as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade de relações espaciais – constituindo-se enquanto atividade prática. Nessa direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática sócio-espacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana (CARLOS, 2007, p. 11).

São as ações e necessidades cotidianas que desencadeiam e concretizam a relação entre sociedade e ambiente, entendidas aqui como práticas socioespaciais. Segundo Loboda (2009, p. 36): “[...] as práticas socioespaciais são mediadoras da apropriação da cidade ou parte dela e, por conseguinte, dos seus lugares, incluso dos espaços públicos”. Sob essa concepção admite-se a praça enquanto categoria de análise à luz da Geografia, ou seja, o espaço físico entendido a partir das relações socioespaciais que aí se desencadeiam.

Segundo Robba e Macedo (2002, p. 11): “A praça, juntamente com a rua, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos da história da cidade [...]”. Elemento que confere identidade e distinção à *urbe*.

Na concepção de Segawa (1996, p. 31): “A praça é o espaço ancestral, que se confunde com a própria origem do conceito ocidental urbano”.

Historicamente a praça é tida como estrutura urbana centralizadora “[...] é o espaço público da prática da vida pública. Tem papel predominante no desenho e na vida das cidades [...]. [...] foco de convergência de edifícios públicos e ruas, de fluxos de pessoas e atividades sociais” (ALEX, 2008, p. 275-276).

Conceitualmente a praça apresenta diferentes abordagens. Na concepção de Lamas (2004, p.102) “[...] é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”.

Robba e Macedo (2002, p. 17, grifo do autor) as entendem enquanto “[...] *espaços livres públicos urbanos destinados ao lazer e ao convívio da população, acessíveis aos cidadãos e livres de veículos*”.

Para Alex (2008, p. 279) as praças “[...] são lugares públicos de encontro e convívio de grupos sociais diferentes, isto é, construção da cidadania e da democracia”.

Nota-se, nas definições citadas, a presença latente da função social do logradouro. De Angelis et al. (2005, p. 2) sintetizam a ideia principal que permeia as definições expostas: “Do romantismo à praticidade, conceitos e funções sobre as praças existem os mais diversos, no entanto todos têm um ponto em comum: é o local da reunião, do encontro”.

Fica explícita nesses conceitos a importância, a representatividade e o significado que a praça desempenha no contexto das cidades, enquanto local público que assume funções diversas, sobretudo sociais e, portanto, passível de ser estudada e analisada sob a ótica geográfica.

1.1 A PRAÇA NO CONTEXTO HISTÓRICO

A praça contemporânea tem sua gênese na *Ágora*, centro dinâmico da cidade grega, passando pelo fórum romano, pelas praças medievais, renascentistas e modernas. Em meio a essas diferentes épocas, formas e funções diversas foram atribuídas às praças.

A função principal da *Ágora*, em meio às atividades de comércio, era a de local onde se podia expressar opinião, sendo os assuntos políticos a pauta mais corriqueira. Lugar público por excelência, a praça desde a sua origem tem como precedente o livre acesso, o encontro e a palavra.

Segundo Mumford (1982) a função principal da *Ágora* era servir de ponto de encontro - lugar destinado à palavra – e nesse contexto as atividades comerciais ganhavam importância secundária.

Os gregos diziam que havia povos com *Ágora* e povos sem *Ágora*, uns com liberdade e outros sem liberdade. Naquele espaço central, situavam-se elementos da vida pública: cenário, atores, ação. Nele estavam os debates e as facções, as queixas e as decisões, e sobretudo a palavra como componente da dimensão pública: ao fazer-se pública a palavra, publicizava-se a condição do homem (SALDANHA, 2005, p. 57).

Diferente da *Ágora*, o fórum romano caracteriza-se como um recinto, constituído por santuários, templos, prédios da justiça, casas do conselho e espaços abertos “[...] circundados por majestosas colunatas [...]” (MUMFORD, 1982, p. 244). *Ágora* e fórum diferenciavam-se enquanto estrutura físicas, mas em ambos “[...] os cidadãos dominavam a cena” (CORTÉS, 2011, p. 100). [tradução nossa].

Enquanto fórum e *Ágora* representam locais de expressão política de seus povos, na cidade medieval a praça assume novas feições, também como local de espetáculo. Caldeira

(2007, p. 25) apresenta que a praça medieval era palco para feiras, festas, procissões, representações teatrais, julgamentos e execuções públicas: “Para além de um espaço de sociabilidade, a praça era o lugar onde se demonstrava o poder das leis”.

Como espaço físico as praças medievais caracterizam-se pela irregularidade, sem desenho prévio, resultavam de um vazio aberto na estrutura urbana (LAMAS, 2004). Segundo Cortés (2011, p. 101) [tradução nossa]: “Sua inovação em matéria urbanística é o fato de serem margeadas por habitações”.

Lamas (2004, p. 102) apresenta que é a partir do Renascimento que a praça se insere em definitivo na estrutura urbana, sendo que aquelas estruturas: “O largo do mercado, o adro fronteiro à igreja e outros espaços vazios da cidade medieval não são ainda verdadeiras praças”.

Das praças medievais para as renascentistas o novo está no fato de que além de valores funcionais, a praça passa a assumir também valores estéticos, com função de embelezamento. Há uma preocupação formal com o desenho e com os elementos que a compõem (estátuas, obeliscos, fontes, chafarizes).

Segundo Cortés (2011, p. 102) [tradução nossa] as praças medievais e renascentistas se diferem, enquanto “[...] a primeira é simplesmente utilitária em sua estrutura e equipamento, a segunda tinha que necessariamente ser bela [...]”. Segawa (1996, p. 36) apresenta que: “A unidade formal é uma das características marcantes da cidade ideal renascentista.”, e as praças europeias dos séculos XV e XVI seguiam os mesmos parâmetros.

A praça renascentista é marcada pela beleza, formalidade geométrica, presença e distribuição ritmada de estruturas.

A praça é entendida como um recinto ou lugar especial e não apenas um vazio na estrutura urbana. É o lugar público, onde se concentram os principais edifícios e monumentos [...]. A praça adquire valor funcional, político-social, [...] simbólico e artístico (LAMAS, 2004, p. 176).

Nas correntes subsequentes ao Renascimento - Barroco, Rococó, Classicismo, Maneirismo, Néo-Classicismo – até o Modernismo, segundo De Angelis (2000), criaram-se praças que, comumente, primavam pelo refinamento da arte.

Essas praças traduziam a ostentação de um rei, da nobreza, do clero. Era o lugar da espetacularização e cenário de poder. Tais praças, antecessoras do modernismo, tinham uma função endógena e estavam submetidas a um edifício (sagrado como a igreja; espaço cívico anexo a um edifício municipal; propriedade de um palácio) ou identificada com um uso específico (mercado) (DE ANGELIS, 2000, p. 44).

O século XVIII é considerado um momento singular na trajetória dos usos e funções atribuídos às praças, pois é quando surgem com maior expressão os “concorrentes anômalos”, em sua maioria espaços privados, onde a condição social segrega o acesso.

A partir da metade do séc. XVIII, o equilíbrio entre as esferas pública e privada começa a alterar-se. O desenvolvimento da burguesia mercantil e intelectual promove uma reestruturação no sentido da *vida pública*, a praça e a rua perdem força como símbolos de espaços públicos. Teatros, bares e cafês tornam-se alternativas a espaços de sociabilidade e firmam-se como instituições no imaginário da sociedade burguesa (CALDEIRA, 2007, p. 30).

A urbanização crescente e acelerada determinou um novo modo de pensar a cidade, e dentre as prioridades a estruturação de um sistema viário que possibilitasse o fluxo rápido/contínuo de veículos pela *urbe*. Nessa dinâmica o espaço público da praça já “apagado” frente às novas alternativas de sociabilização, torna-se também um local de difícil acesso, margeado por vias de trânsito intenso, configurando-se mais como um vazio na malha urbana do que ponto de encontro.

A metrópole cortada por vias de trânsito rápido, baseada na circulação sobre pontes e viadutos cada vez mais modernos, representa o vazio no cheio, caracterizado pela tendência à impossibilidade do uso dos espaços públicos e, como consequência, pelo distanciamento do indivíduo em relação aos lugares de realização da vida (CARLOS, 2007, p. 13).

Com essa configuração o significado da praça enquanto local destinado à palavra perde sentido, conforme apresenta De Angelis (2000, p. 45):

O espaço de hoje que ainda insistentemente chamamos por praça, já não traz consigo a significância e importância de um tempo, reduzido que está, muitas vezes, a um espaço vazio, resultado urbanístico da interceptação de vias públicas, ou ainda, utilizado como estacionamento para automóveis.

Nas referências apresentadas, De Angelis (2000), Caldeira (2007) e Carlos (2007), evidencia-se um contexto urbano marcado pelo ritmo acelerado, multidão, pressa, característico de médios e grandes centros, situação desigual do cotidiano de uma pequena cidade, que apresenta “[...] ritmo mais lento e humanizado” como apresenta Endlich (2009a, p. 291). Em função dessas particularidades do urbano busca-se compreender a relação entre a população e a praça na pequena cidade.

1.2 A PRAÇA BRASILEIRA

O Brasil enquanto país de origem colonial teve muito do seu urbano influenciado por Portugal, e as praças fazem parte dessa dinâmica. Segundo Teixeira e Trigueiro (2008, p. 1): “A praça é um elemento marcante do modelo urbano português” e em termos de localização ocupava o lugar mais importante da cidade, o centro da aglomeração.

A praça na morfologia urbana de origem portuguesa, e, por conseguinte no Brasil, é símbolo de poder e prestígio. Segundo Teixeira (2009, p. 11), no findar do século XV e século XVI o local mais nobre da cidade era a praça, “[...] palco para o exercício da vida urbana”. Posteriormente, no século XVIII a praça passa a ser o próprio elemento que dá origem à cidade e a sua estrutura, aspectos que evidenciam o rigor e a formalidade do logradouro, na época aplicados às primeiras cidades brasileiras.

A maior parte das vilas e cidades brasileiras do século XVIII têm por base uma quadricula ortogonal regular e organizam-se em torno de uma praça, quadrada ou rectangular, localizada centralmente. É sobre essa estrutura ortogonal e a partir da praça que se define o traçado das ruas e a estrutura dos quarteirões, também de forma quadrada ou rectangular. Por vezes, algumas dessas cidades tinham mais de uma praça, cada uma delas destinada a funções distintas, afirmando a continuidade da tradição das praças múltiplas nas cidades portuguesas (TEIXEIRA, 2006, p. 10-11).

A influência religiosa portuguesa também é determinante na história das praças coloniais brasileiras. Comumente esses logradouros tinham nas suas dependências um templo religioso e, posteriormente, edifícios importantes da cidade como a Casa da Câmara, a cadeia e casa dos governadores também passaram a ser implantados nas suas imediações (MARX, 1980; ROBBA; MACEDO, 2002; TEIXEIRA; TRIGUEIRO, 2008).

A ligação da praça com templos religiosos ainda é situação comumente encontrada nas cidades contemporâneas, seja enquanto herança colonial e/ou reflexo do poder da Igreja Católica.

Logradouro público por excelência, a praça deve sua existência, sobretudo aos adros de nossas igrejas. [...] A praça como tal, para reunião de gente e para exercício de um sem número de atividades diferentes, surgiu entre nós, de maneira marcante e típica, diante de capelas ou igrejas, de conventos ou irmandades religiosas. [...] Realçava-lhes os edifícios; acolhia os seus frequentadores (MARX, 1980, p. 49).

A praça era um centro dinâmico, cenário dos principais acontecimentos da vida cidadina como apresentam Robba e Macedo (2002, p. 22): “Era ali que a população da cidade

colonial manifestava sua territorialidade, os fiéis demonstravam sua fé, os poderosos, seu poder e os pobres, sua pobreza”.

As praças coloniais de origem lusitana caracterizavam-se por seus vários usos, o que, segundo Caldeira (2010), conferia-lhes um diferencial se comparadas às cidades de colonização espanhola. “[...] característica fundamental observada no processo de formação das praças [...] é sua multiplicidade de funções tais como o caráter cívico, religioso e comercial” (CALDEIRA, 2010, p. 36).

Entre as principais diferenças das praças coloniais às subsequentes percebe-se a ausência de vegetação. Nas primeiras praças brasileiras o verde não se fazia presente, o que segundo Marx (1980, p. 67) simbolizava uma “[...] expressão clara da vida não rural [...]”.

Um dos primeiros jardins públicos construídos no Brasil foi o Passeio Público do Rio de Janeiro, criado no final do século XVIII, a partir “[...] da iniciativa de ocupar áreas desprivilegiadas morfologicamente no espaço urbano, como terrenos alagadiços, áreas de várzeas e baixadas” (GOMES, 2007, p. 111). O Passeio Público do Rio de Janeiro tinha como predicado maior a valorização do verde, segundo Segawa (1996, p. 77) este “[...] não se prestava para emoldurar nenhum monumento - ao contrário, [...] era um monumento à vegetação, à natureza, monumento a si mesmo”.

No entanto, foi somente no fim do século XIX e princípio do século XX, “[...] com o país independente e enriquecido pela cultura do café, que apareceram jardins, parques ou ajardinamentos de praças em maior número e muito bem conservados” (MARX, 1980, p. 62).

A inserção da vegetação, assim como o emprego do rigor geométrico no desenho das praças públicas - que é tido como o rompimento com o modelo de praça colonial - data do século XIX.

[...] a praça brasileira foi gradualmente assumindo a forma mais racional e geométrica. Ao longo do séc. XIX, as intervenções ou projetos de embelezamento que incidiram sobre o espaço urbano consolidaram cada vez mais esse modelo de praça formal e regular. [...] a praça adquiriu uma nova composição em função da introdução e valorização do verde na paisagem (CALDEIRA, 2007, p. 91).

Segundo Segawa (1996, p. 74) “[...] o ajardinamento de avenidas e praças, a criação de recintos ajardinados foram iniciativas características das primeiras décadas da República [...]”. As praças ajardinadas e a conseqüente evolução nos usos e funções do espaço público é uma expressão de nacionalismo, simbologia de ruptura de país colônia e processo de modernização das cidades, haja vista que a configuração de praça até então existente retratava o urbanismo e poderio português, a condição de colônia. Dessa forma, o ajardinamento de

espaços públicos apresenta-se como um marco na História brasileira, uma nova configuração, cisão com a praça colonial.

Segawa (1996) destaca também a influência higienista, manifestada inicialmente na Europa (1800), enquanto motivadora da presença de plantas nos logradouros.

No início do século 20, o conhecimento sobre os benefícios das plantas na área urbana estava divulgado nas mais diversas instâncias sociais e plenamente aceito do ponto de vista técnico-científico. O processo de ajardinamento dos ‘vazios urbanos’ que se registrou nessa época [...] derivou desse furor salubrista. [...] Ajardinamento de logradouros que talvez manifestem um efeito tardio das formas de sociabilidade que se consolidaram na Europa oitocentista tendo como palco os parques e jardins. (SEGAWA, 1996, p. 73-74).

Com uma nova configuração, espaços mais amplos e embelezados com o verde, a praça, a partir do século XIX, deixa de ser um local somente de reunião, de caráter político e passa a ser vista como local de passeio, lazer e ócio.

[...] a inserção da arborização, de forma planejada, ou intencional, nas cidades brasileiras é concomitante à evolução das funções das praças. Estas, que eram constituídas de imensos espaços, totalmente abertos, sem a presença de vegetação, servindo exclusivamente como locais de reunião de pessoas, passam agora a ser incrementadas na cidade como um jardim. Mais agradáveis, estética e funcionalmente, as praças-jardim constituem um marco fundamental da incrementação e valorização da jardinagem na cidade, principalmente em locais públicos (GOMES, 2007, p. 112).

No século XX, a praça assume novas funções, resultado de intervenções urbanísticas que precisavam atender a um novo conceito de cidade estabelecida a partir da Revolução Industrial, os grandes centros e a metropolização. “O início do século 20 foi um período de grandes transformações nas fisionomias urbanas de nossas cidades maiores” (SEGAWA, 1996, p. 74). Nesse contexto, a praça moderna, estruturalmente mais ampla, passa a contribuir, sobretudo, com o ordenamento do sistema viário e torna-se menos acessível ao cidadão. Segundo Queiroga (2003, p. 2) o avanço das ideias moderno-raconalistas resultou em “[...] formas urbanas descontínuas e fragmentadas”, sendo a praça influenciada por essa nova concepção.

Com o advento do automóvel, a cidade se transformou radicalmente. [...] As ruas foram, por sua própria natureza, os espaços mais invadidos pelos automóveis, mas as praças também sofreram com a presença dos novos veículos e o novo sistema técnico a ele associado. [...] Algumas praças efetivamente sumiram diante do espaço destinado aos veículos, outras ficaram reduzidas à condição de rotatórias (QUEIROGA, 2003, p. 1-2).

As praças modernas se caracterizam ainda por alocarem em seu espaço estruturas para o lazer ativo (equipamentos destinados a públicos diversos); cultural (teatros, palcos) e contemplativo que, segundo Robba e Macedo (2002), tinham por objetivo a permanência do indivíduo no logradouro, opção de recreação, visto que com o crescimento das cidades, as distâncias e o acesso a áreas não urbanizadas ficaram mais difíceis. Macedo (2003) denomina essa nova condição do logradouro de funcionalista.

Segundo De Angelis (2000) o estudo da evolução das praças brasileiras tem relação direta com o desenvolvimento do paisagismo no país. É nesse contexto que se faz menção a Roberto Burle Marx, um marco do paisagismo moderno, que contribuiu decisivamente na “[...] criação de uma linguagem paisagística brasileira” e valorizou em seus projetos o uso espécies nativas da flora nacional (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 112). As criações de Burle Marx procuraram congregar contribuições urbanísticas europeias e o verde brasileiro, segundo Guerra (2002, p. 31) a sua obra é: “A síntese [...] entre a brasilidade da flora e os princípios formais presentes na pintura moderna europeia [...]”. De maneira mais específica, tratando da influência e contribuição de Burle Marx nas praças, Caldeira (2007, p. 395) destaca que este primava pela “[...] valorização do desenho e da morfologia [...]”.

O século XX também é marcado pela criação dos parques urbanos, os quais, muitas vezes, se tornam lugar de destino em detrimento das praças, pelo fato de configurarem-se por ambientes mais amplos e menos expostos ao tráfego de veículos, situação que contribui para a perda de prestígio da praça. Segundo Alex (2008) os grandes parques urbanos são influências do paisagismo desenvolvido nos Estados Unidos a partir da segunda metade do século XIX.

Contemporaneamente a praça ainda se apresenta com atributos similares ao modernismo. No entanto, há ações pontuais que indicam uma reação com vistas à valorização do homem em detrimento à máquina (veículos) no logradouro público.

Com o urbanismo contemporâneo, volta a ganhar força a ideia do pedestre como importante parâmetro do design do espaço público da cidade. Nas áreas centrais de centenas de cidades, o pedestre retoma alguns dos espaços perdidos para o automóvel, proliferam-se calçadas e refazem-se praças (QUEIROGA, 2003, p. 2).

Trata-se da combinação de aspectos histórico-sociais e ambientais em projetos modernos. Segundo Macedo (2003, p. 4) o paisagismo contemporâneo constitui-se como “[...] uma nova visão de espaço que incorpora velhas tradições, velhos preceitos a novas técnicas, que indicam a mistura de figuras até então obsoletas aos conceitos mais avançados e que traz de vez os princípios ambientalistas para o espaço livre”. Há tentativas de resgatar, revalorizar

a praça e os espaços públicos de maneira geral, enquanto locais de sociabilização, e não apenas um vazio na estrutura urbana.

A partir das múltiplas funções e formas que a praça brasileira assumiu ao longo do tempo, Robba e Macedo (2002) classificam o estudo da evolução desses logradouros no Brasil em três períodos: ecletismo, moderno e contemporâneo, cada um correspondendo a um ideário e a linhas de projetos específicos.

(a) Ecletismo: As praças do ecletismo rompem com a função da praça colonial. Configura-se em “[...] um belo cenário ajardinado destinado às atividades de recreação e voltado para o lazer contemplativo, a convivência da população e o passeio” (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 29).

Do Ecletismo para o Modernismo as mudanças mais significativas ficam por conta da inserção do lazer ativo nas praças, ou seja, ela deixa de ser um espaço só de contemplação para também receber equipamentos/mobiliários que lhe configurem a possibilidade do lazer ativo, como quadras esportivas e parques infantis. Busca-se a inserção de estruturas que atendam públicos diversos e que possibilitem a apropriação intensiva do logradouro pelos frequentadores.

(b) Modernismo: Estrutura-se em uma nova concepção de cidade, caracterizada pelo significativo crescimento da área urbanizada, condição que dificultou a saída da população da cidade para o campo em busca de convívio com a natureza. Assim as praças passaram a ter entre suas funções: o lazer. Passam a compor o espaço da praça quadras esportivas, *playgrounds*, espaços culturais como anfiteatros e conchas acústicas, cujo objetivo está no uso e permanência dos frequentadores. Há a setorização das atividades como quadrantes onde se dividem áreas com atrativos para diferentes públicos. Destaca-se também a valorização das espécies vegetais nativas (ROBBA; MACEDO, 2002).

O período que segue – Contemporâneo – caracteriza-se principalmente pelo utilitarismo do espaço público de formas variadas, entre elas a inserção do uso comercial e de serviço.

(c) Contemporâneo: Caracteriza-se principalmente pela liberdade nas formas e linguagens, com revitalizações e restauros, colagem decorativa e irreverência, formalismo gráfico como contraponto à praça ajardinada e cenarizações. Busca-se, sobretudo, o utilitarismo com a inserção de atrativos múltiplos, como comércio, serviços, circulação - criação de espaços multifuncionais. Assim, a função social das praças contemporâneas baseia-

se na contemplação, recreação, lazer esportivo, lazer cultural, convívio social, comércio, serviços e circulação (ROBBA; MACEDO, 2002).

A praça como parte do espaço urbano também é dinâmica, e congrega a característica de uma produção ininterrupta, motivada pelas necessidades dos agentes sociais. Marx (2003, p. 7) tendo como referência a cidade de São Paulo, apresenta que: “O espaço urbano público no Brasil evoluiu lentamente do sagrado ao profano. Através das mudanças em seu conceito, uso, âmbito e trato é possível acompanhar a passagem da predominância religiosa, em seus primórdios, para a secular, nos dias atuais [...]”. O conceito inicial religioso foi se transformando, até tornar-se mundano, como ocorre hoje.

Constata-se que as praças passaram, passam e passarão não só por mudanças físicas e estruturais, mas também em seus usos e formas de ocupação. Esse processo é resultante de um espaço em constante produção, desencadeado pelos interesses dos sujeitos sociais. No entanto, sua existência e necessidade no espaço urbano é uma constante. A praça desenvolve funções únicas na *urbe*, tanto como estrutura quanto pelas relações sociais que nela se estabelecem, e como tal são espaços públicos que devem apresentar condições de uso e apropriação que possibilitem e estimulem o desenvolver de práticas socioespaciais diversas.

1.3 A PRAÇA, ESPAÇO DE LAZER E ÁREA VERDE URBANA

Contemporaneamente a praça assume tanto funções estéticas, ambientais como de lazer nas cidades e, embora não necessariamente ela precise estar associada à vegetação, no Brasil essa relação é comum devido às características de clima tropical e de flora diversificada.

Por espaço de lazer entende-se o lugar de encontro e de convívio, que resulta no descanso, no divertimento, no desenvolvimento pessoal e social¹, assim, o lazer pode ser entendido como um elemento indicador da qualidade de vida (PELLEGRIN, 1996; MARCELLINO, 1996b; CASTELLANI FILHO, 1996). Os espaços de lazer possibilitam a interação de diferentes sujeitos. Segundo Aranha-Silva (2004, p. 54) “[...] o lazer tem caráter de humanizar as cidades, pois contém o lúdico como possibilidade [...]”.

Conceitualmente o lazer apresenta diferentes abordagens. Para Dumazedier (1974) são as atividades orientadas com prioridade para a expressão da pessoa, ou seja, aquelas distintas das obrigações profissionais, familiares, sociopolíticas e socioespaciais. Marcellino

¹ Concepção de lazer preconizada por Dumazedier, conhecida por 3 D's (descanso, divertimento, desenvolvimento) (1973, p.32).

(1995, p. 31) define lazer como: “[...] a cultura – compreendida no seu sentido mais amplo - vivenciada (praticada ou fruída) no ‘tempo disponível’”. Para Melo e Alves Junior (2003) lazer são atividades culturais, em seu sentido mais amplo, que podem ser efetuadas no tempo livre das obrigações e buscas tendo em vista o prazer.

Nos conceitos apresentados sobressaem-se os aspectos de não obrigação e bem-estar, todavia em nenhuma delas menciona-se o fator econômico tão decisivo no acesso e nas formas de lazer contemporâneas. Segundo Aquino e Martins (2007, p. 487): “Observa-se, nas definições [...] que o caráter liberador do lazer é resultado da livre escolha, embora esta não exista de forma absoluta, uma vez que a livre escolha está marcada por condicionamentos diversos, sobretudo os socioeconômicos”. Fato que maximiza a importância dos espaços livres públicos e, por conseguinte, das praças enquanto formas de possibilitar o acesso ao lazer, o qual é um direito social.

Lazer é uma necessidade e também um direito. A Constituição Federal Brasileira de 1988, no Título II, Capítulo II, artigo 6º o estabelece como um direito social. Dessa forma é dever do poder público a criação e a manutenção de espaços para tal fim, a fim de que todas as camadas sociais, independente de renda, possam usufruir desse direito. “[...] o poder público é quem deve planejar, criar e ajudar a manter ambiente agradáveis e estéticos, dentro dos padrões aceitáveis para uma vida saudável dos moradores, deixando aos cidadãos a escolha de onde querem passar suas horas de lazer” (BUCCHERI FILHO; NUCCI, 2006, p. 57).

Nessa condição, entre os espaços de lazer públicos mais comuns oferecidos à população estão as praças. Manifesta-se aí um dos atributos desse logradouro na cidade contemporânea, o qual segundo Lima et al. (1994) é o principal deles.

Contextualizando a praça enquanto espaço de lazer, tem-se que, com o advento da urbanização, crescimento das cidades, esse logradouro recebeu novas funções com vistas ao utilitarismo, entre elas a de lazer². Segundo Gomes e Soares (2003) o fato de haver um número mais expressivo de praças se comparados com outros espaços livres públicos, como por exemplo os parques, aumenta a probabilidade daquelas se localizarem próximas à residência, o que consequentemente corrobora com a sua apropriação enquanto espaço de lazer e convivência entre os indivíduos.

² A praça contemporânea geralmente apresenta elementos que possibilitam tanto o lazer passivo e contemplativo (passeio, descanso, convivência) como lazer ativo (pistas de caminhada, equipamentos para prática de exercícios físicos, quadra esportiva, parque infantil, etc).

Peschardt, Schipperijn e Stigsdotter (2012) ao estudarem sobre pequenos espaços verdes públicos urbanos, entre eles as praças, constataram que os principais usos são a sociabilização e o descanso. O sociabilizar-se é preferência dos mais jovens, e o descanso é habito principalmente dos mais vividos. Em relação ao tempo de permanência no logradouro são aqueles que vão para sociabilizarem-se os que permanecem por intervalos maiores.

Robba e Macedo (2002, p. 45) nominam esta atribuição como valores funcionais. “[...] os espaços livres públicos são uma das mais importantes opções de lazer urbano. Em determinados bairros, a praça pode ser a única opção de espaço recreativo para os habitantes”.

Esse fato evidencia a importância social das praças enquanto logradouro público e a necessidade delas apresentarem atrativos e condições de uso adequadas aos interesses e expectativas da população. Na pequena cidade, onde as opções de entretenimento são limitadas, ademais as públicas, e ambientes corriqueiros de centro maiores, como os parques urbanos, nem sempre se fazem presentes, fica a cargo exclusivamente das praças a função de espaço e opção de lazer público. Nessas localidades a praça é para muitos o único referencial de recreação, por vezes independente da condição econômica do cidadão devido às limitadas alternativas (sejam públicas ou privadas) que existem.

Cabem também às praças funções ambientais. No Brasil, a presença da vegetação nesses logradouros é algo tão habitual que leva a praça a ser vista e gerida como área verde urbana. Segundo Lima et al. (1994, p. 548) área verde é um espaço livre “onde há o predomínio de vegetação arbórea, engloba as praças, os jardins públicos e os parques urbanos”. A inserção da vegetação nos espaços livres é motivada pela diversidade florística do país e também por sua função de elemento amenizador das elevadas temperaturas proporcionando maior conforto aos frequentadores do espaço.

Segundo Robba e Macedo (2002, p. 44) as praças enquanto áreas verdes congregam valores ambientais, como: “Melhoria na ventilação e aeração urbana. [...] Melhoria da insolação em áreas muito adensadas. Ajuda no controle da temperatura. [...] Melhoria na drenagem das águas pluviais [...]. Proteção do solo contra a erosão”. A cidade marcada por extensas áreas impermeabilizadas tem nos espaços livres um amenizador dessa situação.

Lefebvre (2001) em sua obra “O direito à cidade”, na qual apresenta a necessidade de uma *urbe* transformada e renovada em face à deteriorada condição em que esta se apresenta, menciona que os espaços verdes (incluem-se aí as praças) têm sido um refúgio para tal condição. Tem-se a vegetação enquanto elemento amenizador da condição caótica da *urbe*.

Para Gomes e Soares (2003, p. 24): “A presença do verde nas praças públicas torna-se essencial [...] seja pelo contato visual que propicia à população ou pelas funções biológico-climáticas que desempenham”.

Constata-se nas últimas décadas, por parte da população, um interesse maior e uma busca por espaços onde o verde se faça presente, pois são vistos principalmente como possibilidade de contato com a natureza. A vegetação é um dos elementos mais valorizados pelos frequentadores de espaços livres públicos e, por conseguinte, das praças. Segundo González e Urdaneta (2003, p. 86) [tradução nossa], em estudo realizado em Maracaíbo, diagnosticou-se que para parte dos cidadãos “[...] o lugar mais acolhedor das praças [...] é aquele que contém elementos de paisagem (água e verde), constituindo-se estes, um forte atrativo para que as pessoas a selecionem como local de preferência”. Também Silva (2009, p. 213) em pesquisa realizada sobre a Praça Arthur Thomas na cidade de Umuarama, constata que o verde urbano é “[...] suporte existencial para a permanência humana em ambiente livre [...]”.

A valoração do verde urbano por parte do cidadão é tão significativa que, segundo Gomes e Soares (2003, p. 24): “A reivindicação da sociedade por áreas destinadas ao lazer [incluem-se aí as praças] está associada à presença do verde” [...], ou seja, intrínseca ao conceito de espaço de lazer público, no entendimento do cidadão, está a vegetação.

Com isso, registram-se duas importantes funções atribuídas às praças no contexto contemporâneo nacional: lazer e área verde, funções que devem estar presentes de forma associada e não concorrente nos logradouros, ou seja, são funções complementares e não excludentes.

No entanto, mesmo sendo conhecida a necessidade por espaços públicos de lazer e também as diversas vantagens de ordem ambiental que esses locais podem apresentar, eles não são prioridades das administrações públicas. Segundo Pellegrin (1996, p. 32): “O lazer não é entendido como essencial e, portanto, os espaços e equipamentos de lazer não costumam merecer a atenção necessária, nem lhes é atribuída à importância real numa política de administração urbana”.

Salvo em anos eleitorais, os espaços públicos se encontram esquecidos pelas administrações municipais, condição que reflete a carência e a precariedade em que se encontram muitos dos ambientes destinados ao lazer. Segundo Alex (2008, p. 279) “[...] projetos deficientes, manutenção precária e negligência da gestão pública da praça e do

espaço da cidade contribuem para a perda de referenciais comuns, a exemplo do significado público e da legibilidade da paisagem urbana”.

Os espaços públicos conferem identidade às cidades, logo seu estado de conservação é fator determinante. Para que os benefícios do espaço público se concretizem, façam parte das práticas socioespaciais, ele deve apresentar condições de uso e apropriação adequadas. Para Wooley et al. (2004, p. 3) [tradução nossa] “[...] ter acesso ao espaço público não é tudo que importa - tão importante são o planejamento, concepção e gestão desse espaço”. A qualidade do espaço público condiciona e influencia a sua apropriação.

Segundo Neuvonen et al. (2007) entre os fatores que influenciam na intensidade de uso das áreas verdes, está a qualidade recreativa que estes ambientes oferecem a seus usuários.

Espaços descuidados e com pouca apropriação tornam-se vulneráveis à especulação imobiliária, tanto pública como privada. Não são raras as situações em que locais a princípio reservados para lazer público e convívio social, têm seu espaço suprimido e ocupado por instalações de cunho institucional como escolas, bibliotecas, fóruns, associações comerciais.

O processo de manutenção é indispensável à preservação dos espaços livres. Bem mantidos e bem cuidados – em todos os seus aspectos, como projeto, vegetação, equipamentos -, vão englobar todas as suas funções: sociais, estéticas e ambientais, caracterizando-se como trecho atraente do tecido urbano ao usuário comum, um espaço intrinsecamente público, que congrega e sintetiza a vida na cidade (ROBBA; MACEDO, 2002, p. 49).

Na criação, revitalização, reforma de um espaço de lazer é preciso conhecer as necessidades do público a quem este se destina. Ações seriadas, cópias de lugares com dinâmicas urbanas distintas devem ser evitadas.

Cada espaço verde urbano é único, com suas próprias possibilidades e usuários. É necessário ter uma boa visão de quem são os residentes da vizinhança, seus desejos e preferências, assim como uma visão de como outros espaços verdes na vizinhança são vistos e quais possibilidades oferecem (SCHIPPERIJN, et al., 2010, p. 31).

Para isso, segundo Pellegrin (1996) e Marcellino (1996c) é importante o envolvimento da população na criação e gestão dos espaços, ou seja, é preciso que as administrações municipais levem em consideração a realidade e as aspirações de quem vai fazer uso. No entanto, tal condição parece algo utópico, independente do porte da cidade.

Para Marcellino (1996a) as ações do poder público não têm conseguido acompanhar a importância do lazer e, em alguns casos, essa condição não tem relação com falta de

recursos financeiros, mas com a sua má utilização, devido à ausência de critérios que direcionem as intervenções.

Comumente nota-se um entendimento errôneo quanto ao uso do verde nos espaços públicos, pois este ao invés de atuar como um atrativo a mais para a presença do cidadão no logradouro amenizando, por exemplo, altas temperaturas, torna-se prioridade em detrimento do social. Aranha-Silva (2004, p. 54) apresenta que “[...] muitas cidades dispõem de praças, logradouros e áreas sem edificações, mas que são apenas complementos ornamentais e paisagísticos”.

O espaço público precisa ser planejado com vistas ao seu uso e apropriação intensiva pelo cidadão, primando pela possibilidade do encontro e da permanência. Cavalheiro e Del Picha (1992, p. 31) apresentam que “[...] é necessário que se pense, com cuidado no ordenamento dos espaços livres dentro do tecido urbano, visando não só uma otimização do meio físico, mas também uma melhoria na oferta de áreas livres para o lazer da população”. Do contrário, o que se estabelece pode ser resumido pelas palavras de Santos (1987, p. 48): “Quem não pode pagar pelo estádio, pela piscina, pela montanha e o ar puro, pela água, fica excluído do gozo desses bens que deveriam ser públicos porque essenciais”.

A praça, espaço público em essência, tem sua gênese na função social e ao longo do tempo conferiram-lhes também outros atributos importantes como os ambientais. Lazer e área verde, esse é o binômio que sintetiza o conceito contemporâneo para o papel das praças nas cidades brasileiras.

É fato que nos médios e grandes centros, pequenos vazios oriundos da conformação de vias de fluxo intenso, por vezes nominados de praças, não favorecem o acesso e apropriação como local de lazer, restringindo-o à função de verde urbano e amenizador de contínuos impermeabilizados, cabendo então às praças morfológicamente mais amplas ou situadas em áreas residenciais esse uso associado.

Todavia, nas pequenas cidades, com seu característico ritmo mais lento, tal associação (lazer - área verde) configura-se como favorecida e também essencial, haja vista as poucas alternativas, sejam públicas ou privadas, de entretenimento que essas localidades costumam oferecer aos cidadãos. Cabe aos gestores públicos propiciar espaços livres bem cuidados, que atendam as necessidades e anseios dos cidadãos.

Ao término deste capítulo evidencia-se que a praça desde a sua gênese tem-se apresentado de maneira dinâmica, seja em relação às funções desempenhadas - social, ambiental e/ou estética – e/ou ao prestígio ocupado. Condição esta relacionada a fatores

histórico-sociais, entre eles o contexto urbano em que estão inseridas, se pequenas, médias ou grandes cidades. No capítulo que segue tratar-se-á de maneira específica sobre a praça no contexto das pequenas cidades.

CAPÍTULO II – AS PEQUENAS CIDADES E AS PRAÇAS

Neste capítulo, a partir da análise de referenciais teóricos, apresentar-se-ão conceitos e particularidades da dinâmica urbana das pequenas cidades no que se refere aos seus aspectos socioeconômicos e morfológicos.

2.1 CONCEITOS E DINÂMICA DAS PEQUENAS CIDADES

São as formas singulares de organização, dinâmica, produção e relações sociais que conferem diferentes concepções às cidades. Para Gomes (2006, p. 20): “*Polis, urbes, burgo*¹, cidade e metrópole são diferentes denominações para diferentes coisas [diferentes aglomerações urbanas]”. As quais se diferem em função “[...] da forma física, sua estrutura, seus valores, sua dinâmica, também as práticas sociais, os usos, a estrutura de poder, prestígio social, etc.” (GOMES, 2006, p. 21), ou seja, são as maneiras singulares com que esses fatores se apresentam que conferem identidade às diferentes aglomerações urbanas.

Quando a temática em estudo envolve pequenas cidades, a primeira questão a ser definida é o que se entende por tal condição, haja vista que não há um consenso estabelecido. As maiores discussões referem-se aos critérios a serem utilizados para tal classificação.

O conceito de pequenas cidades é daqueles de difícil elaboração. As localidades assim denominadas oferecem elementos para discutir não só o conceito de pequenas cidades como o próprio conceito de cidade, pois nelas são avaliados os qualificativos que devem compor o limiar entre a cidade e não cidade (ENDLICH, 2009a, p. 87).

De maneira geral as abordagens dividem-se entre aquelas que seguem parâmetros norteados pela complexidade das relações que a aglomeração apresenta, as que optam por basear-se no número de habitantes e as que trabalham com esses parâmetros de forma associada.

Com enfoque nas relações estabelecidas na aglomeração urbana, Santos (1982, p. 71) nomina as localidades que apresentam condições mínimas de complexidade, e como tal o limite entre cidade e não cidade, de “cidades locais”.

¹ Poli: [...] (*grego pólis*) Expressa a ideia de cidade; Urbe: (*latim urbe*) cidade; Burgo: povoação de certa importância, menor que cidade; arrabalde de cidade ou vila; aldeia (WEISZFLOG, 1998).

A cidade local é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir as necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço. [...] Poderíamos então definir a cidade local como a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações (SANTOS, 1982, p. 71).

Assim, a configuração ou não de uma aglomeração em cidade está condicionada ao grau de complexidade das relações que aí se estabelecem. A simples afluência espacial de pessoas, por si só, não caracteriza a existência de uma cidade, ela deve estar associada ao grau de acessibilidade e demanda da população, ou seja, à divisão do trabalho, à economia de mercado e à capacidade de consumo (ENDLICH, 2009a).

Associado à dinâmica das relações estabelecidas, permeia também o conceito de pequenas cidades o fator quantitativo: número de habitantes. Corrêa (2011b, p. 6) propõe uma definição de pequena cidade a partir do grau de centralidade e sua relação com o tamanho demográfico:

Ela se caracteriza por ser um centro local, isto é, um centro que exerce centralidade em relação ao seu território municipal, sua hinterlândia, onde vive uma população dispersa dedicada sobretudo às atividades agrárias. Em muitos casos vilas e povoados estão em sua hinterlândia: constituem eles núcleos de povoamento dedicados essencialmente às atividades agrárias. Mas muitas pequenas cidades têm em suas hinterlândias algumas pequenas cidades, menores ainda, que em um passado não muito distante, constituíam vilas e povoados subordinados a elas. Centralidade e tamanho demográfico estão intimamente relacionados. As pequenas cidades, centros locais que temos em mente, dificilmente ultrapassam 20-30.000 habitantes. É a elas que estamos nos referindo.

Quanto aos termos cidades ou centros locais e pequenas cidades, Fresca (2010) argumenta que há diferenças entre eles: o primeiro seria o limiar da cidade e não cidade, mas o segundo, as pequenas cidades, compreendem também localidades que extrapolam esses limites mínimos, mas em patamares tais que não caberiam classificá-las como médias cidades.

A partir do nível mínimo de atividades [...] há uma diversidade significativa de cidades, cuja complexidade de atividades urbanas extrapola o denominado nível mínimo. Mas isto não gera elementos necessários para que as mesmas possam ser consideradas cidades intermediárias ou metrópoles, significando que mesmo tendo certa complexidade de atividades urbanas acima do nível mínimo, continuam sendo pequenas. E aqui reside razão para o uso da expressão pequena cidade para aquelas cidades que não são centros locais (FRESCA, 2010, p. 77).

O conceito de pequena cidade não é polêmico apenas no cenário nacional. Jezek (2011, p. 4) [tradução nossa] referenciando a Conferência Europeia sobre Pequenas Cidades do Interior, realizada no ano de 2005 em Retz na Áustria, apresenta que “o único consenso a

que os participantes do evento chegaram quanto ao conceito de pequenas cidades foi a definição de um limite superior: 20 mil habitantes”.

Referindo-se a dados quantitativos utilizados pelas instituições de estudos estatísticos, Maia (2010, p. 18) cita que “[...] na classe de cidades pequenas inserem-se aquelas que possuem até 20 mil habitantes; acima deste montante são classificadas como cidades médias e aquelas com mais de 500 mil habitantes são consideradas cidades grandes”.

As discussões sobre os critérios a serem utilizados para definir, conceituar e classificar uma cidade como pequena, se por centralidade, tamanho demográfico ou variáveis associadas, são muitas e também são válidas. No entanto, como apresenta Fresca (2010), o rigor da análise tem relação direta com os objetivos que pesquisa se propõe, “[...] dependendo do estudo e objetivos, nada impede que se utilize o número de habitantes, mas há que se fazer as ressalvas necessárias, acorde aos objetivos estabelecidos na pesquisa” (FRESCA, 2010, p. 76).

Assim, na presente pesquisa adotou-se o conceito de pequena cidade baseando-se nos estudos de Fresca (2010), Corrêa (2011b) e referenciais quantitativos utilizados por instituições de estudos estatísticos, como apresentado por Maia (2010). Considerar-se-á como tal as localidades com até 20.000 habitantes, pois se entende que para o objetivo proposto nesta tese - caracterizar e analisar os usos e funções atribuídos às praças de pequenas cidades - essa é uma abordagem válida.

O surgimento dessas pequenas cidades tem motivações distintas, influenciadas principalmente pelo momento histórico e pelos interesses dos agentes sociais.

Santos (1982) atribui a propagação de pequenas cidades nos países subdesenvolvidos da América Latina à modernização tecnológica, principalmente no que tange à rede de transportes, mas também serviços públicos, como educação e saúde. Essas melhorias, fomentadas pelo Estado, possibilitaram o acesso e a permanência em novas áreas do território – a constituição e difusão de (novas) pequenas cidades – movimentos que mudaram a estrutura espacial de tais países. Essa nova configuração urbana seria resultado do jogo dialético em que se constitui o espaço, ou seja, a ação simultânea tanto de forças de dispersão (que corroboram com a difusão de pequenas cidades) e de concentração (que motivam a constituição de grandes cidades) (SANTOS, 1982). As forças de dispersão estariam relacionadas, entre outros fatores, com a expansão das fronteiras agrícolas.

Capel (2009) apresenta que o elevado número de pequenos centros urbanos é geralmente uma herança do passado, da época em que havia a necessidade de ter um lugar

central próximo ao campo que lhe desse suporte. Uma sede urbana, que desempenhava as funções de centro administrativo, de comercialização, de aquisição de produtos para a agricultura e conexão do campo com outros locais do território. Essa é a origem de muitas das pequenas cidades paranaenses.

Para Ferreira (1995, p. 43) o aumento significativo do número de cidades pequenas no Brasil é uma associação entre o acesso a novas terras e decisões legais:

Entre os fatores que consideramos determinantes na explicação do número de cidades pequenas, podemos citar a abertura de novas fronteiras (Paraná, Centro-Oeste, Amazônia), a descentralização de recursos e a possibilidade de criação de [...] novos municípios permitidos pela Constituição Federal de 1988 e pelas novas Constituições Estaduais. Neste caso, vários distritos se emanciparam e a própria distribuição nacional do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) permitiu uma renda fixa mínima, mesmo para aquelas cidades cuja base econômica não fosse desenvolvida.

A partir dos anos de 1940 houve um acréscimo significativo no número de municípios criados no Brasil. Época em que são emancipadas as três cidades objetos dessa pesquisa – Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.

Uma causa da onda emancipacionista que se verifica no Brasil a partir da década de 1940 está no sistema de tributos partilhados, o qual favorece sobretudo os Municípios mais pobres, através do FPM [Fundo de Participação dos Municípios]. Quando foi introduzido pela Constituição de 1946, as cotas eram iguais para todos os Municípios. Assim, os Governos Estaduais estimulavam a criação de novos Municípios para atrair mais recursos do Governo Federal para o Estado (MELLO, 1992, p. 26).

Ainda sobre a influência das determinações constitucionais quanto à criação de novos municípios e sedes urbanas caracterizadas por pequenas cidades, Soares e Melo (2009, p. 15-16) apresentam que:

[...] excessos cometidos pela Constituição de 1946² quanto à criação de municípios foram amenizados na Constituição de 1967, ao transferir para a União a responsabilidade de estabelecer os requisitos mínimos para a criação de municípios. [...]. A Constituição Federal de 1988 repassou para os Estados da Federação a questão de criação de novos municípios [...].

² Segundo Cigolini (2000, p. 60) a constituinte do ano de 1946, “ficou conhecida como Constituição Municipalista, haja vista sua grande preocupação pelo restabelecimento da democracia local [abolida no Governo Vargas – 1937 – regime do Estado Novo] e fortalecimento das finanças dos municípios. Consequentemente, durante sua vigência, foi o período em que mais se criaram municípios no Brasil”.

Em função das diferentes origens, momentos temporais, localização territorial, potencialidades e investimentos ocorridos, as pequenas cidades se apresentam de maneiras bastante diversificadas. Enquanto algumas são prósperas e desenvolvidas, outras exibem precariedades múltiplas e decadência tanto em aspectos de desenvolvimento quanto populacional.

As pequenas cidades [...] não têm comportamentos homogêneos, tanto em suas características como no que se refere ao dinamismo e ao crescimento demográfico, elevado em umas e reduzido em outras. São muito afetadas pelas características do meio em que se localizam (próximas a áreas urbanas dinâmicas, recursos naturais de valor, boa conexão à rede de transportes) [...] (CAPEL, 2009, p. 14) [tradução nossa].

Assim, se estabelecer parâmetros que as classificam já não é tarefa fácil, justamente em virtude das singularidades, delinear uma caracterização comum é ainda mais complexo. Ferreira (1995, p. 44) exemplifica algumas dessas múltiplas formas que as pequenas cidades podem apresentar:

Não é raro encontrarmos pequenos núcleos urbanos com problemas semelhantes aos dos grandes centros, como excesso de poluição, populações marginalizadas, favelas e cortiços, desemprego em grande escala etc... Ao mesmo tempo em que se pode encontrar no Brasil cidades pequenas, que abrigam em sua área, indústrias e serviços os mais diversos, potencialidades para o turismo e mesmo centros de pesquisas e universidades que lhes permitem estar em contato simultâneo com todo o mundo.

Esse dinamismo é resultante principalmente dos fatores que desencadearam a sua formação, assim como das políticas de desenvolvimento adotadas.

[...] as pequenas cidades no Brasil [...] são marcadas pela diversidade. Tal característica pode ser entendida a partir do contexto regional em que estão inseridas, pelos processos promotores de sua gênese, bem como no conjunto de sua formação espacial (SOARES; MELO, 2009, p. 36).

Nesse contexto: “Apesar de espaços aparentemente simples, as pequenas cidades constituem um objeto de estudo bastante complexo, sobretudo porque apresentam uma pluralidade imensa [...]” (ENDLICH, 2009b, p. 10). As cidades objetos desta tese, Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão originaram-se a partir da abertura de novas fronteiras agrícolas e estão inseridas em um contexto regional predominantemente agrícola, com um campo moderno, mecanizado, mas com sedes urbanas pouco desenvolvidas.

2.2 PEQUENAS CIDADES: DESAFIOS E OPORTUNIDADES

O espaço urbano enquanto produto social é dinâmico. Sua configuração é resultado da ação dos agentes que o produzem e o consomem (CORRÊA, 2005). Logo, as pequenas cidades como parte do urbano também simbolizam essa constante mutação.

Capel (2009) apresenta que no passado as pequenas cidades apresentavam-se enquanto centros de comércio e serviços, cuja função maior era atender às demandas e necessidades do campo, no entanto, com o advento da urbanização universal e da globalização, o significado da cidade pequena mudou motivado principalmente pelas melhorias e facilidades de comunicação e transporte. O campo já não depende do núcleo urbano mais próximo e vice-versa. Segundo Santos (1994a, p. 54): “Quanto mais modernizada a atividade agrícola, mais amplas são as suas relações, mais longínquo o seu alcance.” e, conseqüentemente, menos dependente da sede urbana.

Com a mecanização agrícola ocorrida nos anos de 1970, e o paralelo esgotamento dos recursos naturais, principalmente da madeira, as pequenas cidades localizadas em regiões agrícolas e com poucas oportunidades de emprego na indústria, comércio e serviços, perderam contingente significativo de sua população, a qual migrou para centros maiores ou para áreas de fronteiras em busca de trabalho. Nessa época muitas das pequenas cidades do interior do Paraná tiveram sua população significativamente reduzida em função desses fatores.

A partir de meados dos anos 1970, observa-se uma redefinição muito grande do ponto de vista da estruturação e desestruturação urbana, pois com o êxodo rural e concentração fundiária, principalmente no norte do Paraná, e reestruturação produtiva, as cidades médias passam a receber muitos migrantes da área rural e as pequenas localidades perdem a população não só rural como urbana (FERREIRA; PANTALEAO, 2009, p. 37-38).

As três cidades objetos desta tese são exemplos desse decréscimo, índices que até o presente momento não foram mais recuperados, pois não há ações que efetivamente atraiam população e migrantes para elas.

Tanto na estrutura quanto na função, esses pequenos locais não têm dinamismo suficiente, não só do ponto de vista da organização econômica, pela fragilidade dos elementos dos recursos naturais, bastante degradados pela ocupação inicial desenfreada e sem planejamento, como também a falta de recursos públicos na administração do município, além da falta de lideranças regionais para um crescimento integrado desses pequenos locais (FERREIRA; PANTALEAO, 2009, p. 44).

Os efeitos da modernização do campo aliados à falta de políticas que incentivem e propiciem o efetivo desenvolvimento em outros ramos, faz com que essas cidades mesmo contemporaneamente não consigam atender às demandas locais, seja quanto às necessidades de emprego, seja em relação a serviços especializados.

Tal condição leva, principalmente, a população mais jovem a deixar a cidade em busca de trabalho e melhores oportunidades em centros maiores. Para Capel (2009) entre as principais carências das pequenas cidades em comparação com as médias e grandes é a de um mercado de trabalho menos variado e com menos vagas de emprego. De maneira mais generalista Silva, Gomes e Silva (2009, p. 54) citam que: “Diversos problemas de caráter social que hoje vêm acontecendo nessas cidades estão sendo atribuídos à ausência de uma perspectiva socioeconômica dos jovens que nelas habitam”. Ou seja, os efeitos são principalmente os infortúnios gerados pela ociosidade e/ou a evasão da população local.

A mobilidade oriunda da pequena cidade para centros maiores também é motivada pela busca por serviços especializados principalmente educação e saúde.

[...] as cidades locais apresentam precariedades de infraestrutura necessária para atender sua população e possui papéis restritos, ficando assim, dependentes a um centro maior, das quais fornecem serviços médico-hospitalares, empregos, educação entre outros (MANFIO; BENADUCE, 2011, p. 76).

O fator compras é outro aspecto que promove a afluência da população de pequenas cidades aos centros maiores. O fluxo mais intenso e a aquisição de mercadorias sem muitos intermediários permitem que os lojistas das cidades maiores consigam vender produtos com melhores preços e condições de pagamento. “Como as pequenas cidades não têm condições concretas de suprir-se de todos os bens e serviços, ou os vendem muito caro, acabam por perder boa parte dos seus habitantes. Quem pode [...] vai consumir e volta ao lugar de origem. Quem não pode locomover-se periodicamente, vai e fica” (SANTOS, 1994a, p. 56). Dinâmica que não favorece as pequenas cidades, pois enfraquece ainda mais o comércio e o giro da economia local.

Em função da proximidade (em média 22 km) a população das cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão buscam serviços e produtos em Campo Mourão. Algumas lojas do comércio mourãoense incentivam essa prática custeando a viagem e a alimentação de clientes das cidades vizinhas.

O deslocamento às cidades maiores manifesta-se de duas maneiras principais, os que migram de forma definitiva e os que ficam durante o dia, mas retornam à noite ou aos fins de

semana. As movimentações diárias, em busca dos predicados já citados, são tão significativas que segundo Drozag (2011) as distâncias percorridas equivalem-se aos deslocamentos cotidianos que uma grande cidade impõe aos seus cidadãos para chegar de um ponto a outro da *urbe*, sendo, portanto, o local de residência (se cidades grandes ou pequenas) um elemento relevante do estilo de vida e nas razões que motivam o deslocamento.

O estudo de Drozag (2011) ainda constata que em ordem decrescente, os motivos que levam os habitantes de uma pequena cidade a buscar um centro maior estão compras, trabalho, relações sociais, educação e cultura; e que a alternativa recreação não teria sido apontada por nenhum dos sujeitos entrevistados enquanto motivadora desse deslocamento. Considerando o objeto e objetivos desta tese, o fato do motivo recreação não ter sido assinalado pode indicar em certos aspectos que as atividades locais, incluem-se aí os espaços de lazer público, atendem às demandas.

É fato que a modernização do campo desencadeou uma nova dinâmica urbana para as pequenas cidades. Dessa forma é preciso identificar as novas demandas oriundas desse processo e estimular o desenvolvimento. Segundo Corrêa (1999) há duas possibilidades a seguir: servir apenas como local de moradia de uma mão de obra barata e pouco qualificada, perdendo população e significância; ou procurar se especializar produtivamente, seja em atividades vinculadas com a produção agrícola, seja em outros ramos, e ampliar sua centralidade. A nova ordem estabelecida entre campo e cidade também possibilita diversidade de mercado.

As cidades locais mudam de conteúdo. Antes, eram as cidades dos notáveis, hoje se transformaram em cidades econômicas. A cidade dos notáveis, onde as personalidades notáveis eram o padre, o tabelião, a professora primária, o juiz, o promotor, o telegrafista, cede lugar à cidade econômica, onde são imprescindíveis o agrônomo (que antes vivia nas capitais), o veterinário, o bancário, o piloto agrícola, o especialista em adubos [...] (SANTOS, 1994b, p. 51).

Há a necessidade de possibilitar alternativas para que essas pequenas cidades não percam população e se desenvolvam. Delinear novas vocações, especializações produtivas, seja na indústria ou nos serviços.

Antes de afirmar que o conjunto de pressupostos da modernização (e mecanização) agrícola leva ao desemprego estrutural podemos pensar que o fluxo monetário (empréstimos para o plantio e comercialização e rendimentos da venda da safra) pode ser aplicado em bens e serviços, ou em imóveis, por exemplo, distribuindo os lucros provenientes da alta produtividade (CARVALHO, 2008, p. 15).

Nessa perspectiva, um dos agentes mais importantes é o Estado. Ele precisa, por meio de políticas públicas, possibilitar e estimular que essas novas alternativas aconteçam. “[...] é necessário despertar o interesse dos governos locais e estaduais para uma efetiva reorganização dessas pequenas localidades” (FERREIRA; PANTALEAO, 2009, p. 44), pois muitas se configuram por um campo moderno e produtivo, mas um urbano carente de estrutura. Moura (2009) apresenta que as articulações intermunicipais são boas escolhas para a solução de problemas comuns das pequenas cidades, cabendo ao Estado o papel de intervir no sentido de que elas ocorram.

Faz-se necessário valer-se das facilidades proporcionadas principalmente pelas inovações tecnológicas, assim como na tendencial valorização pela busca de qualidade de vida para fomentar e estimular investimentos e o desenvolvimento das pequenas cidades. É sobre essas possibilidades que se tratará na sequência.

As pequenas cidades oferecem, sem custos e sem supervalorização do preço do solo urbano, grande parte do que os grandes projetos urbanísticos e empreendimentos habitacionais tentam recriar (área verdes, proximidade com a natureza, segurança, tranquilidade, entre outros elementos) nas grandes e médias cidades, por meio dos condomínios horizontais de luxo. Além do mais, na pequena cidade, os elementos naturais que compõem o espaço urbano estão mais preservados e, portanto, influenciam, direta ou indiretamente, na qualidade de vida de seus habitantes e na paisagem urbana. (SOARES; MELO, 2010, p. 243).

Quando a questão é mercado consumidor, nas pequenas cidades isso pode parecer menos atraente e promissor que nos grandes centros devido ao baixo contingente populacional. No entanto, o desenvolvimento de tecnologias no ramo das comunicações e dos transportes faz delas boas opções para a instalação de atividades que não tenham apenas o público local como cliente, caso de muitas indústrias e também de serviços.

Nos últimos tempos, o processo de reorganização espacial tem apresentado novos dinamismos no interior da pequena cidade [...] principalmente, a partir do processo de reestruturação produtiva, que tem tornado as pequenas cidades um espaço ideal para a reprodução do capital. [...] é comum a prática de atividades industriais [...] utilizando baixa remuneração de força de trabalho. Com isso, o capital consegue ampliar a sua taxa de lucro [...] (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 50-51).

Também a disponibilidade de grandes áreas livres, com menores custos e próximas à cidade favorecem a instalação de atividades que demandam amplo espaço físico.

Esses fatores, quando aliados aos aspectos de qualidade de vida tão buscados contemporaneamente e que as pequenas cidades podem oportunizar, as tornam lugares bastante atrativos.

Referir-se hoje às pequenas cidades é algo diferente do passado. É falar de um espaço que pode estar conectado em todos os sentidos ao resto do mundo, mas com um ambiente social e morfológico particular, diferente ao de uma grande cidade, e que pode ser muito atrativo (CAPEL, 2009, p. 7). [tradução nossa].

Problemas com trânsito, longas distâncias de um ponto a outro e insegurança, tão corriqueiros nos grandes centros, são situações praticamente inexistentes no contexto urbano da pequena cidade. São aspectos como esses que devem ser ressaltados e trabalhados pelos gestores nas políticas de desenvolvimento local. Segundo Ferreira (1995, p. 41) com o advento das inovações tecnológicas, as pequenas cidades podem “[...] participar dos principais acontecimentos sociais e econômicos em âmbito nacional ou mesmo internacional, [...] ao mesmo tempo em que não apresentam as externalidades negativas inerentes às grandes aglomerações humanas”.

As empresas, de maneira geral, não precisam mais estar fisicamente próximas às grandes cidades, ou próximas do seu cliente, mais importante que localização é qualidade dos produtos e a boa logística. Nesse contexto Sposito (2009, p. 21) apresenta que “[...] as cidades médias e pequenas podem ser articuladas a espaços que não são contínuos às regiões as quais elas pertencem [...]”.

A possibilidade de difusão das atividades para centros menores além de favorecer o desenvolvimento da pequena cidade e controlar a evasão populacional, dilui a concentração e o afluxo às grandes cidades, ou seja, é fator positivo para os dois contextos urbanos.

Um outro aspecto aponta a própria função dos pequenos centros como incentivadores da descentralização das atividades produtivas, principalmente as indústrias, permitindo a criação de polos alternativos para atração/contenção de migrantes e, dessa forma, aliviando a pressão migratória sobre os grandes centros (FERREIRA, 1995, p. 45).

Todavia, as potencialidades desencadeadas por esse novo momento tecnológico não se restringem aos benefícios econômicos, vantagens de ordem social também são proporcionadas:

As pequenas cidades podem ser inovadoras, dispor de centros de ensino, ter acesso ao conhecimento e a cultura, estar bem conectada com as áreas dinâmicas do desenvolvimento econômico. E além de tudo isso, podem ser lugares muito agradáveis para viver (CAPEL, 2009, p. 14). [tradução nossa].

Essas cidades são marcadas por relações mais próximas: as pessoas não só conhecem o vizinho, mas também a população de maneira geral.

As pequenas cidades apresentam situações em que a sociabilidade está muito condicionada à pessoalização porque os indivíduos vivem em um ambiente social com um alto grau de proximidade com seus contatos e, muitas vezes, tomam conhecimento do mundo a sua volta a partir de relações essencialmente interpessoais. Os sujeitos reconhecem e são reconhecidos pelos outros em decorrência de sua marca pessoal, de seu nome, de suas atitudes. Tudo é amplamente dominado pela coletividade e a pessoalidade. As festas, as rezas, o lazer, as estórias, as conversas são compartilhados com todos (SOARES; MELO, 2010, p. 245).

Tal intensidade é favorecida pelo menor número de habitantes, menores distâncias e ritmo mais lento. Segundo Endlich (2009a, p. 289-291) “[...] as pequenas cidades não correspondem a miniaturas das grandes cidades, mas sim a uma expressão do urbano com feições específicas [...]. [...] são partes do urbano marcado por um ritmo mais lento e humanizado”. Características que conferem identidade às pequenas cidades.

Nesse contexto, Silva, Gomes e Silva (2009, p. 53) afirmam que “[...] nas pequenas cidades, o processo de individualização, marcado pela redução do fenômeno coletivo, ainda não é uma variável predominante”.

As relações de vizinhança são mais presentes e fazem parte das práticas socioespaciais cotidianas dessa parcela do urbano.

A forma de pensar e sentir a cidade pequena se dá mediante aos aspectos simples e comuns àquela população, diferentemente que nas grandes cidades onde as construções escondem o belo das paisagens, nas quais as pessoas nem se conhecem, onde tudo é distante (MANFIO; BENADUCE, 2011, p. 76).

Essa humanização e ritmo desacelerado que marca a pequena cidade pode manifestar o interesse de quem vive em meio à acelerada dinâmica dos grandes centros. Capel (2009) afirma que desde a década de 1960 há uma inversão de significados na expressão: “quanto maior, melhor”, segundo o autor entre as condições que motivam, esse novo conceito baseia-se nas facilidades de conexão advindas das novas tecnologias (as pequenas cidades não estão mais isoladas do resto do mundo) e na busca pela qualidade de vida (o ritmo mais pacato e seguro), fatores que fazem da pequena cidade uma vontade de muitos.

As pequenas cidades, muitas vezes, passam a ser a melhor alternativa para quem procura uma tranquilidade certa, o silêncio e a paz que essas cidades têm a oferecer. [...] a moral, a ética e o respeito ao próximo se fazem primordiais, juntamente com a polidez e a delicadeza das pessoas ao darem “bom dia” umas às outras (FERREIRA, 2009, p. 83).

A ruralidade também se manifesta na morfologia das pequenas cidades, principalmente daquelas localizadas em contextos agrícolas. São costumes e hábitos originalmente do campo trazidos para o ambiente urbano.

[...] no Brasil há grande número de municípios que congregam amplas extensões territoriais, sendo que muitos são sediados político administrativamente por núcleos urbanos de pequeno porte, marcados por intensas articulações que se estabelecem entre o urbano, o rural e o agrícola, seja nos aspectos econômicos ou no estilo de vida, costumes e hábitos da população. [...] como os quintais, os espaços destinados às hortas ou criação de animais [...] (MOREIRA JUNIOR, 2011, p. 3-7).

Também Soares e Melo (2010, p. 242) ressaltam aspectos rurais na morfologia das pequenas cidades: “Grandes áreas verdes se mantêm nos espaços das cidades nas formas de jardins e quintais extensos. Além disso, a distância entre as áreas edificadas e ocupadas em relação ao campo é muito pequena”.

Dessa interpolação entre comportamentos rurais e urbanos característicos das pequenas cidades interioranas, Ferreira (2009, p. 81, grifo do autor) considera que: “[...] o que predomina não são, em si, os hábitos urbanos sobre os rurais, mas sim, os hábitos rurais ainda num processo de adequação para essa nova realidade chamada *urbana*”.

Os aspectos apresentados indicam o quanto a pequena cidade pode oportunizar uma vida mais tranquila, com a valoração de ações e vivências simples que conferem qualidade de vida à população, e ao mesmo tempo possibilitar a interação com outras partes do território.

A partir do entendimento exposto por Capel (2009) preconizando que o maior já não se configura mais como o melhor, principalmente em função os avanços nos setores de transporte e comunicação, as pequenas cidades podem se apresentar como lugares onde é possível associar questões econômicas, culturais e educacionais à qualidade de vida. Todavia, nessa concepção é preciso atentar-se às múltiplas maneiras sobre as quais elas se manifestam, ou seja, não cabe à generalização, pois tais benefícios podem ser mais expressivos e acessíveis em umas que em outras.

2.3 PEQUENAS CIDADES E PRAÇAS

É comum a existência de pequenas cidades que tem a gênese de sua estruturação vinculada ao espaço de uma praça. Caldeira (2007, p. 393, grifo do autor), referindo-se às

praças do período imperial³, cita que o modelo está presente nas “cidades atuais de pequeno porte, cuja morfologia organiza-se em torno de um único centro, a *pracinha*”.

Ao analisar o traçado inicial da malha urbana das cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão observa-se claramente que este tem como ponto central uma praça, sendo respectivamente as praças: Eleutério Galdino de Andrade, Nossa Senhora do Rocio e Aldevino Santiago. Retomar-se-á, de maneira mais aprofundada, esse assunto no Capítulo III.

A praça nas pequenas cidades estabelece-se enquanto elemento centralizador e de ordenamento da *urbe*. Segundo Spolaor (2010, p. 74):

De um modo geral, na maioria das pequenas cidades a vida urbana gira em torno da praça central, que normalmente é a da igreja, para a qual convergem ruas e caminhos. Essa é também a parte da cidade que possui as melhores casas, geralmente habitadas por pessoas que têm prestígio social ou político.

A sede urbana das pequenas cidades restringe-se a poucos quarteirões, com uma, duas avenidas principais, as quais concentram a maioria das atividades terciárias da *urbe*. Em Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão a praça central localiza-se na área mais nobre da malha urbana, e é circundada por prédios públicos e/ou pelos principais estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços da cidade.

[...] o centro, geralmente onde está a igreja e a praça, constitui-se no lugar simbólico por excelência, pois é nesse lugar que a história acontece, (re) produzindo a história social de um povo. O centro das pequenas cidades é assim um lugar privilegiado de controle efetivo e simbólico da vida coletiva [...] (SILVA; GOMES; SILVA, 2009, p. 56).

O cotidiano da pequena cidade transita pelo espaço da praça. Nas três cidades em tela nesta tese evidenciou-se que a praça central é utilizada, entre outras formas, como local de acesso a outros pontos da cidade, ou seja, ela está intrinsecamente associada com as atividades diárias dos cidadãos, sejam estas de caráter obrigatório e/ou de lazer. O fato de a praça fazer parte do trajeto percorrido pelos pedestres contribuiu para o encontro e a interação, mesmo não intencional, entre os cidadãos.

Outra função latente das praças nas pequenas cidades é a de ambiente de sociabilização, nesse caso motivada pela intencionalidade e certeza do encontro. Atribuição esta pouco frequente em praças de cidades maiores, como pode ser verificado nas palavras de

³ A praça do período imperial enquanto elemento urbano definia-se como um importante centro irradiador reconhecido no âmbito global da cidade (CALDEIRA, 2007, p.393).

Estácio (2008, p. 5) ao referir-se à relação do público infantil com os espaços públicos em grandes cidades:

A rua e a praça já foram espaços destinados à infância, ponto de encontro de grupos de meninos e meninas que se encontravam para brincar e viver plenamente a infância. Mas o progresso, o crescimento das cidades, o aumento do número de automóveis e também da violência impuseram mudanças severas. Atualmente o ponto de encontro é o *playground* do condomínio, o *shopping*, a escola, enfim novos tempos, novos encontros.

Nos trabalhos de campo realizados nas cidades objetos de estudo nesta tese, observou-se que são principalmente os jovens que buscam as praças enquanto local de encontro e sociabilização, sobretudo nos finais de semana.

Relacionando a questão social com a morfologia urbana, Ferreira (2009, p. 72) considera que: “O lugar encontrado nessas pequenas cidades permite que as relações interpessoais ainda se tornem estreitas, e as [...] relações de compadrio e amizade ainda se façam vivas e reproduzidas por sua gente”.

As pequenas cidades apresentam uma malha urbana com dimensões irrisórias se comparadas com as médias e grandes cidades, o que confere facilidades de deslocamento, acesso e relações de sociabilidade mais intensas entre os cidadãos.

[...] é muito comum se observar as pequenas nucleações de conversa nas praças e nos logradouros públicos. Nas grandes cidades, os encontros em praças públicas ou em *shoppings* podem ser considerados eventuais ou combinados, ao passo que, na pequena cidade, esses encontros são constantes em função da “circularidade repetitiva”: passa-se pela mesma praça, ou logradouro público, várias vezes durante a semana. Esse deslocamento do transeunte pela pequena cidade, que, pelas suas dimensões físicas, estimula a pedestrialização, acontece em vias públicas entornadas por edificações residenciais ou comerciais de pessoas conhecidas, por isso o passante gesticula, para, conversa (CASTRO, 2010, p. 109).

Infere-se que o *status* ocupado e a importância dada às praças nas pequenas cidades, em especial aos logradouros centrais, justificam-se pelo fato desses espaços públicos localizarem nos pontos de maior dinamismo da cidade - o centro - onde é possível acompanhar “o movimento da cidade”, ver e ser visto; e também pelas poucas opções de entretenimento e recreação disponibilizadas à população nessas cidades, ou seja, a pracinha configura-se enquanto ponto de convergência, local de destino dos cidadãos.

[...] o lazer se limita, muitas vezes, aos moradores se encontrarem para conversar com os amigos, geralmente, nas praças e bares centrais, fazer o chamado “*footing*”, frequentar quermesses promovidas por instituições religiosas ou sociais (mais esporádicas) [...] (BERNARELLI, 2004, p. 271).

Além de configurar-se enquanto cenário das atividades cotidianas da *urbe*, comumente as praças das pequenas cidades também servem como *locus* para festividades, manifestações artísticas, cívicas e políticas. Nas cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão entre os eventos realizados na praça estão as festividades em comemoração ao aniversário do município e, semanalmente, as tradicionais feiras do produtor rural. Dourado e Silva (2005, p. 72) destacam essa função social da praça na dinâmica das pequenas cidades ao apresentarem que:

Cidades consideradas pequenas geralmente têm uma única praça que se torna palco de festas, reuniões, encontros e desencontros, articulação política, enfim, para se saber notícias sobre o andamento na cidade basta fazer um passeio pela praça, logo se encontrará alguém disposto a dispensar algum tempo para colocar a “conversa em dia” . [...] Nas cidades pequenas, a praça ainda é o local onde se encontram amigos, compadres, comadres, crianças, jovens e nem tão jovens assim. Em qualquer hora do dia alguém faz uso do espaço. Seja para descansar, passear com a família, praticar alguma atividade, como ler ou jogar dominó com os amigos, brincar, ter contato com a natureza, aliviar as tensões do dia-a-dia ou para simplesmente fugir da solidão.

A permanência no logradouro por longos períodos de tempo é outro aspecto notório nas praças das pequenas cidades. Nos trabalhos de campo realizados nesta pesquisa observou-se que são principalmente os jovens, aqueles com idade de até 29 anos e a população da terceira idade, neste caso em sua maioria os do sexo masculino, que costumam passar várias horas nas praças.

Ao término deste capítulo, e a partir das referências citadas, é possível evidenciar as particularidades e a posição de destaque ocupadas pelas praças no contexto das pequenas cidades, principalmente quanto aos aspectos morfológicos e sociais da *urbe*, se comparadas com a condição dos médios e grandes centros. Fato que justifica e enaltece a importância de se estudar mais a fundo as relações estabelecidas entre a população e esses espaços sob a ótica da Geografia, ou seja, o produto das dimensões física e humana, em um contexto todo peculiar que é o das pequenas cidades. Todavia, é certo que não cabem generalizações infundadas, pois a singularidade é uma das características que assinala as pequenas cidades.

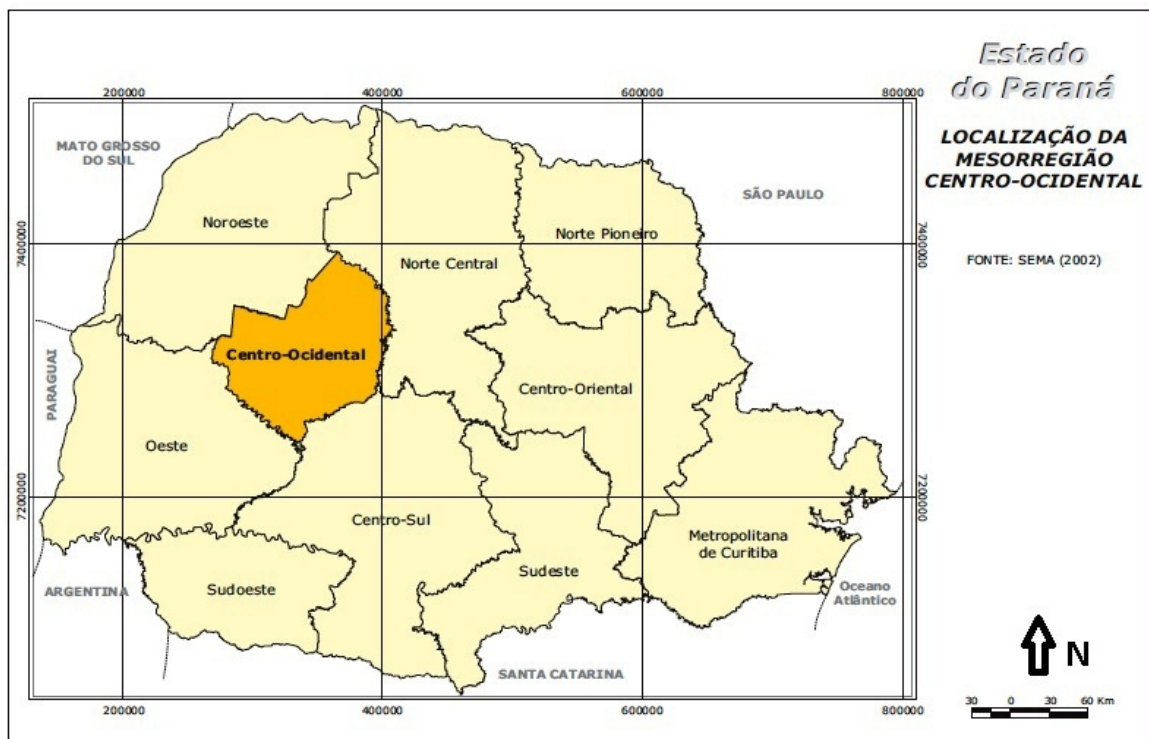
CAPÍTULO III – CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

Este capítulo versará sobre a formação dos municípios de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, como também sobre aspectos socioeconômicos e espaciais que possibilitem o entendimento da dinâmica dessas pequenas cidades.

3.1 LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

As três cidades objetos da pesquisa situam-se na Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná, na região fisiográfica denominada Terceiro Planalto Paranaense, tendo como principal divisa geográfica, a leste, o Rio Ivaí, e a oeste o Rio Piquiri. Possui área de 1,2 milhões de hectares, aproximadamente 6% do território estadual e subdividi-se em 25 municípios, sendo Campo Mourão a cidade com maior nível de polarização (Figura 2) (IPARDES, 2004).

Figura 2 – Mapa do Paraná, destacando-se a localização da Mesorregião Centro-Ocidental.

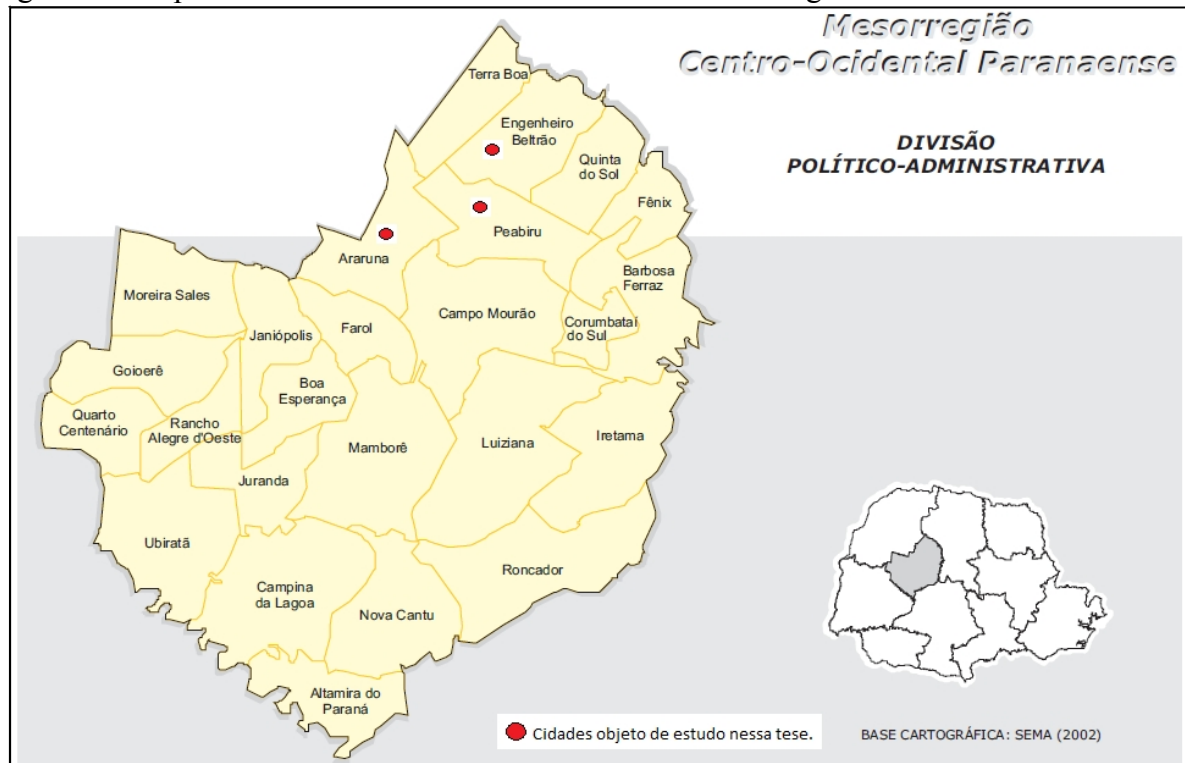


Fonte: SEMA (2002) apud IPARDES (2004).

A Mesorregião Centro-Ocidental é formada por duas microrregiões, a Microrregião de Campo Mourão, constituída pelos municípios de **Araruna**, Barbosa Ferraz, Campo

Mourão, Corumbataí do Sul, **Engenheiro Beltrão**, Farol, Fênix, Iretama, Luiziana, Mamborê, **Peabiru**, Quinta do Sol, Roncador e Terra Boa, e a Microrregião de Goioerê, composta pelos municípios de Altamira do Paraná, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Goioerê, Janiópolis, Juranda, Moreira Sales, Nova Cantu, Quarto Centenário, Rancho Alegre D'Oeste e Ubiratã (SANTOS, 1995; IPARDES, 2008). (Figura 3).

Figura 3 – Mapa da divisão Político-Administrativa da Mesorregião Centro-Occidental.



Fonte: Adaptado de SEMA (2002) apud IPARDES (2004).

Das dez mesorregiões que compõem o Estado do Paraná a Centro-Occidental com seus 334.125 habitantes, é a que tem menor população, representando 3,2% do total (IBGE, 2010a). Além da pouca expressão populacional, segundo dados do IPARDES (2000a) todos os municípios integrantes da mesorregião apresentam IDHM's (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) inferior à média do Estado do Paraná que é de 0,787. E, apenas Campo Mourão, com IDHM de 0,774, atinge a média nacional de 0,766 (IPARDES, 2000b). Condição que se opõe ao registrado no período de 1950 a 1970, época em que a região exercia grande atratividade e concentrava expressivo contingente populacional¹. Devido à modernização do campo, ocorrida subsequente a esse período, e da falta de políticas que

¹ A Mesorregião Centro-Occidental no início dos anos 1970 concentrava cerca de 530 mil habitantes, em sua maioria no meio rural, representando uma área razoavelmente populosa do interior do Estado (IPARDES, 2004).

possibilitassem o desenvolvimento em outras áreas tornou-se uma região com decréscimos populacionais contínuos.

3.2 O CONTEXTO HISTÓRICO DA MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO

A Microrregião de Campo Mourão é formada por 14 municípios, sendo Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão cidades integrantes dessa microrregião. Segundo dados do IBGE (2010a) somente a cidade polo, Campo Mourão, apresenta população superior a 20.000 habitantes², ou seja, a microrregião constitui-se basicamente por pequenas cidades, as quais em sua maioria são núcleos urbanos resultantes do processo de colonização empreendido durante os anos 1950 a 1960, mas que assim como a maioria das pequenas cidades da Mesorregião, tiveram seu crescimento comprometido pela falta de planejamento e identificação de demandas frente ao novo modelo agrícola instalado.

Segundo Santos (1995) os municípios que compõem essa microrregião são originários dos antigos Campos de Mourão³. “A história de todos eles possui a mesma origem: as expedições organizadas a pedido do governador da Província de São Paulo, D. Luis Antonio Botelho de Souza Mourão, a partir de 1765” (SANTOS, 1995, p. 8). Sendo que nessa época as intervenções e interesses na região relacionavam-se mais ao reconhecimento das terras, que a colonização propriamente dita. Assim, ainda que tenham sido registradas movimentações na região desde o período colonial, a ocupação se consolida no início do século XX e intensifica-se nos anos de 1940 (BERNARDES, 1953; HESPANHOL, 1993; ONOFRE; SERRA, 2005).

Com vistas à ampliação das fronteiras agrícolas, expansão da pecuária e a exploração dos recursos naturais presentes na região, é que se avivam o interesse e a busca pelas áreas do então, Campos de Mourão. Onofre e Serra (2005) apresentam que a colonização da Microrregião de Campo Mourão estabelece-se a partir de dois processos distintos: um envolvendo uma frente de expansão, em que as áreas de campo da região foram ocupadas por guarapuavanos⁴ para a criação de gado, e outro uma frente pioneira, coordenada pelo governo do Estado, com fins de apropriação intensiva, regulamentação de posses de terras e desenvolvimento.

² Segundo dados do IBGE (2010) Campo Mourão possui 87.194 habitantes.

³ Campos de Mourão foi a primeira denominação dada a área de campos na qual se constituíram os municípios da mesorregião de Campo Mourão. O nome foi uma homenagem ao governador da Província de São Paulo, D. Luis Antônio Botelho de Souza Mourão (SANTOS, 1995).

⁴ Guarapuava situa-se na Região Centro-Sul do Estado do Paraná e está a 206 km de Campo Mourão.

[...] em Campo Mourão o avanço da frente de expansão deu origem ao povoamento. Essa frente iniciou-se a partir da organização de expedições de elementos guarapuavanos que registraram terras nessa localidade, com pretensões de criar gado. Mas essa frente apresentou-se pouco expressiva demograficamente, implantada precariamente em áreas acessíveis. Com relação à frente pioneira, iniciou-se a partir do século XX, com a implementação de política governamental, que consolidou a colonização da região, apresentando-se estruturada, organizada e integrada ao mercado (ONFORE; SERRA, 2005; p. 10956).

Em relação a datas tem-se que: “Os expedicionários guarapuavanos [...] chegaram à região de Campo Mourão em 1893 [...]” (SIMIONATO, 2008, p. 23), e que “[...] em 1920, já existia aí um minúsculo povoado (sendo assinalado nos mapas da época) [...]” (BERNARDES, 1952, p. 81), mas é nos anos de 1940 e 1950, com a instalação de colônias pelo governo estadual e projetos de colonização pela iniciativa privada, que o processo se intensifica (HESPANHOL, 1993).

A atuação do governo do Estado é mandatória na ocupação intensiva e formação dos municípios da Microrregião de Campo Mourão. Segundo Bernardes (1953) a partir de 1939 o governo do Paraná passou a realizar serviços de colonização em terras devolutas, e em áreas cujas concessões atribuídas a colonizadoras haviam sido anuladas pelo não cumprimento das obrigações; em meio às colônias criadas pelo Estado está a Colônia Mourão. Com vistas a um povoamento intensivo as condições para a aquisição das terras eram facilitadas, segundo Elias (1971, p. 7) estas “[...] eram divididas em pequenos lotes agrícolas cedidas em prestações a juros suaves”.

Entre as ações empreendidas pelo governo consta a tentativa de organizar e intermediar a questão de posses de terra, pois conflitos e disputas violentas se faziam presentes. Segundo Santos (1995) em 1943 com o objetivo de intensificar essas negociações cria-se uma inspetoria de terras em Campo Mourão submissa ao Departamento de Geografia, Terras e Colonização – DGTC, fato que conferiu credibilidade ao processo colonizatório e intensificou a procura. “As notícias a respeito de avanços no sistema de regularização de posses, oferecendo segurança de negócios sólidos aos compradores de lotes, foram suficientes para o rápido crescimento da população de colonos” (SANTOS, 1995, p. 80), pois os preços e as condições de pagamento já eram bastante atrativos.

Naquele tempo requeria direto do Estado, requeria posse, direito, aí pagava por ano. Naquele tempo que viemos para cá, o preço do terreno do Estado era de 83 mil reis o alqueire, era barato, quem comprava 40 alqueires ia pagar em 6 anos, isso atraiu o povo [sic] (informação verbal)⁵ (ENTREVISTADO 1, 2012).

⁵ Informação fornecida por um pioneiro do município de Araruna, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Araruna, março de 2012.

Quanto à origem dos migrantes, tem-se que essa se configura por um encontro de duas frentes:

[...] uma proveniente do Norte e outra do Sul. A primeira, deriva das frentes colonizadoras do café e a segunda, oriunda dos dois estados meridionais (Rio Grande do Sul e Santa Catarina), composta por descendentes de colonos europeus [...] (HESPANHOL, 1993, p. 21-22).

As diferentes procedências da população pioneira influenciaram nas formas de apropriação e também nas atividades econômicas desenvolvidas na região, caracterizando-se pela pluralidade.

O avanço pioneiro proveniente de São Paulo, tradicionalmente baseado na cultura do café, encontra aqui outras correntes de povoamento. [...] São criadores de porcos que, depois de fazer queimadas e semear milho, soltam os animais no campo até a engorda. São chamados 'safristas' [...]. Campo Mourão parece ser atualmente o extremo de uma corrente migratória que vem do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, migração essa também de 'safristas' que tudo ignoram das culturas tropicais. Atualmente as duas correntes pioneiras superpõem-se curiosamente, os paulistas procurando a boas terras roxas, que ficam nas partes baixas do vale do Ivaí, enquanto que os 'safristas' vindos do sul preferem os solos pobres dos altos (MONBEIG, 1984, p. 207).

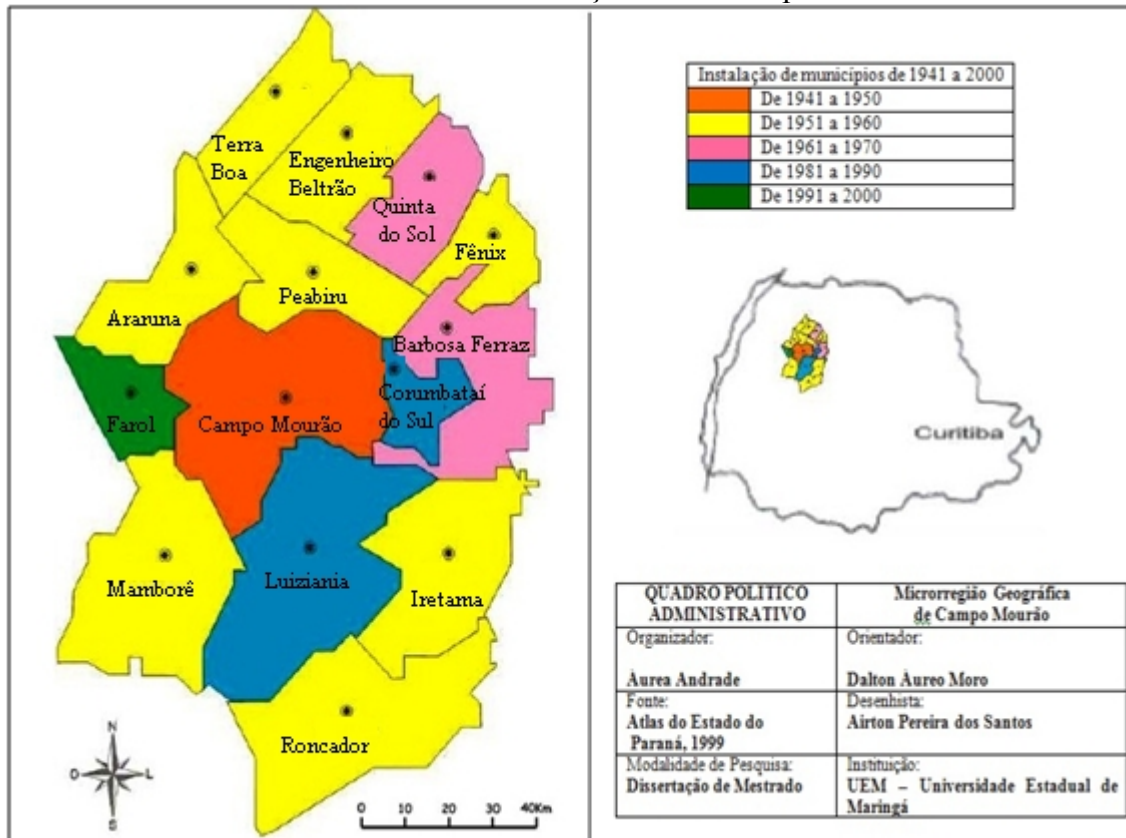
Assim, as atividades econômicas desenvolvidas quando do início da colonização são influenciadas por essa diversificação cultural, onde há a presença do café, mas também da pecuária, caracterizando-se de maneira geral pela policultura de subsistência e comercialização.

[...] após e simultaneamente ao desmatamento da densa floresta, praticava-se a agricultura, sendo cultivadas lavouras de subsistência (arroz, feijão, mandioca, etc.) com excedentes comercializáveis, bem como lavouras voltadas estritamente para o mercado (algodão, café, menta, etc.), além da atividade criatória (suinocultura, bovinocultura) (HESPANHOL, 1993, p. 18).

O crescimento populacional ocorrido nos anos de 1940 a 1970 na Microrregião de Campo Mourão contribuiu para a constituição dos municípios que a compõem. Os núcleos urbanos serviam como centros para a comercialização do excedente agrícola e aquisição de artigos, entre os estabelecimentos encontravam-se os tradicionais armazéns de secos e molhados.

Na figura 4, constata-se que oito dos quatorze municípios da Microrregião foram instalados entre os anos de 1951 e 1960, entre eles Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão (ANDRADE, 2005).

Figura 4 – Mapa político e administrativo da Microrregião Geográfica de Campo Mourão, destacando-se a década de instalação dos municípios.



Fonte: ANDRADE (2005).

A partir de 1970 devido ao processo de modernização da agricultura e de intempéries climáticas – as geadas que comprometeram principalmente a cultura do café - inicia-se uma inversão no até então agitado e populoso cenário em que se configurava a Microrregião de Campo Mourão.

Segundo Hespanhol (1993, p. 18) “[...] a região, bem como o Estado do Paraná, tornou-se um centro de repulsão da população, devido à substituição da agricultura tradicional pela agricultura moderna, representada na região pelo binômio soja/trigo”. Um novo modelo produtivo baseado na inserção de equipamentos agrícolas em substituição à mão de obra humana, de grandes latifúndios em detrimento da pequena propriedade e de monoculturas em vistas à diversidade produtiva se instala. Nessa condição, muitos dos pequenos produtores que não tinham recursos para modernizar e expandir a produção viram-se obrigados a arrendar ou a vender suas propriedades, buscando trabalho em médias e grandes cidades ou em áreas de fronteira. Condição imposta também aos empregados rurais que devido à mecanização e à prática de culturas que passam a demandar menor quantidade de mão de obra ficam sem trabalho.

Segundo Besser, Recker e Agnitsch (2008, p. 580) [tradução nossa]: “Pequenas cidades estão propensas a experimentar consequências significativas de eventos que seriam menos notados em uma área metropolitana”.

As mudanças no campo comprometeram a dinâmica e a evolução dos núcleos urbanos da região, pois estes que até então eram movimentados, populosos, serviam de suporte às atividades agrícolas e centro de comércio aos muitos trabalhadores rurais, perderam significância e representação regional diante de um campo moderno e mecanizado.

As pequenas cidades da região, muitas ainda em fase de implantação, dinâmicas com florescentes centros pioneiros, movimentados pelo acesso contínuo dos moradores do campo, praticamente morrem (ALEGRE; MORO, 1986, p. 39).

Evidencia-se uma regressão tanto quantitativa como qualitativa dos serviços oferecidos nessas cidades em função do expressivo decréscimo populacional, como pode ser identificado nas palavras de um dos pioneiros do município de Peabiru:

[...] tinha armazém, tinha o Cine Vera [...], depois veio o Cine São Jorge, e aí foi aumentando, aumentado. [...] Naquela época tinha muito mais gente, três vezes mais, o nosso município não tem hoje 20 mil habitantes, já chegou a ter 35 mil habitantes, tinha povo, gente mesmo, tinha quatro serrarias, três máquinas de beneficiar arroz, três de beneficiar café, então tudo isso acabou [...] [sic] (informação verbal)⁶ (ENTREVISTADO 2, 2012).

Segundo dados censitários do IBGE, nos anos 1970 a população de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão eram respectivamente 43,3%, 42,4% e 44,9% maior que a registrada para o ano de 2010.

Sobre a condição de vulnerabilidade em que se encontram muitas das pequenas cidades, Costa e Rocha (2009, p. 111-112), referindo-se a municípios periféricos da Mesorregião Centro Ocidental Paranaense, apresentam:

São áreas de estagnação econômica e que dificilmente conseguem se integrar efetivamente na dinâmica econômica nacional e estadual. A evasão populacional é reflexo das precárias condições econômicas e de longas décadas de desinteresse político por parte das esferas federal e estadual. Constituem-se em espaços que necessitam de políticas públicas sérias e comprometidas com o desenvolvimento local autogerido e autossustentado.

Segundo dados do IPARDES (2012) a economia da maior parte dos municípios permanece dependente das atividades agropecuárias. Das cidades contempladas nesta

⁶ Informação fornecida por um pioneiro do município de Peabiru, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Peabiru, fevereiro de 2012.

pesquisa, em Engenheiro Beltrão e Peabiru o maior valor adicionado da economia municipal está nas atividades primárias. Em Araruna a atividade industrial é a mais expressiva, o que indica certa reação, constatada pelos índices de crescimento populacional que a cidade registrou nos anos 1991 a 2000 e de 2000 a 2010, 5,3% e 2,5% respectivamente, sendo que para Peabiru o crescimento foi de 1,0% para o período dos anos 2000 a 2010, e Engenheiro Beltrão tem registrado decréscimos populacionais contínuos desde os anos de 1970 (IBGE, 2010a).

De maneira geral não ocorreram ações que eficazmente revertessem os impactos que a modernização do campo gerou na região em termos de oportunidades de trabalho e estruturação urbana. Cabe repensar a gestão dessas cidades, de modo que se identifiquem novas oportunidades econômicas e de desenvolvimento local e regional, propiciando melhores condições e expectativas de vida à população.

Segundo Hinderink e Titus (2002, p. 388-389) [tradução nossa]:

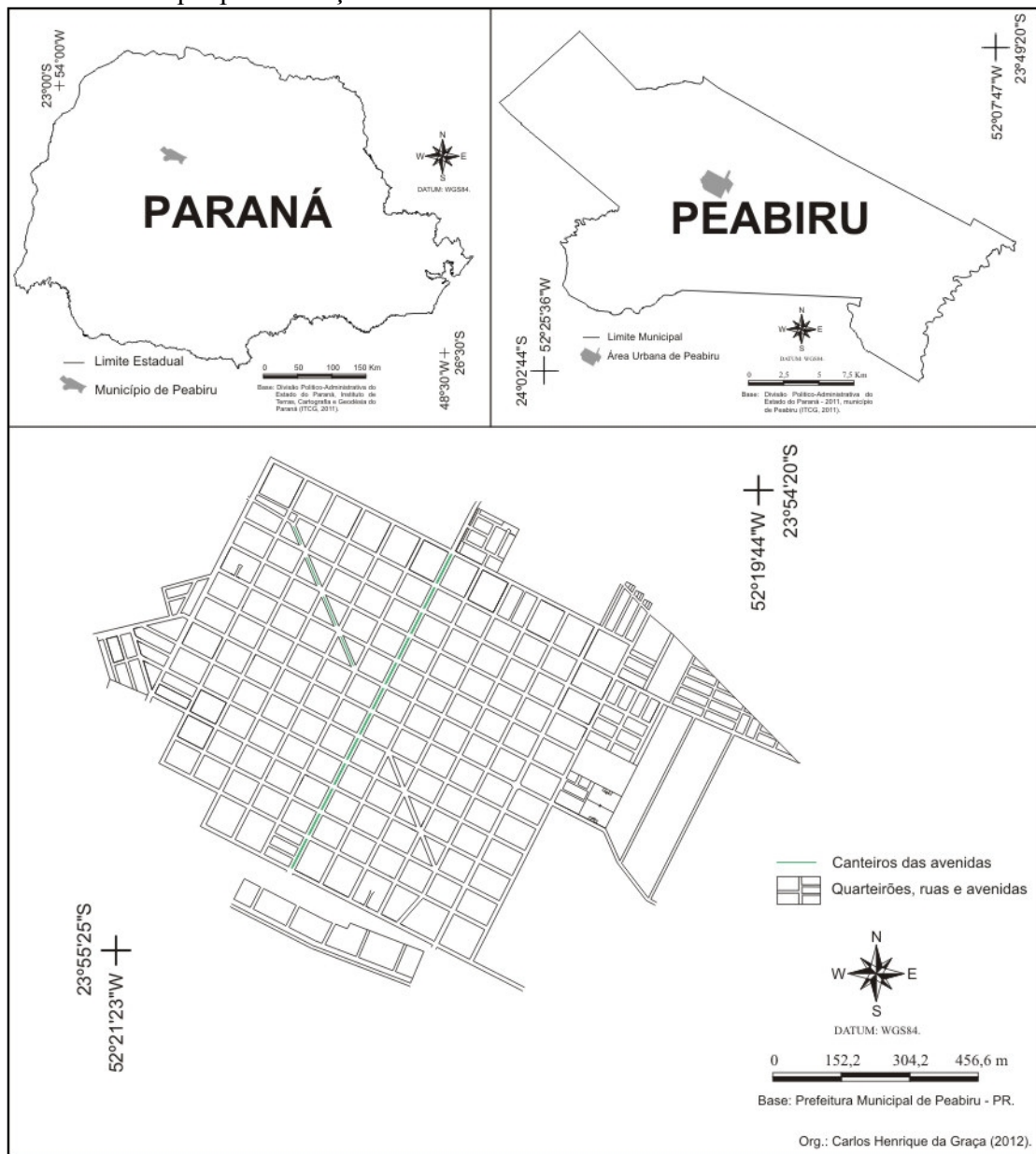
[...] generalizações sobre o papel das pequenas cidades, com base em qualquer ponto de vista teórico ou inspirados por qualquer modelo de planejamento, são difíceis de fazer. [...] [Todavia] se queremos adquirir conhecimento sobre o papel potencial de desenvolvimento de pequenos centros urbanos, o contexto regional deve desempenhar um papel essencial na nossa análise.

Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão são cidades que compartilham de um processo de formação similar, e estão inseridas em um mesmo contexto microrregional. Na sequência apresentar-se-á uma sinopse dessa evolução, espacialização, e seus reflexos na condição contemporânea.

3.3 O MUNICÍPIO DE PEABIRU

O município de Peabiru localiza-se a 523 m acima do nível do mar, possui área territorial de 468,596 km² e população de 13.624 habitantes, sendo a urbana de 11.009 habitantes e a rural de 2.615 habitantes, a densidade demográfica é de 29,07 hab/km² e o grau de urbanização 80,8% (Figura 5) (IBGE, 2010; IPARDES, 2012). Sua dinâmica urbana é influenciada diretamente pela proximidade com a maior cidade da Mesorregião, Campo Mourão, distando 15 km faz com que muitas pessoas residam em Peabiru e se desloquem diariamente à cidade polo para trabalhar, estudar ou em busca de serviços especializados não ofertados localmente.

Figura 5 – Mapa de localização do município de Peabiru situando-o no Estado do Paraná, com destaque para o traçado urbano.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Peabiru (2012) - Org.: Carlos Henrique da Graça (2012).

A história do município de Peabiru está ligada ao Caminho de Peabiru.

O Peabiru era uma estrada indígena cujo trajeto “comprido”, do Atlântico ao Pacífico (ou vice-versa) tinha cerca de 4.000 km. [...] Como era uma rede que possuía também diversos “caminhos curtos”, seu comprimento total somava outros milhares de quilômetros (BOND, 2009, p. 19).

Uma das ramificações que compunha essa rede de caminhos passava pelo território onde se constitui o município de Peabiru, fato que motivou o nome dado ao município por seu fundador, Sady Silva, em 1945 (BOND, 1996).

A partir do Brasil, o Caminho de Peabiru de mar a mar, possuía a seguinte rota: “litoral do Brasil (praias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo), interior catarinense, interior paulista, interior paranaense, Mato Grosso do Sul, Paraguai, Bolívia, Argentina e litoral do Peru e do Chile” (BOND, 2009, p. 19) (Figura 6).

As primeiras movimentações no território peabiruense aconteceram por meio desse Caminho. No entanto, o desenvolvimento do povoado ocorreu de fato no início do século XX, com a chegada de famílias colonizadoras vindas do Sul do Brasil, que fixaram moradia e dedicaram-se à derrubada da vegetação e ao cultivo de produtos agrícolas para subsistência (SANTOS, et al., 2002).

Figura 6 – Mapa com representação das principais rotas do Caminho de Peabiru.



Fonte: BOND (2009)

O aumento de migrantes na região, também influenciada pelo desenvolvimento e ocupação que ocorria nas áreas circunvizinhas, entre elas Campo Mourão, motivou o governo do estado a estruturar o plano de colonização e formação do povoado de Peabiru, que em 1951 viria tornar-se município.

Em 1945, o Dr. Sady Silva, Chefe da 5ª Inspetoria de Terras do Departamento de Geografia, Terras e Colonização do Estado do Paraná [...] fundou um pequeno

povoado a poucos quilômetros de Campo Mourão, que recebeu o nome de Peabiru⁷, denominação dada pelo próprio fundador (EL-KHATIB, 1969, p. 217).

O apoio do governo do Estado na formação do Município foi decisivo para o acelerado crescimento e desenvolvimento que se configurou. Segundo um dos pioneiros entrevistados: “Esse Sady, que era inspetor de terra, foi que iniciou Peabiru. Ele iniciou Peabiru com uma euforia total, o Estado construiu muita coisa lá. Peabiru foi aquela evolução rápida [sic] (ENTREVISTADO 3, 2012) (informação verbal)⁸”.

A ocupação iniciada no começo do século XX intensifica-se durante os anos de 1940. “[...] sem ser distrito da Colônia Mourão, em 1951 Peabiru passa à categoria de município e a Comarca em 1953” (ROCHA et al., 2012, p. 7). A solenidade de instalação do município se deu em 14 de dezembro de 1952.

Populoso, com terras férteis e abundantes recursos naturais, principalmente a madeira, Peabiru exercia nos anos de 1950 e 1960, expressiva influência sobre a microrregião, em certos momentos competindo com Campo Mourão. “Peabiru, a partir da elevação a município em 1951, tornou-se uma localidade de atração populacional, e viveu duas décadas de grande progresso [...]” (SANTOS, et al., 2002, p. 35).

O café representou expressiva fonte de recursos e desenvolvimento para Peabiru. Segundo Tonete e Lima (2008, p. 4) a “[...] expansão deu-se na época da cultura do café, ao longo das décadas de 1950 e 1960”.

Mas, com o desenvolvimento e a economia alicerçados na produção agrícola e na exploração madeireira, atividades que empregavam grande quantidade de mão de obra, o Município de Peabiru a partir da modernização do campo - incentivo à produção da soja, milho e trigo - e o paralelo esgotamento dos recursos naturais, passa a registrar, a partir de 1970, declínio populacional e estagnação.

Como a cidade não estava preparada para absorver toda a mão de obra excedente, as pessoas começaram a procurar empregos em municípios vizinhos e mais distantes (Mato Grosso, Rondônia). [...] tivemos em 1975 a grande geada que destruiu grande parte dos cafezais existentes no município que, depois deste fato, foram erradicados, bem como as plantações de hortelã que também exigiam grande mão de obra e foram substituídas por culturas de soja, milho e outras com forte mecanização. [...] Também as [...] serrarias existentes que trabalhavam com a com a extração da

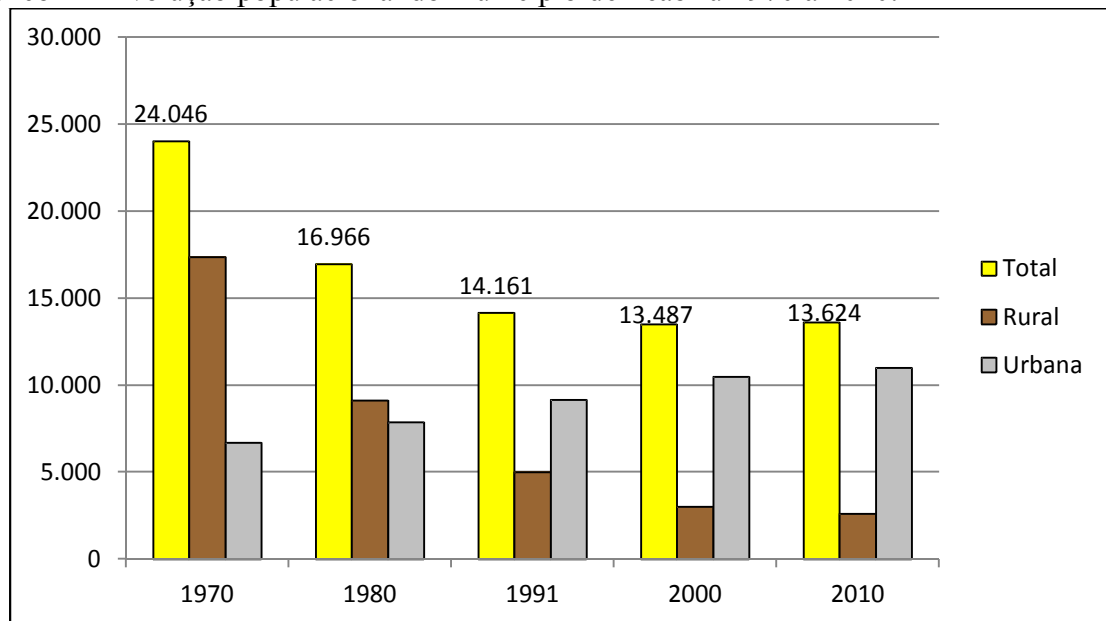
⁷ Segundo Bond (2009, p. 22) “Quanto à palavra Peabiru há bons indicativos de que seja [...] do tupi-guarani. [...] Para o nome [Peabiru] existe uma [...] variedade de traduções. As mais comuns e conhecidas são: ‘Caminho forrado’; ‘Por aqui passa o caminho antigo de ida e de volta’; ‘Caminho pisado’; ‘Caminho que leva ao céu’, entre outras.”

⁸ Informação fornecida por um pioneiro do município de Engenheiro Beltrão, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Campo Mourão, março de 2012.

madeira [...] empregando muitas pessoas, tiveram que encerrar suas atividades devido ao fim da madeira [...] (SANTOS, et al., 2002, p. 38- 41).

De acordo com dados do IBGE (2010a) o decréscimo populacional no período dos anos 1970 a 1980 foi na ordem de 29,4%, ou seja, mais de 7.000 pessoas deixaram o município de Peabiru nesse intervalo de tempo. Nas décadas subsequentes, 1980 a 2000, de forma menos acentuada, a população peabiruense continua a diminuir. Sendo no período dos anos 2000 a 2010, quatro décadas posteriores ao processo de modernização do campo, a primeira vez que o Município registra um índice positivo em relação à evolução populacional, todavia esse crescimento é de apenas 1,0% (IBGE, 2010a) (Gráfico 1).

Gráfico 1 – Evolução populacional do município de Peabiru 1970 a 2010.



Fonte: IBGE (2010a).

Quanto à dinâmica entre a população rural e urbana, tem-se que a primeira foi superior a segunda até os anos de 1980. A partir de 1990 a população urbana passa a ser maior, apresentando-se com crescimento contínuo até o momento atual. Fato que motivou a ampliação da malha urbana da cidade.

A planta do perímetro urbano de Peabiru é no formato quadrícula. Segundo Beaujeau-Garnier (1997, p. 92): “Uma planta desse tipo acomoda-se bem às necessidades dos loteamentos, do retalhar a cidade em sectores administrativos, da construção de edifícios em blocos regulares”.

Na Figura 7 evidencia-se que a maior parte da malha é originária do traçado inicial, datado dos anos de 1950, sendo a Praça Eleutério Galdino de Andrade o elemento

centralizador. Para os anos de 1960 e 1970 não houve ampliações. Novos loteamentos são registrados para os anos de 1980, 1990, 2000 e 2010, principalmente nas direções leste e oeste, sendo estes oriundos tanto da iniciativa privada, quanto da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

Figura 7 – Mapa de expansão da malha urbana de Peabiru.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Peabiru (2012) - Org.: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho.

Morfologicamente evidencia-se que a parte leste da cidade de Peabiru é dividida da área central pela BR 158. E, que os lotes do traçado original possuem maiores dimensões que os originários da expansão da malha.

É comum observar que áreas são agregadas a essas pequenas cidades, sem arborização, com terrenos reduzidos, afastadas do centro da cidade, não raramente separadas por rodovias e, em muitos casos, sem pavimentação. Esse processo revela o descuido na implantação dessas periferias e confessa a forma inadequada como têm sido acolhidos nas cidades os novos cidadãos (ENDLICH, 2011, p. 10).

Em relação às praças tem-se que dos três logradouros existentes na cidade de Peabiru duas, Praça Eleutério Galdino de Andrade e Silvio de Barros, estão localizadas na área central, fazendo parte do traçado inicial, e uma, que até a realização deste levantamento encontrava-se sem denominação, localiza-se em área periférica junto ao Conjunto

Habitacional Requião I, criado nos anos de 1990. A urbanização dessas praças ocorreu respectivamente nos anos de 1950, 1980 e 1990.

Ao analisar o mapa de expansão urbana da cidade de Peabiru a partir da ótica de suas praças, nota-se que as funções de centralidade, elemento estruturador da *urbe* e área nobre, são variáveis que foram consideradas de maneira mais notória na criação da Praça Eleutério Galdino de Andrade, pois os outros dois logradouros ocupam “sobras” de lotes urbanos. A Praça Silvio de Barros localiza-se em área adjacente ao terminal rodoviário da cidade; e a Praça sem denominação, tem sua origem a partir de uma área institucional, obrigatória por lei nos loteamentos; ou seja, o espaço público não é tido como prioridade e algo importante no planejamento do crescimento da cidade. Situação essa que se reflete também nas condições quali-quantitativas em que se encontram os equipamentos e/ou mobiliários destas duas praças.

Outro aspecto que evidencia a negligência quanto a disponibilizar espaços públicos para o lazer da população, é observado na área leste da cidade de Peabiru, pois se trata de uma das regiões onde houve maior expansão da malha urbana, no entanto nenhuma praça foi criada para atender essa parcela da população, fato que se agrava por estarem esses conjuntos habitacionais seccionados da área central pela BR 158, dificultando o acesso e uso dos logradouros existentes.

As atividades de comércio, serviços e principais prédios públicos da cidade de Peabiru concentram-se em três avenidas: Avenida Raposo Tavares, Avenida São João/Vila Rica e na Avenida Dr. Didio B. Bello, as quais margeiam a Praça Eleutério Galdino de Andrade (Figura 8).

A principal atividade econômica do município continua sendo a produção primária, dentro da qual as culturas de soja e milho representam 81,6% do valor da produção agrícola, seguida das atividades de comércio, serviços e da indústria, sendo esta última a atividade com menor participação no valor adicionado (IPARDES, 2012).

O setor industrial peabiruense é pouco significativo. Em relação a empregos gerados os segmentos que têm mais representatividade são as indústrias do ramo metalúrgico, componentes elétricos, moveleira e têxtil. Todavia, os postos de trabalho existentes são insuficientes para atender à demanda local, o que faz com que parte dos moradores se desloque diariamente às cidades vizinhas como Campo Mourão, Engenheiro Beltrão, Terra Boa e Araruna para trabalhar (IPARDES, 2012; PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU, 2005).

Figura 8 – Mapa de localização das principais vias da cidade de Peabiru.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Peabiru (2012) - Org.: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho.

A relação de dependência com outros municípios influencia diretamente nas relações socioeconômicas, pois maximiza a probabilidade de migração e não estimula o efetivo desenvolvimento da economia local.

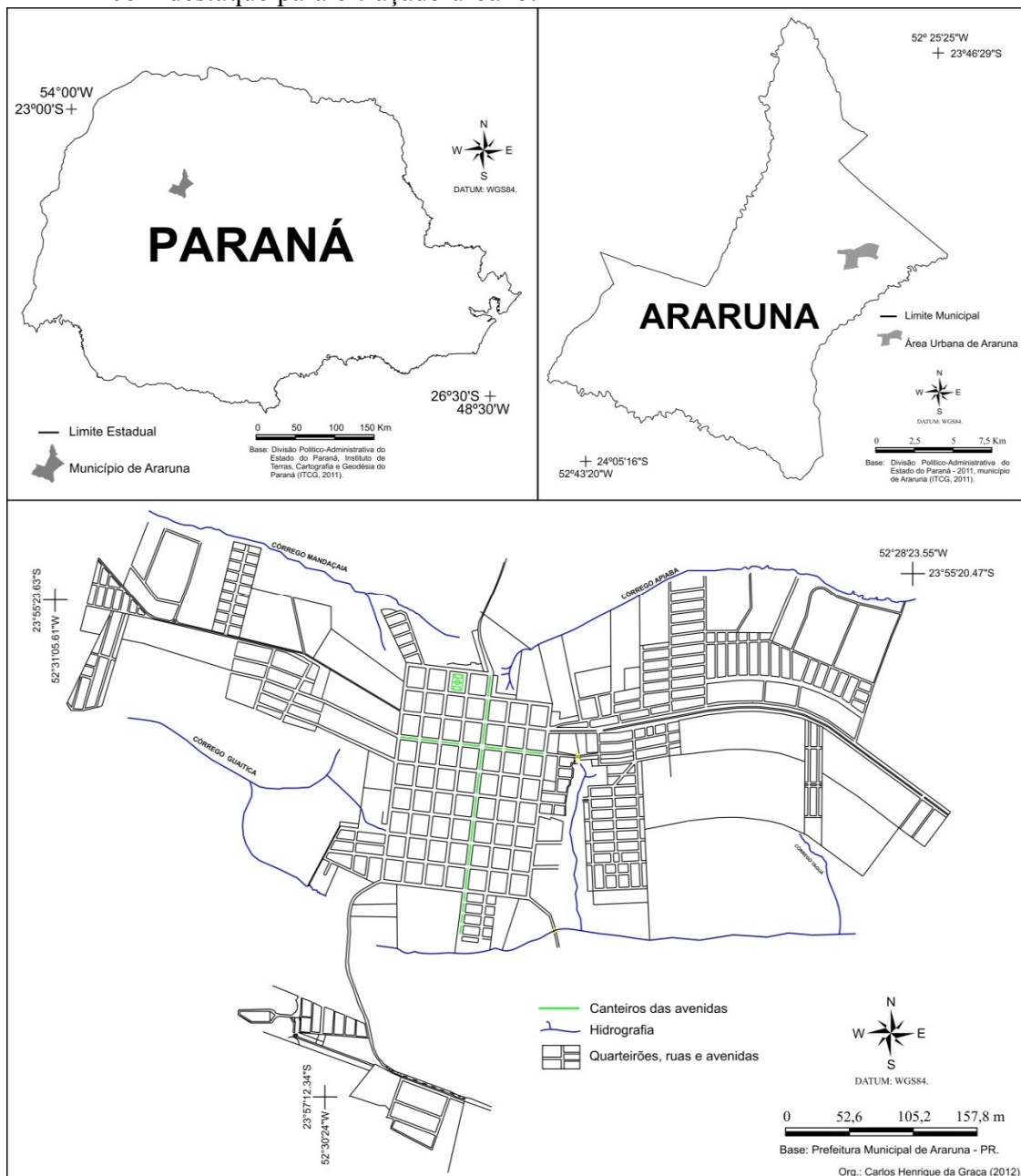
A Cidade [Peabiru] atualmente é conhecida pela população e pelos municípios vizinhos como cidade dormitório, devido ao grande número de moradores que trabalham fora do município, regressando apenas para dormir e nos finais de semana (TONETE; LIMA, 2008, p. 16).

A falta de políticas governamentais que identificassem novas demandas frente à modernização do campo limitou o desenvolvimento de Peabiru. O município contemporaneamente tem pouca expressão no contexto regional e não consegue suprir as necessidades de emprego dos seus cidadãos, fazendo com que jovens e pessoas em idade ativa de maneira geral, deixem a cidade.

3.4 O MUNICÍPIO DE ARARUNA

O município de Araruna situa-se na Microrregião de Campo Mourão, está a 660 m acima do nível do mar e a 21 km da cidade polo (Figura 9) (IPARDES, 2012). A área territorial do município é de 493,192 km², possui população de 13.419 habitantes, sendo que 10.475 residem na área urbana, e 2.944 na área rural; A densidade demográfica é de 27,21 hab/km² e o grau de urbanização de 78,1% (IBGE, 2010; IPARDES, 2012).

Figura 9 – Mapa de localização do município de Araruna situando-o no Estado do Paraná, com destaque para o traçado urbano.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Araruna (2012) - Org.: Carlos Henrique da Graça (2012).

Quanto aos aspectos históricos sobre a área onde se constituiu o município, tem-se que:

O território do atual município de Araruna foi alvo de incursões castelhanas logo após o descobrimento do Brasil, pois foi a partir desse período que padres jesuítas fundaram e mantiveram por longo período as notórias reduções. Um trecho onde hoje se localiza a sede municipal de Araruna fazia parte do histórico Caminho de Peabiru [...] (FERREIRA, 1999, p. 173).

No entanto, a ocupação efetiva do município, com fins de colonização tem início nos anos de 1940 e intensifica-se até a década subsequente, época em que chega ao povoado muitos interessados em explorar a madeira existente e com o intuito de plantar café.

Segundo El-Khatib (1969, p. 28) “[...] os primeiros habitantes, fundadores de Araruna, [...] estabeleceram-se no alto de uma colina por volta de 1948, e iniciaram a cultura de algodão, arroz e café na região”. Ainda quanto à localização do povoado formado pelos pioneiros Ferreira (2006) apresenta que este margeava a Estrada Boiadeira⁹.

Os pioneiros eram provenientes de outras regiões do Paraná, e também dos estados do Sul do Brasil, fato esse corroborado no depoimento de um dos entrevistados:

As primeiras famílias vieram de Jaborá - Santa Catarina, em setembro de 1945, vieram 14 famílias, de carroça, levaram 45, 46 dias para chegar aqui, com o objetivo de explorar o sertão no Paraná. A turma vinha aqui e voltava lá já fazia a propaganda, dos terrenos no sertão do Paraná. Aqui era sertão, não tinha estrada não tinha comércio, era só mato [sic] (informação verbal)¹⁰ (ENTREVISTADO 1, 2012).

As terras ainda inexploradas da região, dotadas de densa vegetação atraía muitos migrantes. Elias (1971) apresenta que, em 1951, a Inspeção de Terras do DGTC, observando que o povoado estava progredindo, resolveu incluí-lo no seu plano de urbanização das cidades do interior, cujo nome foi definido por Sady Silva, inspetor de terras do DGTC. “O termo [Araruna], origina-se do tupi “*arara*” = ave e “*una*” = preto, negro: arara com plumagem azul escuro e brilhante, parecendo preta, a arara [*Anodorhynchus hyacinthinus* (Latham, 1790)]” (FERREIRA, 2006, p. 39).

Assemelhando-se ao que ocorria simultaneamente em Peabiru e também em Campo Mourão, os anos de 1950 foram de grande incremento populacional em Araruna, fato que contribui para a sua emancipação político-administrativa.

⁹ A Estrada Boiadeira foi aberta por volta dos anos de 1900, partindo do território de Guarapuava e chegando ao Estado do Mato Grosso, tinha por objetivo o transporte do gado a ser comprado no Mato Grosso, e engordado nas pastagens despovoadas do Paraná (SANTOS, 1995, p.122, 123).

¹⁰ Idem, p. 76.

Com o decorrer do tempo o setor demográfico desenvolveu-se de tal modo, que em 1952 a zona urbana contava com uma população estimada de dois mil habitantes e na zona rural dezesseis mil pessoas. Araruna foi elevada a distrito, e a sua sede, a categoria de vila, em 1952, como unidade administrativa de Peabiru. Em 1954, pela Lei nº 253, de 26 de novembro, elevou-se à categoria de município, cuja instalação deu-se em 18 de novembro de 1955 (ELIAS, 1971, p. 114).

Compartilhando das características produtivas dos municípios da Microrregião de Campo Mourão a policultura também se fez presente nos primórdios da colonização ararunense. Segundo Elias (1971) a agricultura era base da economia, sendo o café o principal produto, seguido de outras culturas como o arroz, milho, feijão, e também do beneficiamento de madeira de lei. Essa condição leva o município a registrar elevados índices de decréscimo populacional quando da mecanização do campo, geadas e esgotamento do recurso natural (madeira), desencadeados a partir dos anos de 1970.

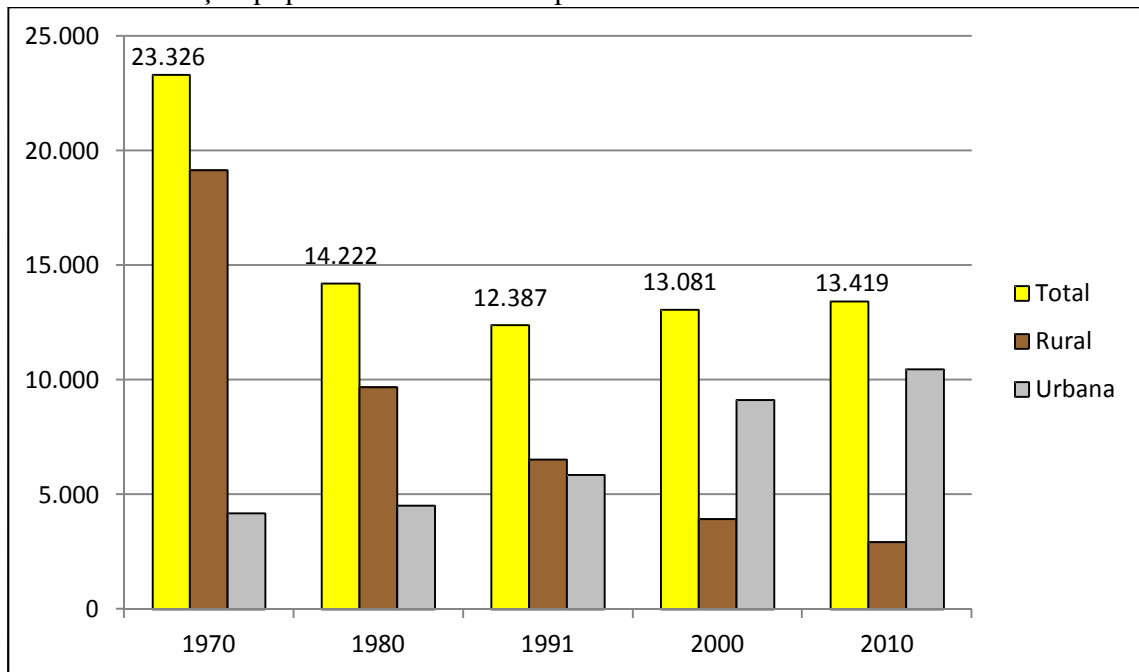
Segundo dados do IBGE (2010a), em 1970, a população do município era de 23.326 habitantes, em sua maioria (82,1%) residindo no campo. Dos anos 1970 até os anos de 1980, em função dos motivos já citados, em torno de 9.000 habitantes (38,6%) deixaram o município em busca de trabalho e melhores condições de vida e renda em outras cidades e regiões.

Na década seguinte, dos anos de 1980 a 1991, de acordo com dados do IBGE (2010a), novamente registraram-se índices negativos na evolução populacional ararunense, em torno de -12,9%. Contudo, no período compreendido entre 1991 a 2000, com incentivos à industrialização, principalmente nos segmentos alimentícios e moveleiros há um crescimento de 5,3% na população total do município, ascensão que se manifesta também nos anos de 2000 a 2010, sendo que para este período o crescimento foi de 2,5% (Gráfico 2).

A população total do Município se estabilizou em 1991 e se urbanizou, consequência dos bons resultados nas atividades econômicas indústria farinha de mandioca e a indústria de móveis (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, 2008, p. 90).

A população rural de Araruna foi superior à urbana até os anos de 1990, a partir desse período há uma inversão. Contemporaneamente a população que reside na cidade é 56,1% maior que a do campo. Essa dinâmica contribuiu para a expansão da malha urbana de Araruna, a qual é do tipo quadrícula.

Gráfico 2 – Evolução populacional do município de Araruna 1970 a 2010.



Fonte: IBGE (2010a).

Na Figura 10 evidencia-se que a parte central da malha urbana é originária do traçado inicial, datado dos anos de 1950, tendo a Praça Nossa Senhora do Rocio como principal elemento centralizador. Para os anos de 1960 não houve ampliações. Novos loteamentos são registrados para os anos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010, em todas as direções, sendo oriundos tanto de projetos da iniciativa privada quanto da Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.

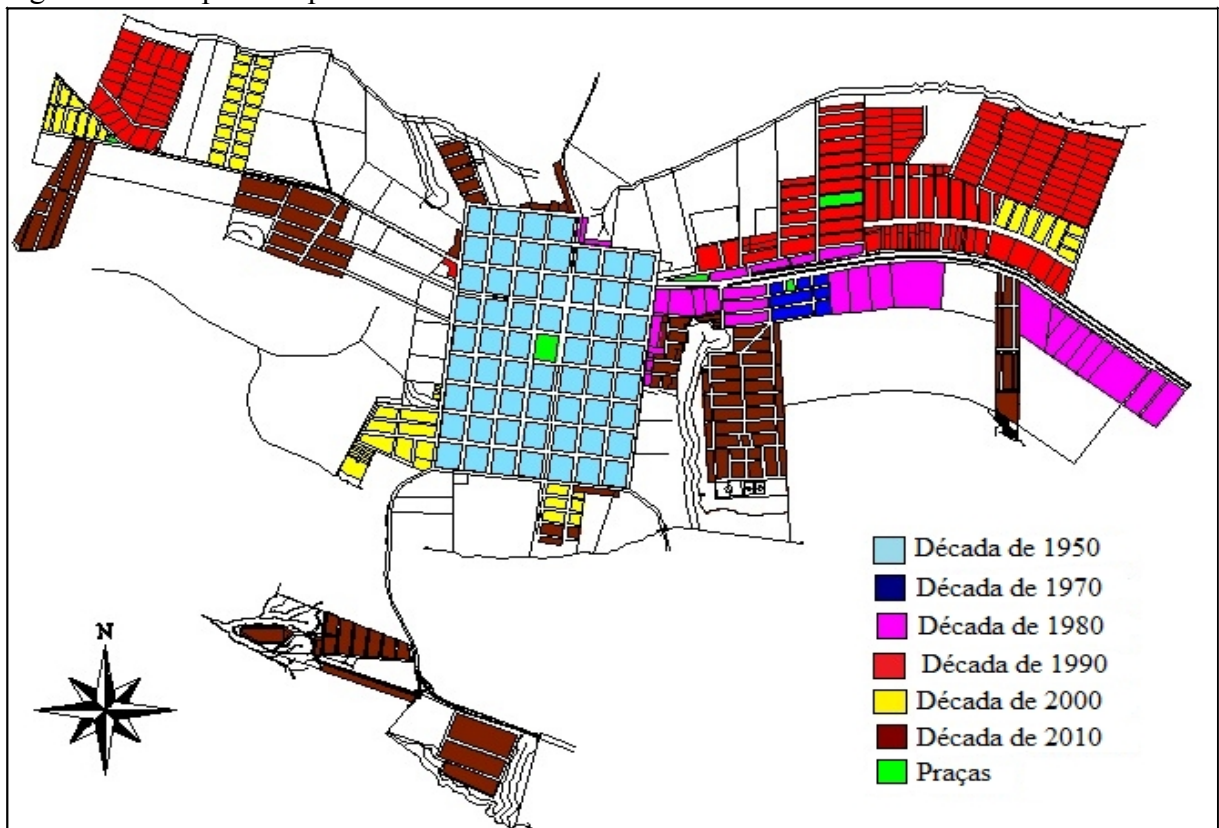
A expansão da malha urbana de Araruna, fez com que a morfologia da cidade se assemelhasse a duas asas, uma a leste (adjacente a BR 567) e outra a oeste (adjacente a PR 465) da área central. Em geral as áreas de expansão urbana apresentam lotes e vias com menores dimensões que as do traçado inicial.

Com relação às praças tem-se que dos cinco logradouros existentes na cidade de Araruna somente a Praça Nossa Senhora do Rocio localiza-se na área do traçado inicial, datado dos anos de 1950. A Praça dos Funcionários situa-se em região loteada nos anos de 1970; a Praça sem denominação nº 1 em espaço urbanizado nos anos de 1980; a Praça Josefina Rorato em área loteada nos anos de 1990; e a Praça sem denominação nº 2 em espaço urbanizado nos anos 2000. A efetiva urbanização dessas praças se deu respectivamente nos anos de 1960, 1990, 1980, 1990 e 2010.

À exceção das praças Nossa Senhora do Rocio e daquela sem denominação nº 1, as demais se localizam em conjuntos habitacionais, e seus espaços são oriundos de áreas

institucionais obrigatórias por lei nos loteamentos¹¹. Evidencia-se que a importância conferida à praça planejada quando do traçado inicial da cidade – Praça Nossa Senhora do Rocio – é superior do que as das áreas de expansão. Os logradouros criados depois da década de 1970 ocupam espaços reduzidos, em sua maioria sobras dos loteamentos, circundados por rodovias, e dotados de infraestrutura limitada, ou seja, o espaço público não é tido como prioridade e algo importante no planejamento do crescimento da cidade.

Figura 10 – Mapa de expansão da malha urbana de Araruna.

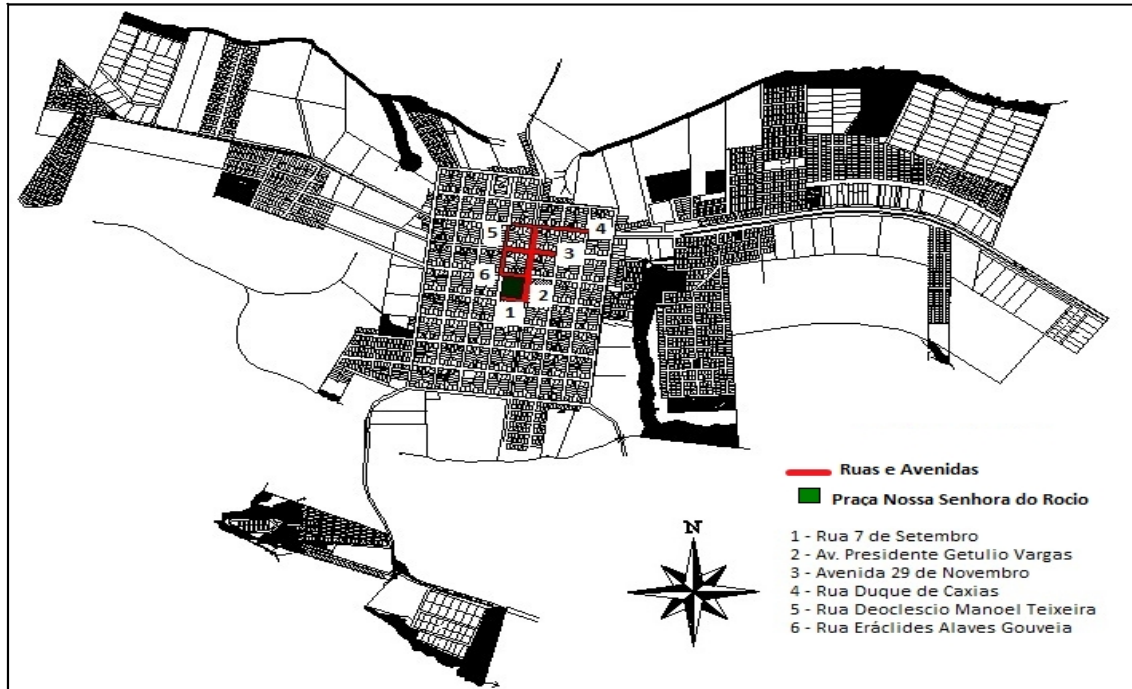


Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Araruna (2012) - Org.: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho.

Quanto às atividades de comércio e serviços da cidade de Araruna, estas se concentram no núcleo da sede urbana, principalmente na Rua 7 de Setembro, Avenida Presidente Getulio Vargas, Rua Eráclides Alves de Gouveia, Rua Deoclescio Manoel Teixeira, Avenida 29 de Novembro e Rua Duque de Caxias, onde se localizam prédios públicos como a Prefeitura e a Câmara Municipal, agências bancárias, correios e comércio em geral (Figura 11).

¹¹ As áreas destinadas a sistemas de circulação, a implantação de equipamento urbano e comunitário, bem como a espaços livres de uso público, serão proporcionais à densidade de ocupação prevista pelo plano diretor ou aprovada por lei municipal para a zona em que se situem (BRASIL, 1999).

Figura 11 – Mapa de localização das principais vias da cidade de Araruna.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Araruna (2012) - Org.: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho.

Contemporaneamente a economia do município de Araruna se diferencia das demais pequenas cidades da Microrregião, fato que se deve ao expressivo número de indústrias que possui. A participação no valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades tem em primeiro lugar a indústria, seguida da produção primária e do comércio e serviços (IPARDES, 2004; IPARDES, 2012).

O setor secundário caracteriza-se pela presença dos segmentos madeireiro, moveleiro e alimentício, e na atividade agrícola as principais culturas são a soja e a mandioca, que representam 84,6% do valor total da produção (IPARDES, 2012).

Por meio dos dados apresentados, tem-se que o município de Araruna expressa certa reação à condição imposta pela modernização agrícola, a partir de investimentos na agroindústria e diferentemente das demais cidades objetos da pesquisa, tem obtido índices positivos de crescimento populacional desde os anos de 1990, ou seja, foram identificadas e fomentadas especializações produtivas locais que geram renda ao município e oportunidades de trabalho aos cidadãos e também para trabalhadores de cidades vizinhas, entre elas Peabiru.

Todavia, conforme consta na avaliação temática do Plano Diretor Municipal de Araruna, é preciso investimentos em capacitação e profissionalização da mão de obra local, pois as indústrias cada vez mais integradas ao mercado globalizado estruturaram-se com

máquinas e equipamentos modernos os quais exigem qualificação do operador (PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA, 2008). As vagas de trabalho nessas indústrias, por vezes, são ocupadas por profissionais de outras regiões, devido à falta de trabalhadores capacitados localmente.

3.5 O MUNICÍPIO DE ENGENHEIRO BELTRÃO

O Município de Engenheiro Beltrão situa-se na Mesorregião Centro-Ocidental do Estado do Paraná, está a 470 m acima do nível do mar e a 32 km da cidade de Campo Mourão. Possui área territorial de 467,471 km², população de 13.906 habitantes, sendo que destes 12.278 residem na área urbana e 1.628 na zona rural, a densidade demográfica é de 29,75 hab/km² e o grau de urbanização de 88,3% (Figura 12) (IPARDES, 2012; IBGE, 2010).

Em relação aos aspectos históricos, o território hoje pertencente ao Município de Engenheiro Beltrão registrou as primeiras movimentações no século XVI.

[...] Engenheiro Beltrão, foi região visitada, conhecida e explorada por bandeirantes paulistas que procuravam índios guaranis junto aos padres jesuítas da Companhia Quinta Vicentinos. As penetrações no sertão aconteceram por meio do Caminho de Peabiru e pela navegação através dos rios Ivaí e Piquiri (FERREIRA, 2006, p. 109).

Entretanto, é nos anos de 1930 que a localidade começa a ser ocupada com fins povoamento.

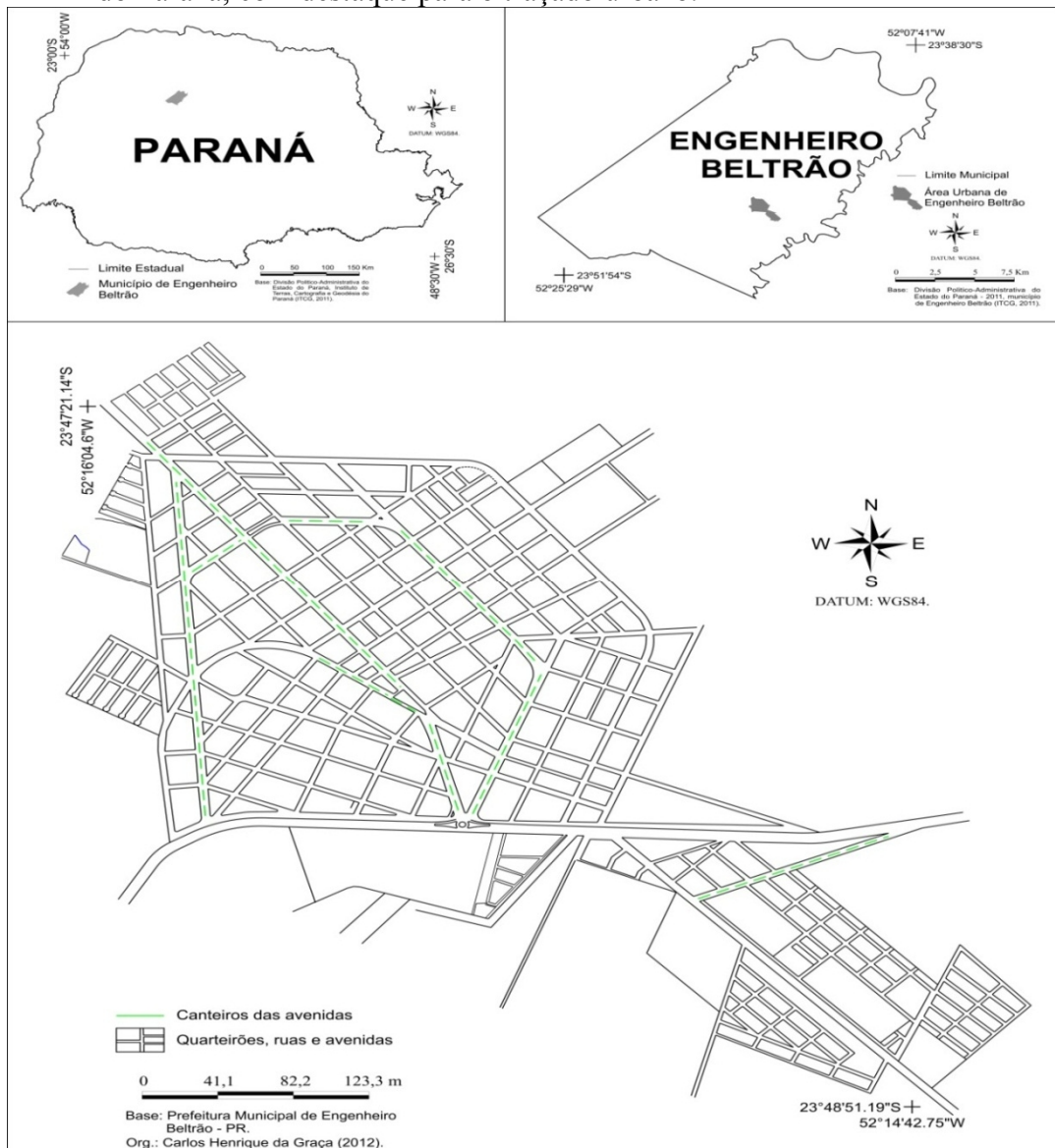
No ano de 1933, a região ostentava matas bravias e não havia meios de penetração e comunicação a não ser espreçadas trilhas na floresta, começaram chegar as primeiras famílias. [...] As dificuldades eram grandes. Os centros comerciais mais próximos eram os de Mandaguari e Campo Mourão¹² (ELIAS, 1971, p. 13-14).

As dificuldades de acesso inibiam de certa maneira uma apropriação mais intensiva das terras. Segundo Bernardes (1953) é após a abertura da estrada para Maringá, em 1945, que a ocupação da região progrediu. “Pode-se reconhecer aí o avanço regular de uma frente pioneira progredindo para oeste e norte a partir de Campo Mourão e Piabiru” (BERNARDES, 1953, p. 165).

As melhorias de acesso fizeram com que nos anos de 1947 e 1948 a região recebesse elevado número de pioneiros, e também registrasse ocorrências de apropriações ilegítimas de terras marcadas por violentos conflitos.

¹² Mandaguari localiza-se a 92 km de Engenheiro Beltrão e Campo Mourão a 32 km.

Figura 12 – Mapa de localização do município de Engenheiro Beltrão situando-o no Estado do Paraná, com destaque para o traçado urbano.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão (2012) - Org.: Carlos Henrique da Graça (2012).

Segundo Elias (1971) a gleba onde se constituiu o município de Engenheiro Beltrão foi entregue à família Beltrão como forma de pagamento por serviços de engenharia prestados por essa família ao Estado, com a condição contratual de colonização, no entanto, antes da Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão iniciar o processo de demarcação e comercialização dos lotes, já havia se formado naquelas terras, por volta dos anos de 1948, um patrimônio denominado Marimpá, o qual seria uma base de grileiros que estariam ocupando as terras de propriedade da então Colonizadora.

As divergências entre essas duas representações, Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão e o povoamento Marimpá, foram resolvidas a partir da intervenção policial do Estado.

Destinava-se o nome [Marimpá] a ser confundido com Maringá, cidade fundada na mesma época (1917) pela Cia. Norte do Paraná. Posteriormente foi esse grilo ocupado pela polícia, e os concessionários da gleba iniciaram os trabalhos de colonização (BERNARDES, 1953, p. 210).

No mesmo ano, 1948, a Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão começa as atividades para a constituição do povoado denominado de Engenheiro Beltrão que, segundo Ferreira (2006), trata-se de uma homenagem ao Engenheiro Civil Alexandre Gutierrez Beltrão, diretor da empresa na época. “Em 1949, já estavam elaborados os planos de urbanização e colonização [...]” (ELIAS, 1971, p. 15) iniciando-se então a venda dos lotes.

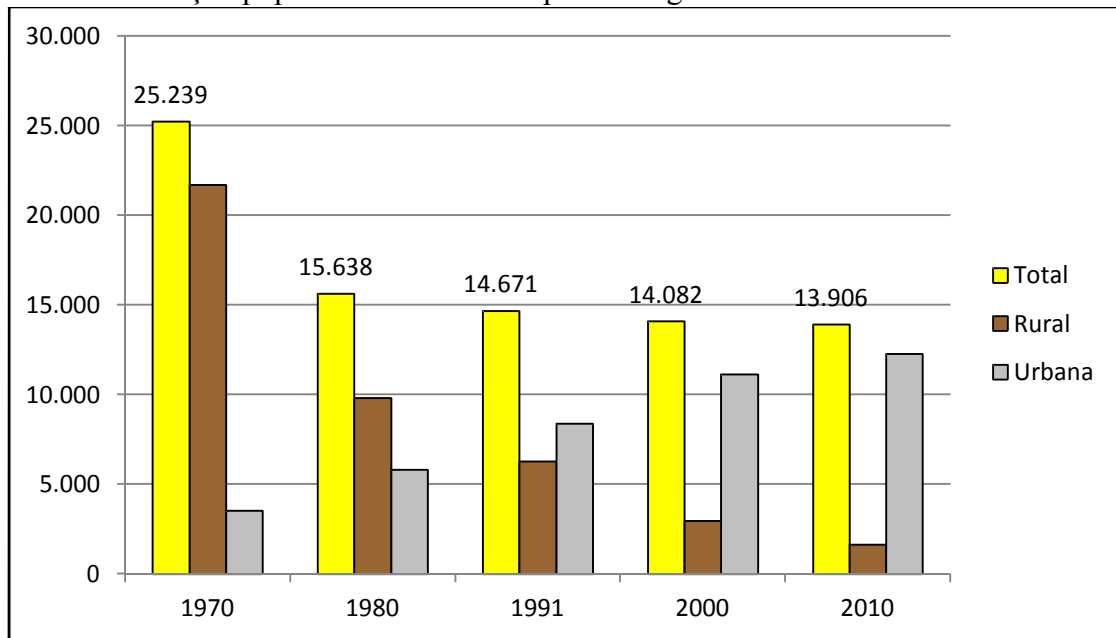
As terras de boa qualidade, favoráveis ao cultivo do café fizeram com que aumentasse vertiginosamente a ocupação do povoado. Em 1951 este passa à categoria de Distrito Judiciário e Administrativo e em 1954 a Município, sendo a instalação oficial datada de 26 de novembro de 1955 (FERREIRA, 2006).

Similarmente ao ocorrido nas cidades de Peabiru e Araruna, no período de 1950 a 1970 o Município de Engenheiro Beltrão congrega relativo contingente populacional; em 1970 segundo dados do IBGE (2010a) a população era de 25.239 habitantes.

Desse período até o momento atual (2010) a evolução populacional do Município tem registrado decréscimos contínuos; a redução mais significativa foi entre os anos de 1970 e 1980, 38,6%, desencadeada pela modernização agrícola que restringiu os postos de trabalho no campo e obrigou os muitos trabalhadores rurais e também os pequenos proprietários a migrarem para regiões de fronteiras agrícolas ou a procurarem trabalho em cidades maiores, pois a sede urbana local não dispunha de planejamento que atendesse a demanda de empregos gerada (IBGE, 2010a).

Para o período de 2000 a 2010 a população beltrãoense continua a apresentar índices negativos (-1,2%), contudo foi a menor taxa desde os anos de 1970, o que expressa certa estabilidade (IBGE, 2010a) (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Evolução populacional do município de Engenheiro Beltrão 1970 a 2010.



Fonte: IBGE (2010a).

Nos anos de 1990 a população urbana de Engenheiro Beltrão se tornou superior a rural, condição essa que se mantém em uma crescente até o momento contemporâneo. Esse contínuo crescimento motivou a expansão da malha urbana, tanto por empreendimentos oriundos da iniciativa privada como por órgãos estatais, entre eles a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR e a Caixa Econômica Federal.

A planta do perímetro urbano de Engenheiro Beltrão é do formato radioconcêntrico. Segundo Beaujeu-Garnier (1997, p. 94): “A planta radioconcêntrica sobrepõe a auréolas concêntricas uma série de artérias dispostas em forma de estrela, que cortam as ruas circulares. Facilmente a partir da periferia, se chega ao centro, o que reforça a sua posição de bairro de negócios e de serviços”.

Na Figura 13 constata-se que a maior parte da malha faz parte do traçado inicial, datado dos anos de 1950, tendo a Praça Aldevino Santiago como principal elemento centralizador da *urbe*. Para os anos de 1960 não houve ampliações. Novos loteamentos são registrados para os anos de 1970, 1980, 1990, 2000 e 2010. Evidencia-se que a exceção dos parcelamentos localizados na parte sul, separados da área central pela PR 317, os demais sítios de expansão foram inseridos seguindo a morfologia do traçado inicial - elaborado pela Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão.

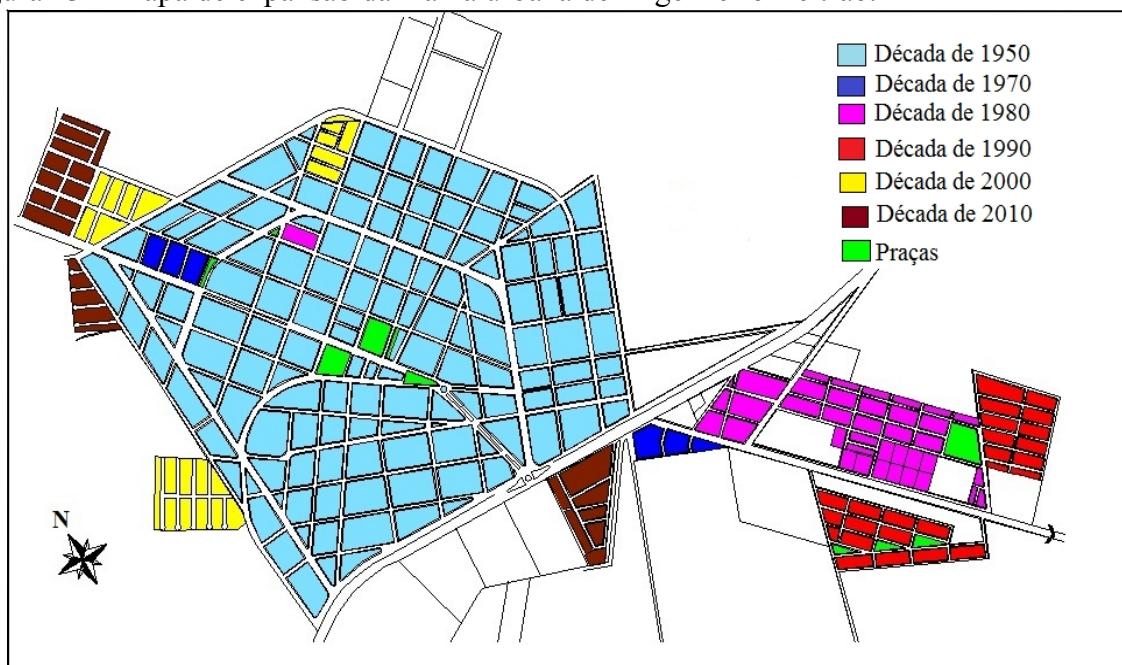
Devido à declividade acentuada e às nascentes próximas à área urbana, a cidade cresceu além da Rodovia PR 317, seccionando a malha urbana e criando vazios

urbanos. Estas áreas não podem ser ocupadas, por conta da improbidade do solo, levando a população de baixa renda a ter que se instalar cada vez mais longe das fontes de trabalho e renda (PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO, 2006, p. 214).

A população residente na área de expansão seccionada pela PR 317 caracteriza-se em sua maioria por baixa renda. Sendo também nessa região da cidade onde se localizam as praças em piores condições qualitativas.

Nas cidades brasileiras as desigualdades e disparidades sociais e espaciais são visíveis aos olhos, sendo possível perceber a existência de bairros com infraestrutura impecável e com residências de luxo, coexistindo a curta distância, com bairros miseráveis, sem infraestrutura sanitária, com problemas ambientais graves, com serviços públicos (de saúde, educação e segurança) deficientes. [...] as alterações das relações sociais da cidade e a fragilidade da unidade urbana não se dão apenas nas grandes e médias cidades, mas na sociedade como um todo, logo, o fenômeno de segregação urbana também se faz presente em cidades de pequeno porte (MOREIRA JUNIOR, 2010, p. 135-136).

Figura 13 – Mapa de expansão da malha urbana de Engenheiro Beltrão.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão (2012) - Org.: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho.

A cidade de Engenheiro Beltrão possui 12 praças. Dessas, 8 localizam-se na área do traçado inicial, datado dos anos de 1950: Praças: Aldevino Santiago, Dr. Francisco Beltrão, das Mães, José Bernardo da Silva, Joana Cavalcante de Melo, Pe. Hélio José da Costa, Philomena Semensato Falcão e Maria de Jesus Nogueira Geron; E 4 localizam-se em área de

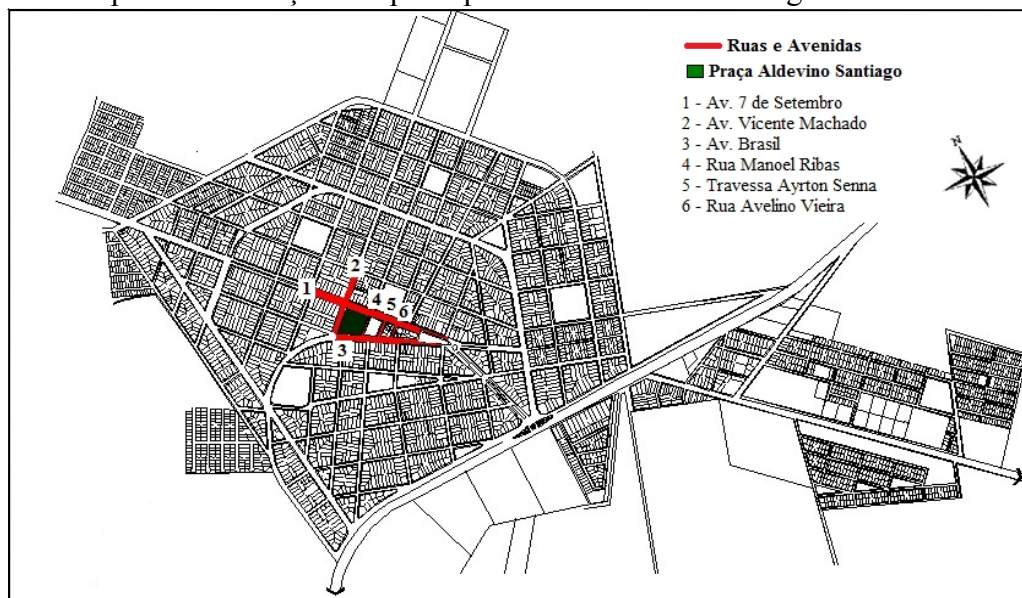
expansão, sendo 1 em espaço loteado nos anos de 1980 (Praça sem denominação nº 1); e 3 em espaço urbanizado nos anos de 1990 (Praças sem denominação nº 2, 3 e 4).

As praças localizadas na área do traçado inicial foram urbanizadas em data posterior aos anos de 1950, da seguinte maneira: Praça Aldevino Santiago e Praça Dr. Francisco Beltrão (anos de 1960); Praça das Mães e Praça José Bernardo da Silva (anos de 1980); Praça Joana Cavalcante de Melo (anos de 1990); Praça Pe. Hélio José da Costa e Praça Philomena Semensato Falcão (anos de 2000); e Praça Maria de Jesus Nogueira (anos de 2010).

Ao analisar o mapa de expansão urbana da cidade de Engenheiro Beltrão a partir da ótica de suas praças, nota-se que as funções de centralidade e elemento estruturador da *urbe* são variáveis que foram consideradas de forma mais expressiva quando da criação da Praça Aldevino Santiago, pois os outros logradouros, em sua maioria, ocupam “sobras” de lotes urbanos, e/ou são logradouros oriundos do cruzamento de vias. O fato é que não há um planejamento efetivo quanto à criação de espaços livres destinados ao lazer nas áreas de expansão urbana. Nos novos loteamentos, onde há a obrigatoriedade de se reservar áreas para uso institucional – espaços que em muitos casos são transformadas em praças de infraestrutura limitada - o que se observa é que se trata de “retalhos” de lotes urbanos, de pouco interesse comercial.

Os estabelecimentos comerciais e de serviços de Engenheiro Beltrão concentram-se nas Avenidas Sete de Setembro, Brasil, Vicente Machado e nas Ruas Manoel Ribas, Avelino Vieira e Travessa Ayrton Senna, no núcleo inicial da cidade (Figura 14).

Figura 14 – Mapa de localização das principais vias da cidade de Engenheiro Beltrão.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão (2012) - Org.: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho.

A economia do Município tem na produção primária a sua principal fonte, seguida do comércio e serviços, ficando a menor representatividade com a indústria. No setor agrícola as principais culturas são a soja, milho e cana-de-açúcar, juntas representam 94,3% da produção total; na indústria os segmentos mais expressivos são a produção de álcool etílico e o ramo têxtil (IPARDES, 2012).

O fato de o município de Engenheiro Beltrão manter sua economia com base na produção primária, a partir de culturas em sua maioria mecanizadas, corrobora para os contínuos decréscimos populacionais que tem registrado, pois os postos de trabalho são insuficientes.

De maneira geral, faz-se necessário o estabelecimento de políticas governamentais que identifiquem e promovam novas oportunidades de desenvolvimento para a cidade, do contrário os índices populacionais negativos tendem a permanecer e até agravar-se.

Ao término deste capítulo, evidencia-se que as três cidades em tela nesta pesquisa apresentam certa similaridade quanto à origem, área territorial, época de emancipação, evolução e tamanho populacional. O quadro 4 apresenta a síntese de algumas dessas características.

Quadro 4 – Sinopse de informações sobre os municípios paranaenses de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.

Dados Gerais	Peabiru	Araruna	Engenheiro Beltrão
Colonizadora	Inspetoria de Terras do Paraná (DGTC)	Inspetoria de Terras do Paraná (DGTC)	Sociedade Técnica e Colonizadora Engenheiro Beltrão Ltda.
Desmembramento e data de instalação do município	Campo Mourão 1952	Peabiru 1955	Peabiru 1955
População*	13.624	13.419	13.906
Área (km²)	468,596	493,192	467,471
hab./km²	29,07	27,21	29,75
Grau de urbanização (%)	80,8	78,1	88,3
Principal fonte geradora de receita**	Produção primária	Indústria	Produção primária

Fonte: IBGE (2010); IPARDES (2012).

*Os dados referentes à população e grau de urbanização referem-se ao Censo (2010).

** Valor adicionado fiscal segundo os ramos de atividades (2010).

Org.: Vanessa Medeiros Corneli (2012).

Constata-se que, à exceção de Engenheiro Beltrão, os demais municípios foram colonizados a partir de iniciativas coordenadas pelo Governo do Estado, contudo as características morfológicas de parcelamento do solo, em pequenas propriedades na área rural e tendo uma praça como elemento central da malha urbana, é similar para as três localidades. Ainda em relação à morfologia urbana, é peculiar à cidade de Engenheiro Beltrão um traçado urbano mais rebuscado: o radioconcêntrico, enquanto as cidades de Peabiru e Araruna apresentam uma malha com características lineares, em quadricula. Quanto às principais atividades econômicas, atualmente a cidade de Araruna diferencia-se das demais por ter a indústria como a principal fonte geradora de receita.

Em relação à evolução populacional, evidencia-se que os três municípios registram contemporaneamente índices inferiores ao dos anos de 1970, todavia essa dinâmica quando analisada de maneira independente para a população rural e urbana, mostra que esta última encontra-se em uma crescente para todas as cidades. Circunstância que indica, entre outras, a necessidade de se ter espaços livres, como por exemplo, praças, em condições de atender as demandas de lazer dessa parcela da população. No capítulo que segue, tratar-se-á de maneira específica sobre cada uma das praças existentes nas cidades em tela nesta pesquisa.

CAPÍTULO IV - AS PRAÇAS DE PEABIRU, ARARUNA E ENGENHEIRO BELTRÃO

Este capítulo tem por objetivo apresentar a caracterização geral das 20 praças ocorrentes nas cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, e informações referentes às denominações dadas a esses logradouros. As praças analisadas na presente pesquisa referem-se a logradouros localizados na sede urbana de cada município. Na tabela 1 estão relacionadas as 20 praças avaliadas.

Tabela 1 – Relação das praças localizadas nas cidades paranaenses de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.

PRAÇAS DE PEABIRU		
Nome	Localização	Bairro
Praça Eleutério Galdino de Andrade	Av. Raposo Tavares/ Rua. Juvenal Portela	Centro
Praças Sílvio de Barros	Av. Curitiba/ Av. 14 de Dezembro	Centro
Praça sem denominação	Av. Candido Mendes/R. União da Vitória	Conj. Hab. Requião
PRAÇAS DE ARARUNA		
Nome	Localização	Bairro
Praça Nossa Senhora do Rocio	Av. Pres. Getulio Vargas/R. Deoclécio Manoel Teixeira	Centro
Praça dos Funcionários	Av. Paraná/R. Santa Catarina	Conj. Hab. Darvino Baptista Guimarães
Praça Josefina Rorato	R. Pioneiro H. Maioli/ R. Pioneiro Gaspar L. Caetano	Loteamento Esperança
Praça sem denominação nº 1	PR. 465/ Rua Rio Grande do Sul	Centro
Praça sem denominação nº 2	R. Araponga/ R. Canário da Terra	Conj. Hab. Beija Flor
PRAÇAS DE ENGENHEIRO BELTRÃO		
Nome	Localização	Bairro
Praça Aldevino Santiago	Av. Sete de Setembro/ Av. Brasil	Centro
Praça Doutor Francisco Beltrão	Av. Sete de Setembro/ Av. Brasil	Centro
Praça das Mães	Av. Ivaí/ Av. Sete de Setembro	Centro
Praça José Bernardo da Silva	Av. Ivaí/ Rua D. Pedro II	Centro
Praça Joana Cavalcante de Melo	Av. Ivaí/ R. Clorinda Fabris	Centro
Praça Padre Hélio José da Costa	Av. Sete de Setembro/Rua General Osório	Centro
Praça Philomena Semensato Falcão	Av. Sete de Setembro/ R. General Osório	Centro
Praça Maria de Jesus Nogueira Geron	R. José B. de Godoy/ R. São Paulo	Centro
Praça sem denominação nº 1	R. das Rosas/ R. dos Cravos	Conj. Hab. Paulo Grandi
Praça sem denominação nº 2	R. das Rosas/ R. dos Crisântemo	Conj. Hab. Paulo Grandi
Praça sem denominação nº 3	R. das Rosas/ Rua Azaléia	Conj. Hab. Paulo Grandi
Praça sem denominação nº 4	R. Paraná/ R. Amapá	Conj. Hab. Paraíso das Rosas

Fonte: Prefeitura Municipal de Peabiru (2012a); Prefeitura Municipal de Araruna (2012a); Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão (2012a).

Org.: Vanessa Medeiros Corneli (abril/2012).

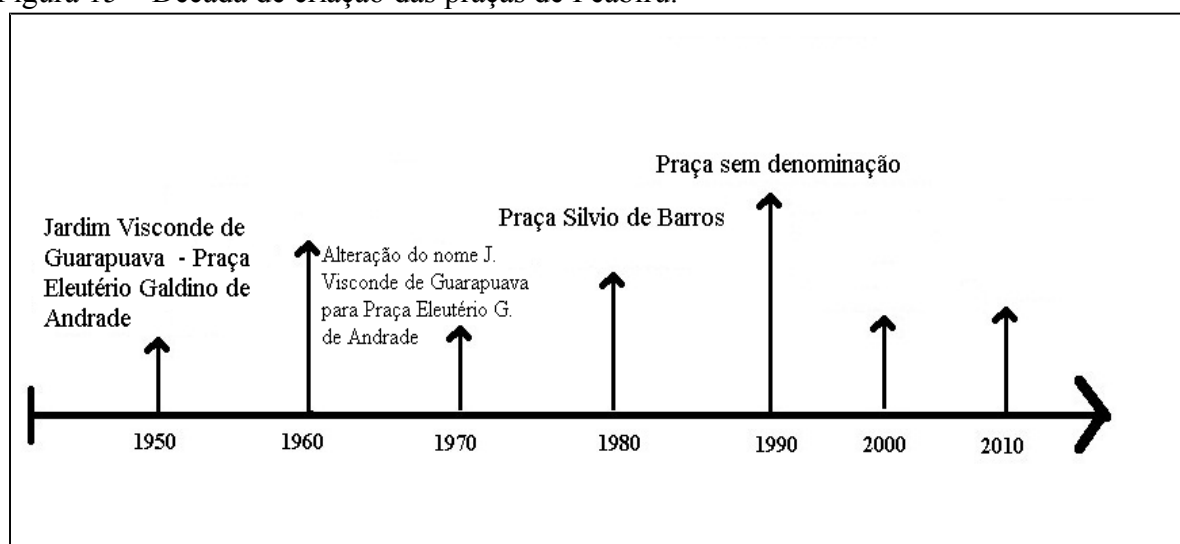
Os levantamentos efetuados são resultados de visitas *in loco* em cada um dos logradouros, entrevistas com pioneiros, conversas informais com cidadãos, usuários das praças e análise de documentos oficiais das cidades em tela.

As entrevistas com os pioneiros foram conduzidas a partir de questões previamente formuladas (Apêndice A), por meio das quais se identificou nome, idade e sexo do entrevistado; o ano e o motivo da vinda para o respectivo município, seguido de 11 questionamentos em que se procurou saber como era a cidade quando da chegada do pioneiro, as formas de lazer existentes, como era a praça, quem a frequentava, que tipos de usos se faziam desse espaço, em que dias da semana havia mais movimento, se o entrevistado frequentava a praça, se ele ou alguém da família a frequenta hoje, bem como a opinião do mesmo sobre os usos e funções atribuídos a esse logradouro com o passar dos anos¹.

4.1 AS PRAÇAS DE PEABIRU

A Cidade de Peabiru possui três praças, sendo elas: Praça Eleutério Galdino de Andrade, Praça Silvio de Barros e uma praça localizada no Conjunto Requião que até o momento da realização deste diagnóstico apresentava-se sem denominação (Figura 15) (Apêndice B). As Praças Eleutério Galdino de Andrade e Silvio de Barros estão localizadas na área central da cidade, e a praça sem denominação em zona periférica (Figura 16).

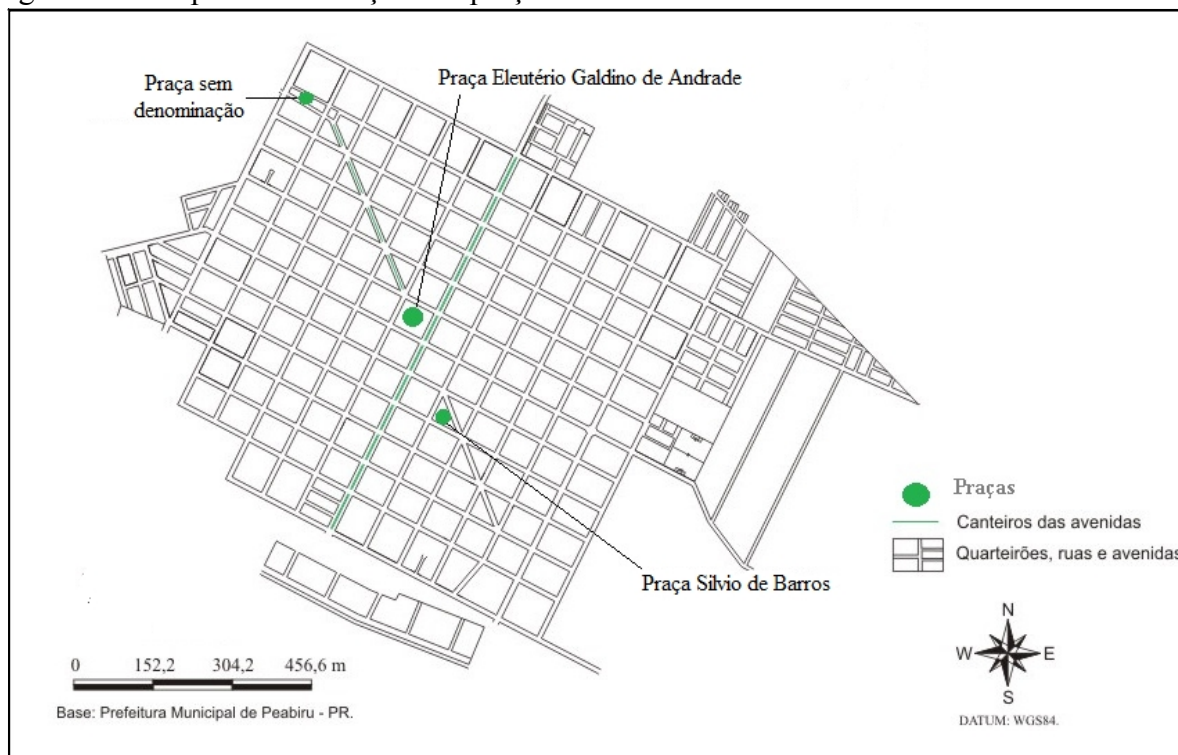
Figura 15 – Década de criação das praças de Peabiru.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

¹ Com autorização prévia dos entrevistados, os depoimentos foram registrados em áudio, transcritos de forma literal e submetidos ao crivo e aceite do entrevistado.

Figura 16 – Mapa de localização das praças de Peabiru.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Peabiru (2012) - Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Carlos Henrique da Graça, 2012.

4.1.1 Praça Eleutério Galdino de Andrade

A Praça Eleutério Galdino de Andrade (antes denominada Jardim Visconde de Guarapuava) foi criada por meio da Lei Municipal n.º 2 de 1977, localizada na área central de Peabiru é a principal, mais bem cuidada e estruturada praça da cidade; situa-se entre a Avenida Raposo Tavares, Rua Juvenal Portela, Avenida São João e Avenida Dr. Didio B. Bello, e caracteriza-se como uma praça recreativa² (Figura 17).

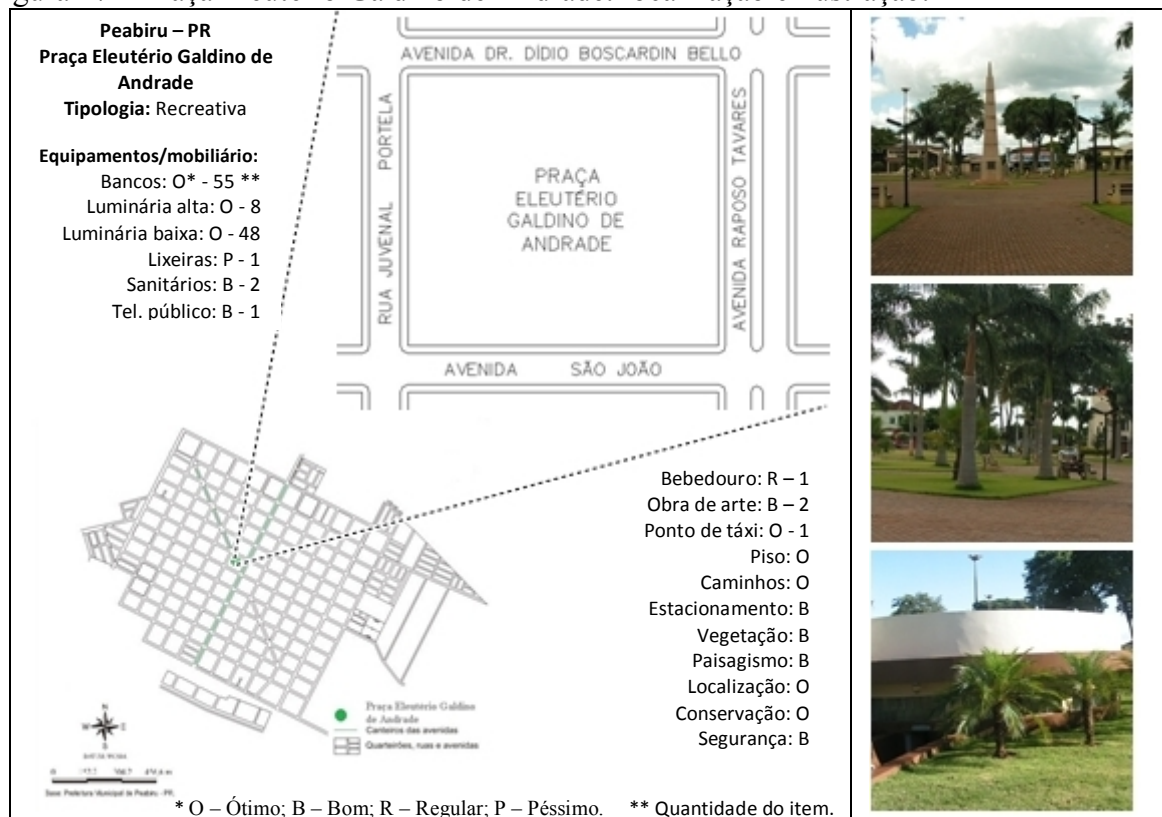
O seu entorno caracteriza-se como comercial³. Adjacentes ao logradouro estão localizados prédios públicos como a Prefeitura Municipal e a Casa da Cultura, a Igreja Matriz

² Para o enquadramento de tipologia considerou-se o caráter funcional predominante na praça. Fez-se uso da proposta de classificação apresentada por Matas Colom, Necochea Vergara e Balbontín Vicuña (1983), que qualificam os logradouros em quatro categorias: **Praça recreativa** - aquela que se reconhece pelo desenvolvimento de atividades de entretenimento, passeio ou encontro; **Praça de circulação** - aquela que devido à sua localização, converte-se em lugar de passagem obrigatória de veículos e/ou pedestres; **Praça de significação visual** - é aquela que não se recorda por si, senão pelo monumento ou edificação, geralmente pública, que a define e ao qual ela está subordinada; **Praça de significação simbólica** - é aquela que se configura como um marco urbano que se recorda com clareza, quase sempre de desenho monumental e se relaciona com algum acontecimento de importância nacional.

³ A classificação do entorno foi definido a partir da observação das edificações que circundam a praça em estudo, podendo ser nomeado como comercial, residencial, e/ou misto. **Comercial** quando predominam no entorno atividades comerciais; **Residencial** quando predominam no entorno edificações residências; **Misto** quando há no entorno tanto comércio como residências.

da Paróquia São João Batista, e estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, como agências bancárias e comércio em geral.

Figura 17 – Praça Eleutério Galdino de Andrade: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça (28/01/2012).

A infraestrutura da praça é formada por bancos mistos de madeira e concreto, com apoio para as costas, distribuídos por todo o logradouro; luminárias altas e rebaixadas, sanitários, telefone público, bebedouro, caminhos pavimentados em piso intertravado (blocos pré-fabricados de concreto), ponto de táxi, identificação do logradouro, estacionamento e obra de arte (obelisco; ilustração do Caminho de Peabiru e prato típico do município - Carneiro ao Vinho). Embora não caracterizado como monumento, tem-se a presença de uma placa que faz menção à espécie *Araucaria angustifolia* (Bertol) Kuntze, plantada pelo então prefeito Eleutério Galdino de Andrade em 24 de setembro de 1958.

Durante os trabalhos de campo verificou-se que a praça durante a semana é utilizada como espaço de passagem e, nos finais de semana, como local de encontro, recreação e lazer.

É significativo nos dias de semana (segunda a sexta-feira) a presença de idosos, principalmente do sexo masculino em grupos conversando, fato esse corroborado no depoimento de um dos pioneiros: “Eu frequento a praça, a gente vai lá ouvir conversa, tem

uns que gosta de contar vantagem, mentiroso, gostam de falar mentira. O bom da nossa praça é quando é tempo de política, a notícia corre [sic] (informação verbal)⁴” (ENTREVISTADO 2, 2012). Evidencia-se no relato do pioneiro a função social da praça enquanto local destinado à palavra, característica que se mantém na dinâmica da pequena cidade interiorana.

O traçado da Praça Eleutério Galdino de Andrade favorece a existência de extensas áreas gramadas mantidas impecáveis pela prefeitura, e nos finais de semana, principalmente aos domingos, é comum encontrar grupos de jovens e famílias usufruindo desse espaço. No entanto, o fato da maior parte da vegetação ser constituída por espécies de palmeiras os espaços sombreados são concorridos.

Quanto aos aspectos históricos, a figura 18 representa a movimentação na praça da igreja matriz e em seus arredores, no início dos anos de 1950, época em que o Município de Peabiru apresentava-se como uma localidade de atração populacional, considerado uma referência para a região.

Figura 18 – Aspecto geral da Praça da Igreja Matriz em 1953.



Fonte: Museu Municipal Caminhos de Peabiru (2012).

De acordo com relatos de pioneiros, o local onde hoje se localiza a praça foi no início do povoamento ocupado por um campo de futebol e por uma rodoviária (Figura 19).

Na praça não tinha nada, tinha um campo de futebol, uma casinha bem pequeninha de madeira, acho que era o ponto de ônibus. Demoro um pouquinho para endireitar,

⁴ Idem, p. 79.

a igreja era tudo de madeira, madeira bonita, bem forte [sic] (informação verbal)⁵ (ENTREVISTADO 4, 2012).

Fato também corroborado pelo Entrevistado 5:

Onde é o jardim (a praça) era uma quiçaca, um capoeirão. Até 1954 não tinha a praça, tinha uma rodoviária antiga, aquela casinha sabe, no meio ali, dois bancos, um lado o lugar para vender passagem, no outro para tomar café, era só aquilo ali. [...] Primeiro do lado onde é a praça era o campo de futebol, depois de um tempo onde é a praça era o campo de futebol [sic] (informação verbal)⁶ (ENTREVISTADO 5, 2012).

Figura 19 – Aspecto geral da Avenida Raposo Tavares e da rodoviária, nos anos 1950.



Fonte: Museu Municipal Caminhos de Peabiru (2012).

Mesmo antes da edificação, evidencia-se a função do espaço da praça enquanto elemento estruturador da malha urbana, adjacente ao qual a cidade ganha forma.

Oficialmente a praça foi inaugurada pelo então Governador do Estado, Moyses Lupion, em 14 de dezembro de 1957 com a denominação de Jardim Visconde de Guarapuava, na gestão do prefeito Eleutério Galdino de Andrade. Constata-se que é uma praça formal, típica dos anos 1950 no Brasil, sob influência do paisagismo europeu. Caracteriza-se por caminhos raiados que partem do centro, onde há um obelisco; já naqueles anos a presença de

⁵ Informação fornecida por uma pioneira do município de Peabiru, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Peabiru, fevereiro de 2012.

⁶ Informação fornecida por um pioneiro do município de Peabiru, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Peabiru, fevereiro de 2012.

luminárias ao longo dos passeios e a distribuição ritmada das espécies vegetais (Figuras 20, 21).

Figura 20 – Inauguração do Jardim Visconde de Guarapuava (1957).



Fonte: Museu Municipal Caminhos de Peabiru (2012).

Figura 21 – Aspecto geral do Jardim Visconde de Guarapuava no final dos anos de 1950.



Fonte: Museu Municipal Caminhos de Peabiru (2012).

Em 1977, Jorge da Silva Pinto (prefeito na época), como forma de homenagear o prefeito em exercício quando da criação do logradouro, por meio da Lei Municipal nº 2, de 13 de maio de 1977 alterou o nome da Praça para Eleutério Galdino de Andrade.

Levantou-se em entrevistas com os pioneiros que, por volta dos anos 1970, foi colocado um televisor na praça, uma vez que a maioria das pessoas não tinha possibilidade de ter um monitor de TV em casa, assim a Praça Eleutério Galdino de Andrade já foi uma praça televisiva.

Há alguns anos era possível encontrar no Brasil interiorano, rural a praça televisiva. Esta se fazia presente a preencher o vazio das noites e ócio dos fins de semana. Televisiva porque aquele espaço comportava um monitor de TV que permitia a comunidade afluir à praça em busca de entretenimento (DE ANGELIS, et al. 2005, p. 14).

Segundo relatos de pioneiros, transmitiam-se principalmente jogos de futebol e novelas.

Tinha uma televisão na praça, nós vinha do sítio para assistir. Daí de tarde, de noite, nós vinha pra igreja e ficava assistindo televisão ali na praça, reunia o povo. Passava jogo da copa, novela também, era o tempo que passava João Coragem. Colocavam a televisão ali no jardim. Era uma novidade [sic] (informação verbal)⁷ (ENTREVISTADO 6, 2012).

Nota-se ainda nos depoimentos a importância e a representatividade exercida pela praça, sua função de sociabilização e cenário da vida pública da *urbe*.

A gente saía da escola e ficava ali vendo o Tarcísio Meira. Aquilo fervia de gente em volta. Fizeram um suporte de madeira, uma caixa e cobriam. [...]. A televisão ficava virada para o lado da igreja e funcionava somente à noite. Ligava e o povo ficava lá no meio da praça (CHAGAS, 2012 apud ROCHA, et al. 2012, p. 31).

Concentração de pessoas, movimento e dinamicidade são as características conferidas à praça quando das primeiras décadas da cidade de Peabiru. Fato confirmado por um dos pioneiros entrevistados:

A praça era frequentada, era local de encontro. A rapaziada e as moças iam para a praça, era lugar de encontro. [...] Na praça era de sábado e domingo à noite, isso quando não tinha o baile no clube. [...] Tinha muito circo e parque de diversão na praça. Era onde o povo se ajuntava [...]. Os jovens ficavam na praça, e faziam a avenida em roda da praça, os que gostavam de andar, o bloco andante, as moças os

⁷ Informação fornecida por uma pioneira do município de Peabiru, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Peabiru, fevereiro de 2012.

moços se ajuntavam e faziam a praça, outros iam no cinema [sic] (informação verbal)⁸ (ENTREVISTADO 2, 2012).

No ano de 2009 a Praça Eleutério Galdino de Andrade passou por um processo de reforma e remodelação. Nessa intervenção foram trocados pisos, luminárias e bancos, além da reforma dos sanitários e a substituição de espécies vegetais. A Rua Juvenal Portela, contígua à praça, passou a ter restrição para o tráfego de automóveis, ficando o acesso permitido apenas pela Avenida São João. No meio da quadra foi instalada uma rotatória e nela construída um monumento em alusão ao Caminho do Peabiru.

A figura 22 representa a Praça Eleutério Galdino de Andrade antes do processo de revitalização e remodelação; a figura 23 refere-se à condição pós intervenções. O aspecto mais expressivo é a vegetação de porte arbóreo, densa, em sua maioria substituída por espécies de palmeiras.

Figura 22 – Aspecto geral da Praça Eleutério Galdino de Andrade antes da revitalização (1996).



Fonte: Casa da Cultura Professor Nely Pinheiro (2012).

A Praça Eleutério Galdino de Andrade também é palco de eventos municipais tradicionais, entre eles a Festa do Carneiro ao molho de vinho (prato típico do município), Feira Municipal do Produtor Rural (todas as quartas-feiras), festa em comemoração ao Aniversário do município, Projeto “Viva Leitura” que engloba todas as cidades da 11ª Regional de Cultura do Paraná e o Dia do Desafio (Figura 24).

⁸ Idem, p. 79.

Figura 23 – Aspecto geral da Praça Eleutério Galdino de Andrade.



Vanessa Medeiros Corneli (06/07/2012).

Figura 24 – (A) Festa do Carneiro ao Vinho (08/2010); e (B) Evento dia do Desafio.



Fonte: (A) Casa da Cultura Professor Nely Pinheiro (2012); (B) Vanessa Medeiros Corneli (25/11/2011).

O levantamento florístico realizado na Praça Eleutério Galdino de Andrade registrou a presença de 19 espécies vegetais, relacionadas a 17 gêneros e distribuídas em 13 famílias botânicas (Tabela 2)⁹. De um total de 141 indivíduos, as espécies mais representativas são *Roystonea oleracea* (Jacq.) O. F. Cook, *Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch e *Phoenix roebelenii* O'Brien, correspondendo respectivamente a 30,5%, 25,5% e 13,5% do total de elementos vegetais presentes no logradouro.

⁹ Os aspectos quanto à vegetação das praças serão retomados e discutidos no Capítulo V, quando da avaliação quali-quantitativa dos logradouros.

Tabela 2 – Relação de espécies vegetais da Praça Eleutério Galdino de Andrade - Peabiru. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Apocynaceae	<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i> Müll. Arg.	peroba-poca	01	N.	s/v
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol) Kuntze	pinheiro-do-paraná	01	N.	9471
Arecaceae	<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br.	palmeira-de-leque-da-china	13	E.	1164
Arecaceae	<i>Roystonea oleracea</i> (Jacq.) O. F. Cook	palmeira-imperial	43	E.	5468
Arecaceae	<i>Phoenix roebelenii</i> O'Brien	tamareira-de-jardim	19	E.	4845
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	07	N.	1187
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	oiti; oiti-da-praia	36	N.	282
Bignoniaceae	<i>Handroanthus albus</i> (Cham.) Mattos	ipê-amarelo	01	N.	5718
Cupressaceae	<i>Cupressus lusitanica</i> Mill.	cipreste	01	E.	5860
Ericaceae	<i>Rhododendron simsii</i> Planch.	azaléia	03	E.	9451
Fabaceae	<i>Libidibia ferrea</i> (Mart. Ex Tul.) L. P. Queiroz var. <i>ferrea</i>	pau-ferro	02	N.	6579
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	07	N.	8217
Fabaceae	<i>Cassia fistula</i> L.	cássia-fistula	01	E.	4909
Ginkgoaceae	<i>Ginkgo biloba</i> L.	ginko	01	E.	-
Melastomataceae	<i>Tibouchina granulosa</i> (Desr.) Cogn.	quaresmeira	01	N.	4732
Moraceae	<i>Ficus guaranitica</i> Chodat	figueira	01	N.	1997
Moraceae	<i>Ficus</i> sp.	figueira	01	N.	-
Rutaceae	<i>Murraya paniculata</i> (L.) Jack	murta; falsa-murta	01	E.	2022
Theaceae	<i>Camellia japonica</i> L.	camélia	01	E.	5234

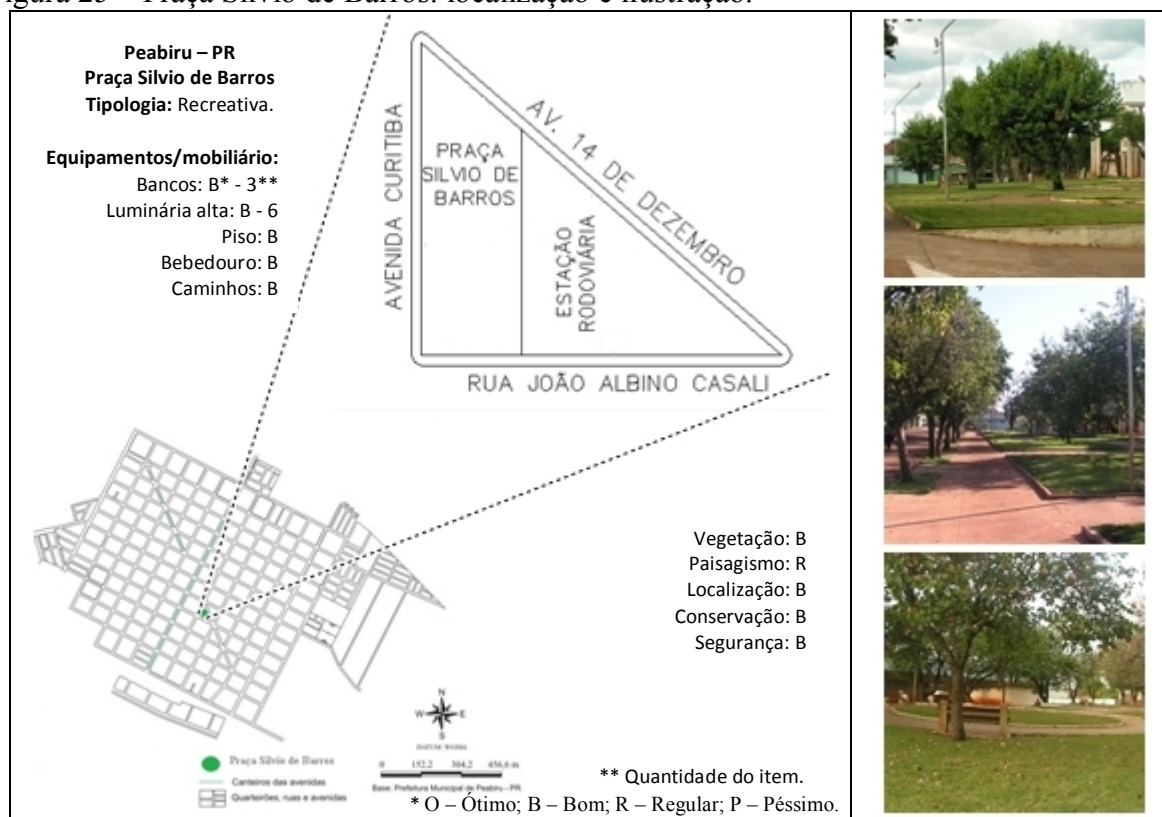
Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 25/05/2011.

4.1.2 Praça Silvio de Barros

A Praça Silvio de Barros foi criada em 1983 por meio do Projeto de Lei n.º 9 de 4 de julho do referido ano. Possui forma retangular, localiza-se entre a Avenida Curitiba, Avenida 14 de Dezembro e Rua João Albino Casali, na área central da cidade de Peabiru, anexa ao prédio da rodoviária municipal (Figura 25).

A praça foi criada durante a gestão do Prefeito Jorge da Silva Pinto (1977-1983) e possui como estruturas: bancos mistos de madeira e concreto, com apoio para as costas, luminárias altas, caminhos pavimentados e identificação do logradouro. O seu entorno é misto e caracteriza-se como uma praça recreativa.

Figura 25 – Praça Silvio de Barros: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (28/01/2012).

Nos trabalhos de campo verificou-se que esporadicamente a praça é frequentada por crianças que a utilizam para andar de bicicleta e brincar de bola, por jovens praticantes de skate que, na ocasião, externaram o desejo de ter um espaço para a realização desse esporte e pela população do entorno para passeio e descanso.

No entanto, como corroborado por um dos pioneiros entrevistados, a frequência e intensidade de uso desse logradouro é significativamente menor se comparado com a Praça Eleutério Galdino de Andrade. Evidencia-se também, nas palavras do pioneiro, a imponência e superioridade da praça central enquanto *locus*, e seu poder de congregar pessoas.

Essa é a praça principal¹⁰, arrumaram outras pracinhas, mas não é movimentada, a outra que tem é aquela pracinha da rodoviária, mas ninguém vai lá, o povo vem mesmo aqui [sic] (informação verbal)¹¹ (ENTREVISTADO 2, 2012).

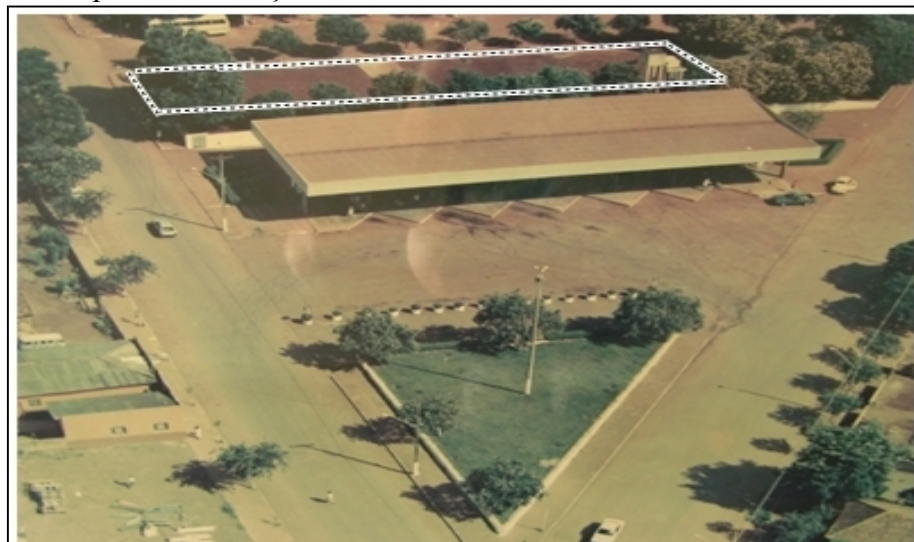
É comum a presença de andarilhos na Praça Silvio de Barros; infere-se que tal fato seja motivado pela proximidade dela com o terminal rodoviário e que essa situação iniba o uso mais efetivo do logradouro pela população em geral. Quanto aos aspectos históricos do

¹⁰ Na ocasião o pioneiro estava se referindo à praça central, Praça Eleutério Galdino de Andrade.

¹¹ Idem, p. 79.

logradouro, teve-se acesso em uma foto do início dos anos 1980 (Figura 26) em que é possível identificar a cobertura do terminal rodoviário e o espaço da praça (retângulo tracejado).

Figura 26 – Vista parcial da Praça Silvio de Barros no início dos anos 1980.



Fonte: Museu Municipal Caminhos de Peabiru (2012).

Em relação à vegetação identificou-se a existência de cinco espécies, relacionadas a cinco gêneros, distribuídas em duas famílias botânicas (Tabela 3). Do total de 42 indivíduos presentes, a maior representatividade é da espécie exótica invasora *Ligustrum lucidum* W.T. Aiton correspondendo a 83,3% da vegetação existente.

Tabela 3 – Relação de espécies vegetais da Praça Silvio de Barros – Peabiru. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

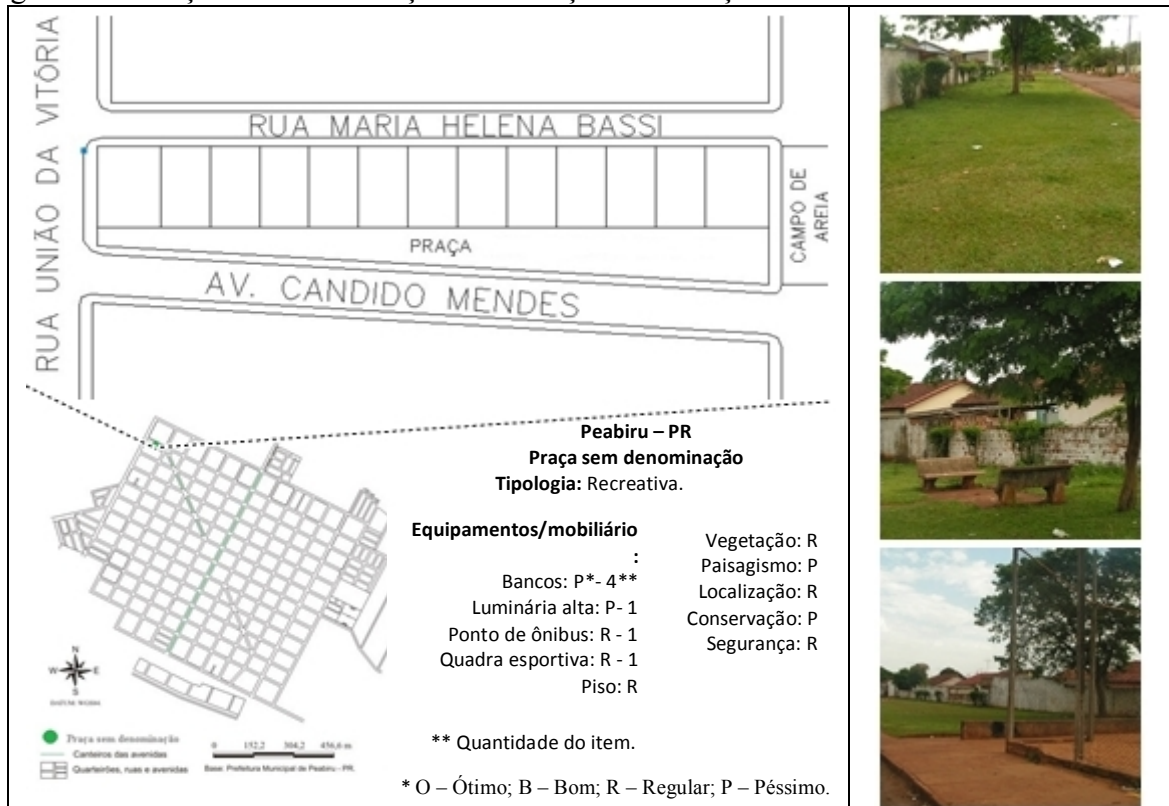
Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Fabaceae	<i>Caesalpinia spinosa</i> (Molina) Kuntze	falso-pau-brasil	01	E.	9485
Fabaceae	<i>Holocalyx balansae</i> Micheli	alecrim	01	N.	1898
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	01	N.	8217
Fabaceae	<i>Bauhinia variegata</i> L.	pata-de-vaca	04	E.	5466
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	35	E.I.	4863

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 25/05/2011.

4.1.3 Praça sem denominação

Localizada entre a Avenida Cândido Mendes e a Rua União da Vitória, no Conjunto Habitacional Requião, caracteriza-se como uma praça de recreação, com entorno residencial, em área com população de baixo poder aquisitivo (Figura 27).

Figura 27 – Praça sem denominação: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (28/01/2012).

Nos trabalhos de campo evidenciou-se que as principais formas de apropriação são o uso da quadra de areia, principalmente por adolescentes e jovens do sexo masculino, e a presença de famílias com crianças que usufruem da pouca sombra e do extenso gramado do logradouro, o qual é também improvisado como quadra de vôlei.

A exceção do aparo da grama, não há evidências de manutenções e investimentos em infraestrutura no logradouro, onde as luminárias são insuficientes, os poucos bancos encontram-se em estado precário para utilização e a quadra de areia precisa de melhorias.

A localização da praça permite acesso a várias residências particulares, como se fosse o jardim dessas habitações, e parte dos usuários e frequentadores desse espaço são os próprios moradores, parentes e amigos das famílias que ali residem.

A infraestrutura da praça é composta por: bancos com apoio para as costas, luminária alta, quadra esportiva de areia, ponto de ônibus e caminhos pavimentados.

Tradicionalmente no dia da criança, 12 de outubro, os moradores do Conjunto Habitacional Requião em parceria com a Associação de Moradores da Serraria dos Bananas (AMSERBAN) e outras entidades locais, organizam a festividade em comemoração à data, sendo a referida praça o palco desse evento.

Em relação à vegetação, identificou-se a presença de cinco espécies, relacionadas a cinco gêneros e distribuídas em quatro famílias botânicas (Tabela 4). Do total de 27 indivíduos presentes, a espécie mais representativa é *Hibiscus rosa-sinensis* L., exótica, com 18 exemplares.

Tabela 4 – Relação de espécies vegetais da Praça sem denominação – Peabiru. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Fabaceae	<i>Senna macranthera</i> (DC. ex Collad.) H.S. Irwin & Barneby	chuva-de-ouro	01	N.	4921
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	06	N.	8217
Malpighiaceae	<i>Malpighia emerginta</i> DC.	acerola	01	E.	7938
Malvaceae	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	hibisco; mimo-de-venus	18	E.	9462
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	01	E.I.	4863

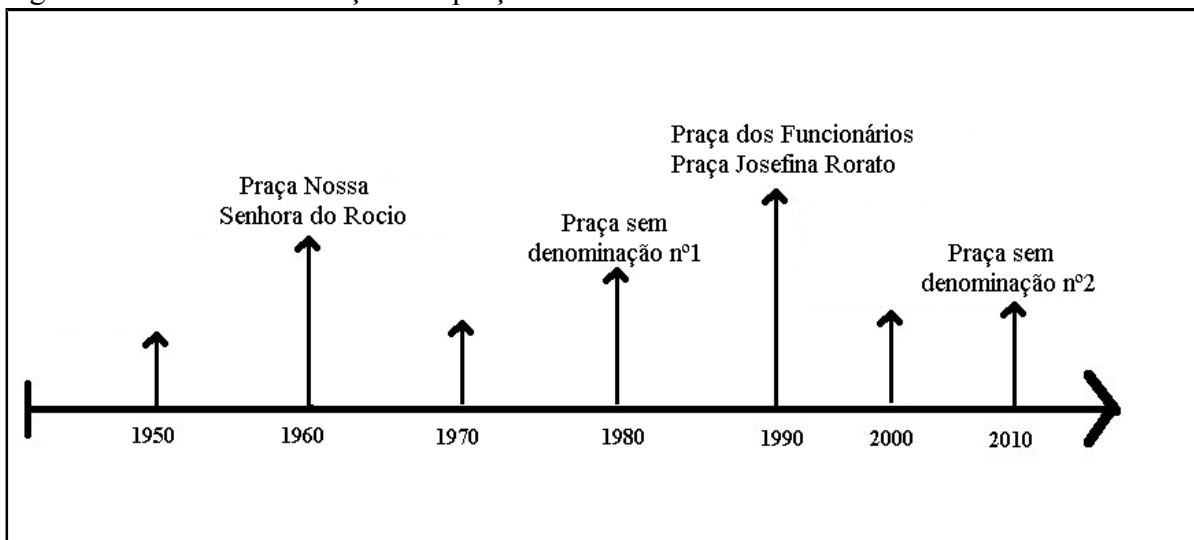
Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 25/05/2011.

4.2 AS PRAÇAS DE ARARUNA

De acordo com dados da Prefeitura Municipal de Araruna, a sede urbana possui 5 praças, sendo elas: Praça Nossa Senhora do Rocio, a Praça dos Funcionários, a Praça Josefina Rorato e 2 praças que até o momento da realização deste diagnóstico apresentavam-se sem denominação (Figura 28), (Apêndice C). A ordem de apresentação dos referidos logradouros respeitará as referentes datas de criação.

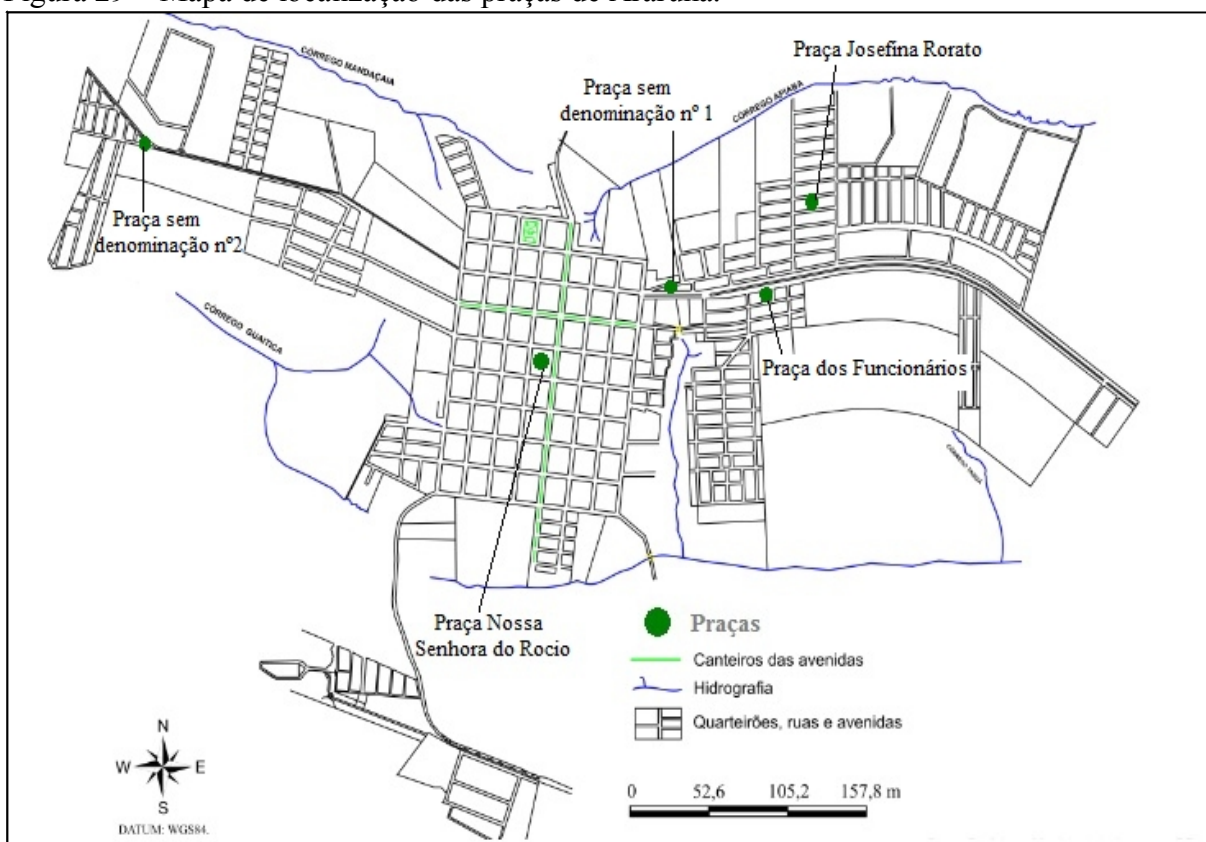
Quanto à localização, as praças Nossa Senhora do Rocio e sem denominação nº 1 localizam-se na área central e as demais em zonas periféricas (Figura 29).

Figura 28 – Década de criação das praças de Araruna.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Figura 29 – Mapa de localização das praças de Araruna.



Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Araruna (2012) - Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, 2012.

4.2.1 Praça Nossa Senhora do Rocio

A Praça Nossa Senhora do Rocio é a principal e melhor estruturada praça da cidade de Araruna. Criada por meio da Lei Municipal nº 107 de 1962, localiza-se na área central entre a Avenida Presidente Getúlio Vargas, Rua Deoclécio Manoel Teixeira, Rua Sete de Setembro e Rua Eráclides Alves de Gouveia, possui forma retangular e se caracteriza como uma praça de recreação (Figura 30).

O nome é uma homenagem à padroeira do Paraná e teria sido escolhido pelo prefeito em exercício Avelino Hanel (gestão 1959-1963) quando da criação da praça. Há nela uma réplica da imagem existente em Paranaguá, a qual, antes da revitalização da praça ocorrida em 2011, ficava em uma capela e posteriormente recebeu uma gruta em sua homenagem.

Figura 30 – Praça Nossa Senhora do Rocio: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (28/01/2012).

No entorno da praça encontram-se prédios públicos como a Prefeitura e a Câmara Municipal; a Igreja Matriz, Paróquia Santo Antonio; instalações da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) e algumas edificações comerciais e residenciais, sendo a praça utilizada frequentemente como local de acesso para esses estabelecimentos.

Quanto à sua infraestrutura, possui bancos com apoio para as costas, luminárias altas e rebaixadas, lixeiras, bebedouros, caminhos pavimentados, gruta, obra de arte (arara e monumento que simboliza a evolução temporal), espelho d'água, academia para a terceira idade (ATI), memorial da história de Araruna, parque infantil, quiosque de alimentação (em construção), identificação do logradouro e edificação institucional (a Casa da Cultura Municipal e um almoxarifado). Por sua localização e atrativos, a praça é frequentada por diferentes públicos, crianças, jovens, adultos e idosos.

A Praça Nossa Senhora do Rocio simboliza aspectos histórico-sociais da cidade de Araruna. O espaço onde hoje se localiza a praça era no início da colonização ocupado por uma igreja, coberta com palha de palmito, como relatado por um dos pioneiros entrevistados. Em 1959 a igreja foi transferida para outro ponto, e o lugar passou a ser ocupado por um campo de futebol.

Casei em [...] 1949. Onde hoje é a Casa da Cultura era uma igrejinha de palmito, foi ali que me casei. No dia teve cinco casamentos, porque tinha que aproveitar o dia que o padre vinha, Padre Aloísio Jacob, que vinha de Campo Mourão, à cavalo. [...] Ali onde é a praça havia a igrejinha de palmito, em 1950 foi desmanchada aquela igreja e foi construída onde hoje é a prefeitura, outra igreja de palmito, e ali foi feito um campo de bola. Depois foi feito a igreja, no local onde está hoje, e o campo de futebol virou praça [sic] (informação verbal)¹² (ENTREVISTADO 1, 2012).

Foi somente na gestão do segundo prefeito, Avelino Hanel (1959-1963) que de fato estruturou-se a praça. Na figura 31, datada do ano de 1976, é possível observar que a vegetação já atingia porte arbóreo sendo um dos elementos de maior destaque do logradouro.

Segundo informações obtidas com os pioneiros da Cidade, na primeira versão da praça, a parte central era ocupada por uma fonte e por um monumento, o qual, segundo alguns, simbolizava os três poderes e outros relataram que representava as três Américas (Figura 32).

¹² Idem p. 76.

Figura 31 – Vista parcial da Praça Nossa Senhora do Rocio (1976).



Fonte: Casa da Cultura de Araruna (2012).

Figura 32 – Aspecto Geral da Praça Nossa Senhora do Rocio (1981), visualizando-se no canteiro elevado o que seria o monumento.



Fonte: Acervo da Família Saboto Bandeira (2012).

Nos anos 1970 a Praça Nossa Senhora do Rocio teria sido o principal ponto de encontro da cidade, conforme verificado no depoimento de uma das pioneiras entrevistadas: “O lazer dos meus filhos, namorar e passear, era só ali na praça, não tinha outro lugar - início da década de 70 [sic] (informação verbal)¹³” (ENTREVISTADO 7, 2012).

O logradouro enquanto cenário da vida social ararunense também é recordado por uma cidadina:

Ali na praça tinha tipo uma fonte, eu lembro que a gente brincava em volta da mureta. Tinha um monumento que simbolizava os três poderes. Na minha época de

¹³ Informação fornecida por uma pioneira do município de Araruna, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Araruna, março de 2012.

juventude [1970] a praça era o *point*. Lá as pessoas namoravam, paqueravam, durante o dia, porque a noite não tinha iluminação. [...] No meu tempo de juventude a gente lavava a louça no domingo, quando era duas e meia três horas ia para a praça e ficava a tarde toda lá [sic] (informação verbal)¹⁴ (ENTREVISTADO 8, 2012).

Por volta da segunda metade dos anos de 1980 a fonte e o monumento foram substituídos por uma edificação na qual funcionava uma lanchonete, também tempos de expressivo movimento na praça (Figura 33).

Naquele tempo, só tinha aquela lanchonete da praça, não tinha outros concorrentes, só tinha mesmo ali o Hotel do Comércio, e umas lojas, mas não eram lanchonetes. Lanchonete mesmo que o povo gostava, principalmente de domingo de tarde, quando tinha jogo, era aquela da praça, tinha televisão, meu menino¹⁵ colocava televisão dessas preto e branco, então o povão ficava ali assistindo [sic] (informação verbal)¹⁶ (ENTREVISTADO 7, 2012).

Assim, tendo como referência os relatos dos pioneiros, tem-se que quando da instalação da referida lanchonete, anos de 1980, a praça ainda era o principal local de encontro da cidade, principalmente por não haver outras opções de lazer, e pela agradabilidade térmica do ambiente, proporcionada pela vegetação arbórea.

Na época da lanchonete tinha bastante gente que frequentava praça, porque quase não tinha onde ir, aí o pessoal parava ali, passava as horas ali, mais no final de semana. Era a única lanchonete que tinha na cidade. [...] O pessoal gostava de ficar ali porque era tudo sombra, tudo fresco [sic] (informação verbal)¹⁷ (ENTREVISTADO 7, 2012).

O pioneiro, Entrevistado 1, igualmente remete o maior afluxo de pessoas à praça na época, aos atrativos de que esta dispunha:

Quando tinha a lanchonete era mais movimentado, na frente da lanchonete era aberto, tinha um coberto, dois banheiros. A turma vinha ali comer um salgadinho, passar umas horas, bater um papo [sic] (informação verbal)¹⁸ (ENTREVISTADO 1, 2012).

¹⁴ Informação fornecida por uma cidadina ararunense, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Araruna, março de 2012.

¹⁵ O filho da pioneira administrava o estabelecimento na época.

¹⁶ Idem, p. 120.

¹⁷ Idem, p. 120.

¹⁸ Idem, p. 76.

Figura 33 – Vista parcial da Praça Nossa Senhora do Rocio (1985).



Fonte: Casa da Cultura de Araruna (2012).

Posteriormente, não sendo possível precisar a data, em função do surgimento de episódios de brigas e vandalismos, as instalações ocupadas pelo estabelecimento comercial cederam lugar a um módulo de polícia.

Depois de um certo tempo da lanchonete a praça começou a se tornar um ambiente não familiar. Aconteceram vandalismo, brigas, quebraram as porta dos banheiros. Foi criado o módulo policial por causa disso mesmo, por causa do vandalismo, quebravam os postinhos de luz [sic] (informação verbal)¹⁹ (ENTREVISTADO 1, 2012).

Os efeitos adversos desencadeados nessa época repercutem até a contemporaneidade, quando a Praça Nossa Senhora do Rocio ainda é tida por muitos como um espaço não ideal para um passeio e convívio sadio. A menor apropriação do espaço pela população favorece a utilização do *locus* para a prática de atividades de conduta duvidosa. Nos trabalhos de campo presenciaram-se abordagens da polícia militar em indivíduos suspeitos que se encontravam no logradouro. Tal condição gera um circulo vicioso: a população deixa de frequentar o espaço pela presença dos referidos elementos e estes ganham mais liberdade de ação justamente porque a praça torna-se um vazio.

Ainda em relação às intervenções estruturais, no ano de 2004, o então módulo policial foi substituído por um novo prédio, destinado à Casa da Cultura, que se encontra alocado no centro da praça (Figura 34).

¹⁹ Idem p. 76.

Figura 34 – Casa da Cultura – Praça Nossa Senhora do Rocio – Araruna.



Vanessa Medeiros Corneli (2012).

Em julho de 2011 iniciou-se a revitalização da Praça Nossa Senhora do Rocio. Com recursos do Ministério das Cidades, Programa Turismo no Brasil, foram liberados R\$ 222.506,94 para sua revitalização.

Nesse processo retiraram-se algumas árvores, tendo como principal justificativa o fato de que a densidade de vegetação tornara a praça um lugar escuro, o que favorece a prática de atividades ilícitas e inibe a sua apropriação pela população em geral.

Também foram colocados novos brinquedos no parque infantil, e substituída parte das luminárias rebaixadas (postes com três globos) por superpostes do tipo pétalas, o que em certo aspecto contraria o preconizado contemporaneamente de que as luminárias rebaixadas são consideradas mais eficientes e econômicas por não ficarem obstruídas pela copa das árvores e diminuir a luminosidade difusa.

As modificações estruturais mais expressivas ficaram por conta da construção de uma gruta em homenagem a Nossa Senhora do Rocio e de uma arara, fazendo referência à origem do nome da cidade, ambas feitas em concreto armado pelo artista plástico Levi Batista (Figura 35).

Ainda estão em obras no espaço da praça quatro quiosques de alimentação, denominados de praça de alimentação, os quais, segundo relatos informais de representantes da administração pública municipal, têm por objetivo estimular a presença de frequentadores na praça.

Figura 35 – Vista parcial da Gruta Nossa Senhora do Rocio e da arara.



Vanessa Medeiros Corneli (2012).

Durante os trabalhos de campo verificou-se que em relação a atrativos, a Praça Nossa Senhora do Rocio destaca-se pela presença de crianças no parque infantil (Figura 36), pelos frequentadores da ATI (Figura 37), por visitação   gruta e fluxo de pessoas que se dirigem à Casa da Cultura. Em geral formas de apropriação caracterizadas pelo pouco tempo de permanência e objetivos específicos.

Figura 36 – Parque infantil - Praça Nossa Senhora do Rocio.



Vanessa Medeiros Corneli (2011).

Na ATI, embora seja destinada prioritariamente para a terceira idade, é comum a presença de público de diferentes faixas etárias como crianças, jovens e adultos. Esse fato se deve provavelmente por não haver atrativos similares (lazer ativo), estrutura para a prática de exercícios físicos/quadra esportiva para essa parcela da popula o. Nenhuma das praças de Araruna   equipada com quadras poliesportivas.

As crianças que frequentam a ATI estão em uma idade que o parque infantil já não é mais interessante e atrativo.

Figura 37 – ATI - Praça Nossa Senhora do Rocio.



Vanessa Medeiros Corneli (2012).

Evidenciou-se que o local onde está instalada a ATI também é utilizado como ponto de encontro para conversas, atribui-se esse fato a dois motivos principais, o primeiro se deve à possibilidade de as pessoas sentarem-se próximas (utilizam o banco que fica no entorno de árvores), o que não é possível nos demais bancos da praça que, além de poucos, estão distantes um dos outros, tendo capacidade para no máximo três pessoas. O segundo motivo está relacionado ao fato de a área da ATI ser sombreada, o que não acontece com muitos dos demais bancos espalhados pelo logradouro.

A Praça Nossa Senhora do Rocio também é palco de eventos tradicionais da cidade de Araruna, como a Feira Municipal do Produtor Rural que acontece semanalmente às sextas-feiras, a Roda de Viola aos domingos (no auditório da Casa da Cultura), o Dia do Desafio (anualmente), a festa em alusão ao Dia das Crianças, a comemoração do Aniversário da Cidade e o Desfile de 7 de Setembro, os quais são exemplo das relações socioespaciais estabelecidas entre a população e à praça (Figura 38).

Quanto à vegetação, segundo levantamento realizado em 6 de julho de 2011, evidenciou-se a presença de 19 espécies, relacionadas a 18 gêneros, distribuídas em 11 famílias botânicas, representando um total de 105 indivíduos presentes na praça (Tabela 5). O maior número de espécies registradas pertence às famílias *Arecaceae* e *Fabaceae*, sendo que o maior número de indivíduos presentes na Praça Nossa Senhora do Rocio é da espécie *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz com 37 exemplares.

Figura 38 – (A) Evento Dia do Desafio (2005); (B) Comemoração do 57º aniversário de Araruna.



Fonte: (A) Casa da Cultura de Araruna (2012). (B) Vanessa Medeiros Corneli (2011).

Tabela 5 – Relação de espécies vegetais da Praça Nossa Senhora do Rocio Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Apocynaceae	<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i> Müll. Arg.	peroba-poca	03	N.	s/v
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol) Kuntze	pinheiro-do-paraná	06	N.	9471
Araucariaceae	<i>Araucaria columnaris</i> (Forst.) Hook.	pinheiro-de-natal	01	E.	8444
Arecaceae	<i>Dypsis lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	areca-bambu	07	E.	8446
Arecaceae	<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br.	palmeira-de-leque-da-china	02	E.	1164
Arecaceae	<i>Archontophoenix cf. alexandrae</i> (F. Muell.) H. Wendl. & Drude	palmeira-real; palmeira-da-rainha	06	E.	s/v
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	jerivá; coco-de-cachorro	01	N.	9357
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	10	N.	1187
Bignoniaceae	<i>Spathodea campanulata</i> P.Beauv	bisnagueira	01	E.I.	4886
Cycadaceae	<i>Cycas circinalis</i> L.	cicas; palmeira-samambaia	05	E.	1137
Fabaceae	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	canafistula	13	N.	7025
Fabaceae	<i>Clitoria fairchilaliana</i> R. A. Howard	sombreiro, sombra-de-vaca	01	N.	2143
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	37	N.	8217
Fabaceae	<i>Tipuana tipu</i> (Benth.) Kuntze	tipuana	02	E.	281

Continua...

Continuação...					
Família	Nome científico	Nome Vulgar	Nº	Status	Voucher
Melastomataceae	<i>Tibouchina granulosa</i> (Desr.) Cogn.	quaresmeira	02	N.	4732
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	01	E.I.	4863
Pinaceae	<i>Pinus</i> sp.	pinus	04	E.I.	s/v
Rutaceae	<i>Citrus limonia</i> Osbeck	limão-rosa	01	E.I.	8001
Strelitziaceae	<i>Ravenala madagascariensis</i> J. F. Gmel.	árvore-do-viajante	02	E.	s/v

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

4.2.2 Praça sem denominação nº 1

A referida praça, com forma triangular, localiza-se entre a PR 465 e a Rua Rio Grande do Sul em área ainda classificada como central. O entorno ao longo da referida rua caracteriza-se como residencial e na outra extremidade a praça é margeada pela PR 465, a qual apresenta trânsito intenso de veículos (Figura 39).

Figura 39 – Praça sem denominação nº 1: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho, (28/01/2012).

No mesmo lote encontram-se duas instalações institucionais, o prédio da antiga rodoviária de Araruna, espaço hoje utilizado como destacamento policial, e a Biblioteca

Cidadã Municipal. A infraestrutura é composta ainda por bancos de concreto sem apoio para as costas, luminárias altas, caminhos pavimentados. Faz-se necessário investimento em infraestrutura, manutenção e conservação do logradouro, fatores que interferem no seu uso e apropriação pela população.

Durante os trabalhos de campo evidenciaram-se apenas usos esporádicos da praça, em algumas situações como local de passagem e outras como ponto de espera com curta permanência.

Quanto à vegetação, embora, haja espécies de porte arbóreo a parte sombreada fica restrita a alguns espaços da praça, dessa forma vários bancos ficam expostos ao sol a maior parte do dia. Identificou-se no levantamento florístico a presença de sete espécies, relacionadas a sete gêneros, distribuídas em quatro famílias botânicas. A espécie nativa *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz, com oito exemplares, é a mais representativa quanto ao número de indivíduos (Tabela 6).

Tabela 6 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº1 – Araruna. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	Nº	Status	Voucher
Arecaceae	<i>Dypsis lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	areca-bambu	01	E.	8446
Arecaceae	<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br.	falsa-latânia; palmeira-de-leque-da-china	02	E.	1164
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassm.	jerivá; coco-de-cachorro	01	N.	9357
Fabaceae	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	canafistula	01	N.	7025
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	08	N.	8217
Myrtaceae	<i>Psidium guajava</i> L.	goiaba	01	E.I.	7273
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> Lindley	ameixa-japonesa	01	E.I.	9428

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

4.2.3 Praça dos Funcionários

Criada por meio da Lei Municipal nº 848 de 1992 (Figura 40), a Praça dos Funcionários está localizada no Conjunto Habitacional Darvino Guimarães, entre a Avenida Paraná, Rua Santa Catarina, Travessa Curitiba e Travessa Manaus (Figura 41).

Figura 40 – Praça dos Funcionários (1992).



Fonte: Casa da Cultura de Araruna (2012).

Figura 41 – Praça dos Funcionários: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (28/01/2012).

Quanto à evolução histórica do logradouro evidencia-se que tanto o traçado, caracterizado por linhas retas, como os bancos mantêm-se os mesmos de quando da sua criação. Sendo as mudanças mais significativas: a pavimentação de um dos canteiros centrais

para a instalação da ATI, ocorrida no ano de 2010; a inexistência contemporânea de espécies de palmeiras, identificadas na figura de 1992; e o porte arbóreo atingido pela vegetação.

A praça possui forma retangular, com entorno residencial, caracteriza-se como de recreação e é utilizada tanto pela população do entorno como de outros pontos mais distantes devido aos seus predicados como vegetação, tranquilidade e o fato de possuir entre seus equipamentos e/ou mobiliário uma ATI.

A infraestrutura é composta por bancos de concreto com apoio para as costas, luminárias altas, lixeiras, bebedouro, caminhos pavimentados e ATI.

Embora a praça possua vegetação de porte arbóreo o local onde se encontra a ATI fica a maior parte do tempo exposta ao sol, o que prejudica a sua apropriação durante dias quentes de verão. Assim o maior fluxo de usuários ocorre no início da manhã, fim de tarde e início da noite.

A Praça dos Funcionários é frequentada tanto por crianças como adultos e idosos que a utilizam para brincar, conversar e se exercitar na ATI.

Quanto à vegetação foram identificadas 12 espécies, relacionadas a 12 gêneros, distribuídas em 11 famílias botânicas, sendo 49 o número total de indivíduos. A espécie *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz com 14 exemplares é a mais representativa quanto à quantidade (Tabela 7). Evidenciou-se no logradouro a inserção de espécies vegetais herbáceas, realizada provavelmente pela população dos arredores, pois destoavam da dinâmica do restante da praça, entre as espécies *Celosia cristata* L. e *Salvia splendens* Sellow ex Roem & Schult e *Belamcanda chinensis* (L.) Redouté.

Tabela 7 – Relação de espécies vegetais da Praça dos Funcionários – Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Amaranthaceae	<i>Celosia cristata</i> L.	crista-de-galo	02	E.	901
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	02	N.	1187
Euphorbiaceae	<i>Jatropha multifida</i> Linn.	jatrofa	01	E.	2237
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	14	N.	8217
Gesneriaceae	<i>Antirrhinum majus</i> L.	boca-de-leão	01		9519
Iridaceae	<i>Belamcanda chinensis</i> (L.) Redouté	flor-leopardo	09	E.	5231
Lamiaceae	Indeterminada	alfavaca	01	E.	s/v
Lamiaceae	<i>Salvia splendens</i> Sellow ex Roem & Schult.	salvia	12	N.	9472

Continua...

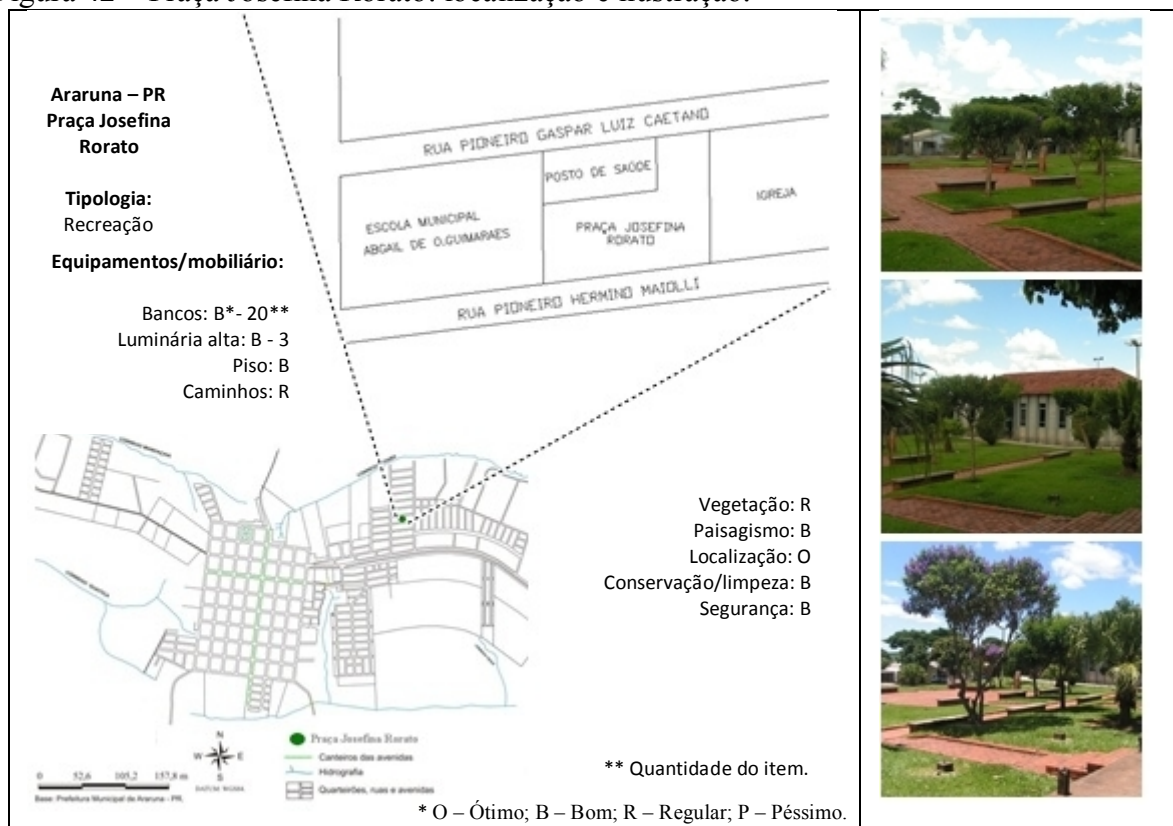
Continuação...					
Família	Nome científico	Nome Vulgar	Nº	Status	Voucher
Lythraceae	<i>Lagerstroemia indica</i> L.	resedá; flor-de-natal	01	E.	7377
Melastomataceae	<i>Tibouchina granulosa</i> (Desr.) Cogn.	quaresmeira	04	N.	4732
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> Lindley	ameixa	01	E.I	9428
Rutaceae	<i>Murraya paniculata</i> (L.) Jack	murta; falsa-murta	01	E.	2022

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

4.2.4 Praça Josefina Rorato

A Praça Josefina Rorato, inaugurada em junho de 1996 por meio da Lei Municipal nº 932 de 1995, na gestão do Prefeito Hermes Campos Teixeira, localiza-se no Loteamento Esperança, entre a Rua Pioneiro Hermino Maiolli e a Rua Pioneiro Gaspar Luiz Caetano (Figura 42).

Figura 42 – Praça Josefina Rorato: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (28/01/2012).

A praça possui forma retangular e no seu entorno estão localizados a Igreja Diaconia de Santo Estevão, o Posto de Saúde 24 Horas e residências unifamiliares. Caracteriza-se como

um local de recreação, utilizado principalmente pela população do entorno. Nos trabalhos de campo evidenciou-se a o seu uso pelo público infantil em brincadeiras com bola e outras recreações condizentes com a faixa etária desses usuários.

Quanto ao mobiliário e estruturas existentes, a praça possui bancos de concreto sem apoio para as costas, luminárias altas, caminhos pavimentados e identificação do logradouro.

Em relação à vegetação foram identificadas quatro espécies, relacionadas a quatro gêneros, distribuídas em quatro famílias botânicas, sendo o número total de 47 exemplares (Tabela 8).

A espécie mais representativa quanto ao número de indivíduos foi *Ligustrum lucidum* W.T. Aiton com 20 exemplares, espécie exótica invasora, da família Oleaceae, seguida da *Livistona chinensis* (Jacq.) R. Br. com 16 indivíduos.

Tabela 8 – Relação de espécies vegetais da Praça Josefina Rorato Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Arecaceae	<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br.	palmeira-de-leque-da-china	16	E.	1164
Malvaceae	<i>Pachira aquatica</i> Aubl.	monguba; cacau-selvagem	07	N.	4137
Melastomataceae	<i>Tibouchina granulosa</i> (Desr.) Cogn.	quaresmeira	04	N.	4732
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	20	E.I.	4863

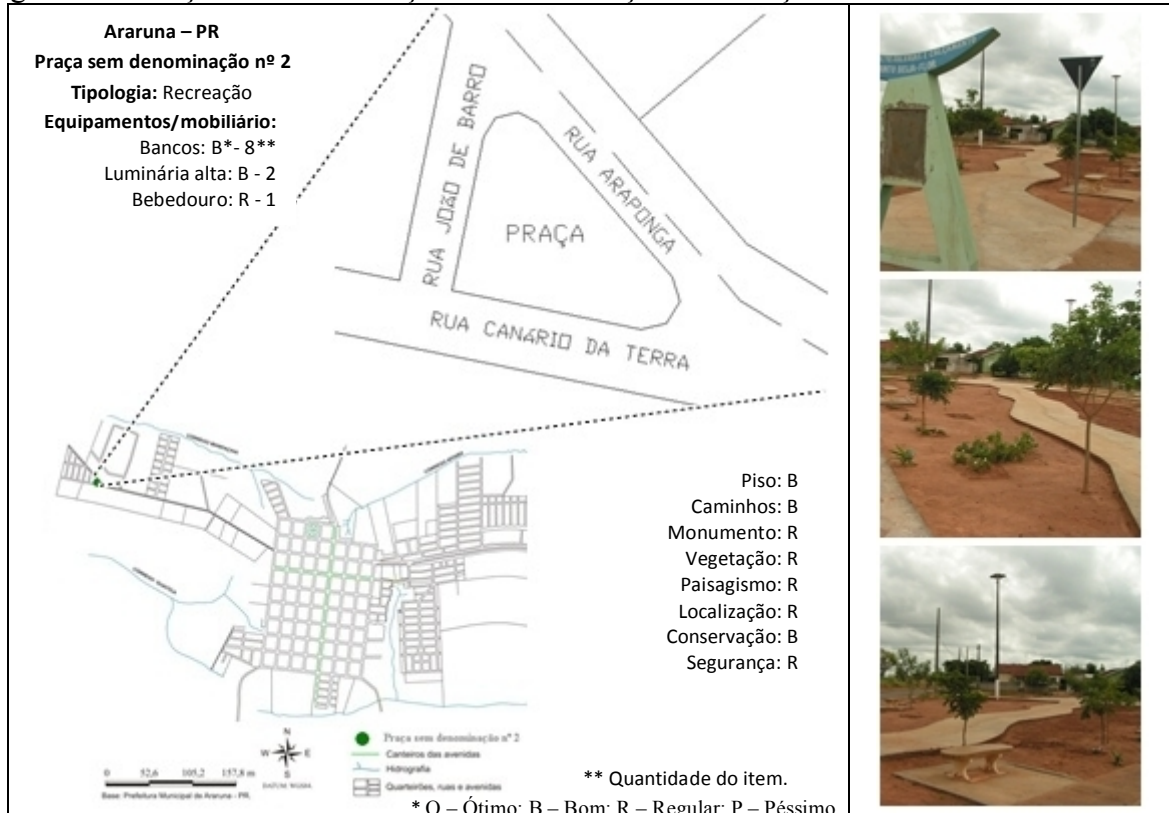
Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

Por localizar-se em um terreno com declividade a Praça Josefina Rorato é marcada pela presença de degraus, escadas e rampas que formam um espaço central, local este de maior apropriação pelos usuários, mas que tem seu uso condicionado, pois se trata de um *locus* com intensa pavimentação e pouco sombreamento.

4.2.5 Praça sem denominação n° 2

A referida praça está situada no Conjunto Beija Flor, no entroncamento entre a Rua Araponga, Rua Canário da Terra e Rua João de Barro, possui forma triangular e o seu entorno é residencial. O espaço do logradouro existe há alguns anos, no entanto foi no ano de 2012 que este recebeu alguns equipamentos e/ou mobiliário (Figura 43).

Figura 43 – Praça sem denominação nº 2: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (16/04/2012).

A praça possui bancos em concreto sem apoio para as costas, luminária alta, bebedouro, caminhos pavimentados e um monumento com sinais de depreciação que faz menção ao asfaltamento, galerias e calçamento do Conjunto Beija Flor.

A vegetação do logradouro ainda não atingiu porte arbóreo, e também a maior parte do espaço não está gramada, o que desestimula a sua utilização. Assim evidenciou-se apenas a presença de alguns usuários nos fins de tarde e início da noite quando a temperatura é mais amena.

No levantamento florístico foram identificadas 3 espécies, relacionadas a 3 gêneros e distribuídas em 3 famílias botânicas, sendo que em relação ao número de indivíduos a espécie mais representativa foi *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz, da família Fabaceae com 10 indivíduos (Tabela 9).

Tabela 9 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº 2 - Araruna. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

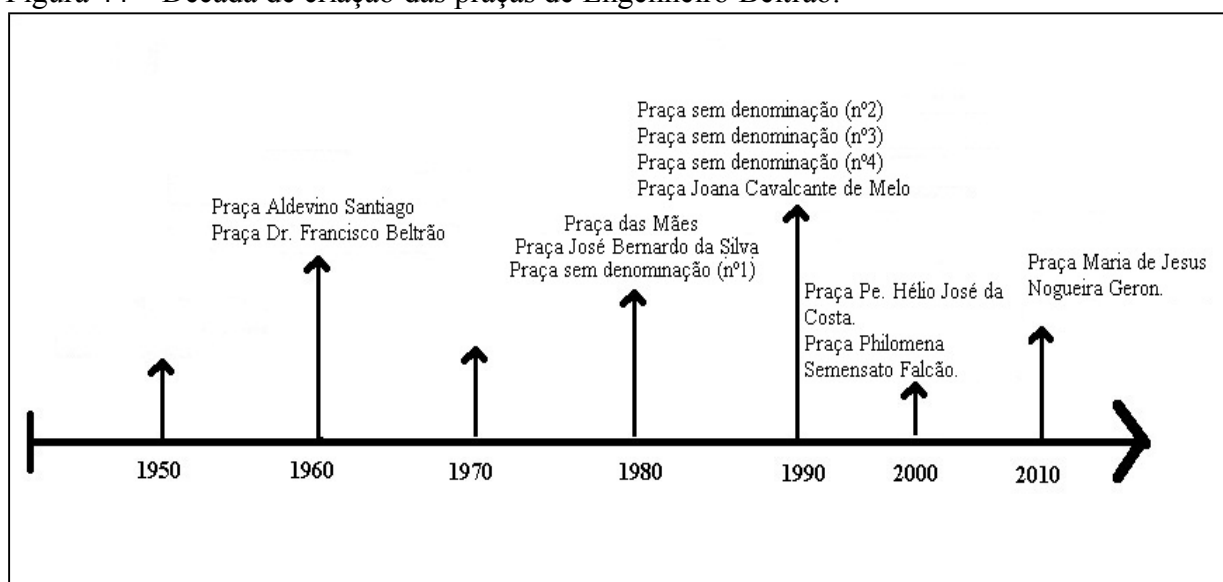
Família	Nome científico	Nome Vulgar	Nº	Status	Voucher
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	04	N.	1187
Dileniaceae	<i>Dillenia indica</i> Blanco	árvore-do-dinheiro; árvore-da-pataca	05	E.	s/v
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	10	N.	8217

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

4.3 AS PRAÇAS DE ENGENHEIRO BELTRÃO

Conforme dados obtidos junto à Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, em abril de 2012 a cidade possuía 12 praças sendo elas: Praça Aldevino Santiago, Praça Doutor Francisco Beltrão, Praça das Mães, Praça José Bernardo da Silva, Praça Joana Cavalcante de Melo, Praça Padre Hélio José da Costa, Praça Philomena Semensato Falcão, Praça Maria de Jesus Nogueira Geron e 4 praças que até a realização deste levantamento não estavam nominadas, praça sem denominação nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4 (Figura 44) (Apêndice D). A ordem de apresentação dos logradouros respeitará as respectivas datas de criação.

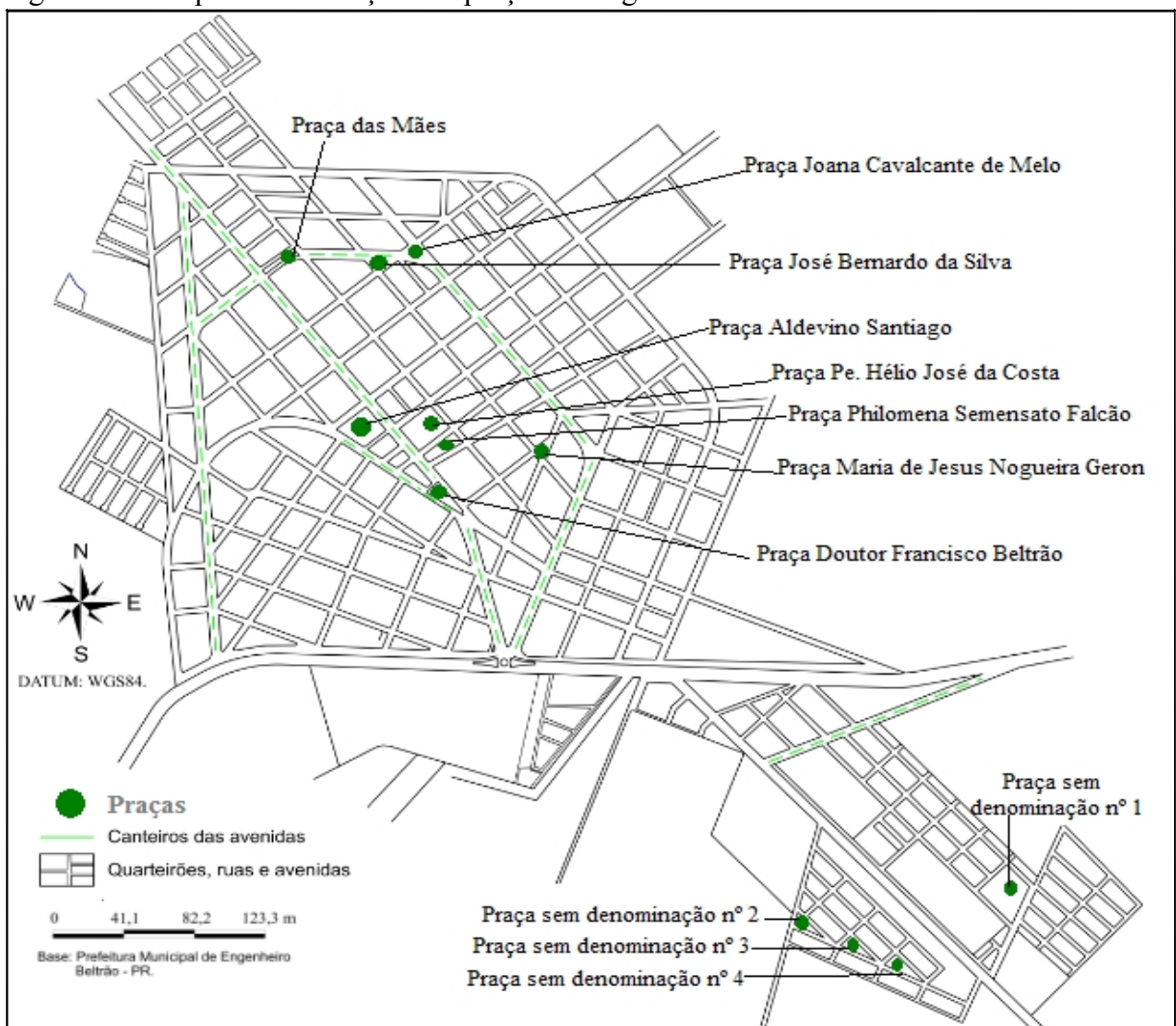
Figura 44 – Década de criação das praças de Engenheiro Beltrão.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Quanto à localização tem-se que das 12 praças existentes na cidade de Engenheiro Beltrão, 5 delas, o que representa 41,7%, estão localizadas na área central, núcleo inicial da sede urbana; 3 logradouros, 25,0%, estão situados em área considerada intermediária, e 4 praças (33,3%) localizam-se na zona periférica da cidade, junto a dois conjuntos habitacionais: Conjunto Habitacional Paulo Grandi e Conjunto Habitacional Paraíso das Rosas (Figura 45).

Figura 45 – Mapa de localização das praças de Engenheiro Beltrão.



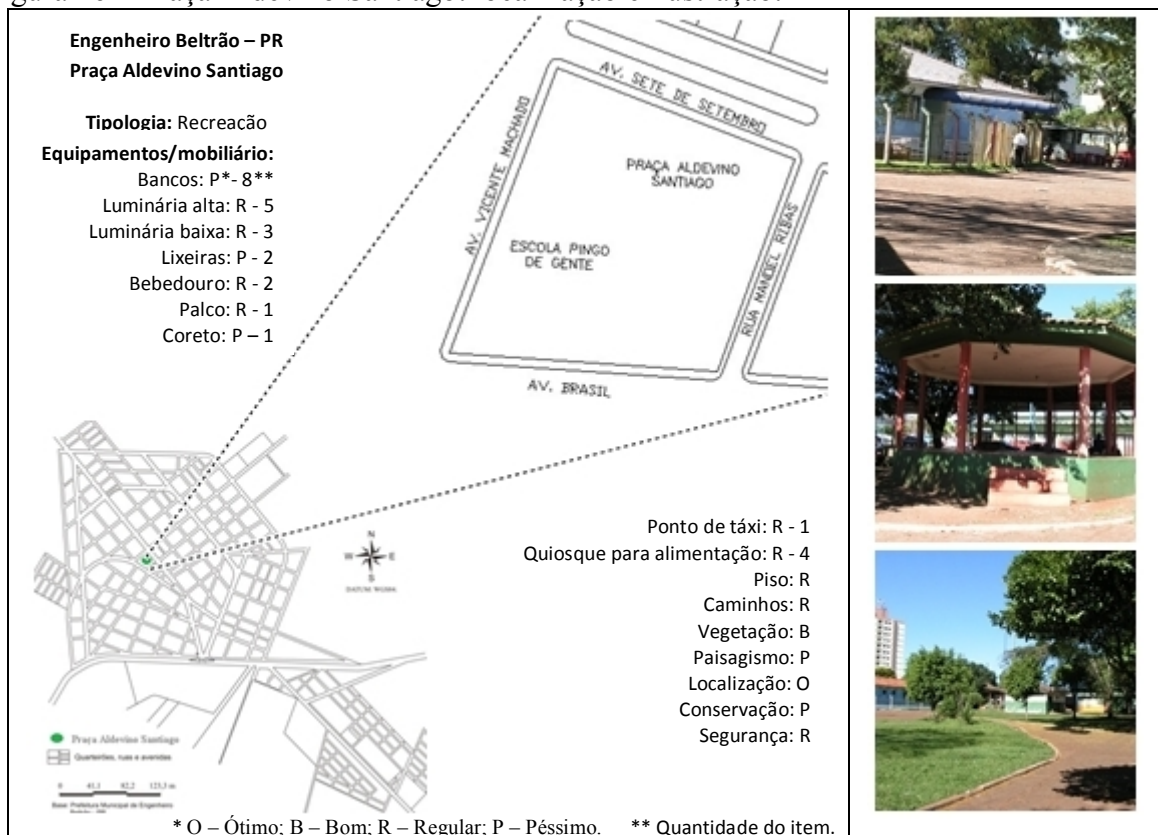
Fonte: Base: Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão (2012) - Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, 2012.

4.3.1 Praça Aldevino Santiago

A Praça Aldevino Santiago é a mais antiga da cidade, criada pela Lei Municipal nº 23 de 1961, localiza-se entre a Avenida Sete de Setembro, Avenida Brasil, Avenida Vicente Machado e a Rua Manoel Ribas, no centro de Engenheiro Beltrão (Figura 46). Caracteriza-se

como praça de recreação, com forma quadrangular e entorno comercial, sendo uma das praças em pior estado de conservação da cidade.

Figura 46 – Praça Aldevino Santiago: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (01/02/2012).

No interior da praça estão localizadas três edificações institucionais: a Pré-Escola Municipal Pingo de Gente, a Associação Comercial e Industrial de Engenheiro Beltrão e um espaço para eventos.

Na praça também estão instalados quatro quiosques de alimentação (trailers), sendo que um se destina à comercialização de lanches e bebidas em geral, localizado ao lado da Avenida Sete de Setembro. Outros três localizam-se paralelo a Avenida Brasil, onde dois comercializam principalmente bebidas alcoólicas de baixo custo (pinga), e um oferece caldo de cana-de-açúcar.

Ainda em relação aos equipamentos e/ou mobiliário, a praça possui bancos mistos de madeira e concreto, com apoio para as costas, luminárias altas e rebaixadas, lixeiras, bebedouros, caminhos pavimentados, ponto de taxi, quiosque de alimentação, coreto, palco e identificação do logradouro.

Durante o dia as pessoas atravessam a praça para acessar a escola e outros pontos da cidade. Nas quartas-feiras o fluxo de pessoas aumenta em função da feira municipal do produtor rural, que acontece no pavilhão de eventos. Por ocasião das festividades em comemoração ao aniversário da cidade faz-se uso do espaço da praça, onde é preparado o leitão a pururuca, prato típico do município e instaladas barracas comerciais.

Quanto aos aspectos históricos tem-se que a Praça Aldevino Santiago foi criada pelo segundo prefeito do município, Jordão Felício, no ano de 1961 (Figura 47). De acordo com relatos dos pioneiros a primeira versão da praça era bastante simples, apenas alguns bancos, pouca vegetação e uma estátua em bronze que representava o homenageado – Aldevino Santiago. Alguns equipamentos e/ou mobiliário como canteiros e luminárias foram inseridos anos depois, por volta de 1965-1970, conforme relatado por um dos pioneiros entrevistados: “Quando criaram a praça tinha só umas árvores novinhas, recém-plantadas [...] era tudo terra, hoje é calçada. Tinha a estátua, umas arvorezinhas e mais nada [sic] (informação verbal)²⁰” (ENTREVISTADO 9, 2012).

Figura 47 – Aspecto geral das obras que estabeleceram os limites da Praça Aldevino Santiago, no início dos anos 1960.



Fonte: Acervo da família Linhares (2012).

Um dos pioneiros também recorda e referencia a existência do símbolo que representava a origem toponímica do logradouro: “Na praça tinha uma estátua do Santiago,

²⁰ Informação fornecida por um pioneiro do município de Engenheiro Beltrão, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Engenheiro Beltrão, março de 2012.

grande, bem escura, nem parecia o Santiago [sic] (informação verbal)²¹” (ENTREVISTADO 10, 2012). As intervenções mais significativas quanto à infraestrutura na Praça Aldevino Santiago ocorreram nos períodos de 1977-1983, gestão do então prefeito Sidney Polato, quando se construiu no interior do logradouro o prédio da pré-escola Municipal Pingo de Gente e o coreto. Fato esse corroborado por uma das pioneiras entrevistadas: “a praça não tinha nada calçado, era bem simples. Demorou bastante pra sair essas construções que tem hoje na praça. Foi tudo feito na gestão do Sidney Polato [...] [sic] (informação verbal)²²” (ENTREVISTADO 11, 2012).

Segundo o pioneiro, Entrevistado 9, após o referido período (1977-1983), passaram-se anos sem ocorrer modificações expressivas na praça. “O prefeito que fez o calçamento da praça, construiu a escola, o coreto, a associação comercial, foi no tempo do Sidney Polato. [...] Depois dessas mudanças, a praça ficou estacionada, nada mais foi feito [sic] (informação verbal)²³” (ENTREVISTADO 9, 2012).

Por volta de 2001-2004 parte do espaço da praça foi utilizado para a instalação de um barracão, onde ocorrem eventos do Município e todas as quartas-feiras acontece a tradicional e movimentada feira do produtor rural.

No entendimento de três dos pioneiros entrevistados, a Praça Aldevino Santiago - a mais antiga e a mais central praça de Engenheiro Beltrão - não foi e não é um local de encontro e de lazer.

O pessoal não ia na praça passear, era meio abandonado, ela não tinha muito valor, não era um ponto turístico. A praça aqui nunca foi um lugar de encontro, um ponto turístico. [...] Nunca teve graça aquela praça. Aqui a praça não pegou [sic] (informação verbal)²⁴ (ENTREVISTADO 9, 2012).

A Entrevistada 11 menciona a falta de manutenção e conservação do logradouro como fatores que minimizam a sua apropriação enquanto espaço de lazer:

O pessoal não ia passear na praça, era sempre uma coisa meio abandonada, sujo. [...] Não tem ninguém na praça, só tem bêbado. [...] O lugar que era para ser a praça, perto desse barracão, em frente à rodoviária, aí era para ser uma praça bonita, um jardim para a pessoa sentar ali de tarde... ali é umas barraca de pinguço e lá no coreto é lugar dos índio dormir quando eles vêm vender as coisas, então é tudo

²¹ Informação fornecida por um pioneiro do município de Engenheiro Beltrão, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Engenheiro Beltrão, março de 2012.

²² Informação fornecida por uma pioneira do município de Engenheiro Beltrão, em entrevista à Doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, Engenheiro Beltrão, março de 2012.

²³ Idem, p. 137.

²⁴ Idem, p. 137.

abandonado. Depois do Sidney, nunca ninguém arrumou nada, sujeira, banco tudo quebrado, não tem nada [sic] (informação verbal)²⁵ (ENTREVISTADO 11, 2012).

O Entrevistado 10 em análise comparativa entre a dinâmica das praças de Peabiru e Engenheiro Beltrão avalia que aquela manifestava com maior expressividade a função de afluxo de pessoas. “Peabiru tinha mais movimento na praça, aqui em Beltrão a praça nunca foi movimentada (informação verbal)²⁶ [sic]” (ENTREVISTADO 10, 2012).

Quanto à morfologia e área ocupada pela Praça Aldevino Santiago, um dos pioneiros cita que todo o espaço a partir da Avenida Vicente Machado, limitado lateralmente pelas Avenidas Brasil e 7 de Setembro, até o ponto onde se localiza atualmente a Praça Doutor Francisco Beltrão, era no traçado inicial espaço destinado à praça. No entanto, uma parcela desse terreno foi loteada, e hoje se encontra ocupada pelo terminal rodoviário de Engenheiro Beltrão e por lojas de comércio varejista da cidade. “No início todo aquele quadro, até lá onde é o posto de gasolina era praça [sic]” (informação verbal)²⁷ (ENTREVISTADO 3, 2012).

Em 2011-2012 a Praça Aldevino Santiago passa por um momento de alteração física e funcional, tendo em vista que grande parte do seu espaço será destinado à construção do novo Fórum da cidade, fato que divide a opinião da população, sendo alguns favoráveis, mas também muitos contrários à mudança.

A constante presença de desocupados, mendigos e andarilhos, alguns alcoolizados, principalmente na área próximo ao coreto e dos trailers que comercializam bebidas alcoólicas, inibe de certa maneira a presença e a passagem da população pelo local, argumento utilizado pela administração municipal para a intervenção no logradouro – a construção do novo prédio do Fórum no espaço da praça – situação polêmica que tem dividido a opinião dos engenheiro-beltrenses²⁸.

Durante os trabalhos de campo constatou-se que, de maneira geral, a comunidade estava descontente com o estado de abandono em que a principal praça da cidade se encontrava, no entanto muitos disseram que ocupar um dos poucos espaços livres da área central com a instalação de um Fórum não era a solução desejada. Colheram-se, também, opiniões contrárias, para os quais a proposta do Fórum é considerada uma boa saída para embelezar o local e afastar a presença de frequentadores indesejáveis, como andarilhos e mendigos.

²⁵ Idem, p. 138, nota 22.

²⁶ Idem, p. 138, nota 21.

²⁷ Idem, p. 83, nota 8.

²⁸ Gentílico segundo consta na página do IBGE Cidades (2012).

Em uma época onde a busca por qualidade de vida é uma das aspirações mais latentes da sociedade, e essa se associa à existência de áreas verdes urbanas - onde se podem passar momentos de lazer agradáveis, praticar atividades físicas, estar em contato com a natureza - ocupar um espaço livre e central da *urbe* com um prédio público administrativo parece configurar-se contrário ao preconizado.

Quanto ao levantamento florístico, realizado em 05/06/2011, foram identificados 86 indivíduos, distribuídos em 13 espécies, relacionadas a 12 gêneros e 10 famílias botânicas. A espécie mais representativa foi *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz com 22 indivíduos (Tabela 10).

Tabela 10 – Relação de espécies vegetais da Praça Aldevino Santiago – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Arecaceae	<i>Phoenix roebelenii</i> O'Brien	tamareira-de-jardim; tamareira-anã	01	E.	4845
Arecaceae	<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br.	falsa-latânia; palmeira-de-leque-da-china	05	E.	1164
Asparagaceae	<i>Dracena marginata</i> Hort.	dracena	02	E.	s/v
Bignoniaceae	<i>Jacaranda mimosifolia</i> D. Don	jacarandá-mimoso	02	E.	183
Buxaceae	<i>Buxus sempervirens</i> L.	buxo; árvore da caixa	16	E.	s/v
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	oiti; oiti-da-praia	09	N.	282
Cupressaceae	<i>Cupressus lusitanica</i> Mill.	cipreste	05	E.	5860
Fabaceae	<i>Delonix regia</i> (Boj. ex Hook.) Rafin.	flamboyant	01	E.	7300
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	22	N.	8217
Lauraceae	<i>Nectandra megapotamica</i> (Spr.) Mez	canela	03	N.	8065
Moraceae	<i>Ficus benjamina</i> L.	figueira; ficus-benjamina	07	E.	145
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	12	E.I.	4863
Oleaceae	<i>Ligustrum sinense</i> Lour.	alfeneiro-da-china; alfeneirinho	01	E.	940

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

4.3.2 Praça Doutor Francisco Beltrão

A Praça Doutor Francisco Beltrão foi criada por meio da Lei Municipal nº 43, no ano de 1962 (Figura 48). Localiza-se entre a Avenida Sete de Setembro e a Avenida Brasil, centro da cidade de Engenheiro Beltrão, apresenta forma triangular e se caracteriza como praça de recreação, com entorno comercial (Figura 49).

Figura 48 – Evento de inauguração da Praça Doutor Francisco Beltrão, 1962.



Fonte: Acervo da família Kodato (2012).

Nos trabalhos de campo verificou-se que a praça é ponto de encontro dos jovens beltrãoenses e seu espaço é bastante concorrido, principalmente nos finais de semana. Os frequentadores costumam estacionar os carros nas adjacências do logradouro, ligar som alto, conversar, namorar e consumir bebidas. Durante a semana o fluxo ao logradouro tem como principal motivador as vagas do estacionamento, em função da área sombreada.

A Praça Doutor Francisco Beltrão congrega usuários de todos os pontos da cidade, fluxo que se deve a sua localização - paralela a principal avenida - e proximidade com dois estabelecimentos comerciais atrativos aos jovens, uma choperia e um posto de combustível com loja de conveniência, e ainda à agradabilidade térmica do logradouro proporcionada pelos exemplares de *Schinus molle* L. em porte arbóreo.

A infraestrutura da Praça Doutor Francisco Beltrão é composta por bancos mistos de madeira e concreto com apoio para as costas, luminárias rebaixadas, caminhos pavimentados e estacionamento.

Figura 49 – Praça Doutor Francisco Beltrão: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (18/04/2012).

Quanto à vegetação foram identificadas 10 espécies, relacionadas a 10 gêneros e distribuídas em oito famílias botânicas (Tabela 11). Do total de 29 indivíduos presentes, a espécie mais representativa é *Schinus molle* L. com 10 exemplares.

Tabela 11 – Relação de espécies vegetais da Praça Doutor Francisco Beltrão – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Anacardiaceae	<i>Schinus molle</i> L.	chorãozinho; aroeira-salsa	10	N.	5863
Apocynaceae	<i>Nerium oleander</i> L.	espirradeira; oleandro	01	E.	5919
Cupressaceae	<i>Chamaecyparis</i> sp.	cedrinho	13	E.	s/v
Cupressaceae	<i>Cupressus lusitanica</i> Mill.	cipreste	01	E.	5860
Iridaceae	<i>Dietes bicolor</i> Sweet ex G. Don	moreia	01	E.	8383
Oleaceae	<i>Ligustrum sinense</i> Lour.	alfeneiro	01	E.	940
Rubiaceae	<i>Mussaenda incana</i> Wall	mussaenda-amarela	02	E.	9517
Strelitziaceae	<i>Strelitzia reginae</i> Aiton	estrelitzia	02	E.	9511
Verbenaceae	<i>Duranta vestita</i> Jacq.	pingo-de-ouro	Ind.	N.	7134
Verbenaceae	<i>Lantana camara</i> L.	camara, lantana	1	N.	7568

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

4.3.3 Praça das Mães

Criada pela Lei Municipal nº 398 de 1985, caracteriza-se como recreativa, de forma retangular, em área residencial, situada ao longo do canteiro central da Avenida Ivaí, entre a Avenida Sete de Setembro e a Rua General Osório (Figura 50).

A Praça das Mães foi inaugurada em 13 de maio de 1988 como uma forma de homenagem a todas as mães. O fato de o logradouro ser arborizado, com áreas sombreadas durante todo o dia, estimula a sua apropriação.

Em geral o espaço é utilizado pela população do entorno para conversas de fins de tarde, por senhores aposentados que utilizam os bancos e mesas para jogar cartas e/ou conversar. Embora se caracterize como área residencial, a proximidade de um bar faz com que clientes desse estabelecimento façam da praça uma extensão do ponto comercial.

Figura 50 – Praça das Mães: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (01/02/2012).

Quanto à infraestrutura, a praça possui bancos de concreto sem apoio para as costas, luminárias rebaixadas, caminhos pavimentados, mesa com quatro bancos cada, ponto de ônibus e identificação do logradouro.

A vegetação é composta por quatro espécies, relacionadas a quatro gêneros e distribuídas em três famílias botânicas (Tabela 12). Do total de 71 indivíduos vegetais, a espécie com maior representação quantitativa foi a nativa *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz com 68 exemplares.

Tabela 12 – Relação de espécies vegetais da Praça das Mães – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i> L.	mangueira	01	E.	9162
Arecaceae	<i>Caryota urens</i> L.	palmeira-rabo-de-peixe	01	E.	8445
Arecaceae	<i>Roystonea oleracea</i> (Jacq.) O. F. Cook	palmeira-imperial	01	E.	5468
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	68	N.	8217

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

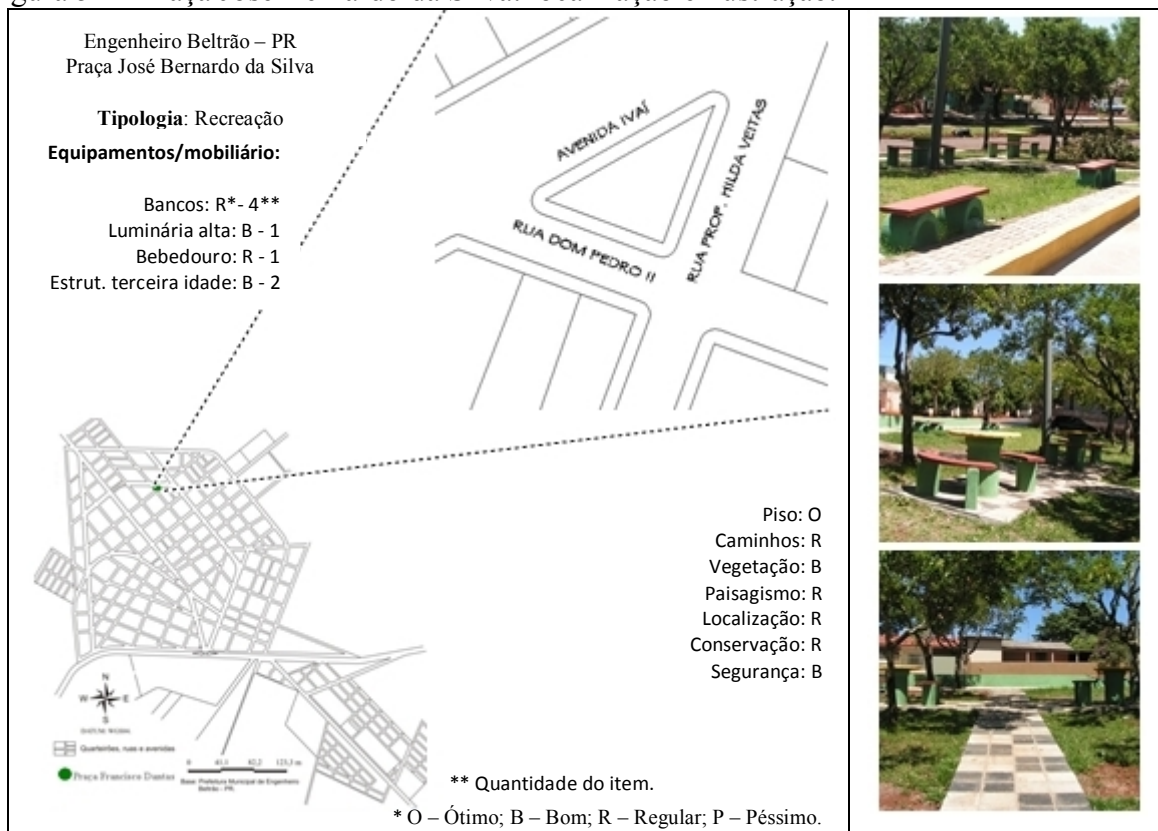
4.3.4 Praça José Bernardo da Silva

Criada por meio da Lei Municipal nº 451 de 1988, a Praça José Bernardo da Silva, localiza-se entre a Avenida Ivaí, Rua Dom Pedro II e Rua Prof. Hilda Veitas, possuindo forma triangular. Caracteriza-se como um local de recreação, com entorno residencial (Figura 51).

A infraestrutura é composta por bancos de concreto sem apoio para as costas, mesas para jogos com dois bancos cada, bebedouro, luminária alta, pista de malha e caminhos pavimentados. Quando do início da pesquisa o logradouro não apresentava equipamentos e/ou mobiliário, era ocupado apenas por elementos arbóreos de *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton, sendo as referidas benfeitorias implantadas no primeiro trimestre do ano 2012.

Em relação à vegetação, identificou-se a ocorrência de uma espécie, *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton, com 33 exemplares (Tabela 13). Embora haja um número considerável de elementos arbóreos no logradouro o conforto térmico propiciado não é satisfatório devido à forma de locação no espaço.

Figura 51 – Praça José Bernardo da Silva: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (02/04/2012).

Tabela 13 – Relação de espécies vegetais da Praça José Bernardo da Silva – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	33	E.I.	4863

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

As quatro próximas praças localizam-se em Conjuntos Habitacionais, áreas onde a população caracteriza-se por apresentar menor poder aquisitivo; os logradouros estão em estado precário de manutenção e conservação e, mesmo assim, por ser em muitos casos a única forma de acesso ao lazer, continuam sendo frequentados, principalmente pelo público infantil e adolescente.

McConnachie e Shackleton (2010, p. 244) [tradução nossa] apresentam que:

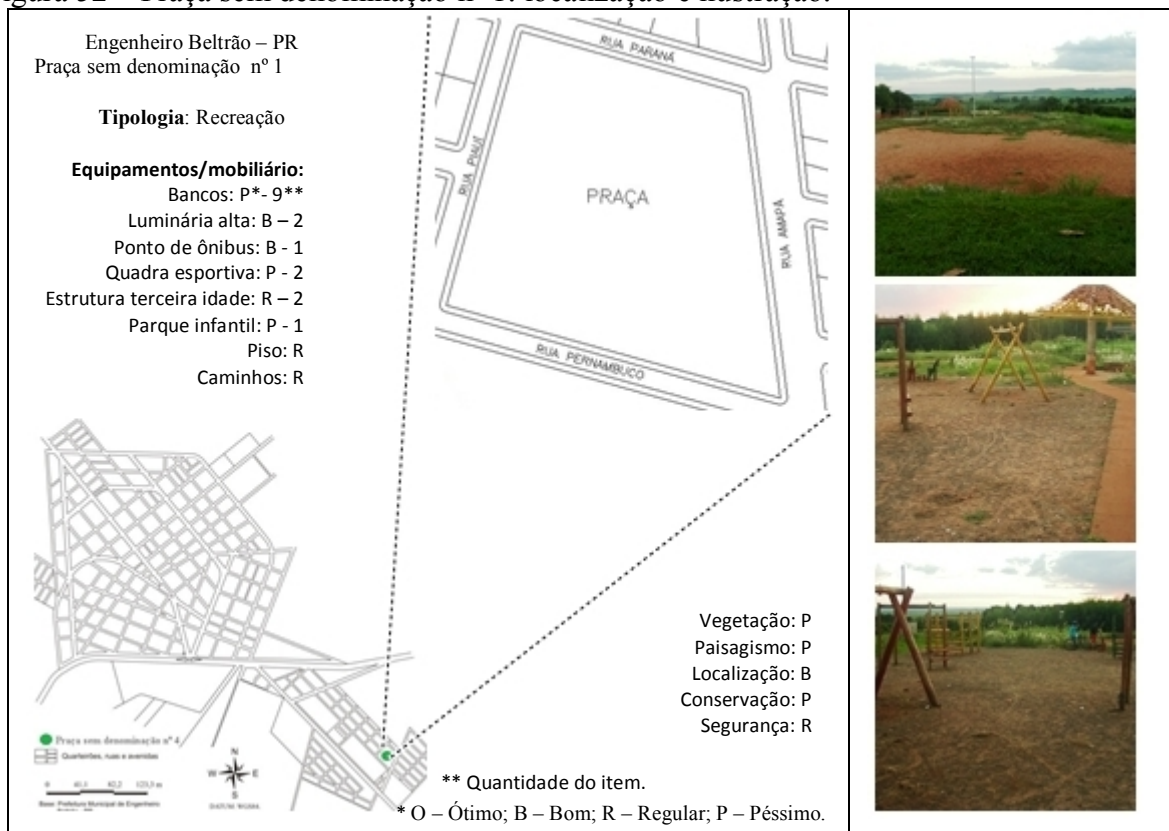
A distribuição de espaço verde público dentro das cidades é frequentemente irregular, e influenciada por atributos como a sua localização em relação ao núcleo comercial, bem como a etnia e relativa riqueza e educação dos moradores. [...] áreas de habitação de baixo custo [...] são mal dotadas de espaço verde público [...].

Condição essa evidenciada na cidade de Engenheiro Beltrão, pois as praças dos conjuntos habitacionais localizados em áreas periféricas da cidade são as que se encontram em pior estado, tanto em relação a equipamentos/mobiliários quanto à vegetação.

4.3.5 Praça sem denominação nº 1

Localizada entre a Rua Paraná e a Rua Amapá, no Conjunto Habitacional Paraíso das Rosas, caracteriza-se como uma praça de recreação, de forma quadrangular, com entorno residencial, situada em uma das áreas com população mais carente da cidade (Figura 52).

Figura 52 – Praça sem denominação nº 1: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho, (02/02/2012).

A praça é utilizada pelos moradores do entorno, principalmente o público infantil e adolescente que brinca no que sobrou daquilo que um dia foi um parque infantil e jogam na quadra de areia. Em uma das visitas ao logradouro, a altura do mato encontrava-se em estágio que impedia a localização dos bancos individuais que margeiam a pista de malha.

Sua infraestrutura, de maneira geral, encontra-se em péssimas condições de manutenção e conservação, é composta por bancos individuais de concreto, luminárias altas,

caminhos pavimentados, ponto de ônibus, quadra esportiva de areia, pista de malha, parque infantil, mesas com quatro bancos cada e quiosque coberto.

A vegetação é composta por 10 indivíduos, sendo duas espécies relacionadas a dois gêneros e distribuídas em duas famílias botânicas, das quais a espécie mais representativa quanto ao número de indivíduos é a exótica invasora *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton, com sete exemplares (Tabela 14).

A quantidade de elementos arbóreos é insuficiente para extensão do logradouro, condicionando a sua utilização aos horários em que a temperatura seja mais amena.

Tabela 14 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº 1 – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	Nº	Status	Voucher
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	oiti; oiti-da-praia	03	N.	282
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	07	E.I.	4863

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

4.3.6 Praça sem denominação nº 2

A presente praça, de forma triangular, localiza-se entre a Rua das Rosas, Rua dos Cravos e Rua das Margaridas, no Conjunto Habitacional Paulo Grandi (Figura 53).

O logradouro que se caracteriza como praça de recreação, e mesmo apresentando condições insatisfatórias de manutenção e conservação, é utilizado pela população do entorno, em especial crianças e adolescentes que costumam brincar na quadra de areia e o público masculino que faz uso da pista de malha.

A infraestrutura é composta por bancos de concreto sem apoio para as costas, luminária alta, quadra esportiva de areia, pista de malha, mesas para jogos com quatro bancos cada.

Em relação à vegetação, foi identificada a presença de sete espécies, relacionadas a sete gêneros e distribuídas em sete famílias botânicas. O número total de indivíduos é de 23, sendo que a maioria refere-se a exemplares da espécie *Pachira glabra* Pasq. (castanheira) com nove exemplares (Tabela 15).

Figura 53 – Praça sem denominação nº 2: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (02/02/2012).

Tabela 15 – Relação de espécies vegetais da Praça sem denominação nº 2 – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (Nº); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	Nº	Status	Voucher
Anacardiaceae	<i>Mangifera indica</i> L.	mangueira	4	E.	9162
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	oiti; oiti-da-praia	2	N.	282
Fabaceae	<i>Delonix regia</i> (Boj. ex Hook.) Rafin.	flamboyant	1	E.	7300
Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill.	abacateiro	5	E.	8110
Malvaceae	<i>Pachira glabra</i> Pasq.	castenheira	9	N.	1337
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> L.	amexeira	1	E.I.	9428
Solanaceae	<i>Solanum scuticum</i> M. Nee	jurubeba	1	N.	4432

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

4.3.7 Praça sem denominação nº 3

Localizada entre a Rua das Rosas, Rua dos Crisântemo e Rua das Tulipas, no Conjunto Habitacional Paulo Grandi, apresenta forma triangular e se caracteriza como de recreação, com entorno residencial, em área com população de baixa renda (Figura 54). Mesmo em condições inadequadas de manutenção e conservação, a praça é utilizada pelos

moradores do entorno, principalmente como local de encontro, práticas esportivas e lazer infantil.

A infraestrutura é composta por bancos de concreto sem apoio para as costas, luminária alta, caminhos pavimentados, quadra de areia, mesas com quatro bancos cada, estrutura para prática de exercício físico (barra para musculação) e parque infantil.

Figura 54 – Praça sem denominação nº 3: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (02/02/2012).

A vegetação possui apenas duas espécies: *Schinus molle* L. com quatro indivíduos e *Pachira aquatica* Aubl. com um indivíduo, o que torna a praça um ambiente pouco agradável nos dias quentes de verão, ou seja, na maior parte do ano (Tabela 16).

Tabela 16 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº 3 – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

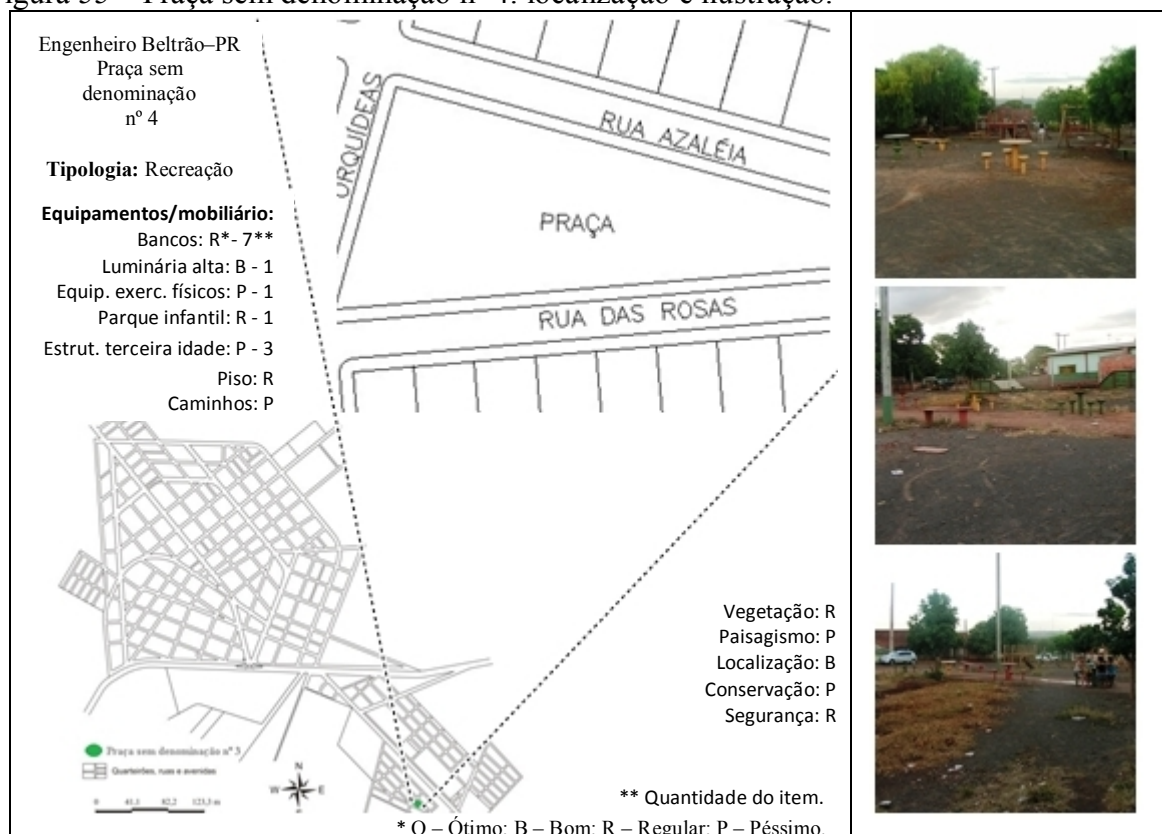
Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Anacardiaceae	<i>Schinus molle</i> L.	chorãozinho; aroeira-salsa	04	N.	5863
Malvaceae	<i>Pachira aquatica</i> Aubl.	cacau-selvagem	01	N.	4137

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

4.3.8 Praça sem denominação nº 4

Esta praça de forma triangular localiza-se no cruzamento da Rua das Rosas, Rua Azaléia e Rua das Orquídeas, no Conjunto Habitacional Paulo Grandi. Caracteriza-se como um logradouro de recreação, com entorno residencial, é utilizada pela população lindeira, com destaque para as crianças que fazem uso do parque infantil e adultos que usam as mesas com bancos (Figura 55).

Figura 55 – Praça sem denominação nº 4: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (02/02/2012).

A infraestrutura é composta por salão comunitário, bancos de concreto sem apoio para as costas, luminária alta, caminhos pavimentados, pista de bocha, estrutura para prática de exercícios físicos (barra para musculação), parque infantil e mesas com quatro bancos cada. Assim como as três últimas praças supracitadas, as condições de manutenção e conservação do logradouro são péssimas.

A vegetação é composta por cinco espécies, distribuídas em cinco gêneros, relacionadas a quatro famílias botânicas. De um total de 15 indivíduos, a espécie mais representativa foi *Pachira aquática* Aubl. com 10 exemplares (Tabela 17). Elementos

vegetais em quantidade e distribuição que não conferem qualidade térmica ao logradouro, ficando os equipamentos e/ou mobiliário expostos ao sol por expressivo período.

Tabela 17 – Relação de espécies vegetais da praça sem denominação nº 4 - Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	01	N.	1187
Bignoniaceae	<i>Tabebuia roseo-alba</i> (Ridl.) Sandwith.	ipê-branco	01	N.	9111
Fabaceae	<i>Delonix regia</i> (Boj. ex Hook.) Rafin.	flamboyant	01	E.	7300
Malvaceae	<i>Pachira aquatica</i> Aubl.	cacau-selvagem	10	N.	4137
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	oiti; oiti-da-praia	02	N.	282

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

4.3.9 Praça Joana Cavalcante de Melo

Criada pela Lei Municipal nº 815 de 1996, a praça está localizada entre a Avenida Ivaí e a Rua Clorinda Fabris, apresenta forma triangular e caracteriza-se como ponto de recreação, em área residencial (Figura 56).

Pelo fato de a praça possuir uma ATI, ela é frequentada tanto pela população do entorno como de pontos mais afastados para prática de exercícios físicos. Ainda em relação à infraestrutura, possui bancos de metal sem apoio para as costas, luminárias rebaixadas, lixeiras, bebedouro, caminhos pavimentados e ponto de ônibus.

Em relação à vegetação identificou-se a presença de 17 exemplares, estando estes divididos em três espécies, relacionados a três gêneros e distribuídos em três famílias botânicas. Em relação ao número de indivíduos a espécie mais representativa foi *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton com 14 exemplares, classificada como planta exótica invasora (Tabela 18).

Embora haja elementos arbóreos no logradouro, a ATI fica exposta ao sol por período significativo, limitando o seu uso. Por esse fator, e também tendo em vista o horário de trabalho da população, o maior movimento na praça é observado após as 18 horas, e mais expressivamente no horário de verão.

Figura 56 – Praça Joana Cavalcante de Melo: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (01/02/2012).

Tabela 18 – Relação de espécies vegetais da Praça Joana Cavalcante de Melo – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassm.	jerivá; coco-de-cachorro	02	N.	9357
Ericaceae	<i>Rhododendron simsii</i> Planch.	azaléia	01	E.	9451
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	14	E.I.	4863

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

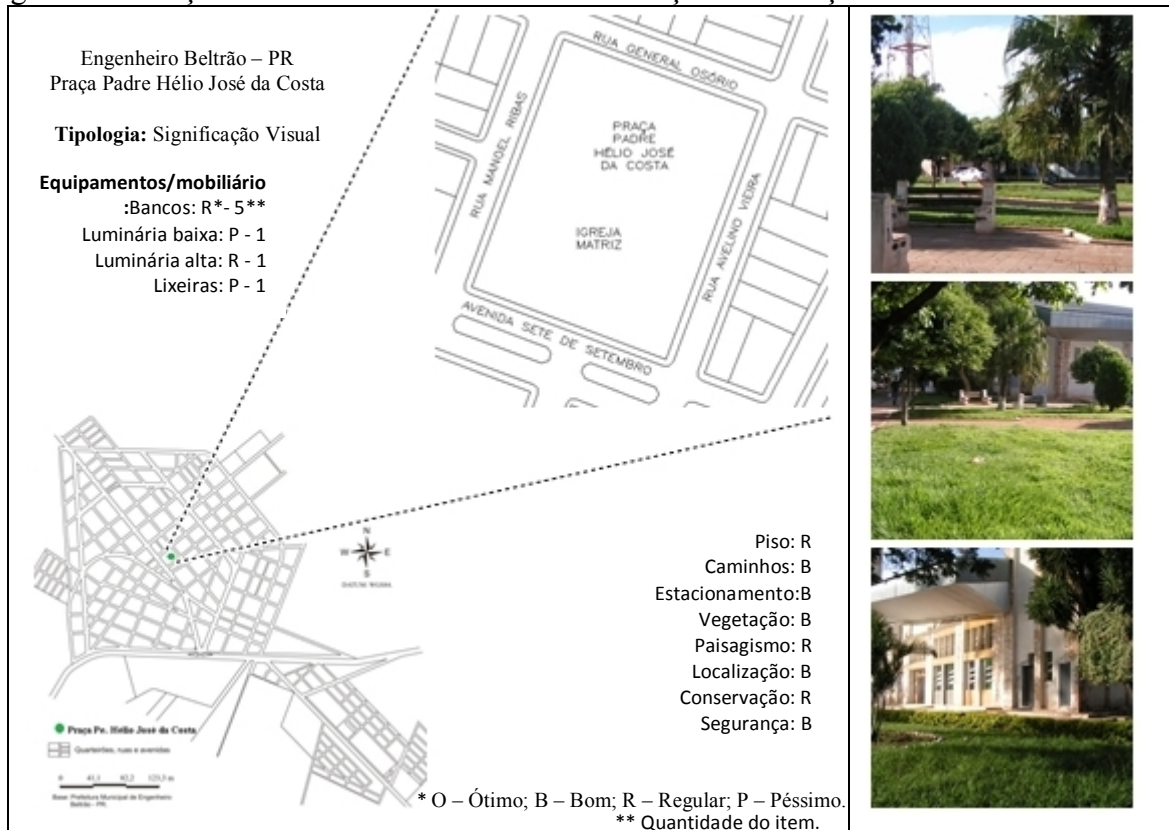
4.3.10 Praça Padre Hélio José da Costa

A Praça Padre Hélio José da Costa, criada pela Lei Municipal nº 1.129 de 2003, apresenta forma retangular, localiza-se entre a Avenida 7 de Setembro, Rua Avelino Vieira e Rua General Osório, no centro de Engenheiro Beltrão. Caracteriza-se como uma praça de

significação visual pelo fato de ser recordada por sua relação com a igreja matriz da cidade, Paróquia Nossa Senhora das Graças, e seu entorno configura-se como comercial (Figura 57).

A infraestrutura é formada por bancos mistos de madeira e concreto com apoio para as costas, luminária alta e rebaixada, templo religioso, lixeiras, estacionamento, pisos e caminhos.

Figura 57 – Praça Padre Hélio José da Costa: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (01/02/2012).

Durante o dia é comum na praça a presença de senhores aposentados, que se utilizam da mureta de um canteiro como banco, e ali, a sombra de uma *Licania tomentosa* Benth. e de uma *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz, de frente para a principal avenida da cidade - Avenida 7 de Setembro - conversam e observam o movimento. À noite o ponto preferido é a extremidade oposta, adjacente a Rua General Osório, que devido a pouca iluminação é o local escolhido por alguns para namorar.

Com relação à vegetação, foram identificadas na Praça Pe. Hélio José da Costa 16 espécies, relacionadas a 16 gêneros e distribuídas em 14 famílias botânicas. Do total de 77 indivíduos presentes, a espécie mais representativa, com 26 exemplares, é *Licania tomentosa* Benth. (oiti), a qual representa 33,8% da vegetação da praça (Tabela 19).

Tabela 19 – Relação de espécies vegetais da Praça Padre Hélio José da Costa – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome vulgar	N°	Status	Voucher
Arecaceae	<i>Dypsis lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	areca-bambu	03	E.	8446
Arecaceae	<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br.	falsa-latânia; palmeira-de-leque-da-china	06	E.	1164
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassm.	jerivá; coco-de-cachorro	01	N.	9357
Asparagaceae	<i>Dracena marginata</i> Hort.	dracena	01	E.	s/v
Buxaceae	<i>Buxus sempervirens</i> L.	buxo; árvore da caixa	12	E.	s/v
Caesalpinaceae	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	pau-brasil	01	N.	6955
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i> Benth.	oiti; oiti-da-praia	26	N.	282
Cupressaceae	<i>Cupressus lusitanica</i> Mill.	cipreste	04	E.	5860
Cycadaceae	<i>Cycas circinalis</i> L.	cica; cicás; palmeira-samambaia	02	E.	1137
Euphorbiaceae	<i>Codiaeum variegatum</i> (L.) A. Juss.	cróton; folha-imperial	14	E.	4139
Fabaceae-Caesalpinioideae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	02	N.	8217
Liliaceae	<i>Yucca elephantipes</i> Hort. ex Regel	iuca-elefante	02	E.	s/v
Malvaceae	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	hibisco; mimo-de-venus	02	E.	9462
Rubiaceae	<i>Ixora coccínea</i> L.	ixora-vermelha; coral; buquê-de-noiva	Ind.	E.	2694
Solanaceae	<i>Nicotiana glauca</i> Graham	árvore-tabaco	01	E.	9513
Verbenaceae	<i>Duranta vestita</i> Jacq.	pingo-de-ouro	Ind.	N.	7134

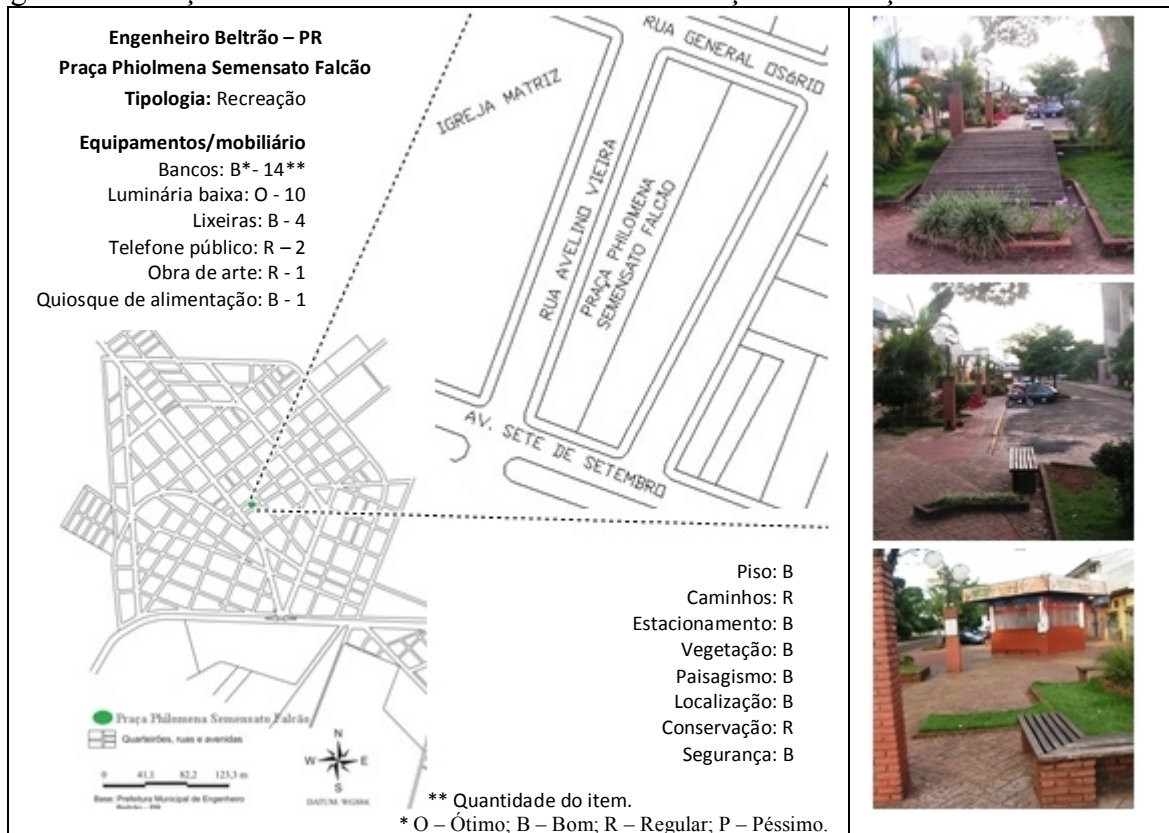
Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

4.3.11 Praça Philomena Semensato Falcão

A Praça Philomena Semensato Falcão, criada por meio da Lei Municipal nº 1.378 de 2006, localiza-se entre a Avenida Sete de Setembro e a Rua General Osório, no centro da cidade. Inaugurada em 24 de novembro de 2006, caracteriza-se como um local de recreação. Apresenta formato retangular e anexo a ela, paralelo a sua extensão, encontram-se estabelecimentos comerciais de diversos segmentos (Figura 58).

No interior do logradouro há um quiosque de lanches e sorvetes que se configura como o principal atrativo da praça e é o responsável por congregar grande parte dos seus frequentadores. O referido estabelecimento comercial abre apenas no período noturno e nos fins de semana.

Figura 58 – Praça Philomena Semensato Falcão: localização e ilustração.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Bruna Micheli de Carvalho; Carlos Henrique da Graça, (01/02/2012).

A praça é um lugar movimentado em função da sua proximidade com estabelecimentos comerciais e por ser local de passagem para acessar alguns pontos centrais da cidade de Engenheiro Beltrão.

A infraestrutura é composta por bancos de madeira sem apoio para as costas, luminárias rebaixadas, lixeiras, telefone público, caminhos pavimentados, estacionamento, obra de arte (relógio), quiosque de alimentação e identificação do logradouro.

Durante os levantamentos de campo identificou-se a existência de duas nomenclaturas para o logradouro: a de Praça Philomena Semensato Falcão (Lei nº 1.378/2006) e Praça do Calçadão (escrito em uma placa destinada a nome de ruas/locais).

Quanto à vegetação foi identificada a presença de 58 indivíduos, distribuídos em 17 espécies, relacionadas a 16 gêneros e 11 famílias botânicas.

Em relação ao número de indivíduos, a espécie mais representativa é *Dyopsis lutescens* (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf. (areca-bambu) com sete indivíduos (Tabela 20).

Tabela 20 – Relação de espécies vegetais da Praça Philomena Semensato Falcão – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome vulgar	N°	Status	Voucher
Adoxaceae	<i>Viburnum odoratissimum</i> Ker Gawl	viburno	03	E.	9512
Anacardiaceae	<i>Schinus molle</i> L.	chorãozinho; aroeira-salsa	02	N.	5863
Apocynaceae	<i>Catharanthus roseos</i> (L.) G. Don	vinca-de-gato; boa-noite	06	E.	2650
Arecaceae	<i>Roystonea oleracea</i> (Jacq.) O. F. Cook	palmeira-imperial	04	E.	5468
Arecaceae	<i>Dyopsis lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	areca-bambu	07	E.	8446
Arecaceae	<i>Phoenix roebelenii</i> O'Brien	tamareira-de-jardim; tamareira-anã	02	E.	4845
Arecaceae	<i>Rhapis excelsa</i> (Thunb.) A. Henry ex Rehder	palmeira rafia	04	E.	s/v
Bignoniaceae	<i>Tabebuia roseo-alba</i> (Rid.) Sandw.	ipê-branco	01	N.	9111
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	01	N.	1187
Buxaceae	<i>Buxus sempervirens</i> L.	buxo; árvore da caixa	06	E.	s/v
Fabaceae-Caesalpinioideae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	02	N.	8217
Iridaceae	<i>Dietes bicolor</i> Sweet ex G. Don	moréia	06	E.	8383
Laxmanniaceae	<i>Cordyline terminalis</i> (L.) Kunth.	cordiline; dracena-vermelha	02	E.	1077
Rubiaceae	<i>Ixora coccinea</i> L.	ixora-vermelha; coral	Ind.	E.	2694
Rubiaceae	Indeterminada	----	03	E.	s/v
Vitaceae	<i>Leea coccinea</i> Bojer	léia	06	E.	9516
Vitaceae	<i>Leea rubra</i> Blume ex Spreng	léia-rubra	03	E.	9515

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 05/06/2011.

4.3.12 Praça Maria de Jesus Nogueira Geron

A Praça Maria de Jesus Nogueira Geron, criada pela Lei Municipal nº 1.717 de 2011, está localizada entre a Rua José Bueno de Godoy e a Rua São Paulo, no centro de Engenheiro Beltrão. Possui forma triangular, caracteriza-se como praça de recreação e seu entorno é residencial (Figura 59).

Por ser um logradouro novo e possuir uma ATI instalada é bastante utilizado pela população do entorno e também por pessoas de outros pontos da cidade. No entanto, nos dias quentes, a sua utilização fica restrita ao início da manhã e ao fim de tarde, pois as espécies arbóreas não atingiram estado de desenvolvimento que propiciem sombra. Embora localizada em área residencial, a proximidade da praça com um posto de saúde é um fator que fomenta a sua apropriação.

A infraestrutura da praça é composta por bancos mistos de concreto e de madeira com apoio para as costas e bancos de ferro sem apoio para as costas, luminária alta, lixeiras, bebedouro, caminhos pavimentados, identificação do logradouro e ATI.

Figura 59 – Praça Maria de Jesus Nogueira Geron: localização e ilustração.



Em relação à vegetação foram identificadas três espécies, relacionadas a três gêneros, distribuídas em três famílias botânicas, sendo oito o número total de indivíduos. As espécies mais representativas em relação à quantidade são *Schinus molle* L. (chorãozinho; aroeira-salsa) e *Holocalyx balansae* Mich. (alecrim) ambos com três indivíduos (Tabela 21).

Tabela 21 – Relação de espécies vegetais da Praça Maria de Jesus Nogueira Geron – Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora); e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Anacardiaceae	<i>Schinus molle</i> L.	chorãozinho	03	N.	5863
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	oiti; oiti-da-praia	02	N.	282
Fabaceae	<i>Holocalyx balansae</i> Mich.	alecrim	03	N.	1898

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 02/02/2012.

Como conclusão da descrição e caracterização das 20 praças envolvidas nessa tese, apresentam-se alguns aspectos que são comuns à dinâmica das cidades objetos da pesquisa.

a) Considerando a *urbe* como um todo, as praças não são prioridades da gestão pública, seja pela falta de planejamento, não identificação das necessidades dos cidadãos e/ou ausência de ações de manutenção e conservação periódicas. A maior parte dos logradouros carece de melhorias para a efetiva utilização e apropriação.

b) Dos investimentos existentes, estes se destinam prioritariamente às praças da área central. Quanto mais distantes do centro, mais precárias as condições, sendo nos conjuntos habitacionais onde se encontram os espaços menos qualificados. Os efeitos de tal diferenciação são tão significativos que chegam ao ponto de em cidades que apresentam distâncias irrisórias de um extremo a outro da malha urbana, haver espaços de praça que são desconhecidos pelos munícipes, estes entendem e reconhecem como tal apenas o logradouro central. A melhor qualidade e também a centralidade exercida motiva maior afluxo (com cidadãos oriundos de partes diversas da *urbe*) e uso desse espaço em detrimento dos demais.

c) Todavia, mesmo em condições precárias as praças situadas em áreas com população de menor poder econômico são utilizadas pelos habitantes do entorno, principalmente pelo público infantil, pois em muitos casos é a única opção de lazer e recreação a que tem acesso. Sendo também este logradouro ponto de encontro e socialização dos moradores das adjacências.

d) Tratando-se de um elemento mais pontual - mas que é um dos principais motivadores ao afluxo de pessoas às praças - evidencia-se que, de maneira geral, não são utilizados critérios técnico-científicos para a escolha, alocação e trato das espécies vegetais nos logradouros públicos. Não sendo raros os casos em que a própria população do entorno efetua plantios aleatórios de acordo com o gosto pessoal, o que resulta em um conjunto sem qualquer harmonia e funcionalidade.

4.4 REFERENCIAIS TOPONÍMICOS

Esta seção tem por objetivo apresentar informações referentes às denominações dadas às praças de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão. A toponímia a ser estudada pretende buscar o significado - histórico, não linguístico -, sempre que possível, dos nomes dados às praças, contextualizando-os no tempo em que esses logradouros foram nominados.

Toponímia é a designação dada a uma das partes [...] da *Onomatologia*, ciência que se ocupa do estudo dos nomes em geral, empregando-se, todavia, este vocábulo para, mais restritamente, designar o estudo dos nomes próprios. [...] a *Toponímia* tem por objecto o estudo dos nomes de lugares, terras ou regiões (FERNANDES, 1941, p. 9).

O estudo dos nomes dados aos logradouros públicos revela muito da história da *urbe*. Marx (1996, p. 9) ao referir-se sobre a pesquisa desenvolvida por Dick (1996), quanto aos nomes de lugares da cidade de São Paulo, apresenta que: “O nome dos lugares, pesquisado sistemática e metodicamente [...] lança outra luz sobre a evolução da cidade [...] e abre novas perspectivas para o estudo da urbanização, da vida e do espaço urbano em geral”.

Esse tipo de investigação desencadeia a descoberta de fatos históricos que contribuem para explicar a dinâmica contemporânea da cidade.

Segundo Fernandes (1941, p. 11):

Conhecer um *topônimo* não é somente saber escrevê-lo e pronunciar-lo (e quantas vezes isto mesmo se faz erradamente!). É preciso descobrir-lhe a origem e o significado etimológico, ler o que a palavra nos revela sob a sua aparência gráfica ou aspecto material, conhecer sua história em muitos casos. Deste modo, adquirimos conhecimentos, que não suspeitávamos poderem chegar até nós por tal via: factos históricos, acontecimentos mais ou menos importantes, indicações geográficas, etc., etc., isto além do saber que directamente se obtém pelo estudo etimológico.

Assim, a partir de levantamentos realizados com pioneiros, cartorários, representantes da administração municipal, moradores do entorno dos logradouros e materiais bibliográficos, classificou-se os topônimos das praças em estudo em três categorias referenciais: Hierotopônimo ou Hagiotopônimo (estudos dos nomes sagrados, de origem religiosa); Historio-Sociotopônimo (estudo dos nomes, fatos e datas de caráter social e/ou histórico); e Antrotopônimo (estudo do nome das pessoas) (FERNANDES, 1941; DICK, 1996).

Das vinte praças objetos deste estudo sete delas, equivalente a 35%, até abril de 2012 não estavam nominadas, sendo que desse montante apenas uma se tratava de logradouro não inaugurado, o que remete a pensar o quanto a sociedade está comprometida com a memória da cidade. De Angelis (2000, p. 226) apresenta o que seria uma possível explicação para o descaso em relação à reminiscência da *urbe* e a consequência desse comportamento em relação às praças:

Talvez, porque envolvidos pela globalização, estejamos seguindo a tendência crescente de não nos identificarmos mais com um lugar específico e a sua história. A continuar assim, a praça há de ser tão somente uma superfície com diferentes formas geométricas, delimitada por vias públicas.

Com objetivo de manter registros sobre a origem toponímica das praças estudadas nesta tese, e analisar essa evolução ao longo da história da *urbe*, apresentar-se-á na sequência a classificação desses referenciais, conforme categorização e significância propostas por Fernandes (1941) e Dick (1996), e uma breve descrição sobre a pessoa e/ou fato que nomina o logradouro.

4.4.1 Referenciais toponímicos das praças de Peabiru

As duas praças nominadas na cidade de Peabiru apresentam referenciais antropotônimos, ou seja, relacionados com nome de pessoas. Praça Eleutério Galdino de Andrade e Praça Silvio de Barros, sobre os quais se apresentará na sequência uma breve referência.

Eleutério Galdino de Andrade, nascido em 18 de abril de 1925, natural de Lapa-PR chegou ao município de Peabiru no ano de 1952, foi agricultor, agropecuarista e prefeito da cidade duas vezes, na segunda legislatura do município de 14/12/1956 a 15/12/1960 e quarta legislatura de 15/12/1964 a 31/01/1969. Faleceu no dia 17 de junho de 1973, sendo sepultado em Curitiba-PR (KLEIN et al., 2012).

Silvio de Barros, nascido em 28 de outubro de 1927, natural de São Paulo-SP, filho do pioneiro José Maria de Barros e de Tercília J. Barros chegou ao município de Peabiru no ano de 1946. Fez parte da primeira legislatura como vereador, sendo eleito vereador por três legislaturas consecutivas. Foi o terceiro prefeito da cidade, de 15/12/1960 a 14/12/1964. Além de homem público dedicou-se também às atividades agropecuárias, e foi Despachante Oficial

junto ao Departamento de Trânsito do Paraná. Faleceu em 22 de dezembro de 1981, com 54 anos (PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU, 1982; KLEIN et al., 2012).

4.4.2 Referenciais toponímicos das praças de Araruna

As denominações das praças da cidade de Araruna estão divididas em três referenciais toponímicos: hiero-hagiotopônimo (nomes sagrados de origem religiosa) referente à Praça Nossa Senhora do Rocio; historio-sociotopônimo (nomes, fatos e datas de caráter social e/ou histórico) referente à Praça dos Funcionários; e antropônimo (nome de pessoas) referente à Praça Josefina Rorato.

Nossa Senhora do Rocio, é a padroeira do Estado do Paraná. O nome teria sido uma escolha do prefeito em exercício Avelino Hanel, gestão 1959 a 1963, quando da criação da praça.

A denominação Praça dos Funcionários seria uma homenagem aos trabalhadores das indústrias do município de Araruna, sendo criada no ano de 1992, na gestão do prefeito Antonio de Jesus Rorato.

Josefina Rorato nasceu 18/03/1918 e faleceu em 6 de novembro de 1991. Chegou ao município de Araruna no ano de 1969, vinda do Estado de São Paulo. É mãe de Antonio de Jesus Rorato, ex-prefeito e empresário do município de Araruna. A nomeação do logradouro foi dada na gestão do prefeito Hermes Campos Teixeira (1993 a 1996).

4.4.3 Referenciais toponímicos das praças de Engenheiro Beltrão

As denominações das praças de Engenheiro Beltrão estão divididas em três referenciais toponímicos hiero-hagiotopônimo, referente à Praça Padre Hélio José da Costa; antropônimo, referente às praças Aldevino Santiago, Francisco Beltrão, José Bernardo da Silva, Joana Cavalcante de Melo Philomena Semensato Falcão e Maria de Jesus Nogueira Geron; e historio-sociotopônimo (reunião de membros de uma comunidade) referente à Praça das Mães.

Padre Hélio José da Costa, foi pároco da Paróquia Nossa Senhora das Graças de Engenheiro Beltrão. Iniciou suas atividades na referida instituição no ano de 1998, ficando

até a data do seu falecimento, dia 17 de fevereiro de 2003. Padre Hélio faleceu em um acidente de carro na BR 272 (DIOCESE DE CAMPO MOURÃO, 2012).

Aldevino Santiago, pioneiro no município de Engenheiro Beltrão, instalou a primeira serraria. No ano de 1959 candidatou-se a prefeito da cidade, no entanto, dias antes das eleições, mais precisamente no dia 21 de setembro de 1959, morreu em um acidente de carro a caminho de Maringá-PR (PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO, 1985; SANTOS JUNIOR, 2011).

Doutor Francisco Beltrão foi engenheiro, prestou serviços de demarcação de terra e construção de estradas de rodagem ao Estado. Irmão de Alexandre Beltrão, os dois trabalharam juntos no Escritório Técnico Francisco Gutierrez Beltrão. Francisco foi responsável por uma frente colonizadora no sul do Paraná (Pato Branco e Francisco Beltrão) e faleceu no ano de 1939 (PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA, 1996).

José Bernardo da Silva, natural de União dos Palmares-AL nasceu em 14 de agosto de 1905 e faleceu em 25 de fevereiro de 1988 com 82 anos, trabalhou como lavrador. Residiu nas adjacências de onde se localiza a referida praça, fato que motivou o nome do logradouro.

Joana Cavalcante de Melo, do lar, esposa de José Bernardo da Silva, conhecida por Dona Mocinha, nasceu em 18 de novembro de 1912 e faleceu no ano de 1995. Natural de União dos Palmares-AL chegou ao município de Engenheiro Beltrão em 1952. Residiu por muitos anos em uma casa de madeira próxima à praça que leva seu nome.

Philomena Semensato Falcão, do lar, nasceu em 8 de junho de 1918 e faleceu em 5 de junho de 2001 com 82 anos, foi pioneira no município de Engenheiro Beltrão. Seu esposo, Evaristo de Oliveira Falcão, chegou ao município em 1948, foi um dos primeiros compradores de terrenos na área urbana, ajudou a fazer abertura das ruas e a fazer o primeiro poço (PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO, 1985).

Maria de Jesus Nogueira Geron nasceu em 6 de agosto de 1943 e faleceu em 15 de junho de 2011, com 67 anos. Natural de Assis-SP chegou ao município de Engenheiro Beltrão na década de 1960. Teve a docência como profissão.

A denominação Praça das Mães é uma homenagem da Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão a todas as mães brasileiras.

Ao término desta sinopse evidencia-se que nove das treze praças nominadas, caracterizam-se por apresentarem toponímia relacionada ao nome de pessoas (referencial antropotoponímico).

Todas as denominações enquadradas na categoria antropotoponímica se referem a pessoas que fazem parte da identidade local. Trata-se de homenagens a pioneiros, autoridades ou simples cidadãos que viveram grande parte de sua vida residindo próximo a esses logradouros e, por tal fato, foram homenageados. Fatores que evidenciam valorização, saudosismo local e desejo de perpetuação desses elementos na memória histórico-atual da cidade.

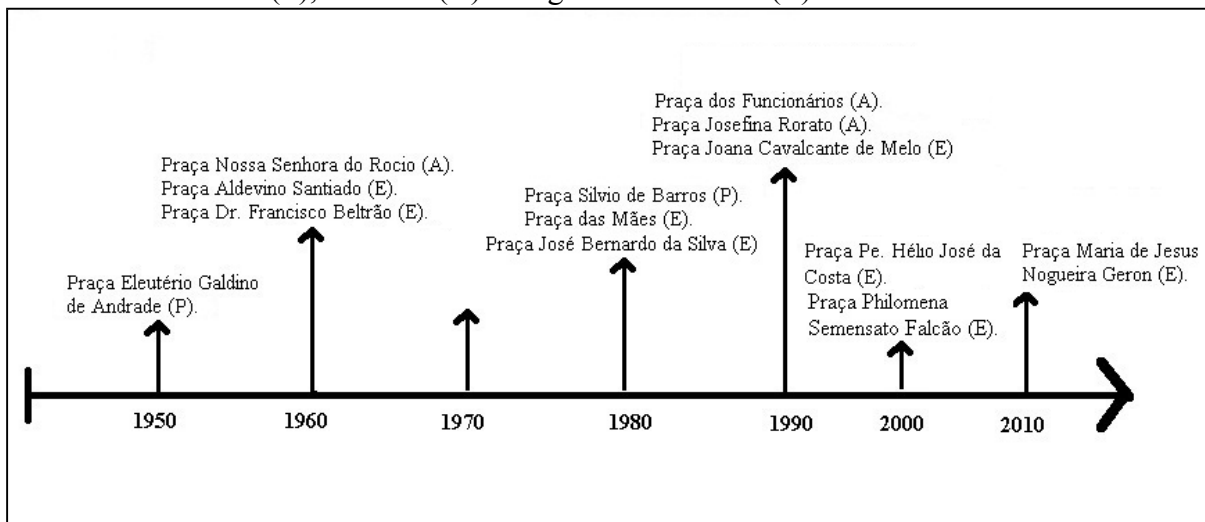
Em seguida, representadas por duas praças, estão as denominações relacionadas a nomes, fatos e datas de caráter social e/ou histórico (histo-sociotoponímico). Com duas representações, registra-se a toponímia hiero-hagiotoponímico, vinculada a nomes sagrados e/ou de origem religiosa. Assim, das praças estudadas, 69,2% apresentam denominações relacionadas a referenciais antropotoponímicos, 15,4% a referenciais historio-sociotoponímico e 15,4% a referenciais hiero-hagiotoponímico.

Conforme apresentado, entre os objetivos deste capítulo está a contextualização dos topônimos no tempo em que os logradouros foram nominados. Assim, verifica-se que nos anos de 1950 a 1960, com exceção da Praça Nossa Senhora do Rocio, todos os demais logradouros receberam nomações vinculadas a pessoas influentes na dinâmica da cidade quando da sua constituição, entre eles políticos, industriais, comerciantes e diretores de empresas colonizadoras.

Nos anos de 1970 não há registro de criação²⁹ de praças em nenhuma das três cidades em estudo, e para o período de 1980 a 2010 sobressaem-se as denominações relacionadas a pioneiros, pessoas com influência social e moradores antigos das adjacências de onde o logradouro se localiza (Figura 60).

²⁹ No ano de 1977 o então Jardim Visconde de Guarapuava tem sua denominação alterada para Praça Eleutério Galdino de Andrade.

Figura 60 – Representação evolutiva por década de criação das praças públicas das cidades de Peabiru (P), Araruna (A) e Engenheiro Beltrão (E).



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Evidenciou-se como sendo uma prática corriqueira a escolha por nomes de homenageados que tenham falecido próximo à data de criação do logradouro, ou seja, o fato recente torna-se um motivador para a definição do topônimo.

Como apresentado, o nome dos lugares públicos da *urbe* guardam muito da história da cidade, principalmente quando fazem menção a personalidades locais, sendo imprescindível o registro e a propagação dessas informações, pois, como apresenta De Angelis (2000, p. 221):

É lugar comum encontrarmos praças que homenageiam vultos históricos e datas cívicas de significação nacional que, em função de sua importância fazem parte do registro dos livros de história. É fato que esses topônimos são mais facilmente identificados, conseqüentemente, não caem no esquecimento se comparados com aqueles menos conhecidos. O que dizer então quando a referência atém-se a personagens da história local! Nesses casos, a memória corre risco maior de se perder com o passar do tempo. Além da desinformação e da falta de um trabalho permanente de fixação da memória, há a renovação das gerações e o próprio fluxo migratório.

É preciso que gestores públicos, instituições de ensino e a comunidade em geral, das suas mais diversas formas, procurem conhecer e, principalmente, manter viva a história dos personagens que nominam esses logradouros, pois são sujeitos que em sua maioria contribuíram com a formação social, histórica e política do local.

CAPÍTULO V - AVALIAÇÃO QUALIQUANTITATIVA

Neste quinto capítulo apresentar-se-ão os resultados da avaliação quali-quantitativa dos equipamentos, mobiliário e vegetação presentes nas praças de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão. Os procedimentos utilizados para esse diagnóstico foram orientados pela metodologia proposta por De Angelis (2000), conforme apresentado nas páginas 29 a 33.

Para tornar a leitura da tese mais fluente e menos repetitiva, por se tratar de um estudo que avalia as praças de três cidades, informações que caracterizam de maneira geral os equipamentos e/ou mobiliário listados na metodologia serão abordadas na descrição da primeira cidade (Peabiru), sendo válidas para as descrições posteriores, quando de maneira concisa apresentar-se-á a realidade desses elementos nas referidas áreas de estudo.

5.1 PRAÇAS DE PEABIRU

A cidade de Peabiru possui três praças: Praça Eleutério Galdino de Andrade, Praça Silvio de Barros e uma praça que até o momento da realização deste diagnóstico apresentava-se sem denominação, a qual se identificou como Praça sem denominação¹.

Localização e entorno

Das três praças existentes na cidade de Peabiru, duas estão na área central - Praça Eleutério Galdino de Andrade e Praça Silvio de Barros - e uma, a Praça sem denominação, localiza-se no Conjunto Habitacional Requião, área periférica, onde reside população de menor poder econômico. Verifica-se que as duas praças da área central - principalmente a Praça Eleutério Galdino de Andrade - recebem uma gama superior de investimentos e manutenções quando comparadas com aquela periférica. No entanto, mesmo com a carência de equipamentos e/ou mobiliário, a praça do conjunto habitacional é frequentemente utilizada pela população circunvizinha.

Quanto às características do entorno, há uma distribuição igualitária, ou seja, a Praça Eleutério Galdino de Andrade configura-se em espaço predominantemente comercial, a Praça Silvio de Barros com entorno misto e a Praça sem denominação como residencial.

¹ O levantamento das espécies vegetais encontradas nas praças peabiruenses foi realizado no dia 25/05/2011 e o diagnóstico quali-quantitativo dos equipamentos e estruturas no dia 28/01/2012.

Forma geométrica, área ocupada e tipologia

Assim como as características do entorno, também há uma distribuição uniforme quanto à forma geométrica das praças peabiruenses: sendo a Praça Eleutério Galdino de Andrade de formato quadrangular, a Praça Silvio de Barros retangular e a Praça sem denominação triangular.

Quanto à área ocupada, a Praça Eleutério Galdino de Andrade apresenta área de 12.600 m², a Praça Silvio de Barros 2.451 m², e a Praça sem denominação 1.254 m²; e no que diz respeito à tipologia, as três praças de Peabiru foram classificadas como de recreação.

Bancos

Embora não seja elemento obrigatório nas praças, sua presença é extremamente funcional e útil, pois serve para o descanso, possibilita o sociabilizar, a espera ou até mesmo uma simples pausa no trajeto. Em Peabiru, este é um mobiliário comum a todas as praças (Gráfico 4).

Qualitativamente constatou-se que cada uma das praças recebeu conceitos distintos para este mobiliário. A Praça Eleutério Galdino de Andrade recebeu conceito ótimo em função da quantidade, distribuição, material e estado de conservação. A Praça Silvio de Barros auferiu conceito bom devido a pouca quantidade e a Praça sem denominação obteve conceito péssimo em função do precário estado de conservação, quantidade insuficiente, locação e distribuição não adequadas (Gráfico 5).

Os bancos das praças de Peabiru são de dois tipos: bancos mistos de madeira e concreto e bancos de concreto, ambos com apoio para as costas.

Bebedouros

A existência de bebedouros públicos divide a opinião de estudiosos, pois muitos são contrários a sua existência por condições de higiene. O mobiliário aqui classificado como bebedouro não se configura como elemento elaborado, trata-se de simples torneiras, na maioria das vezes alocadas ao nível do solo. Os bebedouros foram encontrados em duas praças de Peabiru: na Praça Eleutério Galdino de Andrade, localizado ao nível do solo, e na Praça Silvio de Barros, afixado em uma coluna de alvenaria a 70 cm de altura.

A Praça Eleutério Galdino de Andrade recebeu conceito regular para o mobiliário bebedouro em função do tipo, pois se tratam de torneiras que fazem parte do sistema de irrigação da praça, no entanto, como não existe outra estrutura que supra essa necessidade, os usuários do local acabam utilizando-a como bebedouro. A Praça Silvio de Barros auferiu conceito bom por estes estarem acima do nível do solo facilitando o uso.

Caminhos/pisos

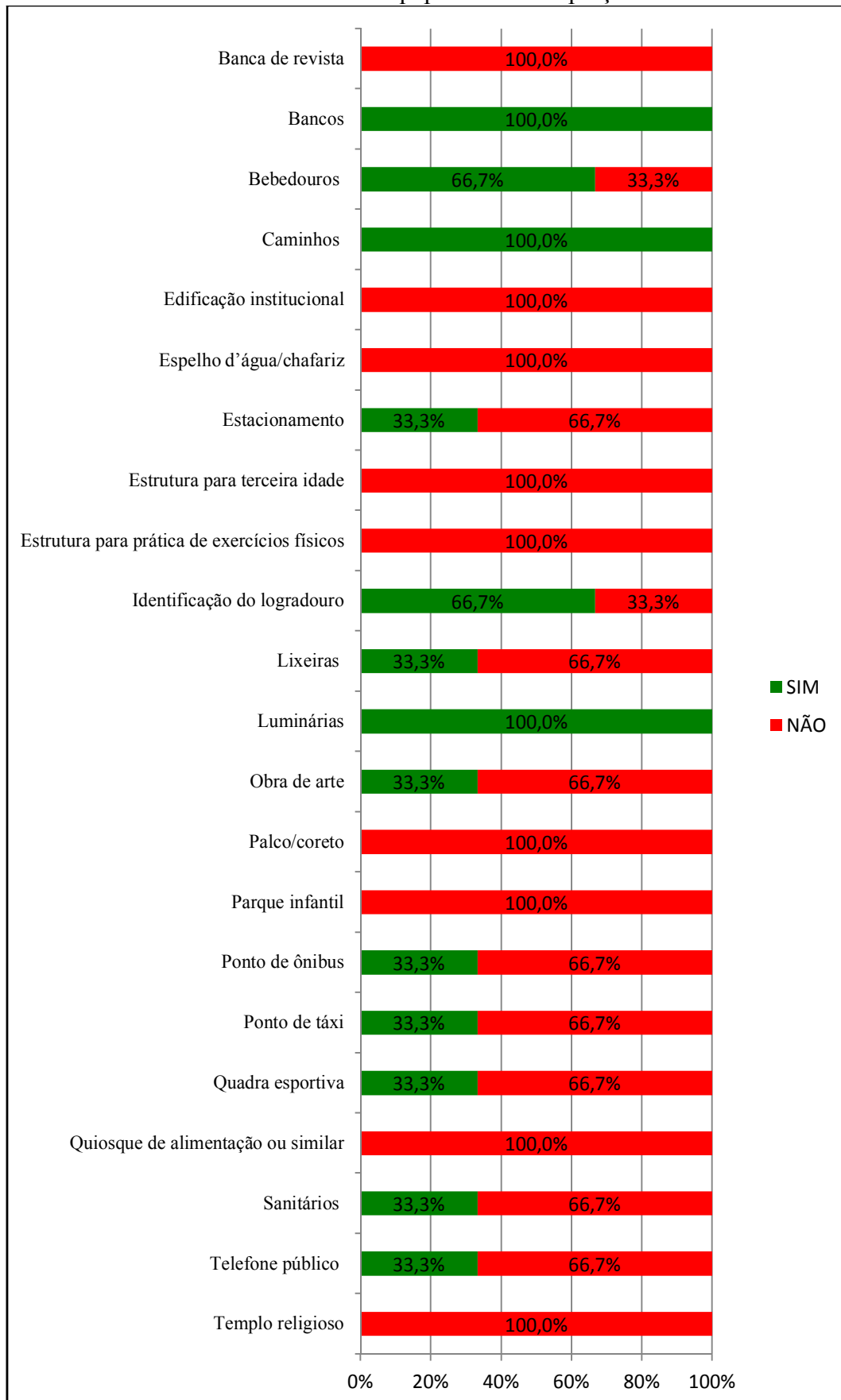
Os caminhos são considerados elementos essenciais em todas as praças, pois facilitam a locomoção dos pedestres. Sendo igualmente importante o tipo de revestimento empregado. Nesta avaliação diagnosticou-se que todas as praças peabiruenses são dotadas de caminhos pavimentados, sendo as praças Silvio de Barros e a sem denominação com pisos do tipo cimento alisado, e a Praça Eleutério Galdino de Andrade com pavimento intertravado (blocos pré-fabricados de concreto).

Qualitativamente a Praça sem denominação recebeu conceito regular em função da má conservação, apresentar trajetos invadidos pela grama e partes quebradas; a Praça Silvio de Barros classificou-se como em bom estado. E a Praça Eleutério Galdino de Andrade recebeu conceito ótimo, pois no processo de revitalização/remodelação ocorrido em 2009 seu piso foi substituído e se encontra em ótimas condições.

Conservação

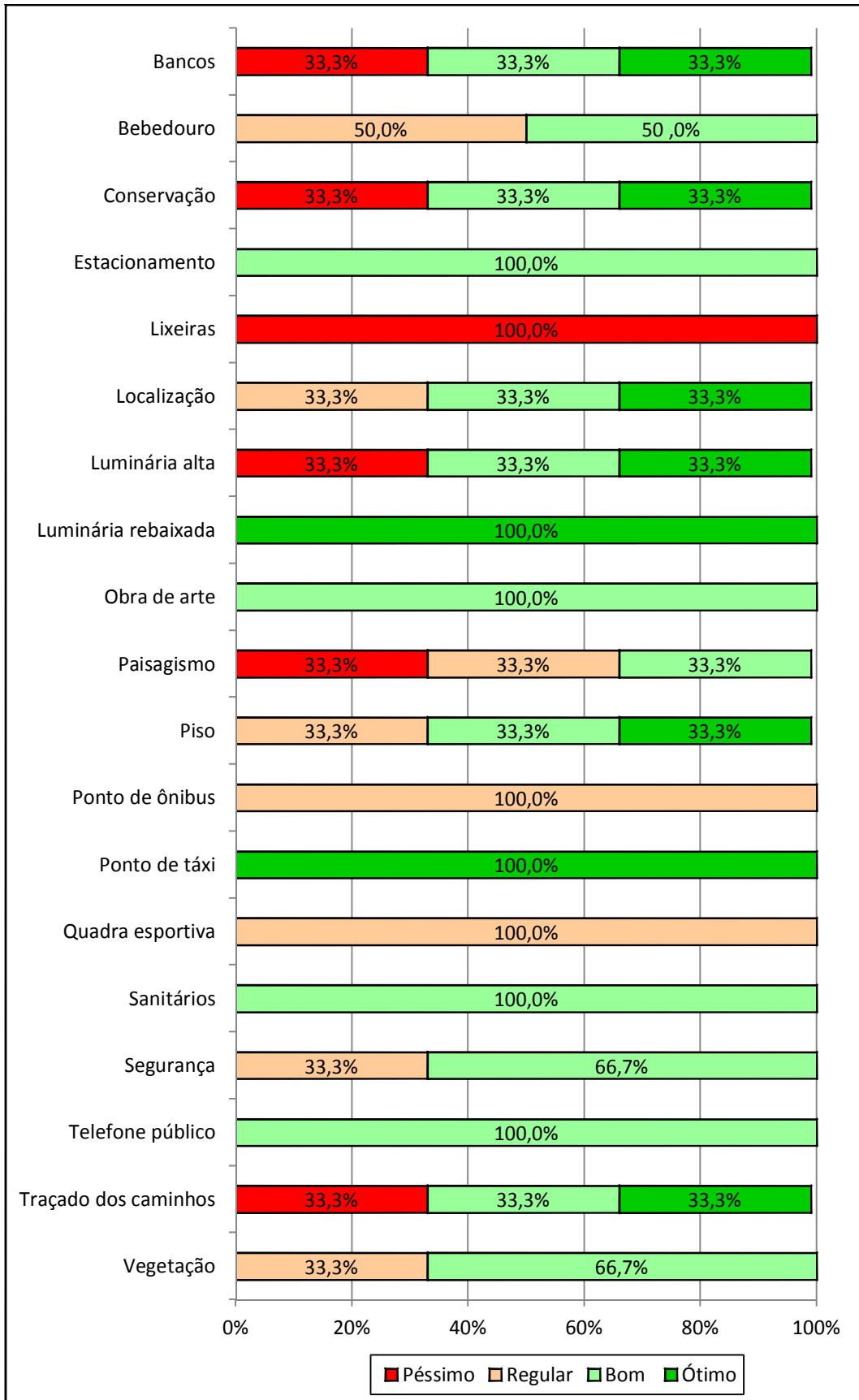
Neste quesito levou-se em consideração o estado geral da praça – equipamentos e/ou mobiliário, varrição e limpeza. A Praça Eleutério Galdino de Andrade recebeu conceito ótimo, pois como passou por processo de revitalização recente, seu mobiliário está em condições satisfatórias de conservação, e permanentemente funcionários da prefeitura cuidam da limpeza do logradouro. A Praça Silvio de Barros obteve conceito bom por apresentar-se em condições satisfatórias de limpeza, ficando algumas ressalvas quanto à manutenção e conservação do mobiliário. A Praça sem denominação obteve conceito péssimo, pois o estado do mobiliário varia de péssimo a regular; não há evidências de manutenções e atividades de conservação que vão além do corte da grama, e quando da realização deste levantamento apresentava sujidades espalhadas pelo logradouro como papéis, embalagens plásticas e resíduos de varrição.

Gráfico 4 – Ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos nas praças de Peabiru.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Gráfico 5 – Avaliação qualitativa de mobiliário e/ou equipamentos ocorrentes nas praças de Peabiru.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Estacionamento

Peabiru, por se tratar de uma pequena cidade com fluxo diminuto de veículos, não apresenta grandes dificuldades em relação a encontrar vagas de estacionamento, dessa forma a existência desse tipo de estrutura foi evidenciada apenas na Praça Eleutério Galdino de Andrade, e este foi considerado como bom. Apresenta adequado estado de conservação e segurança, no entanto há períodos de pouco sombreamento no local.

Identificação do logradouro

Mobiliário simples, mas com importância, pois torna a praça um referencial de localização e em alguns casos mantém informações histórico-sociais da cidade, tendo em vista ser comum o emprego de nomes de personalidade e/ou fatos locais para nominar esses logradouros. No caso da cidade de Peabiru, as praças Eleutério Galdino de Andrade e Silvio de Barros estão identificadas com algum tipo de placa que remete ao nome do logradouro, sendo que na segunda, a identificação encontra-se acoplada ao prédio do terminal rodoviário em lado oposto ao logradouro, ou seja, de difícil visualização.

Lixeiras

Com a função de contribuir com a limpeza do espaço público, a utilização eficaz das lixeiras demonstra de certa forma a educação e o nível de civilidade de quem os frequenta. Diagnosticou-se que este mobiliário está presente apenas na Praça Eleutério Galdino de Andrade, na quantidade de um recipiente. É do tipo cesto, em tela moeda revestida com ripas de madeira, e fica alocada próximo ao ponto de táxi da praça. Este item recebeu conceito péssimo em função da pouca quantidade.

Localização

A Praça sem denominação obteve conceito regular no quesito localização pelo fato de o logradouro permitir o acesso a várias residências, assemelhando-se ao quintal/jardim dessas casas, fato que pode inibir a apropriação do espaço público pela população em geral. Sobre essa questão, durante os trabalhos de campo presenciaram-se cenas em que a praça era

utilizada como garagem/estacionamento pelos moradores das residências anexas; a Praça Silvio de Barros recebeu conceito bom por estar em área central com facilidade de acesso, no entanto a sua proximidade com o terminal rodoviário faz com que haja a presença constante de andarilhos, o que pode vir a causar o afastamento de outros potenciais usuários como crianças e mulheres; e a Praça Eleutério Galdino de Andrade recebeu conceito ótimo, neste caso a praça é o ponto central da cidade, circundada pelos principais estabelecimentos comerciais e prestadores de serviço da cidade.

Luminárias

Elemento imprescindível para possibilitar o uso do espaço público no período noturno, propiciando conseqüentemente maximização de sua utilização, maior segurança, embelezamento e valorização do logradouro. No levantamento realizado verificou-se que as luminárias altas se fazem presentes em todas as praças de Peabiru, e as luminárias rebaixadas apenas na Praça Eleutério Galdino de Andrade.

As luminárias rebaixadas são do tipo poste com bifurcações e receberam conceito ótimo por apresentar-se em quantidade e distribuição satisfatórias, atendendo ao objetivo precípua. Luminárias altas foram encontradas em todas as praças, sendo que a Praça sem denominação e a Praça Silvio de Barros, providas de luminárias do tipo poste telecônico curvo simples, receberam respectivamente conceito péssimo - em função da quantidade insuficiente e não atendimento ao objetivo a que se propõem - e conceito bom. A Praça Eleutério Galdino de Andrade que possui superposte encimado com seis refletores obteve conceito ótimo.

Obras de arte

De Angelis (2000) avalia como sendo obra de arte as estátuas, bustos e monumentos, os quais se constituem em um símbolo onde se procura homenagear personalidades de relevância local ou não, e ainda, enquanto elementos escultóricos, que enriquecem a praça através da arte. Nessa tese acresceu-se às tipologias de De Angelis (2000) os obeliscos, esculturas e pinturas artísticas.

São encontradas nas praças peabiruenses três formas de manifestações desse cunho: sendo um obelisco e duas representações artísticas, uma que ilustra o Caminho de Peabiru e

outra o prato típico do Município – Carneiro ao Vinho, ambas localizadas na Praça Eleutério Galdino de Andrade.

Na avaliação qualitativa o obelisco foi considerado em bom estado, apresentando apenas alguns sinais de desgaste na pintura, ocasionadas por intempéries climáticas. A ilustração do Caminho de Peabiru e do prato típico não apresenta danificações, sinais de vandalismos ou desgaste por intempéries, mas se considera que poderia haver alguma informação adicional sobre do que se trata o Caminho de Peabiru, ou seja, uma melhor exposição da significância do monumento; dessa forma auferiu o mesmo conceito do obelisco – bom.

Paisagismo

Para esta avaliação foram considerados: a escolha e a locação das diferentes espécies, criatividade e inserção do verde no conjunto. A partir desses pressupostos a Praça sem denominação obteve conceito péssimo por não atender aos critérios apresentados; trata-se de logradouro onde há pouca diversidade e quantidade de indivíduos arbóreos, e estes estão dispostos sem qualquer parâmetro vinculado com as técnicas de paisagismo como ritmo, sequência, harmonia e criatividade.

Recebeu conceito regular a Praça Silvio de Barros, onde é possível perceber aspectos superficiais do uso de critérios paisagísticos, como ritmo e sequência em alguns canteiros da praça, no entanto há quantidade expressiva de indivíduos arbóreos da mesma espécie - *Ligustrum lucidum* W.T. Aiton, 83,3% - e pouca criatividade/ embelezamento paisagístico no logradouro.

A Praça Eleutério Galdino de Andrade obteve conceito bom por atender satisfatoriamente os critérios de locação das diferentes espécies, criatividade e inserção do verde no conjunto, sendo evidente a adoção dos pressupostos de ritmo e sequência na distribuição das plantas no logradouro, no entanto saiu-se insatisfatoriamente no critério escolha das espécies, pois foi registrada a presença de espécies com acúleos, exóticas invasoras e com potencial de toxicidade não indicadas para um espaço público.

Ponto de ônibus e táxi

É comum o espaço da praça estar associado à presença de pontos de ônibus e/ou táxi devido à facilidade de acesso ao logradouro, espaço amplo e condições de permanência do usuário no local. Neste levantamento verificou-se que apenas a Praça Eleutério Galdino de Andrade possui ponto de táxi, e a Praça sem denominação ponto de ônibus.

Na análise qualitativa do ponto de táxi considerou-se a presença ou não de abrigo, a conservação e a localização em relação à praça, sendo este mobiliário considerado em ótimas condições para os critérios adotados. O mobiliário constitui-se por bancos e uma tela de sombreamento presa a uma armação metálica, ambos com excelente acabamento.

O ponto de ônibus obteve conceito regular. O mobiliário confeccionado em metal possui proteção superior, localiza-se próximo à praça, mas apresenta-se em condições não satisfatórias de manutenção, com ferrugens e necessidade de pintura.

Quadra esportiva

A presença de elementos que configuram lazer ativo nas praças é de extrema valia. As quadras esportivas possibilitam um maior e melhor aproveitamento desses logradouros por parte dos usuários, estimula e possibilita a sociabilização dos frequentadores e configura-se como opção de lazer/esporte para as camadas sociais mais baixas que geralmente não têm acesso a outros meios para a realização de atividades similares, como clubes.

Em Peabiru, apenas a praça localizada na área mais periférica – Praça sem denominação - possui uma quadra esportiva de areia destinada para jogos de futebol. Nessa mesma praça, embora não se configure como uma quadra, pois se trata apenas de um extenso gramado, é fato corriqueiro a população do entorno instalar rede para a prática de vôlei. Também, na Praça Silvio de Barros parte do gramado é improvisado como campo de futebol. Constata-se nessa situação a carência e o anseio da população por esse tipo de estrutura.

Qualitativamente a quadra de areia localizada na Praça sem denominação obteve conceito regular, pois embora seja cercada com tela do tipo alambrado, apresenta sinais evidentes de falta de conservação como ferrugens nas traves, sujeira e buracos na cerca.

Sanitário público

A existência de sanitários em praças públicas prevê a necessidade de manutenção e limpeza periódica para que este se mantenha em condições mínimas de higiene. Também não são raras as ocorrências de ações vandálicas e desvios de usos nesses espaços, o que remete à necessidade de vigilância permanente. Fatores como os abordados fazem com que esse tipo de mobiliário seja cada vez menos frequente nos logradouros públicos. Nas praças de Peabiru apenas uma - a Praça Eleutério Galdino de Andrade - possui sanitários.

Na avaliação qualitativa os sanitários receberam conceito bom por seu estado de conservação. No entanto, há ressalvas quanto à acessibilidade, pois este é subterrâneo e o acesso se dá por escadas íngremes que pode ser um obstáculo para pessoas idosas, crianças, mães com carrinhos de bebê e pessoas com mobilidade reduzida.

Segurança

Por se tratar de uma pequena cidade alguns aspectos de insegurança comuns nos médios e grandes centros, como os assaltos, são minimizados nas cidades objetos de estudo. Dessa forma, as praças Eleutério Galdino de Andrade e Silvio de Barros receberam conceito bom para o quesito segurança, em função da localização e/ou conservação.

No entanto, a presença de mobiliário, como luminárias, é necessária, caso contrário o logradouro no período noturno acaba servindo como ponto para a prática de atividades indesejáveis. Assim, influenciado pela carência de luminárias e falta de conservação a praça peabiruense sem denominação obteve conceito regular.

Telefone público

A facilidade de acesso à telefonia celular reduziu o uso dos telefones públicos. Constata-se uma minimização da quantidade desses aparelhos distribuídos pela *urbe*, ou seja, quando danificados e/ou estragados muitas vezes ao invés de serem consertados são removidos do local. No caso de Peabiru, foi registrada a existência de telefone público apenas em uma praça pública, mais uma vez a Praça Eleutério Galdino de Andrade; o aparelho encontra-se localizado próximo ao ponto de táxi existente no logradouro e apresenta bom estado de conservação.

Traçado dos caminhos

A Praça sem denominação recebeu conceito péssimo quanto ao traçado dos caminhos por ser estreito e pouco funcional, limitando o acesso a partes restritas do logradouro; a Praça Silvio de Barros auferiu conceito bom por apresentar aspectos de criatividade e harmonia com os demais elementos da praça, possibilitando a escolha pelo transeunte por um caminho mais rápido ou mais sinuoso; a Praça Eleutério Galdino de Andrade recebeu conceito ótimo por sua funcionalidade, sendo a mesma utilizada frequentemente pelos cidadãos, a pé ou de bicicleta, como local de passagem e acesso a outros pontos da cidade.

O levantamento quantitativo dos equipamentos e/ou mobiliário presentes nas praças de Peabiru possibilitou além de identificá-los, classificá-los em elementos de alta ocorrência, registrados de 70 a 100% das praças; de média ocorrência, encontrados de 35 a 69%, de baixa ocorrência, presentes de 1 a 34% dos logradouros, e os inexistentes (FREIRE, 2012).

Nesse contexto são considerados de alta ocorrência: bancos, iluminação e caminhos; de ocorrência intermediária: bebedouro e identificação do logradouro; e de baixa ocorrência: estacionamento, lixeiras, obra de arte, ponto de ônibus e táxi, quadra esportiva, sanitários e telefone público. Dos itens não encontrados destacam-se a ausência de estrutura para a prática de exercícios físicos, estruturas para a terceira idade e parque infantil, atrativos que são importantes para a realidade de uma pequena cidade onde o lazer gratuito muitas vezes está limitado às suas praças.

Sistematizados os dados da análise qualitativa dos equipamentos e/ou mobiliário presentes nas praças de Peabiru tem-se que, de forma individual, a partir da condição apresentada pelo item no logradouro em específico, constatou-se que 16% foram considerados em péssimas condições, 21% como regulares, 42% em bom estado e 21% considerados em ótimas condições.

A partir da avaliação realizada nas praças peabiruenses, calculou-se a média aritmética simples, da qual se obteve uma nota final e, conseqüentemente, um conceito que permitiu classificá-las em diferentes estados de conservação conforme apresentado nos referenciais metodológicos (0 —| 1,0 ↔ péssimo; 1,0 —| 2,0 ↔ regular; 2,0 —| 3,0 ↔ bom; 3,0 —| 4,0 ↔ ótimo).

A Praça Eleutério Galdino de Andrade auferiu média final de 2,82 pontos e a Praça Silvio de Barros, média final 2,15 pontos, sendo consideradas em bom estado. A Praça sem denominação, com média final de 1,18 pontos foi classificada como regular. Embora se tenham encontrado equipamentos e/ou mobiliário estando em péssimas ou ótimas condições de conservação quando avaliados de forma individual nos logradouros, nenhuma praça da cidade de Peabiru analisada a partir de todo o seu conjunto recebeu conceito péssimo ou ótimo.

5.1.1 Levantamento da vegetação presente nas praças de Peabiru

Espaços configurados como praça não precisam ser constituídos por espécies vegetais, no entanto a presença do elemento verde associado às praças brasileiras é quase tão comum quanto a existência do próprio logradouro. Em muitos casos, a arborização, áreas sombreadas e elementos paisagísticos se caracterizam como o principal atrativo do espaço.

Nas praças peabiruenses identificou-se a presença de 26 espécies vegetais, relacionadas a 24 gêneros, distribuídas em 16 famílias botânicas, sendo que destas 53,8% são exóticas e 46,2% nativas. Constatou-se que três espécies representam 54,7% do total de indivíduos da arborização das praças, onde *Roystonea oleracea* (Jacq.) O. F. Cook (palmeira-imperial) representa 20,5%; *Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch (oiti) 17,1%; e, *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro) também 17,1%.

Quanto à subdivisão em espécies arbóreas, frutíferas, arvoretas, palmeiras e arbustos, tem-se que as primeiras totalizam 16 diferentes espécies, e 74 indivíduos. O que se verifica, decorrente do levantamento de campo, é uma concentração de exemplares pertencentes a uma mesma espécie no conjunto da arborização das praças. Pode-se constatar que duas espécies: *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro) e *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz (sibipiruna), compõem 67,6% da vegetação arbórea das praças peabiruenses (Tabela 22). O que segundo De Angelis (2000, p. 176), “do ponto de vista técnico, essa concentração é temerária, tendo em vista a situação de risco a que fica exposta grande parte dessa arborização face a um eventual ataque de pragas ou incidência de patógenos”.

Tabela 22 – Relação de espécies vegetais arbóreas das praças de Peabiru. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Apocynaceae	<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i> Müll Arg.	peroba-poca	01	N.	s/v
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol) Kuntze	pinheiro-do-paraná	01	N.	9471
Bignoniaceae	<i>Handroanthus albus</i> (Cham.) Mattos	ipê-amarelo	01	N.	5718
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	07	N.	1187
Cupressaceae	<i>Cupressus lusitanica</i> Mill.	cipreste	01	E.	5860
Fabaceae	<i>Bauhinia variegata</i> L.	pata-de-vaca	04	E.	5466
Fabaceae	<i>Cassia fistula</i> L.	cássia-imperial	01	E.	4909
Fabaceae	<i>Holocalyx balansae</i> Micheli	alecrim	01	N.	1898
Fabaceae	<i>Libidibia ferrea</i> (Mart. ex Tul.) L. P. Queiroz var. <i>ferrea</i>	pau-ferro	02	N.	6579
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	14	N.	8217
Fabaceae	<i>Senna macranthera</i> (DC. ex Collad.) H. S. Irwin & Barneby	chuva-de-ouro	01	N.	4921
Ginkgoaceae	<i>Ginkgo biloba</i> L.	ginko	01	E.	-
Melastomataceae	<i>Tibouchina granulosa</i> (Desr.) Cogn.	quaresmeira	01	N.	4732
Moraceae	<i>Ficus guaranitica</i> Chodat	figueira	01	N.	1997
Moraceae	<i>Ficus</i> sp.	figueira	01	N.	-
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	36	E.I.	4863

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú (25/05/2011).

Quanto às espécies frutíferas, obtiveram-se dois registros nas praças de Peabiru: *Malpighia emerginta* DC. (acerola) e *Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch (oiti; oiti-da-praia) com respectivamente um e 36 indivíduos. Infere-se que a primeira tenha sido plantada no logradouro - Praça sem denominação – pelos moradores do entorno.

Identificou-se nas praças peabiruenses duas espécies de arvoretas: *Murraya paniculata* (L.) Jack (murta; falsa-murta); e *Caesalpinia spinosa* (Molina) Kuntze (falso-pau-brasil), ambas com um indivíduo.

Com relação às palmeiras, registraram-se 75 indivíduos em três diferentes espécies, sendo que a de maior ocorrência foi *Roystonea oleracea* (Jacq.) O. F. Cook (palmeira imperial), com 43 indivíduos, ou 57,3% do total. As demais espécies referem-se a: *Phoenix roebelenii* O'Brien (tamareira-de-jardim; tamareira-anã) com 19 indivíduos; e *Livistona chinensis* (Jacq.) R. Br. (palmeira-de-leque-da-china) com 13 indivíduos. As palmeiras, em sua totalidade, localizam-se na Praça Eleutério Galdino de Andrade.

Os arbustos levantados somam três diferentes espécies e 22 indivíduos, sendo: 18 exemplares de *Hibiscus rosa-sinensis* L. (hibisco), encontrados na Praça sem denominação; três exemplares de *Rhododendron simsii* Planch. (azaléia); e um exemplar de *Camellia japonica* L. (camélia; chá-verde).

Sobre as espécies vegetais presentes nas praças de Peabiru destaca-se:

a) A significativa presença da espécie *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro) a qual, com seus pequenos frutos escuros são prejudiciais aos seres humanos, pois “[...] se ingeridos causam náusea e dores de cabeça, pressão baixa e hipotermia [...]” (MATTHEWS, 2005, p. 27). A espécie também é classificada pela Portaria 125/2009 do Instituto Ambiental do Paraná (PARANÁ, 2009) como exótica invasora de categoria 1, ou seja, espécie que não deve ser cultivada ou criada, ficando seu uso em qualquer uma das formas não permitido. Segundo Matthews (2005, p. 27) os alfeneiros “[...] têm sido amplamente introduzidos com propósitos ornamentais, e são particularmente populares como plantas de sebe e árvores de rua. Sendo, entretanto, espécies altamente adaptáveis, tornam-se frequentemente invasoras”. Cabe ainda considerar o previsto na ABNT NBR 9050:2004, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Esta norma estabelece que “nas áreas adjacentes à rota acessível não são recomendadas plantas [...] produtoras de substâncias tóxicas, [...] que desprendam [...] frutos ou substâncias que tornem o piso escorregadio [...]” (ABNT NBR 9050:2004, p. 97), característica do *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro).

b) A existência da espécie *Murraya paniculata* (L.) Jack (murta) na Praça Eleutério Galdino de Andrade, tendo em vista que a Lei nº 15.953 de 24/09/2008 do Estado do Paraná proíbe o plantio, comércio, transporte e produção dessa planta por ser vegetal hospedeiro da bactéria *Candi - datus liberibacter* ssp., disseminada pelo inseto vetor *Diaphorina citri*, transmissor da praga denominada *Huanglongbing* (HLB-Greening) nociva à citricultura. A referida lei ainda prevê a erradicação das plantas existentes no prazo de 2 (dois) anos, contados a partir da sua publicação, tendo findado esse prazo em setembro de 2010.

c) Plantas que possuem acúleos como *Phoenix roebelenii* O'Brien (tamareira-de-jardim; tamareira-anã), *Araucaria angustifolia* (Bertol) Kuntze (pinheiro-do-paraná) e *Caesalpinia spinosa* (Molina) Kuntze (falso-pau-brasil) não recomendadas pela ABNT NBR 9050:2004. E a presença da espécie *Libidibia ferrea* (Mart. ex Tul.) L. P. Queiroz var. *ferrea* (pau-ferro)

que se configura como incompatível pela destruição ou conflito com os equipamentos urbanos, dessa forma também não recomendada pela ABNT NBR 9050:2004.

Quanto ao estado geral e a manutenção da vegetação no logradouro tem-se que: a Praça sem denominação recebeu conceito regular, pois além de apresentar pouca diversidade de espécies, foram evidenciadas podas inadequadas e indivíduos em condição de conflito com os equipamentos urbanos. As praças Silvio de Barros e Eleutério Galdino de Andrade obtiveram conceito bom para o quesito vegetação, pois mesmo sendo evidenciada a presença de espécies classificadas como inadequadas para o logradouro, como plantas com acúleos e produtora de frutos que podem tornar o caminho escorregadio, elas se encontravam em aparente bom estado de manutenção.

5.2 PRAÇAS DE ARARUNA

A cidade de Araruna possui cinco praças, sendo elas: Praça Nossa Senhora do Rocio; Praça dos Funcionários; Praça Josefina Rorato, e duas praças que, até o momento da realização deste diagnóstico, apresentavam-se sem denominação, sendo identificadas, portanto, como Praça sem denominação nº 1 e nº 2².

Localização e entorno

Das cinco praças existentes na cidade de Araruna, duas estão na área central e três em áreas periféricas, refletindo certa uniformidade na distribuição desses logradouros na malha urbana. Quanto ao entorno, três das praças ararunenses configuram-se como residencial, uma comercial e a outra como misto.

Forma geométrica, área ocupada e tipologia

Duas são as formas das praças ararunenses: retangular, com três praças, e triangular com duas. Quanto a área dos logradouros, a Praça Nossa Senhora do Rocio possui 13.200 m²,

² O levantamento das espécies vegetais das praças da cidade de Araruna foi realizado em 6 de julho de 2011, e a avaliação qualiquantitativo dos equipamentos e estruturas nos dias 28 de janeiro e 16 de abril de 2012. O espaçamento e as variações nas datas do levantamento da infraestrutura foram necessários para que as reformas, revitalizações e a criação de novos logradouros (praças) ocorridos entre o levantamento de campo inicial e a realização da enquete com a população fossem levados em consideração a fim de evitar divergências.

a Praça Josefina Rorato 2.260 m², a Praça dos Funcionários 1.855 m², e as praças sem denominação nº 1 e nº 2, respectivamente, 3.477 m² e 1.080 m².

Em relação à tipologia as praças Nossa Senhora do Rocio, Josefina Rorato, dos Funcionários e sem denominação nº 2 classificam-se como praças de recreação, e a praça sem denominação nº 1, como de significação visual.

Bancos

Quando se recorda da imagem de uma praça, na grande maioria das vezes esta se relaciona com um espaço livre que tenha no mínimo um banco e uma árvore. Nessa concepção constata-se que todas as praças de Araruna são mobiliadas com bancos (Gráfico 6).

Em três praças eles se apresentam em estado regular devido a índices insatisfatórios de quantidade, estado de conservação (bancos quebrados) e distribuição (alocados em áreas não sombreadas); em duas foram classificados como bons em função do estado de conservação e quantidade condizente com o logradouro onde estão alocados (Gráfico 7).

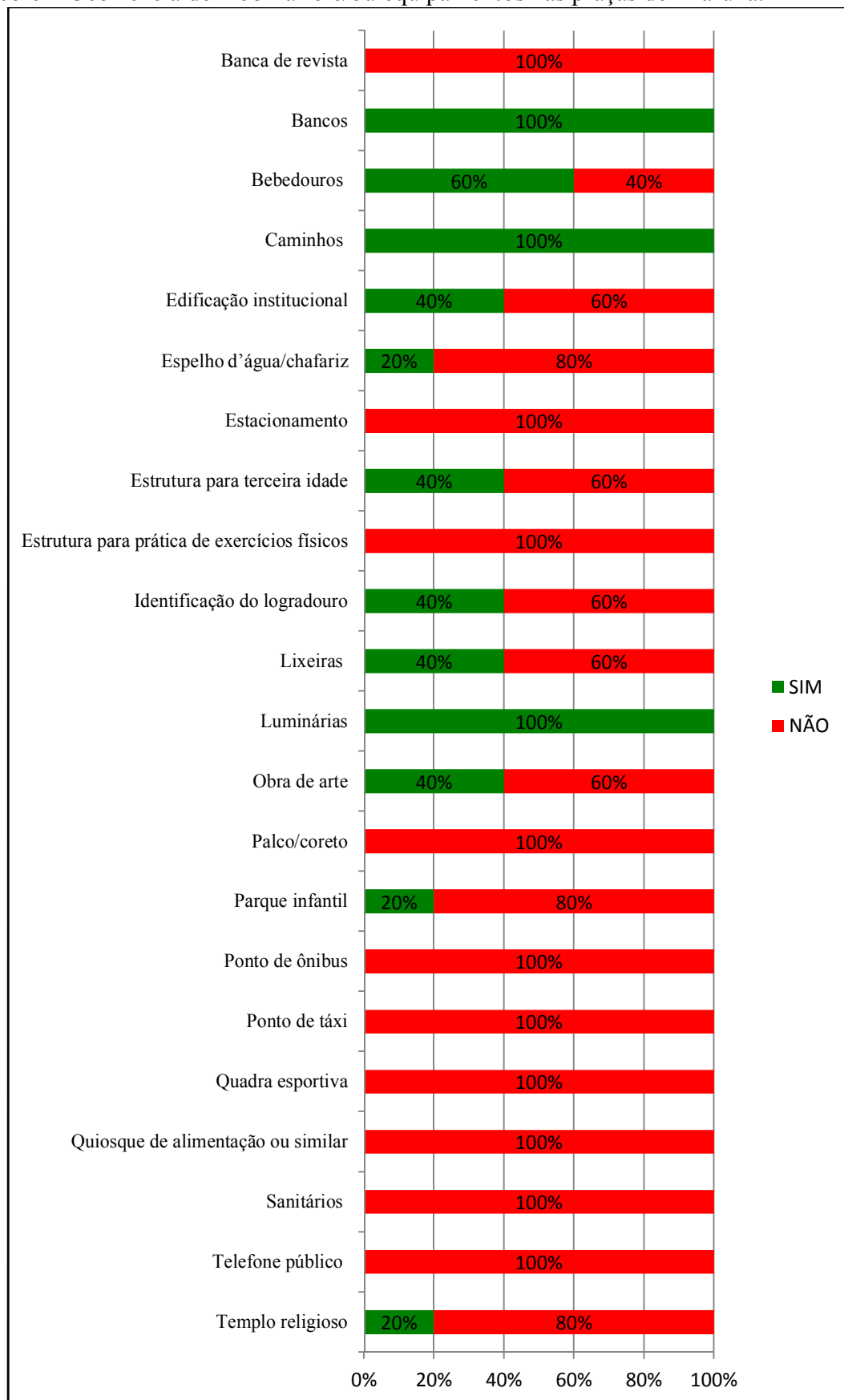
Em todas as praças ararunenses os bancos possuem alguma forma de recuo, minimizando a concorrência com o espaço do transeunte e são todos confeccionados em concreto, alguns com apoio para as costas e outros não.

Bebedouros

Os bebedouros das praças ararunenses são torneiras, algumas ao nível do solo e outras elevadas, estando presente em três das cinco praças. As praças sem denominação nº 1 e Josefina Rorato não apresentam tal mobiliário urbano.

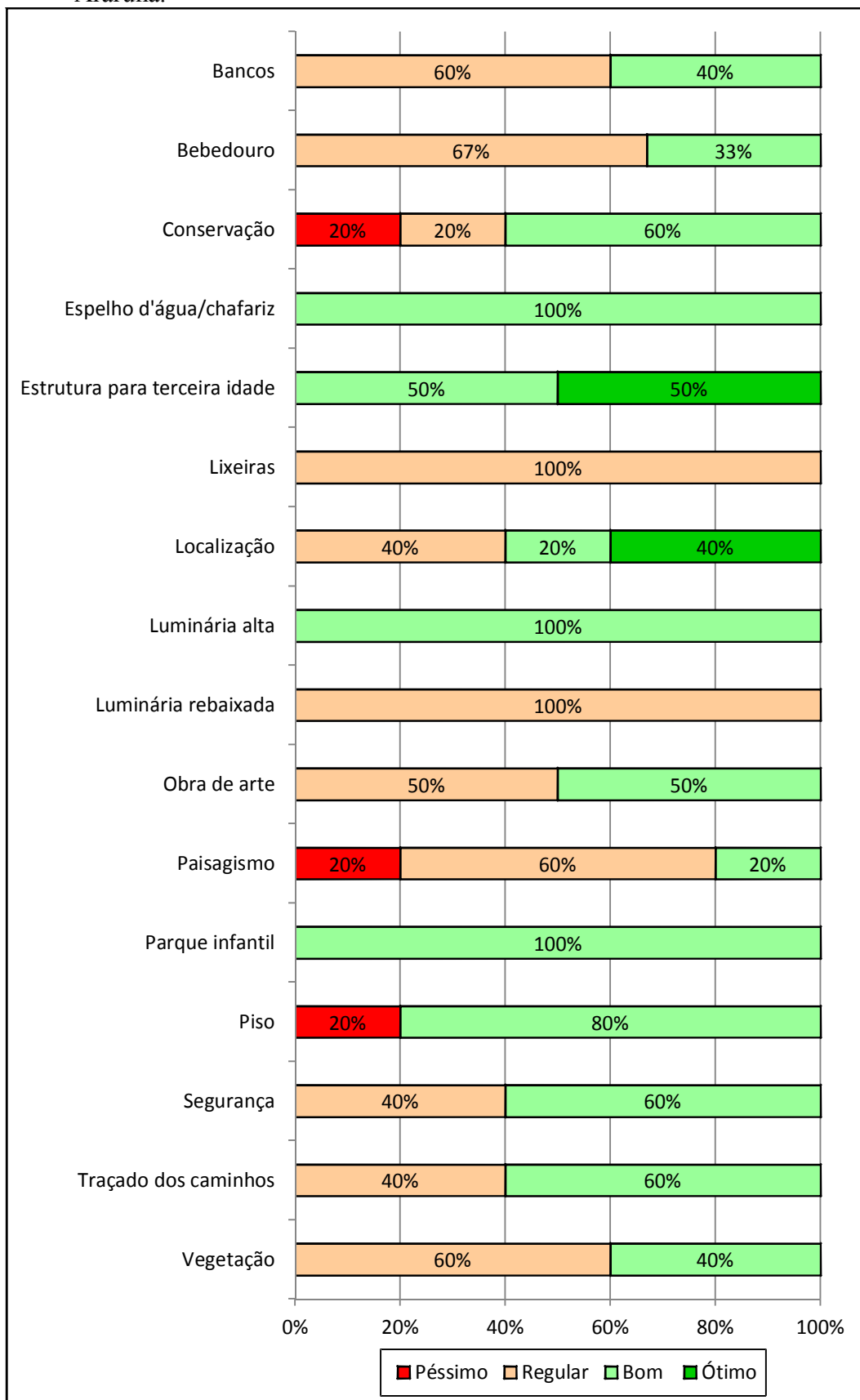
Dos três logradouros que possuem bebedouros, em um deles essa estrutura encontra-se elevada do solo o que facilita a utilização, assim, mesmo sendo composições simples, obtiveram conceito bom devido à quantidade e às condições de uso; nas demais praças eles foram considerados regulares por estarem ao nível do solo, dificultando a utilização e/ou algumas vezes de difícil localização e acesso à estrutura no logradouro.

Gráfico 6 – Ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos nas praças de Araruna.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Gráfico 7 – Avaliação qualitativa de mobiliário e/ou equipamentos ocorrentes nas praças de Araruna.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Caminhos/pisos

Estrutura que tem por função facilitar a circulação do transeunte pelo logradouro. Neste levantamento evidenciou-se que todas as praças ararunenses são providas de caminhos pavimentados.

Para a avaliação qualitativa deste item levou-se em consideração o material empregado, a funcionalidade, a segurança e a conservação. Dessa forma, quatro praças de Araruna obtiveram conceito bom, por apresentarem pisos em condições satisfatórias quanto ao material, funcionalidade, segurança e conservação; uma foi classificada como péssima, principalmente devido às más condições de conservação, em alguns pontos o piso chega a ser um obstáculo para o transeunte, o qual prefere caminhar pela via.

Os materiais utilizados nos pisos das praças ararunenses são *petit pavê*, piso cimento, tijolo e placas de concreto.

Conservação

Um dos problemas identificados nas praças públicas é a falta de manutenção e conservação do espaço. Não são poucos os casos onde o logradouro é criado e depois disso nada mais é feito, quando muito, serviços de varrição e corte de grama. Fatores que vão desestimulando o interesse e a valorização do espaço pelo cidadão.

No caso de Araruna a Praça sem denominação nº 1 obteve conceito péssimo em relação à manutenção das estruturas físicas e limpeza, pois os poucos equipamentos e/ou mobiliário presentes encontram-se em condições desfavoráveis de conservação e uso; também foi evidenciada a presença de resíduos de construção civil sobre os caminhos e a falta de varrição periódica; a Praça dos Funcionários foi classificada como regular, pois há bancos no logradouro em estado precário, o que interfere na avaliação geral do espaço; as praças Nossa Senhora do Rocio, Josefina Rorato e sem denominação nº 2 foram consideradas em bom estado, pois são logradouros que, de maneira geral, apresentam equipamentos e/ou mobiliário em boas condições; quanto à limpeza, o insuficiente número, ou em alguns casos a inexistência de lixeiras, é compensada por serviços de varrição, o que impede o acúmulo de resíduos no logradouro por longos períodos.

Espelho d'água/chafariz

A presença do elemento água nos espaços públicos costuma atrair a atenção e a contemplação dos usuários. Quando presente esse tipo de mobiliário localiza-se em pontos nobres do logradouro, geralmente centrais e conferem movimento ao cenário.

Segundo De Angelis (2000), com o objetivo de enaltecer o valor do templo religioso a presença de chafarizes e espelho d'água junto às praças das igrejas das cidades interioranas era quase obrigatória. Nessa concepção observa-se que em uma das praças de Araruna – Praça Nossa Senhora do Rocio - tem-se a associação religiosa (Gruta Nossa Senhora do Rocio) com espelho d'água. Os demais logradouros não apresentam esse tipo de estrutura.

Qualitativamente o espelho d'água obteve conceito bom, por apresentar aspectos de sujeidade. Na avaliação deste item considerou-se a sua inserção no contexto da praça e estado de conservação.

Estrutura para terceira idade

Constata-se que as estruturas para a terceira idade estão presentes na Praça Nossa Senhora do Rocio e na Praça dos Funcionários, na forma de ATI's. Essas estruturas, mesmo destinadas às pessoas idosas, são também utilizadas por crianças, jovens e adultos. A ATI é um dos pontos de maior afluxo e permanência dos frequentadores nas praças ararunenses.

Qualitativamente os aparelhos instalados na Praça Nossa Senhora do Rocio receberam conceito ótimo por atenderem satisfatoriamente os quesitos de tipo de estrutura e conservação; e os alocados junto à Praça dos Funcionários obtiveram conceito bom pelo fato de estarem situados em área pouco sombreada.

Identificação do logradouro

Das cinco praças ararunenses, apenas as intituladas Nossa Senhora do Rocio e Josefina Rorato estão identificadas com algum tipo de placa que remete ao nome do logradouro. No levantamento realizado verificou-se que, não fossem as ações vandálicas associadas ao descaso da administração pública pela manutenção dos logradouros públicos, esse índice poderia ser superior, pois, por exemplo, na Praça dos Funcionários constatou-se

que o espaço destinado à identificação do logradouro se fazia presente, no entanto em condições que impossibilitavam o reconhecimento e leitura da informação.

Lixeiras

No levantamento realizado observou-se que em Araruna apenas as praças Nossa Senhora do Rocio e dos Funcionários são mobiliadas com lixeiras, o que reflete o descuido e o não zelo com a coisa pública.

Este mobiliário nas praças ararunenses é do tipo cesto aramado e recebeu conceito regular devido à quantidade reduzida e falta de conservação.

Localização

Para avaliar este item analisou-se a posição do logradouro em relação aos centros habitados – se próximo ou distante - e a facilidade de acesso. Dessa forma, duas das praças de Araruna foram consideradas regulares quanto à localização, uma vez que atendem satisfatoriamente apenas ao primeiro requisito, de proximidade com centros habitados, mas apresentam dificuldades de acesso, em função de serem margeadas por rodovias movimentadas e cruzamento de vias; uma obteve conceito bom, neste caso embora o logradouro esteja próximo de rodovia, apresenta uma avenida que o margeia e, dessa forma, torna o trajeto mais seguro para acessar a praça; e duas foram consideradas ótimas, pois são de fácil acesso e/ou circundadas por habitações.

Luminárias

As cinco praças existentes na cidade de Araruna possuem luminárias altas, no entanto as luminárias do tipo rebaixadas estão presentes apenas na Praça Nossa Senhora do Rocio.

Na avaliação qualitativa das luminárias considerou-se principalmente o grau de atendimento ao objetivo precípua, estando dessa forma subentendidas a sua localização e a sua conservação. Como diagnosticado no levantamento quantitativo todas as praças de Araruna contam com sistema de iluminação alta, e para esse quesito foram consideradas em boas condições. As luminárias altas são do tipo superposte com luminárias fechadas tipo

pétalas e encimadas por “trevo”, e poste telecônico curvo duplo com luminárias fechadas; as luminárias rebaixadas estão presentes apenas na Praça Nossa Senhora do Rocio, sendo do tipo poste decorativo com três globos, e refletores, que receberam conceito regular em função da quantidade reduzida e localização (concentradas em alguns pontos quando outros espaços da praça carecem de mais iluminação).

Obras de arte

As obras de arte, aqui consideradas como esculturas e monumentos, estão presentes em duas das praças ararunenses. Destaca-se a escultura de uma arara presente na Praça Nossa Senhora do Rocio, a qual junto com a gruta configura-se em um dos principais atrativos de contemplação e visitação do logradouro. Quanto ao monumento, trata-se de uma estrutura em concreto que referencia benfeitorias urbanistas realizadas no Conjunto Habitacional Beija Flor, no qual se localiza a Praça sem denominação nº 2.

Para a avaliação deste elemento atentou-se à significância da obra, conservação e inserção no conjunto da praça.

Os elementos presentes na Praça Nossa Senhora do Rocio receberam conceito bom, pois se trata de duas esculturas em concreto armado, uma que representa a espécie de arara que deu origem ao nome da cidade, e a outra que simboliza a evolução temporal, ambas em condições satisfatórias de conservação, pois foram inseridas quando do processo de revitalização do logradouro ocorrido no ano de 2011; no entanto, sobre essa segunda escultura, não há informação de significância da obra e de sua inserção no conjunto da praça, fato que impossibilitou o conceito ótimo; a segunda localizada no Conjunto Habitacional Beija Flor é dotada de um monumento que faz menção às obras de asfalto, galerias e pavimentação do referido conjunto, obtendo conceito regular por apresentar danificações causadas por ações vandálicas.

Paisagismo

Na avaliação realizada três praças ararunenses receberam conceito regular para o quesito paisagismo, o que se deve à falta de criatividade para a inserção e manutenção do verde no conjunto; uma praça obteve conceito péssimo, pois além da falta de criatividade e embelezamento há também a carência de verde; e outra foi considerada em boas condições,

pois a preocupação e o cuidado com a locação das diferentes espécies estão mais evidentes nesses logradouros.

Parque infantil

O parque infantil está presente apenas na Praça Nossa Senhora do Rocio e se configura, assim como a ATI, em um dos atrativos mais utilizados do logradouro.

Esse mobiliário obteve conceito bom, pois se encontra em espaço reservado, cercado por tela do tipo alambrado e os brinquedos estão em bom estado de conservação e diversidade. Ficam apenas algumas ressalvas pelo fato de os mesmos estarem assentados sobre uma camada de areia que pode apresentar algum tipo de contaminação ocasionada por fezes de animais e/ou por material orgânico, como folhas, galhos e insetos que se acumulam na areia.

Quiosque de alimentação ou similar

Por ocasião do levantamento evidenciou-se que estavam sendo construídos quatro quiosques de alimentação na Praça Nossa Senhora do Rocio. Todavia, pelo fato de ainda não estarem desenvolvendo o objetivo precípua, esse tipo de equipamento foi considerado como inexistente nas praças ararunenses.

Segurança

Com relação à segurança três das praças ararunenses foram consideradas boas, principalmente porque se localizam em área residencial ou central da *urbe*, e ainda tem-se o fator de tratar-se de uma pequena cidade, onde os índices e as formas de violência são menores; duas foram classificadas como regulares, pelo fato de estarem localizadas próximas a rodovias, sendo elas os mesmos logradouros considerados regulares no quesito localização.

Templo religioso

Das cinco praças ararunenses, apenas a Nossa Senhora do Rocio apresenta equipamento de caráter religioso em seu espaço, trata-se de uma gruta em homenagem a

Nossa Senhora do Rocio, a qual nomina o logradouro em questão. A construção da gruta faz parte das atividades de revitalização da praça ocorrida em 2011.

Traçado dos caminhos

Nesta avaliação três praças obtiveram conceito bom por apresentarem caminhos em boas condições de manutenção, com desenhos criativos, onde o transeunte pode optar por trajetos mais rápidos ou vagarosos, possibilitando o passeio; duas foram consideradas regulares principalmente em função da manutenção precária e desenho que dificulta o transitar de pessoas com capacidade de movimento reduzida.

Quanto à ocorrência de equipamentos e/ou mobiliários junto às praças de Araruna, esses se apresentam da seguinte forma: equipamentos e/ou mobiliário de alta ocorrência bancos, iluminação e caminhos (70 a 100%); de média ocorrência edificação institucional, bebedouros, estrutura para terceira idade, identificação do logradouro, lixeiras e obra de arte (69 a 35%); e de baixa ocorrência espelho d'água, parque infantil e templo religioso (1 a 34%). Dos dez equipamentos e/ou mobiliário inexistentes destaca-se a ausência de quadras esportivas, de utilidade na realidade das pequenas cidades, tendo em vista as poucas possibilidades de lazer e recreação gratuitas existentes. E ainda, as quadras esportivas configuraram-se como elementos que possibilitam e estimulam a sociabilização dos frequentadores.

Com a avaliação qualitativa de equipamentos e/ou mobiliário presentes nas praças de Araruna, evidencia-se que 5% foram considerados em péssimas condições; 39% em estado regular; 51% em bom estado e 5% em condições ótimas, sendo essa avaliação baseada no conceito obtido por cada item de forma individual por logradouro, ou seja, a condição que o equipamento e/ou mobiliário se apresenta ao usuário.

A partir da avaliação realizada calculou-se a média aritmética simples, da qual se obteve uma nota final e, conseqüentemente, um conceito, que permitiu classificar as praças ararunenses em diferentes estados de conservação. Em uma escala de 0 a 4 pontos onde (0 —| 1,0 ↔ péssimo; 1,0 —| 2,0 ↔ regular; 2,0 —| 3,0 ↔ bom; 3,0 — 4,0 ↔ ótimo) a Praça Nossa Senhora do Rocio obteve média final de 2,56 pontos, e a Praça Josefina Rorato de 2,27 pontos, classificadas em bom estado; a Praça dos Funcionários, sem denominação nº 1 (conhecida como a Praça da Biblioteca Cidadã) e nº 2 (localizada no Conjunto Habitacional

Beija Flor) obtiveram respectivamente 1,91, 1,00 e 1,68 pontos classificadas como em condições regulares de conservação, ou seja, duas praças de Araruna foram consideradas em bom estado e três em estado regular.

Nenhuma praça avaliada conjuntamente com todos os seus equipamentos e/ou mobiliário recebeu conceito como estando em péssimas ou ótimas condições, embora se os tenha encontrado nessa situação quando avaliados individualmente dentro de alguns logradouros.

5.2.1 Levantamento da vegetação presente nas praças de Araruna

Nas praças ararunenses, entre plantas arbóreas, frutíferas, arvoretas, palmeiras, arbustivas e herbáceas foram identificadas a presença de 31 espécies, relacionadas a 30 gêneros, distribuídas em 21 famílias botânicas, sendo que destas 67,7% são exóticas e 32,3% nativas. Das exóticas 28,6% são classificadas pela Portaria IAP 125/2009 como exóticas invasoras.

Constatou-se que três espécies representam 46,8% do total da arborização das praças de Araruna, onde *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz (sibipiruna) representa 29,4%; *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro) 8,9% e *Livistona chinensis* (Jacq.) R. Br (palmeira-de-leque) 8,5%.

De maneira segmentada por espécies arbóreas, frutíferas, arvoretas, palmeiras e herbáceas, evidenciaram-se nas praças de Araruna 14 diferentes espécies arbóreas, que totalizam 155 indivíduos, sendo que *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz (sibipiruna) e *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro) representam juntas 58,1% do total (Tabela 23); as espécies frutíferas ocorrentes foram quatro, sendo sete indivíduos de *Pachira aquatica* Aubl (monguba; cacau-selvagem), dois exemplares de *Eriobotrya japonica* Lindley (ameixa-japonesa), um de *Citrus limonia* Osbeck (limão) e um de *Psidium guajava* L. (goiaba) (Tabela 24).

Com relação às palmeiras, registraram-se 36 indivíduos em quatro diferentes espécies, sendo as de maior ocorrência *Livistona chinensis* (Jacq.) R. Br. (pameira-leque) e *Dypsis lutescens* (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf. (areca-bambu) com 20 e oito indivíduos respectivamente (Tabela 25).

Identificaram-se três diferentes espécies de arvores nas praças de Araruna: *Cycas circinalis* L. (cica; cicás; palmeira-samambaia), com cinco exemplares; *Lagerstroemia indica* L. (resedá; flor-de-natal) e *Murraya paniculata* (L.) Jack (murta) ambas com um exemplar.

Tabela 23 – Relação de espécies vegetais arbóreas das praças de Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Apocynaceae	<i>Aspidosperma cylindrocarpon</i> Müll. Arg.	peroba-poca	03	N.	s/v
Araucariaceae	<i>Araucaria angustifolia</i> (Bertol) Kuntze	pinheiro-do-paraná	06	N.	9471
Araucariaceae	<i>Araucaria columnaris</i> (Forst.) Hook.	pinheiro-de-natal	01	E.	8444
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	16	N.	1187
Bignoniaceae	<i>Spathodea campanulata</i> P.Beauv	bisnagueira	01	E.I.	4886
Dileniaceae	<i>Dillenia indica</i> Blanco	árvore-do-dinheiro; árvore-da-pataca	05	E.	s/v
Fabaceae	<i>Peltophorum dubium</i> (Spreng.) Taub.	canafístula	14	N.	7025
Fabaceae	<i>Clitoria fairchilaliana</i> R.A. Howard	sombreiro, sombra-de-vaca	01	N.	2143
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	69	N.	8217
Fabaceae	<i>Tipuana tipu</i> (Benth.) Kuntze	tipuana	02	E.	281
Melastomataceae	<i>Tibouchina granulosa</i> (Desr.) Cogn.	quaresmeira	10	N.	4732
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	21	E.I.	4863
Pinaceae	<i>Pinus</i> sp.	pinus	04	E.I.	s/v
Strelitziaceae	<i>Ravenala madagascariensis</i> J. F. Gmel.	árvore-do-viajante	02	E.	s/v

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

Tabela 24 – Relação de espécies vegetais frutíferas das praças de Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Malvaceae	<i>Pachira aquatica</i> Aubl.	monguba; cacau-selvagem	07	N.	4137
Myrtaceae	<i>Psidium guajava</i> L.	goiaba	01	E.I.	7273
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> Lindley	ameixa-japonesa	02	E.I.	9428
Rutaceae	<i>Citrus limonia</i> Osbeck	limão-rosa	01	E.I.	8001

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

Tabela 25 – Relação de espécies de palmeiras das praças de Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Areaceae	<i>Dypsis lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	areca-bambu	08	E.	8446
Areaceae	<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br.	palmeira-de-leque-da-china	20	E.	1164
Areaceae	<i>Archontophoenix</i> cf. <i>alexandrae</i> (F. Muell.) H. Wendl. & Drude	palmeira-real; palmeira-da-rainha	06	E.	s/v
Areaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassman	jerivá; coco-de-cachorro	02	N.	9357

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

Quanto às herbáceas, identificaram-se seis diferentes espécies, sendo estas em sua maioria decorrentes do plantio aleatório realizado pela população residente no entorno dos logradouros (Tabela 26).

Tabela 26 – Relação de espécies vegetais herbáceas das praças de Araruna. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Amaranthaceae	<i>Celosia cristata</i> L.	crista-de-galo	02	E.	901
Euphorbiaceae	<i>Jatropha multifida</i> Linn.	jatrofa	01	E.	2237
Gesneriaceae	<i>Antirrhinum majus</i> L.	boca-de-leão	01	E.	9519
Iridaceae	<i>Belamcanda chinensis</i> (L.) Redouté	flor-leopardo	09	E.	5231
Lamiaceae	Indeterminada	alfavaca	01	E.	s/v
Lamiaceae	<i>Salvia splendens</i> Sellow ex Roem & Schult.	salvia	12	N.	9472

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 06/07/2011.

Destaca-se quanto à vegetação das praças de Araruna o registro das espécies *Psidium guajava* L. (goiaba), *Pinus* sp. (pinus) e *Eriobotrya japonica* Lindley (ameixeira), as quais são enquadradas pela Portaria IAP 125/2009 como indivíduos exóticos invasores, na categoria II (espécies utilizadas em sistema de produção e com valor comercial, que podem ser criadas ou cultivadas em condições controladas sob-regulamentação específica).

Quanto ao estado geral e conservação da vegetação, a Praça Nossa Senhora do Rocio e Praça dos Funcionários auferiram conceito bom, pois a vegetação densa, com indivíduos de porte arbóreo configura-se como um dos atrativos ao afluxo de pessoas, ficando algumas ressalvas quanto à locação aleatória e/ou escolha das espécies; e as praças Josefina Rorato,

sem denominação nº 1 e nº 2 foram consideradas regulares para esse quesito, estando o índice insatisfatório relacionado à precariedade de áreas sombreadas, restritas a certas partes do logradouro e/ou pelo fato da vegetação ainda não ter atingido porte arbóreo.

5.3 PRAÇAS DE ENGENHEIRO BELTRÃO

A cidade de Engenheiro Beltrão possui doze praças: Praça Aldevino Santiago, Praça Doutor Francisco Beltrão, Praça das Mães, Praça José Bernardo da Silva, Praça Joana Cavalcante de Melo, Praça Padre Hélio José da Costa, Praça Philomena Semensato Falcão e Praça Maria de Jesus Nogueira Geron, além de quatro praças que, até a realização deste levantamento, não estavam nominadas, as quais foram identificadas como Praça sem denominação nº 1 e nº 2, nº 3 e nº 4³.

Localização e entorno

Inicialmente assinala-se o maior número de praças existentes na cidade de Engenheiro Beltrão, doze, quando comparada com as cidades de Araruna, cinco, e Peabiru, três. A população das três cidades varia em torno de 13.000 habitantes.

Quanto à distribuição desses logradouros na malha urbana tem-se certo equilíbrio, visto que cinco praças localizam-se no núcleo inicial da cidade (área central), três estão mais ao norte e quatro localizam-se no extremo sul da cidade, em área periférica, constituída por conjuntos habitacionais com população em geral de baixa renda.

No entanto, a uniformidade limita-se à distribuição quantitativa, pois quando atenta-se a parâmetros qualitativos verifica-se a superioridade das praças localizadas nas áreas centrais em detrimento das periféricas.

Quanto ao entorno, oito praças engenheiro-beltrensenses configuram-se como residencial, trata-se em sua maioria das praças localizadas ao norte e ao sul da cidade, e quatro com entorno comercial.

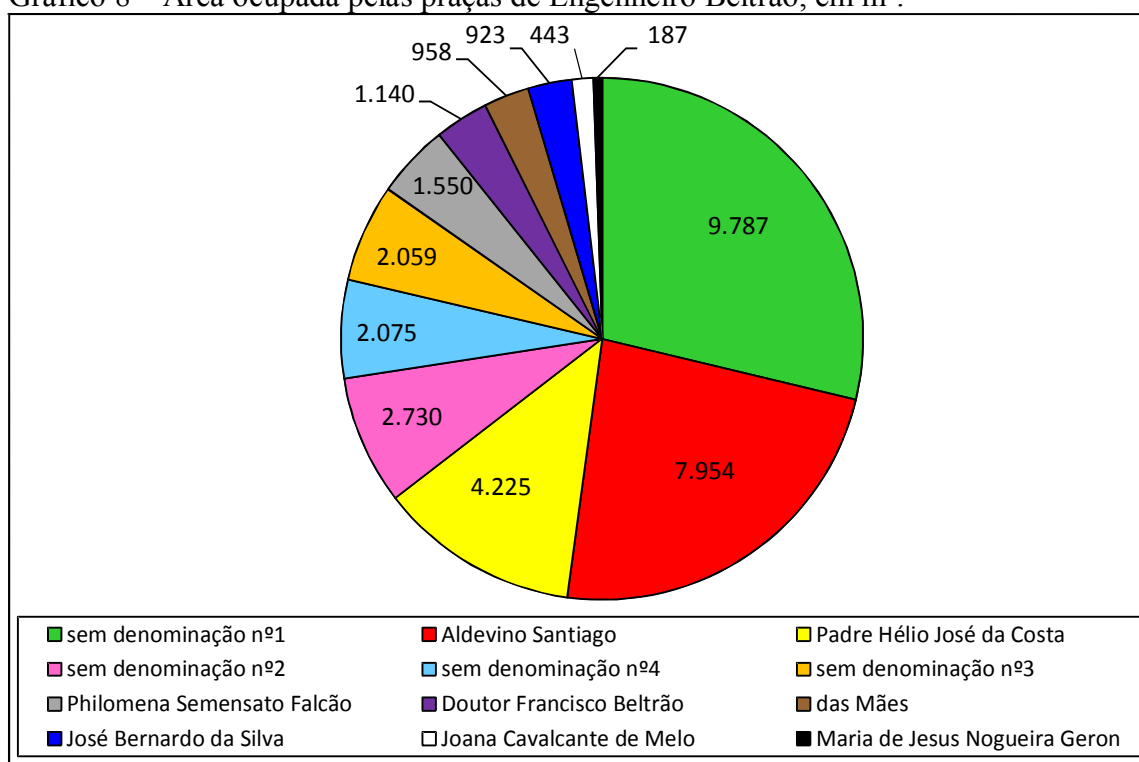
³ O levantamento florístico das praças de Engenheiro Beltrão foi realizado nos dias 5 de junho de 2011, 2 de fevereiro de 2012, e a avaliação quali-quantitativa dos equipamentos e estruturas nos dias 1 e 2 de fevereiro de 2012 e 2 e 18 de abril de 2012. O espaçamento e as variações nas datas dos levantamentos de vegetação e quali-quantitativos da infraestrutura foram necessários para que as às reformas, revitalizações e a criação de novos logradouros (praças) ocorridos entre o levantamento de campo inicial e a realização da enquete com a população fossem levados em consideração a fim de evitar divergências.

Forma geométrica, área ocupada e tipologia

Das doze praças da cidade de Engenheiro Beltrão sete, equivalente a 58,3%, tem forma triangular, na sua maioria espaços originários do parcelamento de lotes e cruzamentos de vias, que recebem algum tipo de urbanização e transformam-se em praças. Registraram-se ainda três praças, equivalente a 25,0%, com forma retangular, e duas praças, 16,7%, com forma quadrangular.

Quanto à área ocupada pelos logradouros, em Engenheiro Beltrão estas variam de aproximadamente 187 m² a 9.787 m² (Gráfico 8).

Gráfico 8 – Área ocupada pelas praças de Engenheiro Beltrão, em m².



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Em relação à tipologia, no levantamento realizado observou-se que a maioria das praças tem por objetivo principal as atividades de recreação, sendo onze logradouros, equivalente a 91,7%, classificados nessa categoria e uma, representando 8,3%, tida como de significação visual.

Bancos

Mobiliário comumente encontrado nas praças, os bancos em Engenheiro Beltrão estão presentes em 100,0% desses espaços (Gráfico 9).

Os bancos encontrados nas praças engenheiro-beltrensenses são confeccionados de diferentes tipos de material: bancos mistos de madeira e concreto, bancos de concreto e bancos de metal, alguns com apoio para as costas e outros não.

Nesta avaliação qualitativa 16,7% das praças de Engenheiro Beltrão tiveram seus bancos classificados como péssimos, devido ao estado de conservação precário, quantidade insuficiente, distribuição e locação inadequada; 50,0% foram considerados em condições regulares principalmente em função da quantidade insuficiente, danificações agravadas pela falta de manutenção e distribuição espacial inadequada em relação às áreas sombreadas; 33,3% considerados em bom estado, sobretudo por atenderem de forma satisfatória os quesitos de quantidade, distribuição e/ou conservação (Gráfico 10).

Bebedouros

Os bebedouros, mesmo quando se configuram por estruturas simples, como por exemplo, uma torneira ao nível do solo, costumam ser utilizados pelos frequentadores e/ou transeuntes dos espaços públicos. Na cidade de Engenheiro Beltrão esse mobiliário está presente em 33,3% das praças.

Para essa estrutura 50,0% das praças receberam conceito regular, pois em alguns casos o referido ponto de água encontrava-se ao nível do solo, localizado no meio de canteiros encobertos por vegetação e/ou sujos, fatores que dificultam a sua utilização; 25,0% obtiveram conceito bom por estarem elevados do solo facilitando o uso, no entanto ficaram algumas ressalvas em relação ao estado de conservação; 25,0% foram considerados ótimos, pois mesmo na simplicidade com que a estrutura se apresenta - um cano e uma torneira fixados a um pilar de alvenaria – encontram-se bem localizados e em bom estado de conservação e uso.

Caminhos/pisos

Estrutura necessária nos logradouros públicos, principalmente quando se trata de usuários portadores de necessidades especiais de locomoção, deficientes visuais, gestantes e

idosos. Os caminhos pavimentados estão presentes em 91,6% das praças engenheiro-beltrenses.

A partir dos critérios conservação, material empregado, funcionalidade e segurança 9,1% das praças de engenheiro-beltrenses tiveram seus pisos considerados em péssimas condições devido às condições precárias de conservação, recobertos por terra, areia e/ou mato, sendo, em muitos casos, difícil diferenciá-lo desses materiais; 54,5% foram classificados como regulares pela pouca funcionalidade e/ou apresentarem partes soltas, quebradas e/ou encobertos pela vegetação; 9,1% receberam conceito bom, por apresentarem-se de maneira geral em condições satisfatórias de uso, necessitando apenas atividades de conservação mais periódicas, e 27,3% foram considerados em ótimas, esses se referem a logradouros novos e/ou revitalizados recentemente.

Os pisos encontrados nas praças de Engenheiro Beltrão são do tipo placas de concreto, piso-cimento, *petit pavé*, lajota rústica e blocos pré-fabricados intertravados.

Conservação

Para esta avaliação considerou-se o estado geral da praça – equipamentos e/ou mobiliário, varrição, limpeza. Dessa forma, 41,7% das praças foram consideradas péssimas, pois há estruturas danificadas, não há atividades de limpeza rotineiras no logradouro, e como agravante o espaço público acaba em alguns casos servindo como depósito de resíduos para as residências e estabelecimentos circunvizinhos; 41,7% foram consideradas regulares por também haver equipamentos e/ou mobiliário danificados, no entanto em menor expressividade que nas anteriores, sendo a questão limpeza o principal problema desses logradouros; 8,3% encontravam-se em bom estado, ficando algumas ressalvas quanto ao asseio; (58,3% das praças de Engenheiro Beltrão não possuem lixeiras, como já apresentado na avaliação quantitativa, um equipamento simples que poderia amenizar tal situação); e 8,3% foram consideradas ótimas, pois trata-se de logradouro recém-criado e/ou revitalizado.

Edificação Institucional

Em Engenheiro Beltrão as edificações institucionais estão presentes em duas praças: na Praça Aldevino Santiago encontra-se a Pré-escola Municipal Pingo de Gente, a Associação

Comercial e Industrial da cidade e um espaço para eventos; e na Praça em denominação nº 4 um salão comunitário, equivalente a 16,7% dos logradouros.

Estacionamento

Das doze praças de Engenheiro Beltrão três delas, equivalente a 25,0%, possuem estacionamento. Um desses logradouros – Praça Doutor Francisco Beltrão - é ponto de encontro de jovens nos finais de semana.

Para esta avaliação consideraram-se os critérios de conservação, sombreamento e segurança, dessa forma esta estrutura foi considerada em bom estado em todas as praças.

Estrutura para terceira idade

Em Engenheiro Beltrão as estruturas para a terceira idade se fazem presentes em 66,7% das praças, configurando-se em pistas de malha, mesas para jogos e ATI's.

Em 12,5% dos logradouros esse mobiliário foi considerado como péssimo, por não apresentarem condições de uso. De maneira específica relata-se o caso da praça sem denominação nº 4, em que a quadra de bocha tem servido de depósito de material de construção civil; 50,0% foram consideradas regulares devido à precariedade e limitação das estruturas existentes, em alguns casos uma mesa com banquinhos em concreto em condições não favoráveis de conservação e uso; 25,0% foram classificadas como boas em função das estruturas que oferecem (ATI's que precisam de concertos e manutenções; pista de malha recentemente implantada); e 12,5% consideradas ótimas em função das estruturas e excelente estado de conservação.

Estrutura para a prática de exercícios físicos

As estruturas para a prática de exercícios físicos constituem-se por composições simples e de pouco custo, mas que quando presentes maximizam as funções e a frequência de usuários no logradouro público. Esse mobiliário está presente nas praças sem denominação nº 3 e nº 4, trata-se de um aparelho de barra. Qualitativamente foi classificado como péssimo, devido à inexpressiva quantidade e tipologia, existe apenas um aparelho de barra localizado

em meio aos brinquedos do parque infantil. Esse mobiliário encontra-se alocado em local sem pavimentação, desvalorizando a sua utilidade e o interesse dos usuários.

Identificação do logradouro

Manter viva a história de uma cidade é também manter a sua cultura. Muito do “ontem” se faz necessário para a compreensão do “hoje”, e a identificação dos logradouros públicos faz parte desse registro de memória da *urbe*. No entanto, em Engenheiro Beltrão apenas quatro praças, equivalente a 33,3%, possuem algum tipo de identificação.

Lixeiras

Mesmo sendo um mobiliário de grande necessidade em espaços públicos, as lixeiras ficaram classificadas como elementos de média ocorrência nas praças de Engenheiro Beltrão, estão presentes em 41,7% dos logradouros.

Na avaliação qualitativa, 40,0% das praças engenheiro-beltrenses receberam conceito péssimo para esse mobiliário, devido principalmente ao modelo incompatível com o espaço, pois em algumas praças foram encontradas lixeiras em ferro, com grandes vãos o que impede a deposição de resíduos de pequeno volume, por exemplo, latas de bebidas e papéis em geral; quantidade insuficiente e algumas localizadas em pontos de difícil visualização, longe do local de permanência dos frequentadores. Receberam conceito bom 20,0% das praças, estas não atenderam de maneira satisfatória o quesito conservação; 40,0% auferiram conceito ótimo, pois se encontravam em quantidade suficiente, tipo e distribuição adequada e bom estado de conservação. As lixeiras encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão são do tipo lixeira de rua, cesto aramado, tela moeda e metal perfurado.

Localização

Quanto à localização 25,0% das praças foram consideradas regulares, pelo fato de apresentarem uma área relativamente pequena e serem margeadas em pelo menos um dos lados por via de trânsito rápido, dificultando o acesso e a segurança pela proximidade com a via; 66,7% foram consideradas com boa localização, em sua maioria são praças situadas em

áreas com entorno residencial habitado e facilidade de acesso; 8,3% foram consideradas ótimas por estarem na área central e possuírem extensa área destinada ao logradouro.

Luminárias

Com objetivos de conferir segurança, maior período de aproveitamento do logradouro e valorização deste e do entorno a presença de luminárias foi registrada em todas as praças engenheiro-beltrensenses.

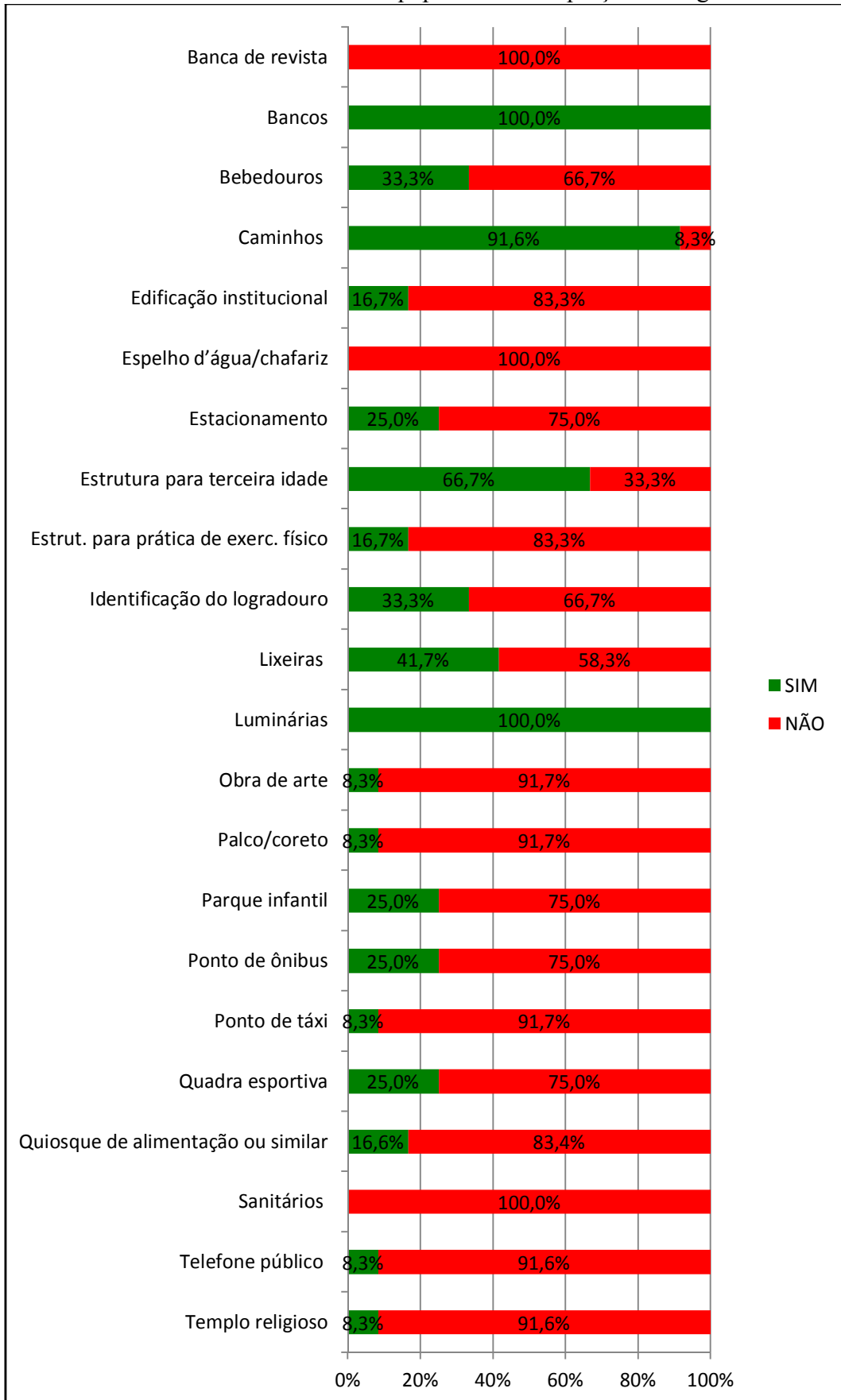
Os tipos de luminárias presentes nas praças de Engenheiro Beltrão são: superposte com luminárias fechadas tipo pétalas (alta) e poste com dois globos (rebaixada). As luminárias altas foram consideradas regulares em 37,5% das praças, por não atenderem satisfatoriamente ao objetivo a que se propõem em função da quantidade e da distribuição; e 62,5% foram classificadas como em bom estado, garantindo iluminação ao logradouro.

Das praças equipadas com luminárias rebaixadas 16,7% foram consideradas em péssimo estado por estarem presentes em quantidade insuficiente e obstruídas pela vegetação, consequentemente não atendendo ao objetivo a que se propõem; 16,7% foram consideradas como regulares por apresentarem-se em quantidade insuficiente e concentradas em pontos específicos; 16,7% obtiveram conceito bom por atenderem de forma satisfatória os critérios de conservação, locação e atendimento ao objetivo, ficando algumas ressalvas quanto à quantidade; 50,0% foram consideradas em ótimo estado de conservação, pois se encontravam em condições apropriadas de quantidade e conservação.

Obras de arte

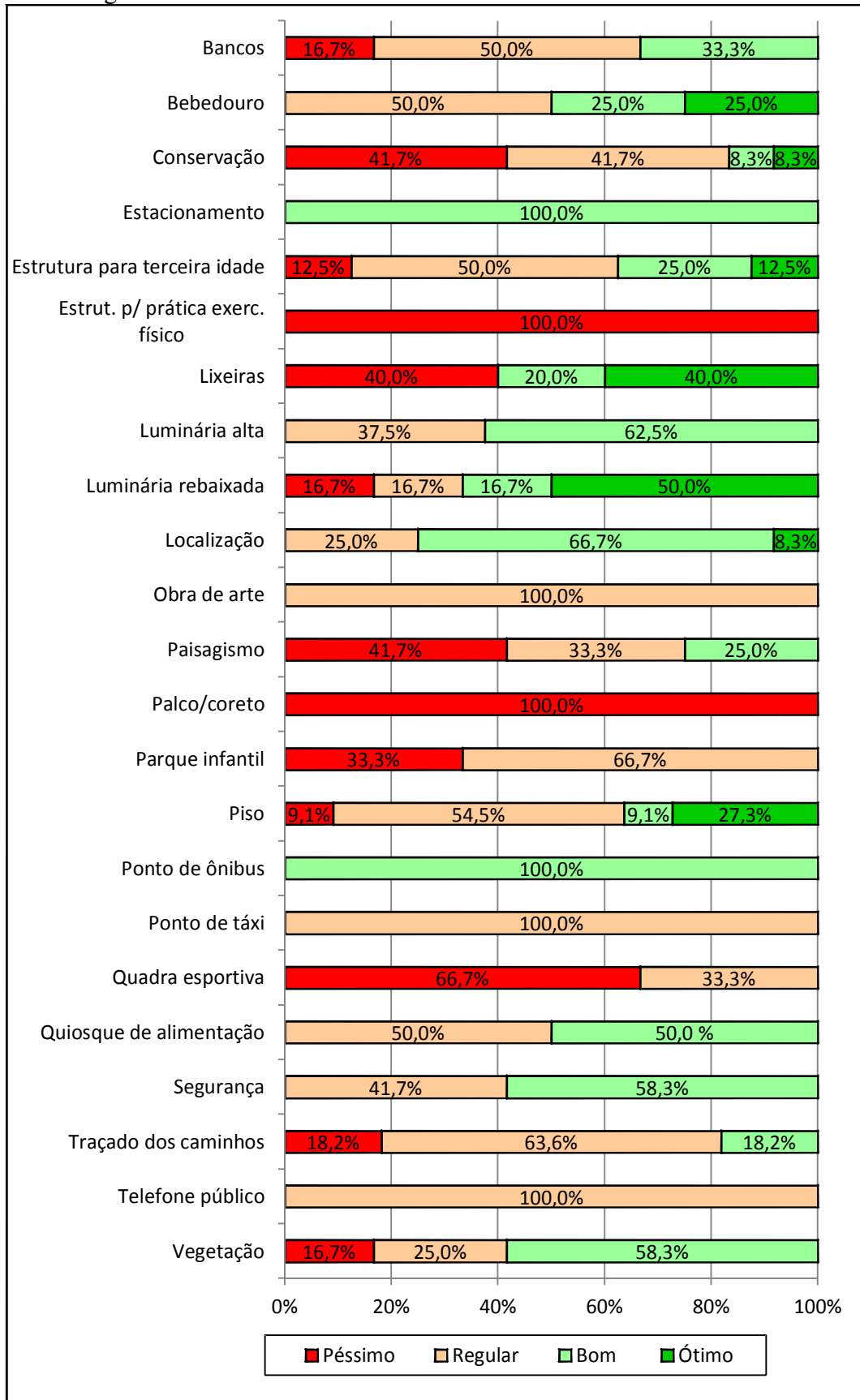
Elementos que têm por função embelezar e/ou representar fatos da *urbe*, as obras de arte, aqui também entendidas enquanto monumentos, se fazem presentes apenas em uma das praças de Engenheiro Beltrão - Praça Philomena Semensato Falcão -, e trata-se de um relógio, o qual foi classificado como regular, pois não atende ao objetivo precípua, não estando em funcionamento.

Gráfico 9 – Ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos nas praças de Engenheiro Beltrão.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Gráfico 10 – Avaliação qualitativa de mobiliário e/ou equipamentos ocorrentes nas praças de Engenheiro Beltrão.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Paisagismo

Como apresentado por De Angelis (2000) o paisagismo é uma arte e como tal carece de conhecimentos diversos quanto às espécies a serem inseridas no logradouro, de modo que o não entendimento dessas variáveis redundam em praças desordenadas que, em vez de tornarem a paisagem mais harmônica e agradável visualmente, acabam por transformá-la em um depósito de plantas.

Na avaliação realizada na cidade de Engenheiro Beltrão, 41,7% das praças foram consideradas péssimas nesse quesito, pois se trata de ambientes pobres em estética, criatividade e em alguns casos até mesmo carentes de verde, estão aquém de um depósito de plantas como mencionado anteriormente; 33,3% foram classificadas como regulares, pois neles há monotonia e repetição exaustiva de poucas espécies; 25,0% foram consideradas boas, pois se evidencia harmonia e criatividade na inserção do verde no conjunto, com alternâncias entre áreas pavimentadas e não pavimentadas, sequência na distribuição das espécies e linhas sinuosas nos canteiros.

Palco/Coreto

Os palcos e coretos geralmente servem de cenário para atividades artísticas e culturais, sendo que nas praças engenheiro-beltrenses estão presentes apenas na Praça Aldevino Santiago.

Esse mobiliário foi considerado em péssimo estado devido à precariedade de conservação e limpeza. É constante a presença de andarilhos e indigentes nesse local, fato que, segundo a opinião de alguns cidadãos, inibe a presença e até a passagem de outros usuários/frequentes na praça. Nos trabalhos de campo evidenciou-se que o coreto é um lugar sujo e malcheiroso devido à presença de dejetos de pombos, falta de asseio e limpeza periódica.

O coreto da Praça Aldevino Santiago, criado no início dos anos 1980, é misto, partes em alvenaria e partes em madeira.

Parque infantil

Os parques infantis estão presentes em 25,0% das praças de Engenheiro Beltrão, sendo todas elas localizadas na área periférica da cidade, como se nas outras partes da cidade não houvesse crianças e a necessidade deles. Destaca-se que durante os trabalhos de campo não foram poucas as vezes que, devido à falta de um atrativo adequado, viram-se crianças fazendo uso das ATI's, com riscos de lesão devido à incompatibilidade entre os aparelhos e a estatura delas.

O parque infantil, além de estar entre os itens de baixa ocorrência nas praças de Engenheiro Beltrão, dos existentes, 33,3% encontra-se em péssimo estado de conservação. A precariedade chega ao ponto de, em alguns casos, tornar-se difícil identificar o tipo de brinquedo de que se trata, sem falar que estão alocados em área não protegida; 66,7% foram considerados regulares, por haver brinquedos quebrados (em menor número que da classificação anterior) e também em área não protegida.

Ponto de ônibus e táxi

Os pontos de ônibus e táxi estão classificados como mobiliário de baixa ocorrência nas praças de Engenheiro Beltrão, 25,0% e 8,3% respectivamente.

Qualitativamente todos os pontos de ônibus obtiveram conceito bom por estarem localizados juntos à praça e possuírem abrigo, ficando algumas ressalvas em relação ao estado de conservação, devido a pichações, ferrugens e danos na pintura.

O ponto de táxi, presente em apenas uma praça, foi considerado regular, pois não há nenhuma forma de abrigo além da sombra promovida pela vegetação arbórea.

Quadra esportiva

Mobiliário urbano que possibilita o lazer ativo e a sociabilização, as quadras esportivas estão presentes em 25,0% das praças engenheiro-beltrensenses. Todas as quadras são de areia e estão alocadas junto aos logradouros da área periférica da cidade, nos Conjuntos Habitacionais Paulo Grandi e Paraíso das Rosas. Fato que faz com que grande parte da cidade fique desprovida desse tipo de equipamento.

As quadras são mal conservadas e não cercadas. Em algumas praças, além da falta de isolamento, o mato e a vegetação rasteira estão invadindo o espaço. Dessa forma, 33,3% foram consideradas regulares e 66,7% foram consideradas em péssimas condições.

Quiosque de alimentação ou similar

Os quiosques de alimentação caracterizam-se na sua maioria pelo comércio de lanches rápidos, configura-se como um dos atrativos responsáveis pelo afluxo rotineiro de usuários às praças, propiciando o que se chama de lazer gastronômico. No levantamento quantitativo realizado constatou-se que na cidade de Engenheiro Beltrão as praças providas com quiosques de alimentação são, a Praça Philomena Semensato Falcão e a Praça Aldevino Santiago, ambas localizadas na área central.

A Praça Philomena Semensato Falcão possui um quiosque fixo em alvenaria, localizado no interior do logradouro, comercializa lanches e sorvetes, e obteve conceito bom na avaliação qualitativa. Os fatores considerados foram higiene, estética e localização. A outra praça é a Aldevino Santiago, nesse caso são quatro quiosques de tipos distintos, trailer, carrinho e barraca. Um desses estabelecimentos comercializa lanches e bebidas em geral, outro se destina a venda de caldo de cana, e os outros dois vendem principalmente bebida alcoólica. Assim, em função das condições precárias quanto às instalações e estética da maior parte destes pontos, os mesmos foram classificados como regulares.

Segurança

Em matéria de segurança 41,7% das praças de Engenheiro Beltrão foram consideradas regulares devido a fatores relacionados com baixa frequência de pessoas em alguns horários e pelo estado de conservação precário, o que acaba atraindo população de rua e favorecendo a prática de atividades ilícitas; a maioria das praças, 58,3% foram avaliadas como seguras, principalmente em função da localização, conservação do logradouro e aspectos da vida social característicos de uma pequena cidade, auferindo conceito bom.

Telefone público

Em Engenheiro Beltrão apenas a Praça Philomena Semensato Falcão, localizada na área central, possui este tipo de mobiliário. O mesmo obteve conceito regular por não atender de maneira satisfatória, o quesito estado de conservação, pois quando da realização desta avaliação uma das estruturas que recobre o aparelho telefônico estava solta do chão, oferecendo perigo para os usuários.

Templo religioso

É comum a associação de templos religiosos às praças, sendo a origem destas no Brasil devido ao adro das igrejas. No caso da cidade de Engenheiro Beltrão esse equipamento urbano está presente na Praça Padre Hélio José da Costa.

Traçado dos caminhos

Nesta avaliação, 18,2% das praças obtiveram conceito péssimo por estarem em condições precárias de manutenção e não apresentarem funcionalidade; 63,6% das praças obtiveram conceito regular por apresentarem sinais de caminhos alternativos nos canteiros criados pelos transeuntes, o que evidencia a pouca funcionalidade de localização e desenho dos trajetos pavimentados, desenhos monótonos, em alguns pontos estreitos e íngremes e/ou de pouca funcionalidade, condicionando o acesso apenas a algumas partes do logradouro; 18,2% foram consideradas em bom estado para esse quesito, ficando algumas observações quanto à largura e/ou ao estado de conservação.

Como conclusão do levantamento quantitativo dos equipamentos e mobiliário presentes nas praças de Engenheiro Beltrão, tem-se que: são itens de alta ocorrência (70 a 100%), bancos, iluminação e caminhos; de média ocorrência (35 a 69%), lixeiras e estruturas para a terceira idade; e com baixa ocorrência (1 a 34%), identificação do logradouro, quadra esportiva, edificação institucional, estrutura para a prática de exercícios físicos, bebedouro, estacionamento, obra de arte, palco/coreto, parque infantil, ponto de ônibus e táxi, quiosque de alimentação, telefone público e templo religioso. Dos vinte e dois itens que foram tomados como referência metodológica para o levantamento quantitativo de equipamentos e/ou

mobiliário das praças, três deles não foram diagnosticados em nenhuma das praças de Engenheiro Beltrão: banca de revista, espelho d'água/chafariz e sanitários.

Sistematizados os dados desta análise qualitativa, verificou-se que dos equipamentos e/ou mobiliário encontrados nas praças de Engenheiro Beltrão, quando avaliados de forma individual e não agrupados por tipologia, 19% foram considerados em péssimas condições; 39% em estado regular; 34% em bom estado e 8% em condições ótimas.

Dos 19% de equipamentos e/ou mobiliários em condições desfavoráveis presentes nas praças engenheiro-beltrensenses, 13% estão localizadas pontualmente nas praças afastadas da região central, em conjuntos habitacionais onde reside população de limitado poder aquisitivo.

A partir do cálculo da média aritmética simples dos conceitos atribuídos aos equipamentos e/ou mobiliário presentes nas praças de Engenheiro Beltrão, e tendo em vista a escala apresentada nos referenciais metodológicos onde (0 —| 1,0 ↔ péssimo; 1,0 —| 2,0 ↔ regular; 2,0 —| 3,0 ↔ bom; 3,0 — 4,0 ↔ ótimo) verificou-se que 25,0% das praças engenheiro-beltrensenses obtiveram média inferior a 1,0 sendo portanto consideradas péssimas; 41,7% obtiveram conceito entre 1,0 e 2,0 e foram, dessa forma, classificadas como regulares; 33,3% auferiram notas entre 2,0 e 3,0 e foram classificadas como boas. Nenhuma praça avaliada conjuntamente com todos os seus equipamentos e/ou mobiliário recebeu conceito ótimo, mesmo que se tenha encontrado-os nessa situação quando avaliados individualmente dentro de algumas praças.

As praças classificadas como péssimas são as praças sem denominação nº1 localizada no Conjunto Habitacional Paraíso das Rosas que atingiu (0,85 pontos), a praças sem denominação nº 3 e nº 4 ambas localizadas no Conjunto Habitacional Paulo Grandi e obtiveram respectivamente 0,76 e 0,91 pontos. Com conceito final regular estão as praças Aldevino Santiago (1,28 pontos), Praça Padre Hélio José da Costa (1,62 pontos), Praça das Mães (1,95 pontos) Praça José Bernardo da Silva (1,90 pontos) e a praça sem denominação nº 2, localizada no Conjunto Paulo Grandi (1,11 pontos). Considerada em boas condições estão a Praça Maria de Jesus Nogueira Geron (2,66 pontos), Praça Philomena Semensato Falcão (2,35 pontos), Praça Doutor Francisco Beltrão (2,30 pontos) e a Praça Joana Cavalcante de Melo (2,11 pontos).

As três praças que correspondem aos 25,0% de logradouros em péssimo estado localizam-se em conjuntos habitacionais onde reside em geral população de baixo poder econômico.

5.3.1 Levantamento da vegetação presente nas praças de Engenheiro Beltrão

Quanto à vegetação, foram identificadas nas praças engenheiro-beltrensenses 49 espécies, relacionadas a 45 gêneros e distribuídas em 27 famílias botânicas, destas 73,5% são espécies exóticas. Dos 435 indivíduos existentes nas praças de Engenheiro Beltrão, 205, equivalente a 47,1%, pertencem a três espécies: *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz (sibipiruna) 21,6%; *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro) 15,4% e *Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch (oiti) 10,1%.

Em relação às espécies arbóreas encontradas nas praças engenheiro-beltrensenses tem-se que dos 215 indivíduos existentes, 74,9% referem-se apenas a duas espécies: *Poincianella pluviosa* var. *peltophoroides* (Benth.) L. P. Queiroz (sibipiruna) e *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro), com respectivamente 43,7% e 31,2% (Tabela 27).

Tabela 27 – Distribuição quantitativa das espécies arbóreas encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome vulgar	N°	Status	Voucher
Anacardiaceae	<i>Schinus molle</i> L.	chorãozinho; aroeira-salsa	19	N.	5863
Bignoniaceae	<i>Jacaranda mimosifolia</i> D. Don	jacarandá-mimoso	02	E.	183
Bignoniaceae	<i>Handroanthus heptaphyllus</i> Mattos	ipê-roxo	02	N.	1187
Bignoniaceae	<i>Tabebuia roseo-alba</i> (Ridl.) Sandwith.	ipê-branco	02	N.	9111
Caesalpinaceae	<i>Caesalpinia echinata</i> Lam.	pau-brasil	01	N.	6955
Cupressaceae	<i>Cupressus lusitanica</i> Mill.	cipreste	10	E.	5860
Fabaceae	<i>Delonix regia</i> (Boj. ex Hook.) Rafin.	flamboyant	03	E.	7300
Fabaceae	<i>Holocalyx balansae</i> Mich.	alecrim	03	N.	1898
Fabaceae	<i>Poincianella pluviosa</i> var. <i>peltophoroides</i> (Benth.) L. P. Queiroz	sibipiruna	94	N.	8217
Lauraceae	<i>Nectandra megapotamica</i> (Spr.) Mez	canela	03	N.	8065
Liliaceae	<i>Yucca elephantipes</i> Hort. ex Regel	iuca-elefante	02	E.	s/v
Moraceae	<i>Ficus benjamina</i> L.	figueira; ficus- benjamina	07	E.	145
Oleaceae	<i>Ligustrum lucidum</i> W. T. Aiton	alfeneiro	67	E.I.	4863

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 02/02/2012.

Em relação às frutíferas evidenciou-se a ocorrência 70 indivíduos distribuídos em cinco diferentes espécies. Sendo *Licania tomentosa* (Benth.) Fritsch (oiti; oiti-da-praia), com 44 indivíduos, a mais representativa (Tabela 28).

Tabela 28 – Distribuição quantitativa das espécies frutíferas encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Chrysobalanaceae	<i>Licania tomentosa</i> (Benth.) Fritsch	oiti; oiti-da-praia	44	N.	282
Lauraceae	<i>Persea americana</i> Mill.	abacateiro	05	E.	8110
Malvaceae	<i>Pachira aquatica</i> Aubl.	cacau-selvagem	11	N.	4137
Malvaceae	<i>Pachira glabra</i> Pasq.	castenheira	09	N.	1337
Rosaceae	<i>Eriobotrya japonica</i> L.	amexeira	01	E.I.	9428

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 02/02/2012.

Identificou-se a ocorrência de duas espécies de arvoretas nas praças engenheiro-beltrensenses: *Nerium oleander* L. (espírradeira; oleandro) e *Cycas circinalis* L. (cica; cicás) com respectivamente um e dois exemplares.

Quanto às palmeiras foram contabilizados 37 indivíduos, divididos em sete espécies, sendo *Livistona chinensis* (Jacq.) R. Br. (palmeira leque) e *Dypsis lutescens* (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf. (areca-bambu) com 11 e 10 exemplares, as mais representativas quantitativamente (Tabela 29).

Tabela 29 – Distribuição quantitativa das espécies de palmeiras encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Arecaceae	<i>Caryota urens</i> L.	palmeira-rabo-de-peixe	01	E.	8445
Arecaceae	<i>Dypsis lutescens</i> (H. Wendl.) Beentje & J. Dransf.	areca-bambu	10	E.	8446
Arecaceae	<i>Livistona chinensis</i> (Jacq.) R. Br.	palmeira-de-leque-da-china	11	E.	1164
Arecaceae	<i>Phoenix roebelenii</i> O'Brien	tamareira-de-jardim; tamareira-anã	03	E.	4845
Arecaceae	<i>Rhapis excelsa</i> (Thunb.) A. Henry ex Rehder	palmeira rafia	04	E.	s/v
Arecaceae	<i>Roystonea oleracea</i> (Jacq.) O. F. Cook	palmeira-imperial	05	E.	5468
Arecaceae	<i>Syagrus romanzoffiana</i> (Cham.) Glassm.	jerivá; coco-de-cachorro	03	N.	9357

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 02/02/2012.

Evidenciou-se a ocorrência de 16 espécies de arbustos nas praças de Engenheiro Beltrão, as quais totalizaram 88 indivíduos. A espécie *Duranta vestita* Jacq (pingo-de-ouro) teve seus dados quantitativos referenciados como indeterminados devido à impossibilidade de contagem por conta das suas características morfológicas (touceiras) (Tabela 30).

Em relação às herbáceas foram registradas a ocorrência de cinco espécies, sendo *Dietes bicolor* Sweet ex G.Don (moréia) e *Catharanthus roseos* (L.) G. Don (vinca-de-gato; boa-noite) com 7 e 6 indivíduos respectivamente, as mais representativas (Tabela 31).

Tabela 30 – Distribuição quantitativa das espécies arbustivas encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Adoxaceae	<i>Viburnum odoratissimum</i> Ker Gawl	viburno	03	E.	9512
Asparagaceae	<i>Dracena marginata</i> hort.	dracena	03	E.	s/v
Buxaceae	<i>Buxus sempervirens</i> L.	buxo	34	E.	s/v
Cupressaceae	<i>Chamaecyparis</i> sp.	cedrinho	13	E.	s/v
Ericaceae	<i>Rhododendron simsii</i> Planch.	azaléia	01	E.	9451
Euphorbiaceae	<i>Codiaeum variegatum</i> (L.) A. Juss.	cróton; folha-imperial	14	E.	4139
Laxmanniaceae	<i>Cordyline terminalis</i> (L.) Kunth.	cordilene; dracena-vermelha	02	E.	1077
Malvaceae	<i>Hibiscus rosa-sinensis</i> L.	hibisco	02	E.	9462
Oleaceae	<i>Ligustrum sinense</i> Lour.	alfeneiro-da-china	01	E.	940
Rubiaceae	Indeterminada	-----	03	E.	s/v
Solanaceae	<i>Nicotiana glauca</i> Graham	árvore-tabaco	01	E.	9513
Solanaceae	<i>Solanum scuticum</i> M. Nee	jurubeba	01	E.	4432
Verbenaceae	<i>Duranta vestita</i> Jacq.	pingo-de-ouro	Ind.	N.	7134
Verbenaceae	<i>Lantana camara</i> L.	camara, lantana	01	N.	7568
Vitaceae	<i>Leea coccínea</i> Bojer	léia	06	E.	9516
Vitaceae	<i>Leea rubra</i> Blume ex Spreng	léia-rubra	03	E.	9515

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 02/02/2012.

Tabela 31 – Distribuição quantitativa das espécies herbáceas encontradas nas praças de Engenheiro Beltrão. Quantidade de indivíduos (N°); Status (N = nativa; E = exótica; E.I = exótica invasora) e Voucher (número de tombo no Herbário da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus de Campo Mourão); s/v – sem registro de voucher.

Família	Nome científico	Nome Vulgar	N°	Status	Voucher
Apocynaceae	<i>Catharanthus roseos</i> (L.) G. Don	vinca-de-gato; boa-noite	06	E.	2650
Iridaceae	<i>Dietes bicolor</i> Sweet ex G.Don	moréia	07	E.	8383
Rubiaceae	<i>Ixora coccínea</i> L.	buquê-de-noiva	Ind.	E.	2694
Rubiaceae	<i>Mussaenda incana</i> Wall	mussaenda-amarela	02	E.	9517
Strelitziaceae	<i>Strelitzia reginae</i> Aiton	estrelitzia	02	E.	9511

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli; Marcelo Galeazzi Caxambú, 02/02/2012.

Ao analisar as espécies que compõem a vegetação das praças de Engenheiro Beltrão identificou-se:

a) A presença de alguns indivíduos não recomendados para esse tipo de espaço público, entre eles: plantas que podem se comportar como tóxicas no meio urbano (*Catharanthus roseus* (L.) G. Don (boa-noite); *Nerium oleander* L. (espirradeira); *Caryota urens* L. (palmeira-rabo-de-peixe); *Codiaeum variegatum* (L.) A. Juss. (cróton); *Holocalyx balansae* Mich (alecrim); *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton. (alfeneiro); *Nicotiana glauca* Graham (árvore-tabaco); *Lantana camara* L. (camara)); plantas que possuem acúleos (*Phoenix roebelenii* O'Brien (tamareira-de-jardim); *Solanum scuticum* M. Nee (jurubeba)); plantas que têm grande disposição de biomassa (*Mangifera indica* L. (mangueira); *Persea americana* Mill. (abacateiro)), ou ainda incompatível pela destruição ou conflito com os equipamentos urbanos (*Delonix regia* (Boj. ex Hook.) Rafin. (flamboyant)).

b) Duas espécies consideradas plantas exóticas invasoras para o Estado do Paraná – Portaria IAP 125/2009 – *Ligustrum lucidum* W. T. Aiton (alfeneiro) e *Eriobotrya japonica* L. (amexeira), sendo a primeira classificada como categoria I e a segunda como categoria II.

Quanto ao estado geral e à manutenção da vegetação, 16,7% das praças engenheiro-beltrenses foram consideradas como péssimas no quesito vegetação, devido ao reduzido número de indivíduos arbóreos em função da extensão do logradouro, condição que nos dias quentes restringe seu uso a horários específicos; 25,0% foram consideradas como regulares em função da pouca diversidade de espécies e presença de plantas inadequadas para a tipologia do logradouro, como por exemplo, aquelas com frutos (abacateiro); e 58,3% foram consideradas no geral como em bom estado, garantindo principalmente áreas sombreadas agradáveis.

Sistematizados os dados da avaliação quantitativa, pontuam-se alguns aspectos, entre eles o número de praças que as cidades aqui tomadas como objeto de estudo apresentam: das vinte praças avaliadas tem-se que a cidade de Engenheiro Beltrão é a que apresenta o maior número, doze, o que corresponde a 60,0% do total, seguida por Araruna que congrega cinco praças, equivalente a 25,0% e Peabiru com três praças, equivalente a 15,0%.

Quando da realização deste levantamento e avaliação nenhuma dessas três cidades possuía parques públicos ou outras áreas verdes em condições de suprir a possível carência por espaços dessa natureza⁴.

A quantidade de praças é uma boa premissa para garantir espaços públicos de lazer à população, no entanto a infraestrutura e/ou a qualidade desses espaços são elementos determinantes para a sua apropriação. Dessa forma, para se analisar o quanto de estruturas essas praças oferecem tomou-se por referência o registro e o nível de ocorrência dos vinte e dois equipamentos e/ou mobiliário propostos pela metodologia de De Angelis (2000), observando-se que Engenheiro Beltrão, além de ter a maior quantidade de praças, é a cidade que apresenta também a máxima diversidade de estruturas, ou seja, o índice de equipamentos e/ou mobiliário inexistentes foi o menor, 14%. Atribui-se tal status à superioridade numérica de logradouros, que maximiza a probabilidade de ocorrência do item, pois quando se atenta à quantidade tem-se que 64% dessas estruturas têm baixa ocorrência, ou seja, foram registradas, mas em poucos logradouros, e a qualidade registrou índices baixos (Gráfico 11).

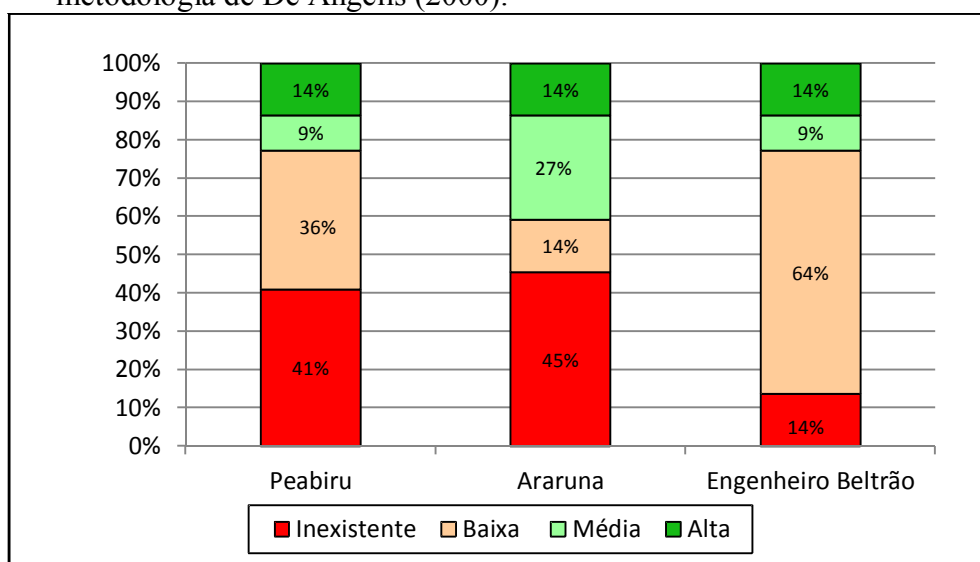
Ainda quanto à questão existência e ocorrência de equipamentos e/ou mobiliário, tem-se que a cidade de Araruna foi a que registrou a menor diversidade, pois 45% dos itens estabelecidos metodologicamente configuraram-se como inexistentes nas praças dessa cidade; na sequência aparece Peabiru com 41% de itens classificados como inexistentes.

Com a conclusão da avaliação qualitativa de equipamentos e/ou mobiliário encontrados nas praças de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, constata-se que a cidade de Peabiru auferiu a melhor nota, atingindo 2,05 pontos em uma escala de 0 a 4, o que lhe confere o *status* geral de praças consideradas em boas condições (Gráfico 12).

Todavia, a cidade de Peabiru é a que possui o menor número de praças, 3, e o seu índice de equipamentos inexistentes é o segundo maior, 41%, ou seja, parte da nota obtida está condicionada aos poucos espaços públicos e a pouca diversidade de estruturas, aspectos quantitativos que diminuem os custos com manutenção, e minimizam a probabilidade de se registrar algum item em péssimas condições.

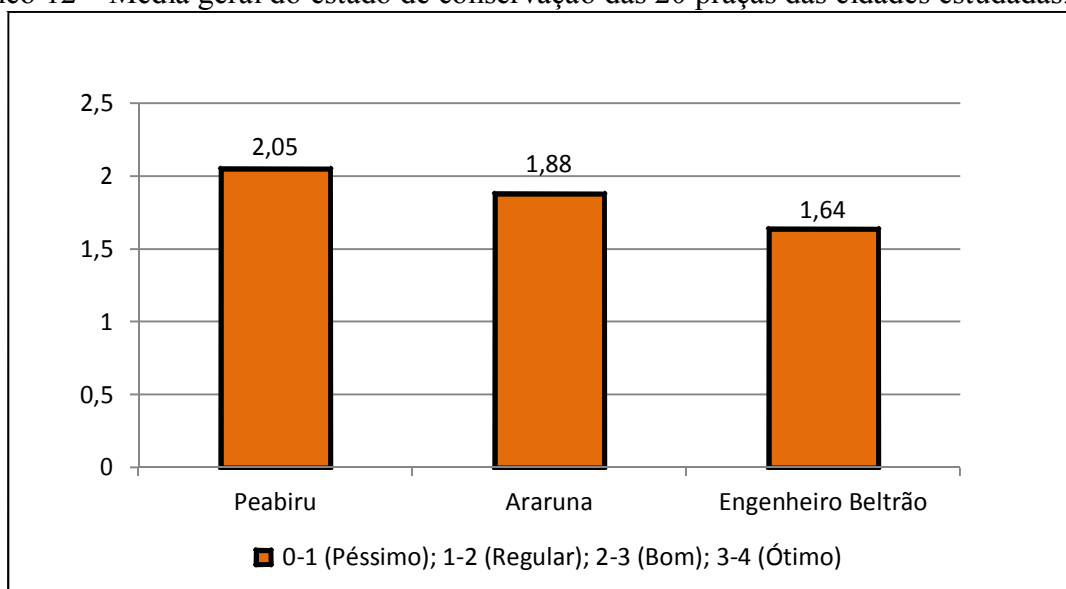
4 O Parque Municipal do Santuário Nossa Senhora da Rosa Mística, localizado na cidade de Engenheiro Beltrão foi revitalizado em 2 de junho de 2012. Anterior a essa data o mesmo não apresentava condições de utilização pela população enquanto espaço de lazer.

Gráfico 11 – Nível de ocorrência de mobiliário e/ou equipamentos nas praças de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão em relação aos 22 itens propostos pela metodologia de De Angelis (2000).



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

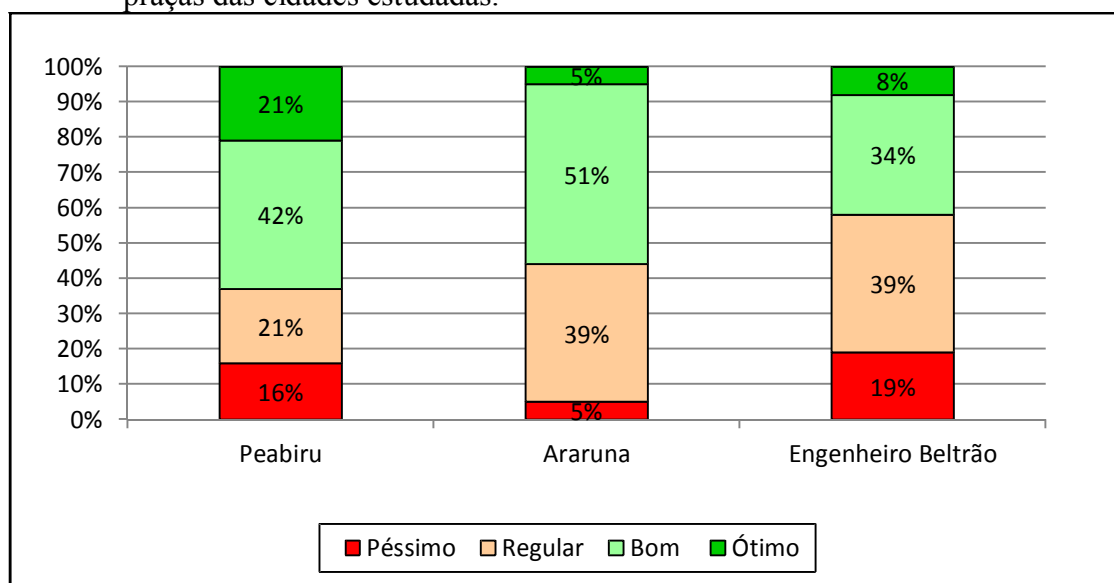
Gráfico 12 – Média geral do estado de conservação das 20 praças das cidades estudadas.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Tem-se também que a praça central de Peabiru – Praça Eleutério Galdino de Andrade – passou por processo de revitalização e remodelação recente (2009), fator positivo que contribuiu na composição da nota auferida pelas praças da cidade. Dos equipamentos e/ou mobiliário presentes na referida praça, 21% foram considerados em ótimo estado, o que diluiu os conceitos péssimos e regulares recebidos por estruturas de outros logradouros (Gráfico 13).

Gráfico 13 – Estado geral de conservação de mobiliário e/ou equipamentos ocorrentes nas 20 praças das cidades estudadas.



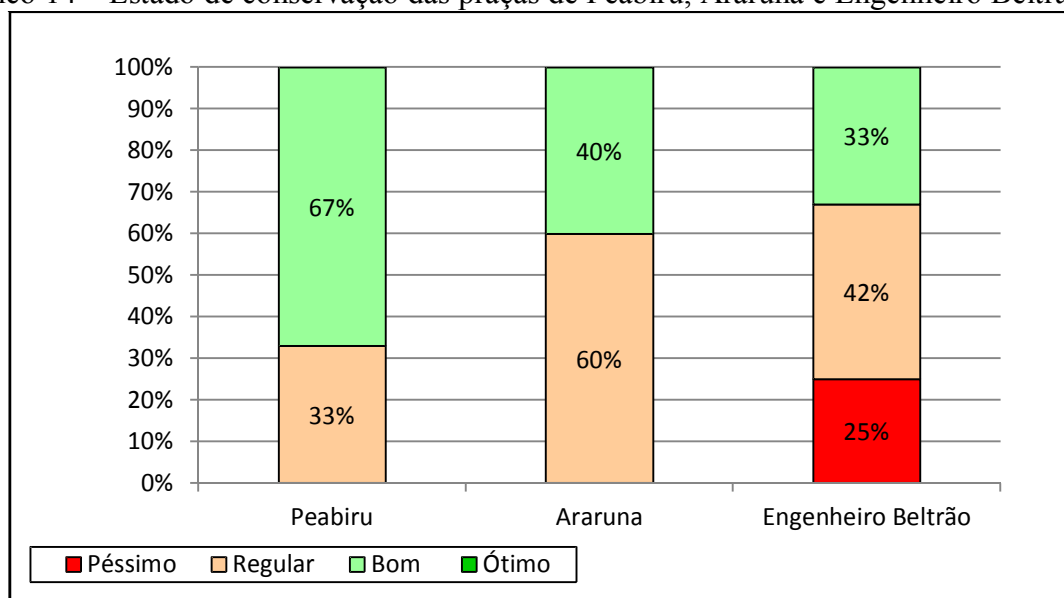
Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

As praças da cidade de Araruna auferiram a segunda posição, 1,88 pontos, configurando-se como regulares, fato que se deve de maneira geral à falta de conservação e manutenção dos espaços públicos, uma vez que Araruna foi a cidade que registrou o maior índice de equipamentos e/ou mobiliário inexistentes 45%, o que, de certa maneira, teria que contribuir para que os poucos existentes estivessem em bom estado, o que não foi evidenciado. Assim como Peabiru, a praça central de Araruna – Praça Nossa Senhora do Rocio – também passou por processo de revitalização recente (2011), no entanto alguns equipamentos e/ou mobiliário, como lixeiras e paisagismo, não se encontram em condições adequadas. Tal situação aliada ao fato de existirem mais quatro praças na cidade, onde algumas têm parte majoritária dos equipamentos e/ou mobiliário em mau estado de conservação foram os fatores que contribuíram para a obtenção de tal classificação.

As praças de Engenheiro Beltrão foram as que obtiveram a menor nota, 1,64 pontos, classificando-se como regulares. Tal condição é resultado de fatores como: a praça principal – Praça Aldevino Santiago – que nas outras cidades contribuiu de maneira geral para o aumento da média e diluição de conceitos negativos auferidos pelas praças periféricas, não ter tal comportamento, pois, como apresentado, a referida praça mesmo estando situada na área mais central de Engenheiro Beltrão e com uma das maiores áreas, é uma das praças que no levantamento realizado evidenciou as piores condições de manutenção e conservação dos equipamentos e/ou mobiliário. Assim, algumas praças receberam conceitos bons, mas não foi suficiente para sustentar a média final, tendo em vista que a maior parcela delas está

localizada nas áreas periféricas e a “principal” foi classificada como regular ou péssima, influenciando na nota final (Gráfico 14).

Gráfico 14 – Estado de conservação das praças de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.

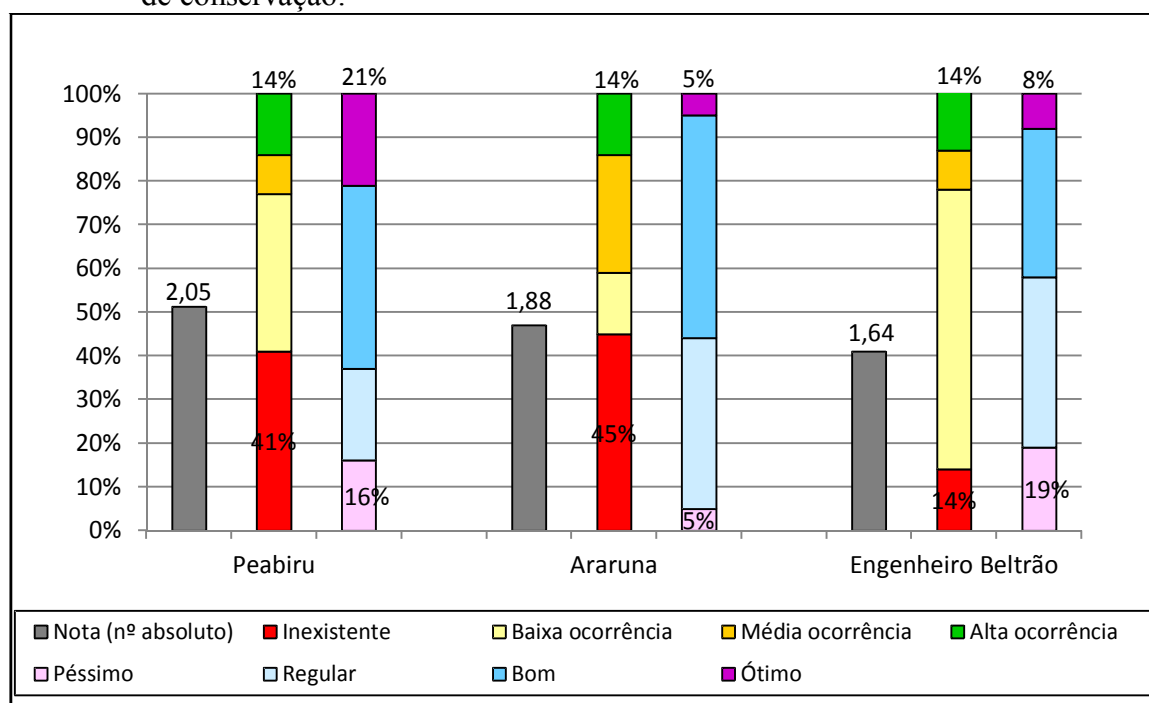


Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Assinala-se o maior número das praças de Engenheiro Beltrão quando comparada com as outras duas cidades, ela abriga 60% do total das praças estudadas e o menor índice de equipamentos e/ou mobiliário inexistentes, 14% o que, de certa maneira, aumenta os custos de manutenção desses logradouros, o que não é justificativa para o estado em que alguns se encontram, mas pode ser um argumento quando estabelecido um comparativo quantitativo com as demais cidades. Assim, mesmo apresentando a maior diversidade de equipamentos e/ou mobiliário presentes nas praças, uma parcela significativa destes, 19%, encontra-se em péssimas condições. Por fim, tem-se que algumas praças receberam conceitos bons, no entanto outras registraram conceitos péssimos, 25%, influenciando na média final.

No gráfico 15 há o diagnóstico síntese das informações discutidas, no qual é possível visualizar a hierarquia das médias gerais auferidas pelas cidades quanto às suas praças, o nível de ocorrência dos equipamentos e/ou mobiliário e o estado de conservação destes.

Gráfico 15 – Diagnóstico síntese quali-quantitativo das 20 praças localizadas nas cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, quanto ao índice de ocorrência e estado de conservação.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

De maneira geral tem-se que Peabiru recebeu a melhor média devido ao ótimo estado de conservação de 21% de seus equipamentos e/ou mobiliário, no entanto apresenta um significativo índice de itens inexistentes, 41%; Araruna obteve a segunda colocação por apresentar o menor índice de equipamentos e/ou mobiliário em ótimas condições, 5%, sendo a cidade com o maior percentual de elementos inexistentes; e Engenheiro Beltrão a terceira colocação por registrar um índice expressivo de equipamentos e/ou mobiliário em péssimas condições, 19%, e poucos elementos em ótimas condições, 8%, o que fez com que a sua média decaísse, no entanto não se pode deixar de destacar que essa é a cidade que possui o maior número de logradouros.

Ao estabelecer-se uma análise entre quantidade de praças e a condição qualitativa desses logradouros, evidencia-se que essa é uma relação inversamente proporcional para as cidades em tela, ou seja, as cidades com menor número de praças obtiveram uma média qualitativa geral superior as que possuem um número maior de logradouros. Infere-se que esse aspecto, em partes, tenha relação com os custos gerados para a manutenção desses espaços, nesse caso diretamente proporcional a quantidade. Por outro lado, essa não é justificativa para o estado de precariedade em que se encontram algumas das praças avaliadas, onde não evidenciados nem mesmo serviços de varrição periódica.

Poder-se-ia concluir este capítulo com duas palavras: carência e abandono. Essa foi a impressão que se teve quando analisados os dados levantados. De maneira geral as praças das cidades estudadas são pouco estruturadas e estão em segundo, terceiro, quarto, quinto plano... dos gestores públicos. O alto índice de equipamentos e/ou mobiliário inexistentes em grande parte dos logradouros, associado às condições precárias de manutenção e limpeza resumem a situação em que se encontra a maioria das praças.

Não há a necessidade de preencher o espaço público com equipamentos e/ou mobiliário. Quando da escolha das estruturas que irão compor o cenário da praça, é imprescindível que os mais interessados - a população que fará uso - sejam ouvidos, no intuito de conhecer quais são as suas necessidades e anseios. Em muitos casos um ambiente limpo, bem cuidado e arborizado é o suficiente para garantir a atração dos usuários, mas essa ou outras necessidades precisam ser diagnosticadas antes da tomada de ação.

CAPÍTULO VI – A ENQUETE DE OPINIÃO

Com o objetivo de conhecer a relação da população com as praças da cidade e a dinâmica de apropriação desses logradouros, realizou-se uma enquete de opinião com os cidadãos.

Os procedimentos metodológicos utilizados para a definição da amostra e realização das entrevistas foram realizados conforme descrito nas páginas 34 e 35.

Nas seções seguintes analisar-se-ão os resultados da enquete na ordem em que foram feitas as perguntas, isto é, da primeira à décima oitava, e os cruzamentos serão intercalados sempre que necessário.

6.1 A ENQUETE EM PEABIRU

Comparando a amostra ($n = 270$)¹ com o perfil da população de Peabiru, segundo censo demográfico IBGE de 2010, tem-se:

Segundo a idade – Quanto às faixas etárias em que se encontram distribuídas a população real de Peabiru e as contempladas na amostra, as variações mais significativas ocorrem nas faixas de idade de 13 a 19 anos e de 20 a 29 anos, sendo respectivamente 5 e 5,6 pontos percentuais a mais nas pessoas entrevistadas (Tabela 32).

Tabela 32 – Distribuição por faixas etárias da amostra e da população real de Peabiru.

Faixas etárias	Amostra (%)	População real* (%)
13 a 19 anos	17,8	12,8
20 a 29 anos	21,9	16,3
30 a 39 anos	17,8	14,3
40 a 49 anos	17,1	13,9
50 a 59 anos	13,0	11,1
60 anos ou mais	12,3	13,4

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*População urbana - Censo demográfico IBGE – 2010b.

Segundo o sexo – Dos entrevistados 40,7% são pessoas do sexo masculino e 59,3% do sexo feminino, enquanto a população real é composta por 48,6% de homens e 51,4% de mulheres.

Segundo o local de moradia – Como já apresentado em outros momentos, esta tese tem como cenário o contexto das pequenas cidades, dessa forma não foi possível classificar o

¹ As entrevistas na cidade de Peabiru foram realizadas no período de 9 de abril de 2012 a 17 de abril de 2012.

local de residência dos entrevistados em centro ou periferia, tendo em vista que não há divisões por bairros nessas localidades. A frase que mais se ouviu dos entrevistados quando desse questionamento foi “aqui tudo é centro”.

Segundo grau de instrução – Quando se comparam os dados da amostra com a população real de Peabiru em relação ao grau de instrução, verifica-se que a maior discrepância encontra-se na categoria sem instrução/ensino fundamental incompleto (36,4 pontos percentuais para menos na amostra), atribuí-se tal condição em partes por essas pessoas mostrarem-se inibidas a participar de uma entrevista justamente por seu baixo grau de instrução, e ainda os dados do IBGE (2010) consideram pessoas a partir de 10 anos, e o público alvo da pesquisa é a partir de 13 anos (Tabela 33).

Tabela 33 – Distribuição por nível de escolaridade da amostra e da população real de Peabiru.

Grau de instrução	Amostra (%)	População real* (%)
Sem instrução/fundamental incompleto	19,3	55,7
Fundamental completo e médio incompleto	23,4	16,7
Médio completo e superior incompleto	36,8	21,3
Superior completo	20,4	6,2

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*Censo demográfico IBGE – 2010c

Para a análise qualitativa das respostas obtidas na enquete, sob a perspectiva do grau de instrução, agruparam-se os entrevistados em três categorias: ensino fundamental – em que foram congregados os entrevistados com ensino fundamental completo, incompleto e sem instrução²; ensino médio - composta por detentores de ensino médio completo e incompleto; e ensino superior – formada por pós-graduados, e titulares de ensino superior completo e incompleto, pois se entende ser esta uma distribuição válida ao objetivo precípuo das análises propostas nesta tese. A partir da referida classificação tem-se que 28,9% dos entrevistados encontram-se na categoria de ensino fundamental, 40,0% ensino médio e 31,1% como ensino superior.

Segundo a renda familiar – Percebeu-se certo desconforto dos entrevistados em expor tal informação, principalmente quando se encontravam em um dos extremos econômicos (até 1 salário mínimo ou mais que 10 salários mínimos). Dessa forma quando se compara a amostra com a população real no que se refere à renda observa-se que a maior discrepância encontra-se nas faixas de mais de 2 a 5 salários mínimos e de até 1 salário mínimo.

² Na cidade de Peabiru o percentual de entrevistados classificados como analfabetos é de 2,96%; sendo que destes 0,37% (1 pessoa) frequenta praças. Considerando que a maior parte das análises que tomam por referência o grau de escolaridade, refere-se a questionamentos feitos somente a cidadãos que frequentam esses logradouros, optou-se por agrupá-los na classe de ensino fundamental, do contrário a opinião de uma pessoa representaria o grupo.

No primeiro caso a diferença de 13,5 pontos percentuais para mais e no segundo 8,1 pontos percentuais para menos na amostra (Tabela 34).

Tabela 34 – Distribuição por faixas de rendas (número de salários mínimos³) da amostra e da população real de Peabiru.

Faixas de rendas	Amostra (%)	População real* (%)
Até 1 salário mínimo	9,3	17,4
Mais de 1 a 2 salários mínimos	24,4	30,6
Mais de 2 a 5 salários mínimos	51,5	38,0
Mais de 5 a 10 salários mínimos	12,9	10,7
Mais de 10 salários mínimos	1,9	3,3

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*Censo demográfico IBGE – 2010d

Principal ocupação ou atividade – Identificou-se que 67,8% dos entrevistados trabalham com carteira assinada e/ou tem seu próprio negócio, 12,2% são estudantes, aposentados 9,3%, donas de casa 7,8% e desempregados 2,9%.

Horas trabalhadas x horas dedicadas ao lazer – Dos entrevistados na cidade de Peabiru a maioria, 72,1%, respondeu que trabalha semanalmente até 44 horas; 22,4% dedicam de 45 a 60 horas semanais ao trabalho, e minoritariamente 5,5% trabalham mais de 60 horas por semana. Segundo De Angelis (2000) esse dado tem por objetivo diagnosticar se o tempo livre é compatível e suficiente para o indivíduo ocupá-lo com alguma atividade de lazer.

Quando se questionava o entrevistado em relação ao tempo dedicado ao lazer, percebia-se na maioria uma reação negativa, passando a impressão de que a rotina do seu dia-a-dia não lhe permitia dedicar um tempo expressivo para tal atividade. Dessa forma, a maioria, 40,7%, disse que dedica de 1 a 8 horas semanais para o lazer, em geral os domingos, 35,2% de 9 a 16 horas (na maioria sábados e domingos), 23,0% responderam que têm mais de 16 horas semanais para o lazer, aqui estão principalmente jovens, estudantes e aposentados (as) e 1,1% dos entrevistados respondeu que não possuem tempo para o lazer.

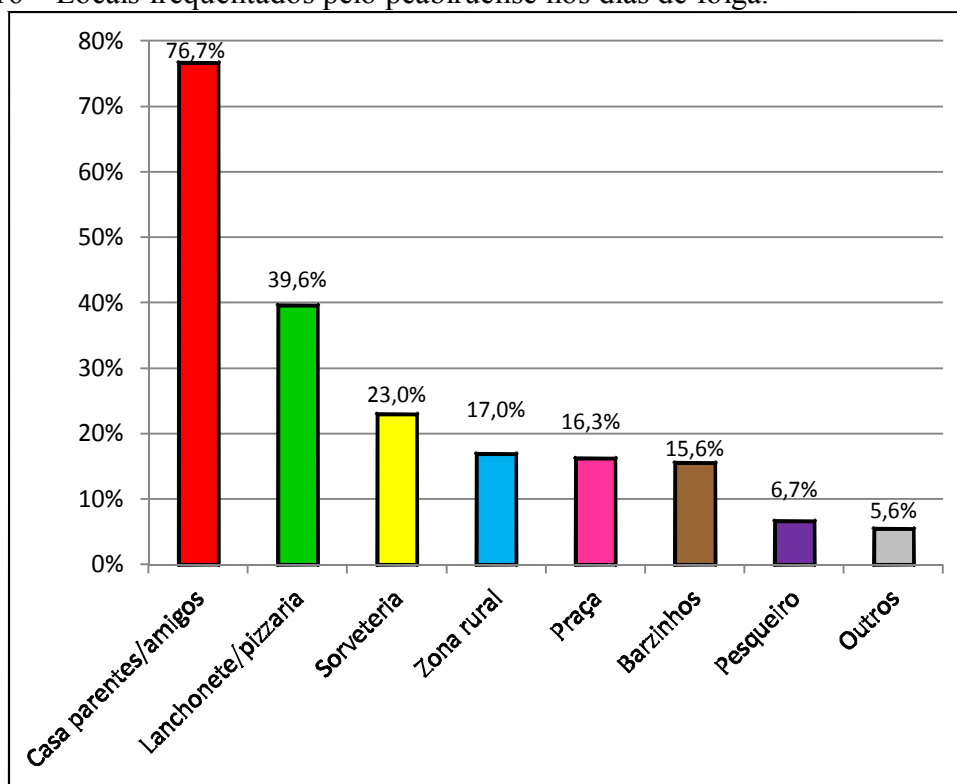
Perguntou-se também ao entrevistado se nos dias de folga, na maioria das vezes, ele costuma ficar em casa ou sair. A maioria 61,1% respondeu que fica em casa e 38,9% que sai.

Tempo livre e locais de frequência - Perguntou-se aos peabiruenses até três lugares que eles costumam frequentar nos momentos de folga, em ordem decrescente de escolha obteve-se: casa de parentes e/ou amigos, 76,7%; lanchonete/pizzaria, 39,6%; sorveteria, 23,0%; zona rural, 17,0%; praça, 16,3%, barzinhos, 15,6%; pesqueiro, 6,7% e outros 5,6%. A

³ Valor do salário mínimo quando da realização da enquete (abril/2012): R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

praça foi o quinto lugar indicado pelos entrevistados, estando à frente de barzinhos e pesqueiro (Gráfico 16).

Gráfico 16 – Locais frequentados pelo peabiruense nos dias de folga.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Ir à *casa de parentes e/ou amigos*, lugar mais escolhido, tem no sexo feminino maior parcela (79,4%), e a idade predominante é de 30 anos ou mais (81,6%). Quanto à renda, verificou-se que a visita à casa de parente e/ou amigos é comum em todas as faixas, fato evidenciado quando se analisa que são nos extremos - até 1 salário mínimo e mais de 10 salários mínimos - que se encontra a maior parcela desses respondentes, 92,0% e 80,0% respectivamente.

Esses números expressam que a escolha por casa de amigos e/ou parentes não está condicionada a questões econômicas, mas sim com a questão cultural da pequena cidade interiorana, onde ir à casa de um parente/amigo nos dias de folga é algo costumeiro, favorecida também pelas distâncias pouco significativas de um ponto a outro, e pelas limitadas opções de lazer que essas cidades oferecem. Em alguns casos, principalmente nas faixas de renda mais favorecidas, a comodidade e o lazer encontrados nas residências é superior ao oferecido em espaços coletivos da cidade (sala de jogos, piscina, quadras esportivas, ambiente com condicionamento de ar, etc).

Ir à *lanchonete/pizzaria* foi opção escolhida principalmente por mulheres (36,9%), a idade predominante foi até 29 anos e a renda superior a 10 salários mínimos (80,0%). Evidencia-se que o ir à lanchonete/pizzaria em Peabiru é programa de jovens e demanda certo poder aquisitivo. Em determinados aspectos pode-se dizer que a lanchonete/pizzaria está para a pequena cidade como o *shopping* está para os médios e grandes centros.

A *sorveteria* foi o terceiro local mais citado, assim como a lanchonete/pizzaria ela também tem no sexo feminino (29,4%) a maior parcela, e idade predominante até 29 anos (30,8%) diferenciando-se no aspecto de renda; nesse caso a parcela mais representativa é de pessoas com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos (27,0%).

A *zona rural* é o local que antecede a praça quanto à ordem de locais mais frequentados pelos entrevistados nos dias/momentos de folga. Quanto ao sexo, é opção prioritariamente para homens (20,9%), a idade predominante é acima de 30 anos (18,4%) e quanto à faixa de rendimentos está distribuída de forma igualitária, à exceção da primeira (até 1 salário mínimo), que não obteve registro. É comum nas pequenas cidades do interior agricultores/proprietários rurais residirem na área urbana, seja pela facilidade de acesso a serviços (principalmente educação para os filhos) e/ou por possuírem empreendimentos também na cidade, dessa forma a casa do sítio/fazenda se torna opção de lazer em especial nos finais de semana. A proximidade da sede urbana com a área rural também facilita e maximiza o acesso a esse tipo de destino.

A *praça* é opção de destino nos dia/momentos de folga para apenas 16,3% dos entrevistados e aparece na quinta posição. Dos que a mencionaram: a maioria são homens (20,0%); a idade predominante é até 29 anos (26,2%); a faixa de renda mais expressiva é a de 1 a 2 salários mínimos (25,8%); e aqueles com nível médio de escolaridade (23,1%) (Gráfico 17).

Peabiruenses que frequentam alguma praça da cidade - Quando se perguntava aos entrevistados especificamente se eles frequentavam alguma praça da cidade, 41,1% responderam que sim, ou seja, em muitos casos a praça não foi lembrada no momento de nominar os lugares que costuma frequentar - as outras formas de lazer a sombreiam. Um leitor mais crítico poderia dizer que a praça não apareceu pelo fato de o questionamento permitir apenas três escolhas, todavia têm-se situações onde o entrevistado opta por uma ou duas respostas nas quais a praça não aparece, mas quando questionado se frequenta alguma praça a resposta é afirmativa. Atribui-se tal comportamento a esse “sobreamento” que outras formas de lazer geram sobre ela, e até mesmo inconscientemente/involuntariamente o entrevistado

confere *status* de superioridade aos demais logradouros quando comparados à praça – pelo valor sentimental (casa de parentes/amigos) e/ou comercial (as demais opções) - e menciona-os ao invés desta.

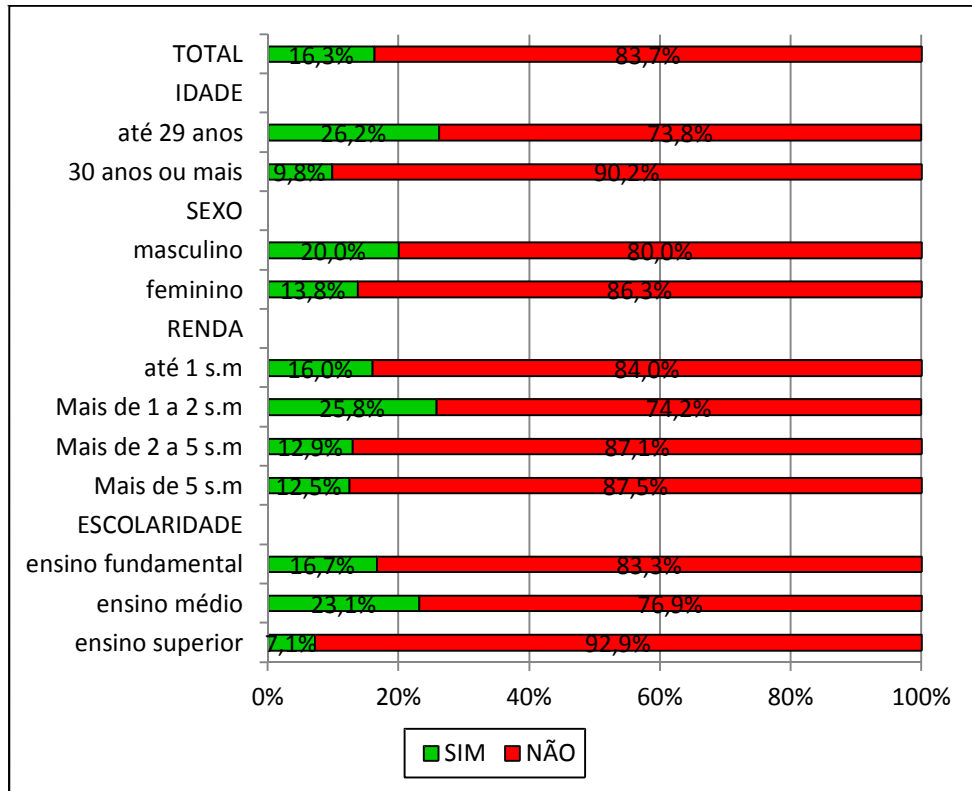
De maneira complementar perguntou-se aos que responderam afirmativamente a questão anterior qual (is) praça (s) da cidade costumam frequentar e, para o caso de Peabiru, 97,3% dos entrevistados mencionaram a Praça Eleutério Galdino da Andrade – a praça central; 2,7% citaram a Praça Silvio de Barros (praça da rodoviária) e nenhum dos entrevistados referiu-se à praça sem denominação (localizada em conjunto habitacional). Esse último logradouro, em muitos casos, mostrou-se desconhecido pelos cidadãos, e muitos se referiam à praça central como a única praça da cidade.

O perfil dos respondentes que disseram frequentar alguma praça da cidade remete majoritariamente a pessoas jovens, até 29 anos (58,9%), há certo equilíbrio entre os sexos (masculino 43,6%; feminino 39,4%), pessoas de todas as faixas de renda de maneira bastante similar (a maior discrepância está nos entrevistados com renda familiar de até 1 salário mínimo – analisou-se o perfil dos respondentes dessa faixa renda que disseram não frequentar praças da cidade e constatou-se que, na sua maioria, trata-se de mulheres acima dos 50 anos de idade).

O fato de haver equilíbrio entre entrevistados de diferentes faixas de renda que disseram frequentar as praças da cidade evidencia que a busca por esse logradouro não está condicionada à situação econômica do cidadão, tanto para os com maior poder aquisitivo, quanto para os de menor, a praça é local de destino. Quanto ao nível de instrução também se percebeu certo equilíbrio, ou seja, pessoas de todos os graus de escolaridade frequentam praças da cidade, sendo os que apresentam até o ensino médio os mais representativos (49,1%) (Gráfico 18).

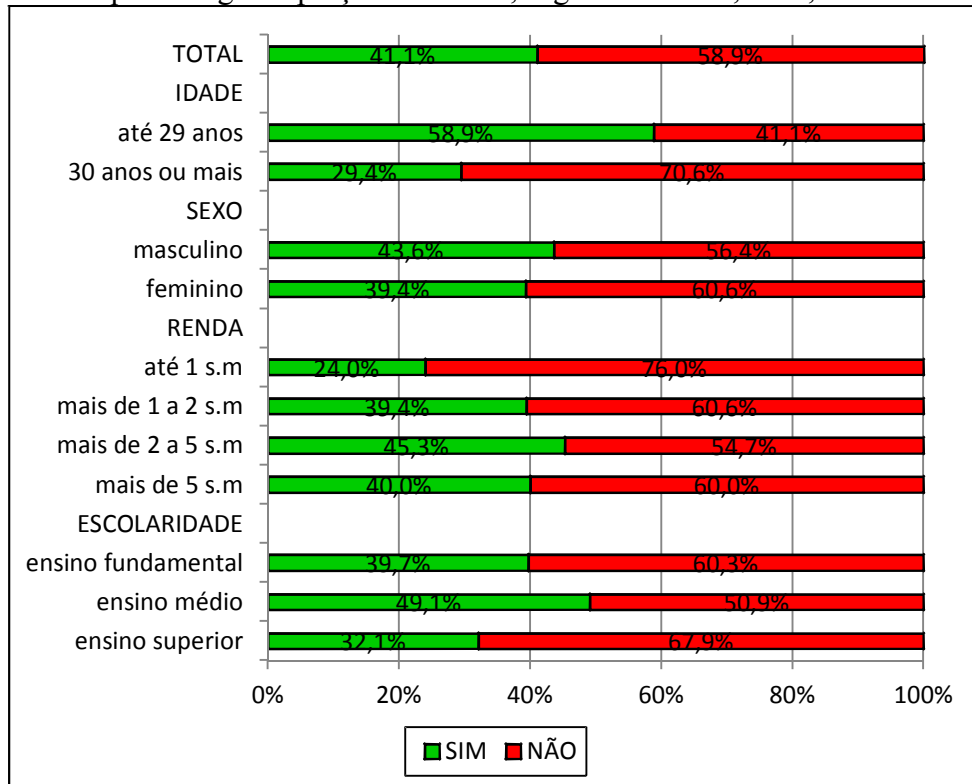
Dia da semana e período em que o peabiruense costuma ir à praça - Na análise desse dado verificou-se que há uma distribuição igualitária quanto ao dia da semana que os entrevistados costumam ir à praça, ou seja, 33,3% responderam que a frequentam durante a semana, 33,3% aos sábados e 33,3% aos domingos; já quanto ao período, a noite tem a maior parcela de usuários. Ao fazer uma leitura pontual por dias da semana e período tem-se, conforme segue.

Gráfico 17 – Se frequenta praças nos dias de folga, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Gráfico 18 – Frequenta alguma praça de Peabiru, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Durante a semana de manhã predominam frequentadores com idade igual ou superior a 30 anos de idade (75,0%), do sexo masculino (100,0%). Nos trabalhos de campo evidenciou-se tal condição *in loco*, ou seja, é significativa a presença de aposentados na Praça Eleutério Galdino de Andrade no dia e período em questão.

Durante a semana à tarde: sobressaem-se as pessoas com idade de 30 anos ou mais (68,8%), e evidencia-se certo equilíbrio entre os sexos - masculino (56,3%), feminino (43,8%) – atrela-se tal situação pelo fato de, às quartas-feiras, ocorrer a Feira Municipal do Produtor Rural nas intermediações da praça.

Durante a semana à noite: nesse momento há uma inversão do que ocorrera nas duas ultimas descrições. O público que predomina na praça é jovem, aqueles com idade de até 29 anos (60,0%), e tem no sexo feminino a maior representatividade (68,0%). Infere-se que tal situação também esteja ligada ao evento da feira que se inicia no fim da tarde (período em que a maioria é representada por pessoas de 30 anos ou mais) e estende-se até a noite (onde predominam jovens de até 29 anos). O movimento gerado por tal evento congrega tanto pessoas com o intuito de adquirir os produtos como também pelo fato encontrar alguém – ir para ver e ser visto.

Sábado de manhã: nesse dia e período o sexo masculino detém maior número de representantes (66,7%) e foram registrados essencialmente frequentadores com idade superior a 30 anos (100,0%).

Sábado à tarde: esse é um momento onde a praça se torna eclética, pois se tem a presença de pessoas com até 29 anos (50,0%) e acima dos 30 anos (50,0%), homens (50,0%) e mulheres (50,0%).

O *sábado à noite* tem no jovem (até 29 anos) maior parcela (75,0%), havendo certo equilíbrio entre homens (52,8%) e mulheres (47,2%).

No *domingo pela manhã* os frequentadores caracterizam-se em sua maioria por homens (75,0%) acima dos 30 anos de idade (100,0%).

Domingo à tarde tem-se um equilíbrio quanto à idade, 50,0% tem até 29 anos e 50,0% 30 anos ou mais, no entanto quanto ao sexo as mulheres são maioria (87,5%).

No *domingo à noite* predominam as pessoas com até 29 anos de idade (76,0%) e o sexo feminino (64,0%).

Tempo que o peabiruense permanece na praça - Em relação ao tempo de permanência na praça, evidenciou-se que 18,0% dos entrevistados permanecem até 30

minutos; 17,1% de mais de 30 minutos a 1 hora; 45,0% de mais de 1 hora a 3 horas; e 19,8% mais de 3 horas.

Os entrevistados que disseram permanecer até 1 hora na praça são em sua maioria mulheres; e também os que têm 30 anos ou mais; costumam ficar de 1 a 3 horas jovens de até 29 anos (58,0%); quanto ao sexo tem-se um percentual semelhante para homens (48,0%) e mulheres (52,0%); e os que permanecem na praça mais de 3 horas são na maioria jovens (86,4%); também com certo equilíbrio quanto ao sexo (masculino 54,5% e feminino 45,5%). Percebe-se nesses dados o quanto a praça representa local de permanência, principalmente para os jovens – evidenciando local de encontro.

Motivos que levam o peabiruense a uma praça - Acredita-se estar diante da principal questão que motiva esta tese, e a hipótese inicial comprova-se quando se analisa que (43,2%) dos entrevistados tem a praça como um local de encontro/sociabilização – a realidade da pequena cidade.

Tal argumentação ganha ainda mais solidez quando se comparam tais resultados com os encontrados por De Angelis na cidade de Maringá (cidade de porte médio):

A praça ainda é o lugar onde, primordialmente, as pessoas vão para descansar, uma vez que 23,6% dos entrevistados responderam como sendo a razão que os leva a esse logradouro. Por outro lado, a praça enquanto lugar de sociabilização, do contato com o outro foi o menos lembrado pelos respondentes - 5,9% (DE ANGELIS, 2000, p. 272).

Outras motivações citadas foram: passear, lembrado por 10,6%; distrair-se, por 9,1%; lazer, por 7,6%; levar criança para brincar, por 6,8%; divertir-se, por 6,8%; o ambiente agradável, por 4,5%; ir à feira, por 3,8%; ver o movimento, por 3,8% e a tranquilidade o sossego, por 2,3% dos entrevistados.

Os dados sobre a citação encontrar/conversar (com as pessoas/amigos) evidencia que o perfil dos que utilizam a praça para esse fim é constituído em sua maioria por jovens até 29 anos (71,9%); há equilíbrio entre os sexos (homens 49,1% e mulheres 50,9%), estão inseridos nas faixas de renda intermediária (acima de 2 a 5 salários mínimos, 50,9%), no entanto com representações de todos os níveis de rendimentos; e têm grau de instrução a nível de ensino médio (54,4%), mas também com representantes de todos os níveis de escolaridade. Evidenciou-se, dessa forma, que a praça é vista enquanto local de encontro/sociabilização principalmente por jovens, tanto moças como rapazes, de todas as faixas de renda e grau de escolaridade.

Ir à praça para passear foi motivo citado em igual percentual pelas diferentes faixas de idade (13 - 29 anos e 30 anos ou mais), o que indica que esse é destino de passeio tanto para o (a) adolescente como para o (a) aposentado (a). Quanto ao sexo foi lembrado principalmente pelas mulheres (64,3%); também por aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos (64,3%) e por diferentes níveis de instrução, mas à medida que aumenta o grau de escolaridade.

A praça entendida como local para distração foi lembrada principalmente pelos homens (66,7%); em igual percentual para as faixas de idade, ou seja, o logradouro é buscado tanto pelos mais novos quanto pelos mais velhos para distrair-se; também pelos que têm renda de 2 a 5 salários mínimos (66,7%); e aqueles com grau de instrução superior (41,7%). Destaca-se que a praça vista enquanto local de distração é maior quanto mais elevado o grau de instrução.

Na pequena cidade as opções de lazer são bastante limitadas, quando atêm-se às gratuitas minimizam-se ainda mais. Dessa forma, a praça é vista como local de lazer principalmente pelas mulheres (70,0%); por aqueles com idade até 29 anos (60,0%); por quem tem renda familiar intermediária (2 a 5 salários mínimos) e pelos que apresentam nível de instrução médio (70,0%).

Levar criança para brincar foi motivo apresentado na maioria pelas mulheres; também por aqueles com 30 anos ou mais; pelos que possuem renda de 2 a 5 salários mínimos; e apresentam nível de escolaridade médio e superior (88,8%).

Quando se analisa o perfil dos entrevistados que buscam a praça com interesse de diversão tem-se a maioria mulheres; aqueles com idade de até 29 anos; também os com renda de 2 a 5 salários mínimos. Em relação ao nível de instrução, são os que apresentam nível fundamental os que mais citaram o referido motivo. Não há representação de pessoas com renda superior a 5 salários mínimos que buscam a praça como forma de diversão.

Também entre os motivos que levam o peabiruense a uma praça está relacionado o ambiente agradável pelo qual ela se configura, aqui se relacionam principalmente as condições de beleza, paisagismo e limpeza que a Praça Eleutério Galdino de Andrade (praça escolhida pela maioria absoluta) oferece aos seus frequentadores. O perfil de quem torna esse o motivador para ir à praça são na maioria mulheres; os que têm 30 anos ou mais; aqueles com melhor condição econômica (não há representantes com renda inferior a 2 salários mínimos); e também os que apresentam nível de instrução médio ou superior, ou seja, inferimos que para as pessoas mais humildes a praça configura-se como algo mais ativo, do

que a contemplação do ambiente, sendo então este um interesse/motivador identificado pelas classes econômicas mais elevadas.

O ir à praça tendo como motivador a feira em si foi resposta principalmente das mulheres; também daqueles com 30 anos ou mais, dos que apresentam escolaridade fundamental (40,0%) ou superior (40,0%) e das camadas com melhores condições econômicas, perfil de quem vai para consumir/adquirir os produtos. No entanto, nos trabalhos de campo percebeu-se que o “evento feira” é um atrativo que congrega diferentes públicos, de diferentes idades e renda, mas o percentual e o perfil dos entrevistados que citaram esse motivo remete a concluir que o evento por si só não é o interesse principal – mas sim o movimento por ele gerado, o fluxo de pessoas, e aí sim a possibilidade do conversar/encontrar, passear, citado por um número superior de pessoas.

Ver o movimento foi motivo citado na maioria por homens; também por aqueles com 30 anos ou mais de idade, os que têm renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e pelos que apresentam nível de instrução fundamental ou superior. Esse motivo é sustentado principalmente pelos aposentados que, rotineiramente, se fazem presentes na praça. Em função da centralidade do logradouro e da condição trabalhista em que se encontram, esses usuários buscam a praça para passar o tempo, e manterem-se atualizados do dia-a-dia social e político da *urbe*.

O motivo menos citado pelos entrevistados foi tranquilidade/sossego, lembrado na maioria por mulheres; por aqueles que têm acima dos 30 anos; em igual percentual para as faixas de renda (a partir de 1 salário mínimo) e escolaridade. Esse índice (2,3%) remete a evidenciar que a praça na pequena cidade – em especial a central – é vista/lembrada mais pelo burburinho, informação, fluxo de pessoas, encontro, do que pela tranquilidade e sossego que esse espaço pode oferecer.

De que o peabiruense mais gosta na(s) praça(s) que frequenta - Para esse questionamento a maioria dos entrevistados (42,6%) fez menção a elementos que se referem ao “verde” do logradouro, como as árvores, a sombra, o gramado, a paisagem. Por ser uma questão aberta agruparam-se essas variáveis em um elemento único que os sintetiza. Em segundo lugar o que os entrevistados disseram mais gostar é das pessoas (a possibilidade do encontro). Atenta-se que se refere a uma questão aberta cuja intenção e forma da resposta partiu do entrevistado, e mais, se for distribuir os 42,6% “do verde” nas variáveis árvores, sombra, gramado e paisagem, a resposta pessoas (a possibilidade do encontro) apareceria proporcionalmente como a mais citada. O mobiliário (bancos e iluminação) foi lembrado por

16,3% dos respondentes; a tranquilidade por 6,2%; a limpeza e o movimento por 4,7%; a igreja por 2,3%; a localização, a feira e a segurança por 1,6%.

Quando se analisa o perfil de quem citou o verde evidencia-se certa proporcionalidade em relação a mulheres e homens; jovens e mais vividos, ou seja, o verde é atrativo para todos de igual forma; assim como se registram representantes de todas as faixas de renda e nível de escolaridade que o mencionaram.

O ir à praça, motivado pela possibilidade de encontrar-se com outras pessoas, foi lembrado em índices equivalentes tanto por homens quanto por mulheres, e também pelas diferentes faixas de idade, ou seja, a população em geral aprecia a praça enquanto local que possibilita o encontro e a sociabilização. Quanto à renda e escolaridade há representações de todas as classes.

Dos entrevistados, 16,3% ao serem questionados quanto ao que mais gostam na praça que frequentam mencionaram o mobiliário, em essência bancos e iluminação. O perfil desses respondentes tem no sexo feminino maior parcela; percentuais semelhantes para as faixas de idade e níveis de instrução. Quanto à renda, tem naqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos maior representação (71,4%).

A tranquilidade é preferência das mulheres; também dos que têm mais de 30 anos; das diferentes faixas de renda (sendo menos representativa na faixa de até 1 salário mínimo) e percentuais semelhantes quanto aos níveis de escolaridade.

Dos entrevistados, 4,7% disseram que o que mais gostam na praça é da limpeza e, em igual percentual, citaram o movimento. Para a primeira menção tem-se a maioria absoluta de mulheres; e também aqueles com mais de 30 anos; quanto à renda evidenciam-se principalmente entrevistados na faixa de renda de 1 a 2 salários mínimos; os níveis de instrução dividem-se em ensino médio e superior. Já o movimento é preferência principalmente dos que têm até 29 anos de idade; tanto homens quanto mulheres (apresentam igual percentual); daqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos; e dos que apresentam nível médio de instrução.

Como apresentado quando da caracterização da praça central de Peabiru (Praça Eleutério Galdino de Andrade), embora em lotes independentes, separadas por via, tem-se a impressão de que o espaço da igreja matriz é continuidade da praça e/ou vice-versa. Tal leitura não é particular do olhar desabitado com o logradouro, mas também do cidadão, tendo em vista que 2,3% dos entrevistados disseram que a igreja é do que mais gostam na

praça. Tem maior representatividade no sexo feminino, naqueles que têm menos de 30 anos, com renda de 1 a 2 salários mínimos e pelos que apresentam nível médio de instrução.

Lembrados por 1,6% dos entrevistados, localização, feira e segurança foram os elementos menos citados pelos entrevistados em relação ao que estes mais gostam na praça que frequentam. A localização foi mencionada em igual percentual por homens e mulheres, por aqueles com idade inferior a 29 anos, também pelos mais favorecidos economicamente e os que apresentam os maiores níveis de instrução - médio e superior. A feira foi citada exclusivamente pelas mulheres, por aqueles que apresentam nível fundamental de instrução, em igual percentual para as faixas de idade, com renda de mais de 1 a 5 salários mínimos. A segurança (relacionada ao tamanho do espaço físico) foi citada pelas mulheres, em igual percentual para as faixas de idade, por aqueles com renda de mais de 1 a 5 salários mínimos e nível médio e superior de instrução.

De que o peabiruense menos gosta na(s) praça(s) que frequenta - O que mais desagrade os frequentadores das praças peabiruenses é a presença de população de/na rua, 43,0% dos entrevistados alegaram ser esse o fator que menos gosta. A falta de atrativos com 16,3% foi o segundo aspecto mais indicado, evidenciando-se o anseio principalmente por parque infantil, ATI's e quiosques de alimentação. A falta de sombra foi resposta de 14,0% dos entrevistados, segundo eles a vegetação caracterizada em sua maioria por espécies de palmeiras – referindo-se à Praça Eleutério Galdino de Andrade - não garante conforto térmico satisfatório em todas as partes do logradouro. Na sequência aparecem os fatores: sujeira com 8,1%; banheiros 7,0% (para esse item a principal reclamação é acessibilidade e horário de funcionamento); 5,8% consumo de bebidas alcoólicas no espaço da praça; 3,5% falta de flores e 2,3% presença de ciclistas no logradouro.

Dos entrevistados que alegaram ser a presença de população de/na rua o fator de que menos gostam na praça que frequentam em sua maioria são mulheres; a idade predominante é de entrevistados com até 29 anos e também os que apresentam nível médio de instrução. Quanto à questão econômica tem naqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos maior representação, 67,6%.

A falta de atrativos foi mencionada em sua maioria por mulheres, 57,1%, todavia é também significativa a parcela de homens que têm essa opinião, 42,9%. Quanto à idade tem-se nas pessoas com até 29 anos a maior representação, infere-se que essa condição esteja associada ao fato de a praça mais frequentada e em melhores condições da cidade caracterizar-se por um recinto com atividades contemplativas e de passeio, sendo os jovens

um público que prefere formas de lazer ativo. Em relação à renda são os peabiruenses que recebem de 2 a 5 salários mínimos os que mais indicaram a falta de atrativos como o fator de que menos gostam na praça que frequentam. Para o nível de instrução as maiores representações ficam por conta de pessoas que possuem ensino médio e superior.

Dos 14,0% dos entrevistados que alegaram ser a falta de sombra o fator de que menos gostam na praça que frequentam, em sua maioria são mulheres, 83,3%. Quanto à idade predominam as pessoas com 30 anos ou mais, o que está relacionado ao fato desse público preferir frequentar o logradouro no período diurno, enquanto a maioria dos que têm idade de até 29 anos preferem fazê-lo no período noturno. Quanto ao nível de instrução e renda familiar, são maioria aqueles que possuem nível médio e renda de 2 a 5 salários mínimos.

O aspecto sujeira foi indicado em sua maioria por homens, entrevistados com idade até 29 anos, por aqueles com nível médio de instrução e também por entrevistados com renda de 2 a 5 salários mínimos. Como apresentado na caracterização geral das praças e também na avaliação quali-quantitativa dos equipamentos e/ou mobiliários, a praça mais frequentada de Peabiru - Praça Eleutério Galdino de Andrade – por vezes entendida como única, apresenta-se de maneira geral em boas condições de limpeza, a qual é garantida por serviços periódicos de varrição realizada por funcionários municipais. Todavia, não há lixeiras distribuídas pelo espaço da praça, assim resíduos gerados durante o final de semana (período que não há serviço de limpeza/varrição) permanecem no logradouro até o seu recolhimento no início da semana, sendo a esse tipo de situação que os entrevistados se referem.

Os banheiros, citados por 7,0% dos entrevistados como sendo o aspecto de que menos gostam na praça, têm no público feminino a maior representação, sendo opinião igualitária entre as diferentes idades e níveis de instrução. Quanto à renda, essa indicação partiu em sua maioria dos entrevistados com ganho de 2 a 5 salários mínimos. Como apresentado, as principais reclamações são quanto à acessibilidade e ao fato de não ficar aberto no período noturno.

O consumo de bebidas alcoólicas nas praças foram fatores considerados negativos por 5,8% dos entrevistados. O perfil desses respondentes tem no sexo feminino maior parcela, aqueles com idade acima de 30 anos, renda superior a 5 salários mínimos, sendo equivalentes os percentuais entre os níveis de instrução médio e superior, 40,0%.

A falta de flores é um fator que desagrada as mulheres com idade superior a 30 anos, sendo em sua maioria entrevistadas as que têm renda entre 1 e 2 salários mínimos e nível médio de instrução.

A presença de ciclistas na praça⁴ como sendo o aspecto de que menos gosta foi resposta de mulheres com idade superior a 30 anos, com representantes das faixas de renda mais elevadas, 2 a 5 salários mínimos e superior a 5 salários mínimos, e níveis médio e superior de instrução.

O que o peabiruense acha necessário melhorar na(s) praça(s) que frequenta - O fator mais citado pelos frequentadores das praças peabiruenses enquanto necessário de melhorias foi o aspecto segurança/vigilância com 30,2%; seguido da reivindicação por mais atrativos, 19,8%; instalação de lixeiras, 15,1%; instalação de bebedouros, 9,5%, plantio de flores, 7,1%, plantio de mais árvores, 6,3%; limpeza, 4,8%; conservação/manutenção das estruturas físicas, 4,0% e acessibilidade, 3,2%.

Embora se tratando de uma pequena cidade onde os índices de violência e insegurança são menores que nos grandes centros, o fator segurança/vigilância foi o mais citado pelos frequentadores das praças de Peabiru, fato que está relacionado à presença de população de/na rua, expressivamente indicada no questionamento anterior. Essa é opinião tanto de homens quanto de mulheres, em percentuais aproximados, 52,6% e 47,4% respectivamente. Em sua maioria por aqueles com idade até 29 anos, nível médio de instrução e renda de 2 a 5 salários mínimos.

O segundo aspecto, somado ao primeiro, representa 50,0% da opinião dos respondentes, trata-se dos atrativos. Os usuários das praças de Peabiru mencionaram a necessidade por mais equipamentos, principalmente de lazer ativo, nos logradouros. Esses respondentes são, em sua maioria, mulheres; quanto à idade, há certo equilíbrio entre os mais jovens e mais vividos, 48,0% e 52,0% respectivamente, por aqueles com ensino médio, e também por quem tem renda familiar de 2 a 5 salários mínimos.

Como apresentado no levantamento quantitativo, as praças peabiruenses não apresentam lixeiras em quantidade suficiente, fato que contribuiu para que 15,1% dos entrevistados mencionassem a necessidade de instalação do referido mobiliário. Esse tipo de reivindicação evidencia o comprometimento dos frequentadores com a questão ambiental, e com a manutenção dos logradouros. O perfil desses respondentes tem no sexo feminino maior parcela; naqueles com idade até 29 anos, renda de 2 a 5 salários mínimos, sendo semelhantes os percentuais entre os níveis de instrução.

As necessidades de melhorias relacionadas à instalação de bebedouros foi resposta dada na maioria das vezes por mulheres; também por aqueles com idade até 29 anos, renda de

⁴ Os ciclistas a que os entrevistados se referem são cidadãos que utilizam a praça como via, para acessar um ponto a outro da cidade.

2 a 5 salários mínimos e por entrevistados de nível médio de instrução. Das classes de variáveis analisadas, a única que não teve representantes foi a de entrevistados com renda superior a 5 salários mínimos, indicando ser esse um tipo de mobiliário de maior interesse e necessidade para os usuários com menor poder econômico.

A inserção de flores nas praças de Peabiru foi citada como melhoria necessária principalmente por mulheres; por quem tem idade acima de 30 anos, renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de instrução.

Como apresentado na caracterização dos logradouros, a Praça Eleutério Galdino de Andrade (mais frequentada de Peabiru) passou por processo de remodelação no ano de 2009, e, nessa intervenção, espécies arbóreas foram substituídas por palmeiras, fato que ainda contemporaneamente divide a opinião dos frequentadores. Dos entrevistados que citaram o plantio de mais árvores como melhoria necessária, estão em sua maioria mulheres; quanto à idade essa é opinião igualitária entre jovens e mais vividos; pessoas com renda de 2 a 5 salários mínimos; e quanto ao nível de instrução as maiores representações são de entrevistados que possuem nível médio e superior.

Dos 4,8% dos respondentes que citaram o aspecto limpeza como melhoria necessária nas praças peabiruenses, em sua maioria são mulheres; aqueles com idade até 29 anos, renda de 2 a 5 salários mínimos e níveis de instrução médio e superior.

A questão conservação/manutenção das estruturas foi requisitada principalmente por mulheres; por aqueles que têm idade até 29 anos, renda de 2 a 5 salários mínimos e nível superior de instrução.

O fator acessibilidade, como algo a melhorar nas praças de Peabiru, foi mencionado em sua maioria por homens; por pessoas com até 29 anos de idade, por aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de instrução. Quanto ao nível de instrução tem naqueles com ensino médio a maior representação.

Por que o peabiruense não frequenta as suas praças - Dos entrevistados 58,9% disseram não frequentar nenhuma das praças de Peabiru. Sendo sobre esse montante a que se referem os dados discutidos na sequência.

O principal motivo apresentado como justificativa para o fato de não se frequentar praças refere-se aos poucos atrativos que esses logradouros oferecem aos cidadãos (21,6%), ou seja, se fossem conhecidas as necessidades e anseios dos munícipes o fluxo de pessoas às praças poderia ser ainda mais expressivo nas pequenas cidades; o segundo motivo mais citado foi a falta de tempo (18%) e o terceiro, o fato de não gostar (16,8%). E, com respectivamente

12,0%, 10,8%, 9,6%, 4,2%, 4,0%, 3,0%, 2,4% e 1,8% apareceram na sequência os motivos: não gosta de sair/prefere ficar em casa, falta segurança, não tem costume, prefere outros lugares, é local para jovens, tem problemas de saúde e não tem vontade.

O fato de não ter atrativos é motivo em equivalentes percentuais tanto para homens quanto para mulheres não frequentarem as praças. Também em relação à idade há representantes em quantidades semelhantes de pessoas com até 29 anos e superior a essa, ou seja, independente do sexo ou da idade, a falta de atrativos é uma constatação na opinião desses cidadãos. Em relação ao nível de instrução a maioria são pessoas com ensino superior; e quanto à renda são as classes melhor remuneradas que expressaram essa opinião. Para essa resposta não há respondentes com renda de até 1 salário mínimo, e nem com nível fundamental de instrução. Infere-se que renda e níveis de instrução mais elevados resultam em maior exigência do cidadão.

A falta de tempo foi motivo apresentado tanto por homens como por mulheres, 43,3% e 56,7% respectivamente. Quanto à idade a maioria são pessoas com 30 anos ou mais, infere-se que a maior carga de responsabilidade com trabalho, afazeres domésticos e familiares dessa faixa etária tenha relação com a justificativa apresentada para o fato de não frequentar praças. Em relação à renda a maioria dos respondentes recebe de 1 a 2 salários mínimos, ou seja, são pessoas que provavelmente trabalham como assalariados durante a semana e nos fins de semana têm as atividades domésticas para fazer. Quanto grau de instrução há representantes de todos os níveis.

Dos respondentes que disseram não frequentar as praças pelo fato de não gostarem, a maioria são mulheres; aqueles com idade acima de 30 anos, com renda de 2 a 5 salários mínimos, sendo que para o nível de instrução os percentuais assemelham-se.

A justificativa “não gosta de sair/prefere ficar em casa” foi resposta em percentuais igualitários de homens e mulheres, daqueles com idade acima de 30 anos, renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de instrução. O perfil desses entrevistados assemelhar-se-á com aqueles que dizem ser a praça local para os jovens.

A falta de segurança/presença de população de/na rua foi citada na maioria das vezes por mulheres; aqueles com idade acima dos 30 anos, renda de 2 a 5 salários mínimos e níveis de instrução médio e superior.

A justificativa “não ter costume” foi dada principalmente por mulheres; por aqueles com idade acima de 30 anos (87,5%), das camadas com melhores condições econômicas e

entrevistados com nível superior de instrução. Novamente as melhores condições de renda e instrução caracterizam cidadãos que não vão à praça.

Dos que não vão às praças por preferirem outros lugares, em sua maioria são homens; aqueles com idade até 29 anos, com renda de 2 a 5 salários mínimos e por entrevistados com nível superior de instrução.

Dos entrevistados, 3,0% disseram não frequentar as praças da cidade por estas configurarem-se em locais para jovens. Evidencia-se nessa argumentação o entendimento da praça como o local de agito, encontros, namoros, como também o fato de nenhuma das praças de Peabiru apresentarem estruturas para a terceira idade. O perfil desses respondentes caracteriza-se na sua maioria por mulheres; aqueles com idade de 30 anos ou mais, renda de 2 a 5 salários mínimos e por entrevistados com nível fundamental e médio de instrução.

Problema de saúde (dificuldade de locomoção) como motivo para o fato de não frequentar praças, foi citado por mulheres, com mais de 30 anos de idade e nível fundamental de instrução, em sua maioria com renda de até 1 salário mínimo.

A falta de vontade foi resposta citada por pessoas com mais de 30 anos de idade, em sua maioria homens, por aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e nível fundamental de instrução.

Opinião dos peabiruenses sobre as praças da cidade - Perguntou-se a todos os entrevistados, independente de frequentarem ou não algumas das praças de Peabiru, qual a sua opinião sobre esses logradouros.

A maior parcela dos entrevistados, 47,3%, considera as praças peabiruenses como boas/bonitas (fato corroborado na avaliação qualitativa da praças de Peabiru). Todavia faz-se necessário recordar que muitos consideram como praça apenas o logradouro central – Praça Eleutério Galdino de Andrade, em detrimento dos outros logradouros, Praça Silvio de Barros e Praça sem denominação; a segunda opinião que mais se repetiu foi a de que esses logradouros são pouco atrativos, 20,3% (fato esse também evidenciado quando do levantamento quantitativo de equipamentos/mobiliários), seguida da opinião que são espaços onde falta segurança, 13,5%; de que somente a Praça Eleutério Galdino de Andrade está em boas condições em detrimento das outras duas, 10,5%; necessitam de melhorias, 7,4%; e 1,0% dos entrevistados não tinham opinião formada sobre as praças de Peabiru quando da realização desta pesquisa.

Homens e mulheres, de diferentes níveis de instrução, avaliam as praças peabiruenses como boas/bonitas; quanto à idade essa é opinião na maioria de pessoas com mais de 30 anos e daqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos.

A concepção de que as praças peabiruenses são pouco atrativas é opinião principalmente de mulheres (63,3%). Quanto à idade esse é o julgamento tanto de jovens como dos mais vividos, em percentuais aproximados, daqueles com melhores condições econômicas e nível superior de instrução.

O perfil dos respondentes que acham que falta segurança nas praças de Peabiru tem a maior representação no sexo feminino; pessoas com idade superior a 30 anos, aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e entrevistado com níveis médio e superior de instrução.

Dos entrevistados, 10,5% consideram que apenas a Praça Eleutério Galdino de Andrade encontra-se em boas condições, sendo esta opinião em percentuais semelhantes para homens e mulheres, jovens e mais vividos e também para aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e com níveis médio e superior de instrução.

Para 7,4% dos entrevistados as praças de Peabiru precisam de melhorias. O perfil desses respondentes caracteriza-se em sua maioria por mulheres. Em relação à idade os índices entre os que estão na faixa de até 29 anos e acima disso assemelham-se. Quanto à renda e escolaridade referem-se às pessoas que recebem de 2 a 5 salários mínimos e àqueles que têm nível fundamental de instrução. Esse tipo de resposta “precisam de melhorias” sem especificar exatamente o que, tem relação com o baixo nível de instrução do entrevistado.

Os entrevistados que não tinham opinião formada quanto às praças peabiruenses quando da realização deste levantamento caracterizam-se em sua maioria por mulheres; aqueles com mais de 30 anos de idade, renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e por aqueles que com nível de instrução fundamental.

De maneira geral, a opinião da população de Peabiru quanto às suas praças é positiva. Tem-se 47,3% dos entrevistados expressaram um conceito otimista em relação a esses logradouros, e 41,2% uma visão negativa.

6.2 A ENQUETE EM ARARUNA

Comparando a amostra ($n = 192$)⁵ com o perfil da população de Araruna, segundo censo demográfico IBGE de 2010, tem-se:

5 As entrevistas na cidade de Araruna foram realizadas no período de 12 de abril de 2012 a 20 de abril de 2012.

Segundo a idade – Quanto às faixas etárias em que se encontram distribuídas a população real de Araruna e as contempladas na amostra, as variações mais significativas ocorrem nas faixas de idade de 20 a 29 anos e de 50 a 59 anos, sendo respectivamente 5,1 e 6,7 pontos percentuais a mais nas pessoas entrevistadas (Tabela 35).

Tabela 35 – Distribuição por faixas etárias da amostra e da população real de Araruna.

Faixas etárias	Amostra (%)	População real* (%)
13 a 19 anos	14,6	13,1
20 a 29 anos	21,4	16,3
30 a 39 anos	18,2	15,7
40 a 49 anos	17,2	14,4
50 a 59 anos	16,7	10,0
60 anos ou mais	11,9	12,4

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*População urbana - Censo demográfico IBGE – 2010b.

Segundo o sexo – Dos entrevistados 46,9% são pessoas do sexo masculino e 53,1% do sexo feminino, enquanto a população real é composta por 49,8% de homens e 50,2% de mulheres.

Segundo grau de instrução – Quando se comparam os dados da amostra com a população real de Araruna em relação ao grau de instrução, verifica-se que a maior discrepância encontra-se na categoria sem instrução/ensino fundamental incompleto (36,3 pontos percentuais para menos na amostra), atribuí-se tal condição em partes por essas pessoas mostrarem-se inibidas a participar de uma entrevista justamente por seu baixo grau de instrução, e ainda os dados do IBGE (2010) consideram pessoas a partir de 10 anos, e o público alvo da pesquisa é a partir de 13 anos (Tabela 36).

Tabela 36 – Distribuição por nível de escolaridade da amostra e da população real de Araruna.

Grau de instrução	Amostra (%)	População real* (%)
Sem instrução/fundamental incompleto	20,8	57,1
Fundamental completo e médio incompleto	26,0	17,7
Médio completo e superior incompleto	38,0	20,9
Superior completo	15,1	4,3

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*Censo demográfico IBGE – 2010c

Na classificação adotada nesta pesquisa, onde se agrupou em ensino fundamental aqueles que disseram possuir ensino fundamental completo, incompleto e sem instrução⁶; em

6 Na cidade de Araruna o percentual de entrevistados classificados como analfabetos é de 6,25%; sendo que destes 0,52% (1 pessoa) frequenta praças. Considerando que a maior parte das análises que tomam por

ensino médio aqueles com ensino médio completo e incompleto; e em ensino superior os pós-graduados e titulares de ensino superior completo e incompleto, tem-se que 31,8% dos entrevistados encontram-se na categoria de ensino fundamental, 46,3% de ensino médio e 21,9% de ensino superior.

Segundo a renda familiar – quando se compara a amostra com a população real de Araruna no que se refere à renda, observa-se que a maior discrepância encontra-se na faixa de mais de 1 a 2 salários mínimos, 8,7 pontos percentuais para menos na amostra (Tabela 37).

Tabela 37 – Distribuição por faixas de rendas (número de salários mínimos⁷) da amostra e da população real de Araruna.

Faixas de rendas	Amostra (%)	População real* (%)
Até 1 salário mínimo	16,2	13,7
Mais de 1 a 2 salários mínimos	20,3	29,0
Mais de 2 a 5 salários mínimos	42,7	44,9
Mais de 5 a 10 salários mínimos	15,6	9,9
Mais de 10 salários mínimos	5,2	2,5

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*Censo demográfico IBGE – 2010d

Principal ocupação ou atividade – Identificou-se que 65,6% dos entrevistados trabalham com carteira assinada e/ou tem seu próprio negócio, 12,0% são estudantes, 10,9% aposentados, 9,9% donas de casa e 1,6% desempregados.

Horas trabalhadas x horas dedicadas ao lazer – Dos entrevistados na cidade de Araruna a maioria, 69,5%, respondeu que trabalha semanalmente até 44 horas; 24,4% dedicam de 45 a 60 horas semanais ao trabalho e, minoritariamente, 6,1% trabalham mais de 60 horas por semana.

Quanto ao tempo dedicado ao lazer, a maioria, 40,4%, disse que dedica de 9 a 16 horas semanais para o lazer, em geral sábados e domingos, 34,2% de 1 a 8 horas (na maioria domingos) e 25,4% responderam que têm mais de 16 horas semanais para o lazer.

Perguntou-se também ao entrevistado se nos dias de folga, na maioria das vezes, ele costuma ficar em casa ou sair. A maioria 57,6% respondeu que fica em casa e 42,4% que sai.

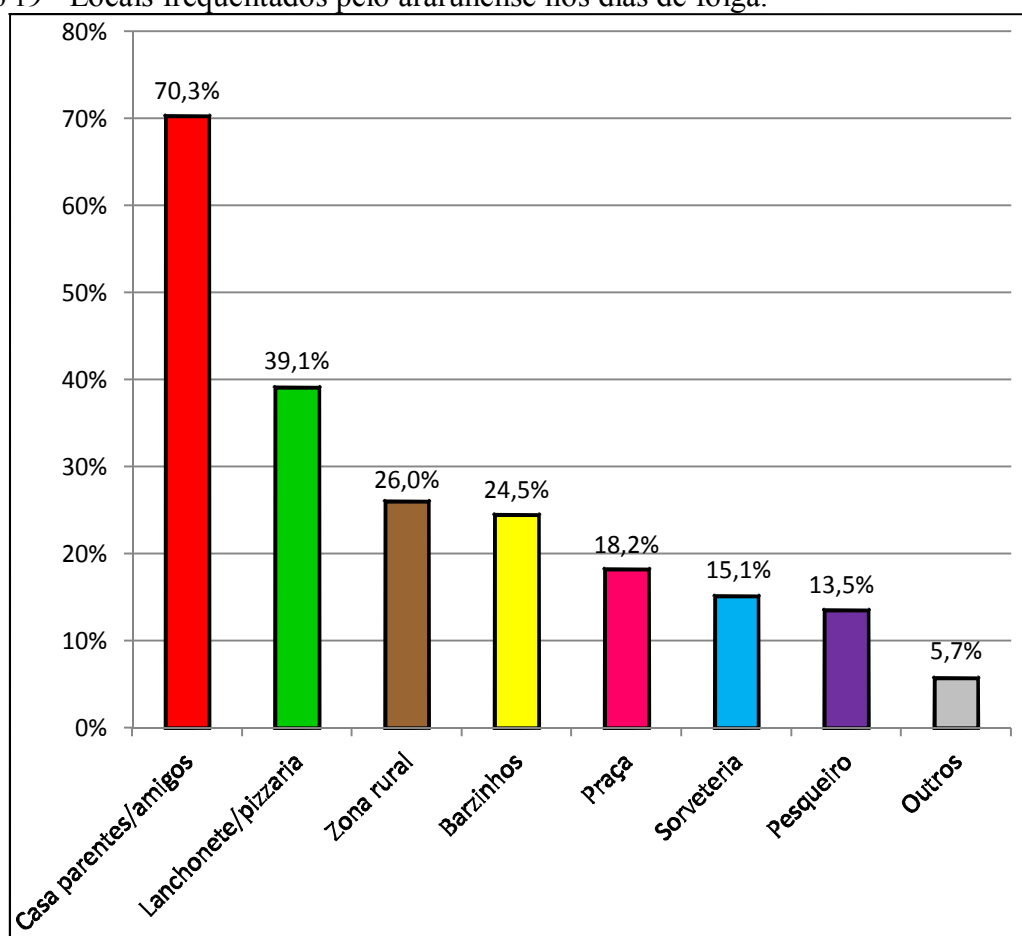
Tempo livre e locais de frequência - Perguntou-se aos ararunenses até três lugares que eles costumam frequentar nos momentos de folga, em ordem decrescente de escolha

referência o grau de escolaridade, refere-se a questionamentos feitos somente a cidadãos que frequentam esses logradouros, optou-se por agrupá-lo na classe de ensino fundamental, do contrário a opinião de uma pessoa representaria o grupo.

7 Valor do salário mínimo quando da realização da enquête (abril/2012): R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

obteve-se: casa de parentes e/ou amigos, 70,3%; lanchonete/pizzaria, 39,1%; zona rural, 26,0%; barzinhos, 24,5%; praça, 18,2%, sorveteria, 15,1%; pesqueiro, 13,5% e outros 5,7%. A praça foi o quinto lugar indicado pelos entrevistados, estando à frente de sorveteria e pesqueiro (Gráfico 19).

Gráfico 19 - Locais frequentados pelo ararunense nos dias de folga.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

A *casa de parentes e/ou amigos* foi o lugar mais indicado pelos ararunenses como local de destino nos momentos de folga. Sendo essa uma prática comum para homens e mulheres, jovens e mais vividos, de diferentes faixas de renda e graus de escolaridade.

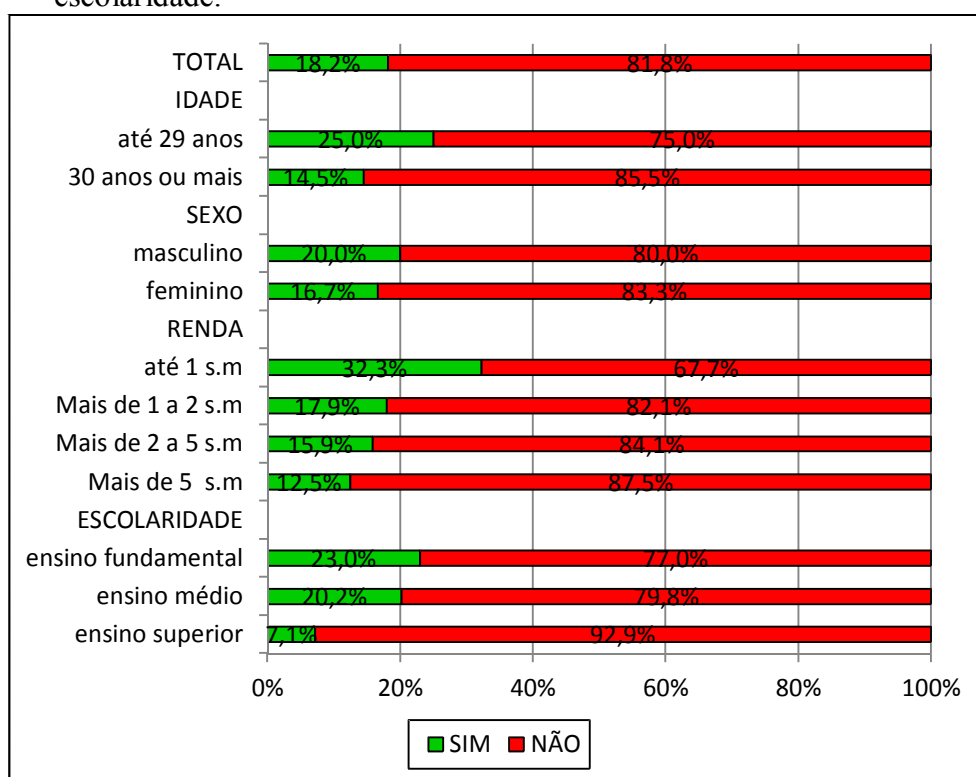
Ir à *lanchonete/pizzaria* é programa principalmente daqueles com idade de até 29 anos, de ambos os sexos. Quanto à renda e nível de instrução, mais significativamente, são aqueles das faixas mais elevadas e nível superior de instrução.

A *zona rural* foi o terceiro local mais citado pelos ararunenses entrevistados. Dos cidadãos que a mencionaram estão em sua maioria aqueles com idade de 30 anos ou mais; em percentuais semelhantes quanto a sexo, os de menor renda; e mais baixo nível de instrução.

Em Araruna, ir a *barzinhos* é programa em sua maioria daqueles com idade até 29 anos, do sexo masculino, das faixas de renda mais elevadas; e daqueles com nível superior de instrução. Por meio das características dos respondentes, infere-se que sejam frequentadores de um bar específico, elitizado, localizado na entrada da cidade de Araruna.

A *praça* como local de destino nos momentos de folga foi citada em sua maioria pelos jovens ararunenses (aqueles com idade de até 29 anos). Em percentuais semelhantes quanto ao sexo; pelas diferentes faixas de renda e nível de instrução, no entanto com maior expressividade naqueles com menor poder aquisitivo e nos com níveis mais baixos de escolaridade (Gráfico 20). Por meio dessas variáveis, infere-se que em Araruna a praça é frequentada em sua maioria pelas pessoas mais humildes. Percebeu-se certo “preconceito” por parte de alguns entrevistados com o ambiente da praça, como se esta estivesse rotulada como um espaço impróprio para um convívio saudável, familiar, de pessoas de bem.

Gráfico 20 – Se frequenta praças nos dias de folga, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.

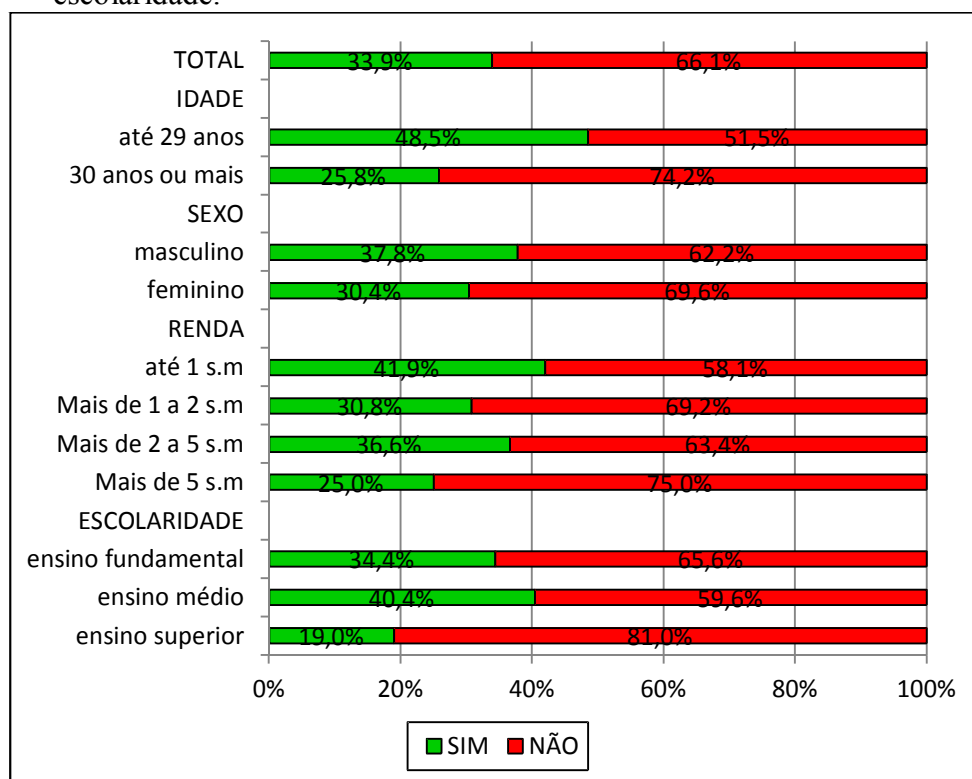


Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Perfil dos ararunenses que frequentam alguma praça da cidade – Quando questionados especificamente em relação a frequentar ou não alguma praça da cidade, 33,9% dos entrevistados responderam afirmativamente, ou seja, um percentual maior do que aqueles

que citaram a praça como local de destino nos momentos de folga, 18,2%. Como apresentado em outros momentos, infere-se que este fato tenha relação com o sombreamento, menor frequência e/ou *status* que é conferido a outros lugares em detrimento da praça. Quanto ao perfil dos ararunenses que disseram frequentar praças da cidade, este assemelha-se com o daqueles que indicaram a praça como local de destino nos momentos de folga, ou seja, reafirma-se que se configuram em sua maioria por jovens, certo equilíbrio entre os sexos e, mais expressivamente, aqueles com menor renda e níveis fundamental e médio de instrução (Gráfico 21).

Gráfico 21 – Frequentam alguma praça de Araruna, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Praças frequentadas pelos ararunenses – Comumente as pequenas cidades caracterizam-se morfologicamente pela presença de uma praça principal e esta geralmente associada a uma igreja matriz. Em Araruna, trata-se da Praça Nossa Senhora do Rocio, sendo este o logradouro mais citado pelos entrevistados que disseram frequentar praças da cidade (80,0%). O segundo logradouro mais frequentado refere-se à Praça dos Funcionários (10,7%). Essas duas praças, quando da realização desta pesquisa, eram as únicas que apresentavam atrativos que possibilitassem o lazer ativo, ATI's, e satisfatórias áreas sombreadas. A Praça

sem denominação nº 2 e a Praça Josefina Rorato foram mencionadas respectivamente por 6,7% e 2,7% dos entrevistados. O logradouro não mencionado pelos ararunenses refere-se à Praça sem denominação nº 1, na qual se encontra alocada a Biblioteca Cidadã.

Dia da semana e período em que o ararunense costuma ir à praça – Verificou-se que a maioria dos entrevistados, 41,8%, costuma ir à praça aos domingos, seguido daqueles que costumam frequentá-las nos dias de semana (segunda a sexta-feira) 30,4%; e com menor expressividade aqueles que optam pelos sábados, 27,8%. Sendo os períodos vespertino e noturno os que congregam a maior parcela dos frequentadores, 50,7% e 44,8% respectivamente. Fato esse corroborado nos trabalhos de campo, onde se evidenciou um maior fluxo dos cidadãos às praças ararunenses aos domingos, no período da tarde e início da noite. O período matutino foi citado por 4,5% dos entrevistados. Ao fazer uma leitura pontual por dias da semana e período tem-se que:

Durante a semana de manhã: o público das praças ararunenses caracteriza-se por pessoas com idade acima de 30 anos e em sua maioria do sexo feminino. Infere-se que estes frequentadores têm como principal motivação o uso das ATI's.

Durante a semana à tarde, assim como diagnosticado no período matutino, a maioria dos frequentadores tem idade superior a 30 anos, sendo que para este período há certo equilíbrio entre os sexos.

Durante a semana à noite há uma inversão no perfil dos frequentadores das praças de Araruna, configurando-se em sua maioria por jovens, aqueles com idade de até 29 anos. Com percentuais semelhantes quanto ao sexo.

No *sábado à tarde* as praças ararunenses são frequentadas em percentuais equivalentes pelas diferentes faixas de idade, caracterizando-se em sua maioria por mulheres.

Aos *sábados à noite* a praça é espaço do jovem, 66,7%, sendo o sexo masculino com maior representatividade, 66,7%.

No *domingo à tarde*, dia e período de maior fluxo dos ararunenses às praças, estas se configuram por espaços ecléticos, pois há certo equilíbrio entre as diferentes faixas de idade e equivalência entre os sexos.

Aos *domingos à noite* o público é em sua maioria formado por jovens, 77,8%, do sexo masculino, 77,8%.

De maneira geral, evidencia-se que no período noturno, independente do dia da semana, as praças ararunenses são espaços frequentados em sua maioria por jovens, aqueles com até 29 anos de idade.

Nos finais de semana à noite (sábados e domingos) tem-se uma superioridade de frequentadores do sexo masculino nas praças de Araruna, acredita-se que este fato tenha relação com a sensação de insegurança manifestada por alguns cidadãos devido à ocorrência de episódios de brigas e prática de atividades de conduta duvidosa nas praças, afastando assim principalmente as mulheres. Durante a semana há certo equilíbrio entre homens e mulheres, possivelmente devido ao afluxo de cidadãos à Praça Nossa Senhora do Rocio em função da feira do produtor rural que ocorre às sextas-feiras e caracteriza-se por um evento familiar.

Tempo de permanência do ararunense nas praças – Dos ararunenses entrevistados que costumam frequentar as praças da cidade, 50,8% disseram permanecer mais de 1 hora a 3 horas; 26,2% mais de 30 minutos a 1 hora; 13,8% até 30 minutos e 9,2% mais de 3 horas. Em relação ao perfil desses frequentadores tem-se uma tendência aos mais vivos permanecer menor tempo e os mais jovens um tempo maior. Em sua maioria são os jovens do sexo masculino que permanecem mais de 3 horas no logradouro. A expressividade no tempo de permanência dos ararunenses em suas praças corrobora em indicar que esses espaços configuram-se por ambientes de permanência e não apenas de passagem.

Motivos que levam o ararunense a uma praça – Quando questionados sobre o que os motiva a ida às praças, a maioria dos entrevistados 37,3%, disseram ser para encontrar e conversar com amigos, o que expressa a função social das praças nas pequenas cidades.

As demais motivações citadas foram: passear, lembrada por 19,3%; ver o movimento, por 8,4%; descansar, por 7,2%; exercitar-se, por 7,2%; levar criança para brincar, por 7,2%; distrair-se, por 6,0% e divertir-se, por 4,8%.

Ir à praça com o intuito de encontrar/conversar, foi o motivo apresentado por entrevistados de todas as categorias analisadas, homens, mulheres, jovens, mais vivos, das variadas faixas de renda e escolaridade. Sendo que numericamente esta foi a resposta dada em sua maioria por ararunenses com idade de até 29 anos, 58,1%; do sexo masculino, 67,7%; com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos, 35,5%; e nível médio de instrução, 54,8%.

Ir à praça para passear foi citado em sua maioria por pessoas com 30 anos ou mais de idade, 62,5%; em percentuais semelhantes para os sexos; por aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos, 62,5%; e cidadãos com níveis fundamental ou médio de instrução, 37,5% e 50,0% respectivamente. Nos trabalhos de campo verificou-se que principalmente aos domingos à tarde é comum a presença de pessoas visitando a gruta na Praça Nossa Senhora do Rocio, caminhando pela praça, com curto período de permanência, ou seja, características de um “passeio pela praça”.

A centralidade, principalmente referente à Praça Nossa Senhora do Rocio, faz com que parte do afluxo ao logradouro tenha como motivação ver o movimento. Dos 8,4% dos entrevistados que disseram ser esse o motivo, estes são em sua maioria jovens, 57,1%; aqueles do sexo masculino, 85,7%, com renda de até 1 salário mínimo, 42,9%, e nível fundamental de instrução, 71,4%. Nesse grupo de entrevistados não há representantes com renda superior a 5 salários mínimos, e com nível superior de instrução, indicando que são as pessoas mais humildes as que têm esse tipo de interesse ao frequentar as praças ararunenses.

Ir à praça com o intuito de descansar foi o motivo citado em igual percentual por jovens e por aqueles com idade superior a 30 anos; em sua maioria por mulheres, 66,7%; por aqueles com renda de até 1 salário mínimo, 50,0%; e por quem tem nível fundamental de instrução, 50,0%.

Duas praças de Araruna, Praça Nossa Senhora do Rocio e Praça dos Funcionários, possuem em seu mobiliário ATI's, fato que contribuiu para o afluxo de cidadãos com interesse em exercitar-se. Sendo estes em sua maioria pessoas com idade acima dos 30 anos, 83,3%; do sexo feminino, 66,7%; com renda de 1 a 2 salários mínimos, 66,7%; e nível médio de instrução, 66,7%. Para esse objetivo não foram constatados ararunenses com renda maior que 5 salários mínimos, nem com nível superior de escolaridade. Indicando novamente o perfil de pessoas mais simples, humildes que frequentam as praças de Araruna.

A Praça Nossa Senhora do Rocio possui entre seus atrativos um parque infantil, sendo que dos entrevistados 7,2% disseram que levam crianças para brincar no logradouro. Esse é o objetivo em sua maioria de pessoas com idade superior a 30 anos, 83,3%; mulheres, 83,3%; com renda de 2 a 5 salários mínimos, 66,7%; e nível médio de instrução, 66,7%.

A praça entendida como local para distração foi lembrada principalmente por aqueles com idade de 30 anos ou mais, 60,0%; do sexo feminino, 80,0%; com renda de 2 a 5 salários mínimos, 60,0%; e nível médio de instrução, 60,0%. O perfil desses cidadãos remete àquelas pessoas que tem o ir à praça como forma de sair da rotina, espairecer.

Para 4,8% dos entrevistados a praça é tida como local de diversão. Sendo estes em sua maioria jovens, 75,0%; do sexo feminino, 75,0%; os com renda de 2 a 5 salários mínimos, e pelos que apresentam nível médio de instrução, 75,0%. Não há representação de pessoas com renda superior a 5 salários mínimos e com nível superior de escolaridade que buscam a praça como forma de diversão. Infere-se que esse público tenha acesso e preferência a outros lugares, em geral formas de entretenimento pagas.

De que o araranense mais gosta na(s) praça(s) que frequenta – Para esse questionamento a maioria dos entrevistados, 25,3%, fez menção à gruta localizada junto a Praça Nossa Senhora do Rocio; em segundo lugar aparecem “as pessoas, a possibilidade do encontro”, 20,0%.

Na sequência do que os araranenses mais gostam nas praças que frequentam está: o verde, 4,7%; as ATI's, 12,0%; a tranquilidade, 8,0%; a casa da cultura, 5,3%; o ambiente, 5,3%; e o mobiliário, 5,3% (bancos/luminárias).

Quando se analisa o perfil de quem citou a Gruta Nossa Senhora do Rocio evidencia-se certa proporcionalidade em relação a homens e mulheres; em sua maioria aqueles com idade de 30 anos ou mais, os que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e que possuem nível fundamental ou médio de instrução. A expressividade de cidadãos que se referiram à gruta como aquilo de que mais gostam na praça que frequentam tem relação com o poder da igreja católica na vivência das pessoas e na cultura interiorana. Infere-se que o fato de se referir à gruta seria uma maneira de enaltecer os aspectos sagrados em detrimento dos profanos, muitas vezes vinculados a esse tipo de logradouro público.

O ir à praça, motivado pela possibilidade de encontrar-se com outras pessoas, foi lembrado em sua maioria por aqueles com idade de até 29 anos; sendo a maior parcela do sexo masculino, aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e por quem possui nível médio de instrução. A superioridade de jovens que disseram ser esse o fator de que mais gostam na praça que frequentam, indica que principalmente para essa faixa de idade a praça é vista como um local de encontro, sociabilização e permanência.

O verde foi citado em percentuais semelhantes por entrevistados do sexo masculino e feminino; sendo em sua maioria aqueles com idade até 29 anos. Infere-se que o fato dos mais jovens permanecerem por períodos mais longos no logradouro faz com que estes valorizem e estimem com maior ênfase tal aspecto, principalmente no que se refere às áreas sombreadas. Em relação à renda foram os entrevistados que recebem de 2 a 5 salários mínimos que mais citaram esse aspecto e aqueles com nível médio de instrução.

As ATI's como aquilo de que mais gosta na praça que frequenta é opinião em sua maioria de pessoas com 30 anos ou mais de idade, de ambos os sexos. Em relação à renda, são os cidadãos com menores ganhos os que mais prezam por esse atrativo, não havendo representação de entrevistados com renda superior a 5 salários mínimos. Quanto ao nível de instrução são aqueles com nível fundamental e médio, não havendo também representantes com nível superior de escolaridade.

A tranquilidade oferecida pelo logradouro é preferência daqueles com idade de até 29 anos; em percentuais equivalentes quanto ao sexo; sendo mais representativos os que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de instrução. Sendo que para esse aspecto há cidadãos de todas as faixas de renda e nível de escolaridade.

Dos 5,3% de entrevistados que mencionaram a casa da cultura (edificação alocada junto à Praça Nossa Senhora do Rocio) como aquilo de que mais gostam na praça que frequentam, a maioria são pessoas com 30 anos ou mais de idade; do sexo masculino; aqueles com renda superior a 5 salários mínimos e com nível fundamental ou superior de instrução.

O ambiente foi citado por 5,3% dos ararunenses entrevistados como sendo do que mais gostam na praça que frequentam. Infere-se que parte das respostas tenha relação com o aspecto localização do logradouro, em especial referente à praça central de Araruna – Praça Nossa Senhora do Rocio, justamente pela centralidade que exerce.

O mobiliário, referindo-se nesse item especificamente aos bancos e luminárias, é fator que agrada principalmente os jovens (75,0%); do sexo masculino (75,0%). Sendo esse público que costuma permanecer por maior tempo nas praças e frequentá-las no período noturno. Quanto à renda, majoritariamente foram aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos que citaram esse aspecto; em relação à escolaridade, a maioria é de entrevistados com nível médio de instrução (75,0%).

Entre os atrativos da Praça Nossa Senhora do Rocio está um parque infantil. Sendo este citado por 4,0% dos entrevistados como aquilo de que mais gostam na praça que frequentam. Em sua maioria aqueles com mais de 30 anos de idade, do sexo feminino, com renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de instrução. Infere-se que estes sejam pais e/ou responsáveis por crianças, que tem o ir à praça para acompanhar o público infantil.

De que o ararunense menos gosta na(s) praça(s) que frequenta – Quando questionados sobre aquilo que mais os desagradam, a maioria, 40,6% dos entrevistados mencionou a presença de indesejáveis, entendidos como usuários de drogas, população de/na rua, e também o aspecto de insegurança que esta situação gera. A sujeira foi o segundo elemento mais citado, 17,4%. Na sequência aparecem os fatores: falta de sombra, 8,7%; vandalismo/bagunça, 8,7%; a construção de quiosques de alimentação na Praça Nossa Senhora do Rocio, 7,2%; a falta de conservação/manutenção, 5,8%; a casa da cultura na praça, 4,3%; o consumo de bebidas alcoólicas, 4,3%; e o barulho/som alto, 2,9%.

Dos entrevistados que alegaram ser a presença de indesejáveis o fator de que menos gostam na praça que frequentam em sua maioria são aqueles com idade de até 29 anos,

indicando que este tipo de situação inibe e incomoda também a presença dos jovens nos logradouros; em relação ao sexo essa é opinião em percentuais semelhantes para homens e mulheres; em relação à renda e nível de instrução há representantes de todas as classes, sendo em sua maioria aqueles com rendimentos de 2 a 5 salários mínimos e os que possuem ensino médio.

A sujeira foi o segundo aspecto mais citado pelos ararunenses em relação àquilo de que menos gostam nas praças que frequentam. Sendo essa a opinião, em percentuais equivalentes, tanto dos mais vividos como dos mais jovens; na maioria mulheres, aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e com nível médio de instrução. Esse tipo de situação é decorrente da ausência e/ou quantidade e distribuição insatisfatórias de lixeiras, bem como de serviços rotineiros de limpeza pública.

Dos 8,7% dos entrevistados que alegaram ser a falta de sombra o fator de que menos gostam na praça que frequentam, em sua maioria são mulheres, 83,3%. Quanto à idade predominam as pessoas com até 29 anos, o que está relacionado ao fato desse público permanecer por períodos mais longos no logradouro. Em relação à renda são aqueles que recebem de 2 a 5 salários mínimos; e também os que possuem os graus mais elevados de instrução.

O vandalismo/bagunça, que tem relação com o descuido com a coisa pública e desrespeito com o direito de uso de todos os cidadãos, é fator que desagrada em sua maioria homens; aqueles com idade de 30 anos ou mais; com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e níveis fundamental ou médio de instrução.

O fato de ser a Praça Nossa Senhora do Rocio o logradouro mais frequentado pelos entrevistados, faz com que parcela significativa das respostas tenha esse logradouro como única referência, como é o caso dos ararunenses que citaram a construção dos quiosques de alimentação como sendo o aspecto que mais os desagrada na praça. O perfil desses respondentes caracteriza-se em sua maioria por pessoas com 30 anos ou mais de idade, do sexo feminino, com renda superior a 5 salários mínimos e níveis fundamental ou superior de instrução. Parte dos entrevistados julga errônea a decisão de ocupar parte do espaço livre da praça para a instalação dos referidos quiosques; e outros questionam a demora na conclusão da obra, que estava prevista para dezembro de 2011.

A falta de manutenção e conservação das praças é algo que desagrada tanto os jovens como os mais vividos. Em relação ao sexo são os homens que mais se incomodam com essa situação; aqueles com menores rendas e os que têm nível médio de instrução.

Assim como foram registrados casos de ararunenses contrários a construção de quiosques de alimentação no espaço na Praça Nossa Senhora do Rocio, também se constataram cidadãos desfavoráveis ao prédio da casa da cultura estar alocado na referida praça, pois limita a área livre. O perfil desses respondentes caracteriza-se em sua maioria por aqueles com idade de até 29 anos; do sexo masculino; os que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de instrução.

Dos 4,3% de entrevistados que disseram ser o consumo de bebidas alcoólicas o que de menos gostam nas praças que frequentam, a maioria é de pessoas com até 29 anos, do sexo masculino, com renda de 2 a 5 salários mínimos. Sendo que em relação ao nível de instrução esta é opinião, em igual percentual, para os diferentes níveis.

O barulho/som alto, oriundo de frequentadores que costumam estacionar veículos nas proximidades das praças, é um fator que desagradam pessoas com 30 anos ou mais de idade; tanto homens como mulheres, aqueles com renda de 1 a 5 salários mínimos e os que possuem nível fundamental de instrução.

O que o ararunense acha necessário melhorar na(s) praça(s) que frequenta – Quando questionados sobre o que deveria melhorar nas praças de ararunenses, a maioria dos entrevistados (27,2%) citaram a segurança, corroborando com o aspecto de que menos gostam nos logradouros, a presença de indesejáveis, discutida na questão anterior. Condição que inibe um maior fluxo e apropriação das praças ararunenses. O segundo aspecto mais citado relaciona-se com a questão do verde, principalmente em relação às áreas sombreadas, consideradas por muitos insuficientes. A questão limpeza foi o terceiro aspecto mais lembrado, 14,8%. Os demais itens que na opinião dos entrevistados carecem de melhorias são: iluminação, 12,3%; conservação e manutenção das estruturas, 9,9%; os atrativos, 6,2%; a instalação de mais lixeiras e bancos, 4,9% e 3,7% respectivamente; e a construção de banheiros, 3,7%.

Durante os trabalhos de campo, e por meio dos dados da enquete, percebeu-se que os ararunenses consideram as praças da cidade inseguras. Essa é opinião tanto dos mais jovens como dos mais vividos, homens e mulheres, de diferentes faixas de renda e níveis de instrução. Numericamente foram os entrevistados do sexo masculino, 63,6%; aqueles com idade de até 29 anos, 59,1%; com renda de 2 a 5 salários mínimos, 31,8%; e ensino médio de instrução, 50,0%, que disseram ser necessárias melhorias nessa questão.

Outra reivindicação dos ararunenses refere-se à vegetação presente nas praças. Os entrevistados manifestaram a necessidade de haver mais áreas sombreadas, assim como maior

cuidado com paisagismo e embelezamento dos logradouros. Essa é opinião em sua maioria de mulheres, daqueles que tem idade de até 29 anos, dos que tem renda de 2 a 5 salários mínimos, e também daqueles que possuem nível médio de instrução.

A limpeza foi citada por 14,8% dos entrevistados como algo que precisa melhorar nas praças de Araruna. Essa é opinião tanto de homens como de mulheres, 45,5% e 54,5% respectivamente; em sua maioria daqueles com idade de 30 anos ou mais, 63,6%; dos entrevistados com renda de 2 a 5 salários mínimos, 45,5%; e dos que possuem nível médio de instrução, 81,8%.

Os entrevistados citaram a necessidade de mais iluminação nas praças, aspecto que de certa maneira tem relação com a questão de segurança do logradouro. Quanto ao perfil desses respondentes, são na maioria pessoas do sexo masculino, das diferentes faixas de idade, daqueles que possuem as maiores rendas e dos que possuem nível fundamental de instrução.

De acordo com 9,9% dos ararunenses entrevistados, a conservação/manutenção das estruturas é algo que precisa melhorar nas praças da cidade. Sendo esta a opinião em sua maioria dos homens; daqueles com 30 anos ou mais de idade; dos que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de instrução.

Outra reivindicação dos ararunenses é por melhorias nos atrativos que as praças dispõem. Essa é a opinião principalmente dos homens; daqueles que têm 30 anos ou mais de idade; dos que têm renda de 1 a 2 salários mínimos e de quem possui nível fundamental de instrução. Nenhuma das praças da cidade de Araruna possui mesas para jogos e/ou pistas de malha, os atrativos destinados as pessoas da terceira idade são as ATI's.

Relacionado com o aspecto da limpeza, 4,9% dos entrevistados gostariam que houvesse um número maior de lixeiras nas praças. Sendo esta a opinião em sua maioria de mulheres; daqueles com idade de até 29 anos, dos que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e dos que possuem nível médio de instrução.

As necessidades de melhorias relacionadas à instalação de uma quantidade maior de bancos foi resposta dada por mulheres; na maioria das vezes por aquelas com mais de 30 anos de idade; das diferentes faixas de renda e das que possuem nível médio de instrução. Constatou-se nos trabalhos de campo que há preferência por bancos nas áreas sombreadas, e especificamente na Praça Nossa Senhora do Rocio, a mais frequentada, também por bancos próximos a Avenida Presidente Getulio Vargas, a mais movimentada, para “ver e ser visto”.

Para 3,7% dos entrevistados entre as melhorias necessárias está a construção de banheiros nas praças. Sendo este um equipamento/mobiliário inexistente nas praças ararunenses. Essa reivindicação foi, na maioria das vezes, manifestada por jovens; por aqueles do sexo masculino; dos que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e dos que possuem ensino fundamental de instrução.

Por que o ararunense não frequenta as suas praças – Dos entrevistados 66,1% disseram não frequentar nenhuma das praças de Araruna. Sendo sobre esse montante a que se referem os dados discutidos na sequência.

O principal motivo apresentado como justificativa para o fato de não frequentar praças refere-se aos poucos atrativos que esses logradouros oferecem aos cidadãos (20,7%), ou seja, se fossem conhecidos os interesses da população o fluxo de pessoas às praças poderia ser mais expressivo; o segundo motivo mais citado foi a falta de tempo (17,1%); o terceiro a falta de segurança/presença de indesejáveis (15,7%); e o quarto o fato de não gostar (15,7%). E, com respectivamente 10,0%, 7,1%, 7,1% e 6,4% aparecem na sequência os motivos: não gosta de sair/prefere ficar em casa, é local para jovens, não tem costume e prefere outros lugares.

Dos ararunenses que alegaram a falta de atrativos como justificativa para o fato de não frequentarem as praças da cidade, estes são na maioria representados por mulheres; por aqueles com 30 anos ou mais de idade; os que têm as melhores condições econômicas (renda de mais de 5 salários mínimos); e os que possuem ensino médio ou superior de instrução.

A falta de tempo foi motivo apresentado na maioria das vezes por mulheres; por aqueles que têm 30 anos ou mais de idade; renda superior a 5 salários mínimos e níveis médio ou superior de instrução.

A falta de segurança/presença de indesejáveis foi citada por 15,7% dos entrevistados como justificativa para não frequentar as praças de Araruna. Essa é opinião de jovens e mais vividos, homens e mulheres em percentuais equivalentes. De cidadãos de todas as faixas de renda e níveis de escolaridade. Indicando que a insegurança é algo real e que influencia negativamente no fluxo dos ararunenses as praças. Sendo este um aspecto a ser trabalhado de maneira imprescindível pelos gestores públicos.

Dos respondentes que disseram não frequentar as praças pelo fato de não gostarem, a maioria são aqueles com idade acima de 30 anos; de ambos os sexos; os que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e os que possuem nível fundamental ou médio de instrução.

A justificativa não gosta de sair/prefere ficar em casa, foi resposta em percentuais iguais de homens e mulheres, daqueles com idade de 30 anos ou mais; renda de 2 a 5 salários mínimos e nível fundamental de instrução.

Dos entrevistados, 7,1% disseram não frequentar as praças da cidade por estas configurarem-se em locais para jovens, ou seja, a praça na pequena cidade é vista como o lugar do flerte, do namoro, dos encontros, característico principalmente dos jovens. O perfil desses respondentes caracteriza-se por pessoas com mais de 30 anos, em sua maioria mulheres, aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e por quem possui nível fundamental de instrução.

A justificativa “não ter costume” foi dada principalmente por mulheres; por aqueles com idade acima de 30 anos, dos que possuem melhores condições econômicas, e por entrevistados com nível superior de instrução. Evidencia-se que as melhores condições de renda e instrução caracterizam cidadãos que não vão à praça, reforçando a inferência de que em Araruna as praças são frequentadas em sua maioria por pessoas mais humildes.

Dos entrevistados 6,4% alegaram não frequentar as praças ararunenses por preferir outros lugares. Sendo estes em sua maioria pessoas com mais de 30 anos de idade, de ambos os sexos, os que possuem renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio ou superior de instrução.

Opinião dos ararunenses sobre as praças da cidade – Perguntou-se a todos os entrevistados, tanto os que frequentam como os que não, qual a sua opinião sobre esses logradouros. Tem-se que para a maioria, 29,8%, as praças são consideradas em boas condições; para 21,2% são consideradas ambientes inseguros; para 9,4% faltam atrativos; 7,3% disseram que são razoáveis; 6,5% que falta verde; 6,1% que são desorganizadas; 5,3% que falta manutenção e conservação; 5,3% as consideram ruins; 4,5% que falta infraestrutura; para 2,9% são tidas como ambientes agradáveis e para 1,6% são sujas.

Os entrevistados que consideram as praças ararunenses em boas condições são, em sua maioria, representados por pessoas com mais de 30 anos de idade. Todavia, tem-se que esse público é o que menos frequenta as praças, assim infere-se que parte desses cidadãos tenha manifestado tal opinião sem conhecer de fato as condições dos logradouros. Em relação ao sexo essa é opinião de homens e mulheres, 46,6% e 53,4% respectivamente. Também dos que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e dos que possuem nível fundamental de instrução. Infere-se que o fato da maioria dos respondentes caracterizarem-se por pessoas com baixo grau de escolaridade, também tenha relação com tal tipo de opinião, simplista e pouco crítica.

Para 21,2% dos entrevistados as praças são consideradas inseguras. Sendo essa a opinião de homens e mulheres, das diferentes faixas de idade, renda e escolaridade em percentuais expressivos, ou seja, há certo consenso sobre tal condição.

Na opinião de 9,4% dos entrevistados as praças são pouco atrativas, principalmente no que se refere a formas de lazer ativo e eventos que estimulem a ida do cidadão à praça. Na avaliação quantitativa a cidade de Araruna foi a que registrou o maior índice de equipamento/mobiliário inexistentes. O perfil desses respondentes caracteriza-se na sua maioria por mulheres; por aqueles com idade de 30 anos ou mais; os que têm renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de instrução.

As praças ararunenses são consideradas razoáveis para 7,3% dos entrevistados, em sua maioria pessoas com mais de 30 anos de idade; mulheres; em percentuais semelhantes para todas as faixas de renda; e os que possuem nível médio de instrução.

Entre as carências das praças de Araruna está a questão do verde. Na opinião de 6,5% dos cidadãos entrevistados falta verde nos logradouros. Estes se caracterizam em sua maioria por mulheres; por aqueles com idade de 30 anos ou mais; os que têm renda de 1 a 2 salários mínimos ou mais de 5 salários mínimos e os que possuem nível médio ou superior de instrução.

Para 6,1% dos entrevistados as praças são desorganizadas. Infere-se que esse tipo de resposta seja motivada pelas intervenções aleatórias realizadas nos logradouros, entre elas a inserção de edificações institucionais e outros tipos de construções, limitando os espaços livres; além da falta de zelo e manutenção evidenciada na maior parte das praças. Esses respondentes são, na sua maioria, pessoas com mais de 30 anos de idade; de ambos os sexos; aqueles com renda de até 1 salário mínimo e nível médio de instrução.

Na opinião de 5,3% dos entrevistados falta manutenção e conservação nas praças ararunenses. Essa resposta foi dada em sua maioria por mulheres, por pessoas com idade superior a 30 anos, por aqueles com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e nível médio ou superior de instrução.

As praças ararunenses são consideradas ruins para 5,3% dos cidadãos entrevistados. O perfil desses respondentes caracteriza-se na sua maioria por pessoas do sexo masculino; quanto à idade há certo equilíbrio entre os mais jovens e mais vividos; por aqueles com renda desde 1 a 2 salários mínimo há mais de 5 salários mínimos e pelos que possuem nível médio de instrução.

Para 4,5% dos entrevistados falta infraestrutura básica nas praças de Araruna. Um dos aspectos mais citados refere-se à iluminação que, embora esteja presente em todas as praças, qualitativamente em alguns pontos do logradouro deixa a desejar, contribuindo com a condição de insegurança tão citada pelos entrevistados.

As praças são consideradas agradáveis por 2,9% dos entrevistados. Esses são na sua maioria mulheres; aqueles com idade de até 29 anos; renda de 2 a 5 salários mínimos ou superior a 5 salários mínimos e dos que possuem nível médio escolaridade.

Na opinião de 1,6% dos entrevistados as praças são consideradas sujas. Essa foi a resposta dada na maioria das vezes por mulheres; por pessoas com idade acima de 30 anos; por aqueles com renda de 1 a 2 salários mínimos e por quem possui nível médio de instrução.

De maneira geral, a opinião da população de Araruna quanto às praças é negativa. Tem-se que 59,9% dos entrevistados expressaram um conceito pessimista em relação a esses logradouros, e 32,7% uma visão positiva.

6.3 A ENQUETE EM ENGENHEIRO BELTRÃO

Comparando a amostra ($n = 227$)⁸ com o perfil da população de Engenheiro Beltrão, segundo o censo demográfico do IBGE (2010), tem-se, conforme segue.

Segundo a idade – Quanto às faixas etárias em que se encontram distribuídas a população real de Engenheiro Beltrão e as contempladas na amostra, as variações mais significativas ocorreram em relação a pessoas de 13 a 19 anos, e de 20 a 29 anos, sendo respectivamente, 7,2 e 6,5 pontos percentuais para mais nas pessoas entrevistadas (Tabela 38).

Tabela 38 – Distribuição por faixas etárias da amostra e da população real de Engenheiro Beltrão.

Faixas etárias	Amostra (%)	População real* (%)
13 a 19 anos	19,4	12,2
20 a 29 anos	22,9	16,4
30 a 39 anos	18,5	14,7
40 a 49 anos	14,5	14,9
50 a 59 anos	11,5	10,9
60 anos ou mais	13,2	12,6

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*População urbana - Censo demográfico IBGE – 2010b.

8 As entrevistas na cidade de Engenheiro Beltrão foram realizadas no período de 10 de abril de 2012 a 19 de abril de 2012.

Segundo o sexo – Dos entrevistados 43,2% são pessoas do sexo masculino e 56,8% do sexo feminino, enquanto a população real é composta por 49,4% de homens e 50,6% de mulheres.

Segundo grau de instrução – quando se comparam os dados da amostra com a população real de Engenheiro Beltrão em relação ao grau de instrução, verifica-se que a maior discrepância encontra-se na categoria sem instrução/ensino fundamental incompleto (33,4 pontos percentuais para menos na amostra), atribuí-se tal condição em partes por essas pessoas mostrarem-se inibidas a participarem de uma entrevista justamente por seu baixo grau de instrução, e ainda os dados do IBGE (2010) consideram pessoas a partir de 10 anos, e o público alvo da pesquisa é a partir de 13 anos (Tabela 39).

Tabela 39 – Distribuição por nível de escolaridade da amostra e da população real de Engenheiro Beltrão.

Grau de instrução	Amostra (%)	População real* (%)
Sem instrução/Fundamental incompleto	18,5	51,9
Fundamental completo e médio incompleto	26,4	18,3
Médio completo e superior incompleto	37,0	23,7
Superior completo	18,1	6,03

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*Censo demográfico IBGE – 2010c

Na classificação adotada nesta pesquisa, agruparam-se em ensino fundamental aqueles que disseram possuir ensino fundamental completo, incompleto e sem instrução⁹; em ensino médio aqueles com ensino médio completo e incompleto e em ensino superior os pós-graduados e titulares de ensino superior completo e incompleto; tem-se que 23,8% dos entrevistados encontram-se na categoria de ensino fundamental, 46,3% de ensino médio e 29,9% de ensino superior.

Segundo a renda familiar – quando se compara a amostra com a população real de Engenheiro Beltrão no que se refere à renda, observa-se que a maior discrepância encontra-se na faixa de mais de 5 a 10 salários mínimos, 13,6 pontos percentuais para mais na amostra (Tabela 40).

9 Na cidade de Engenheiro Beltrão o percentual de entrevistados classificados como analfabetos é de 5,72%; sendo que destes 0,88% (2 pessoas) frequentam praças. Considerando que a maior parte das análises que tomam por referência o grau de escolaridade, refere-se a questionamentos feitos somente a cidadãos que frequentam esses logradouros, optou-se por agrupá-los na classe de ensino fundamental, do contrário a opinião de duas pessoas representaria o grupo.

Tabela 40 – Distribuição por faixas de rendas (número de salários mínimos¹⁰) da amostra e da população real de Engenheiro Beltrão.

Faixas de rendas	Amostra (%)	População real* (%)
Até 1 salário mínimo	12,8	13,5
Mais de 1 a 2 salários mínimos	20,7	28,5
Mais de 2 a 5 salários mínimos	34,8	43,1
Mais de 5 a 10 salários mínimos	24,7	11,1
Mais de 10 salários mínimos	7,0	3,8

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*Censo demográfico IBGE – 2010d

Principal ocupação ou atividade – Dos engenheiro-beltrensenses entrevistados tem-se que 62,1% trabalham com carteira assinada e/ou tem seu próprio negócio, 15,9% são estudantes, 11,5% são aposentados, 9,7% são donas de casa e 0,8% são desempregados.

Horas trabalhadas x horas dedicadas ao lazer – Diagnosticou-se que a maioria dos entrevistados, 74,5%, dedica até 44 horas semanais ao trabalho; 21,3% de 45 a 60 horas semanais, e 4,2% trabalham mais de 60 horas por semana.

Quanto às horas de lazer, 54,6% disseram dedicar de 1 a 8 horas semanais para esse tipo de atividade, 22,0% de 9 a 16 horas, 19,8% responderam que têm mais de 16 horas semanais para o lazer, e 3,5% dos entrevistados responderam que não possuem tempo para o lazer.

Perguntou-se também ao entrevistado se nos dias de folga, na maioria das vezes, ele costuma ficar em casa ou sair, sendo que 62,6% responderam que ficam em casa e 37,4% que costumam sair.

Tempo livre e locais de frequência - Perguntou-se aos engenheiro-beltrensenses sobre até três lugares que costumam frequentar nos momentos de folga. Em ordem decrescente de escolha teve-se: casa de parentes e/ou amigos, 65,6%; lanchonete/pizzaria, 33,5%; barzinhos, 22,0%; praça e sorveteria, 20,3%; zona rural, 16,3%; pesqueiro, 14,5% e outros 4,4%, ou seja, a praça foi, juntamente com a sorveteria, o quarto lugar mais indicado pelos entrevistados, estando à frente de zona rural e pesqueiro (Gráfico 22).

Em Engenheiro Beltrão o ir à *casa de parentes e/ou amigos* é destino da maioria dos entrevistados nos dias de folga. Há representantes em quantidades significativas de ambos os sexos, faixas distintas de idade, escolaridade e renda. Numericamente, em sua maioria são mulheres; aqueles com idade de 30 anos ou superior e renda de mais de 10 salários mínimos.

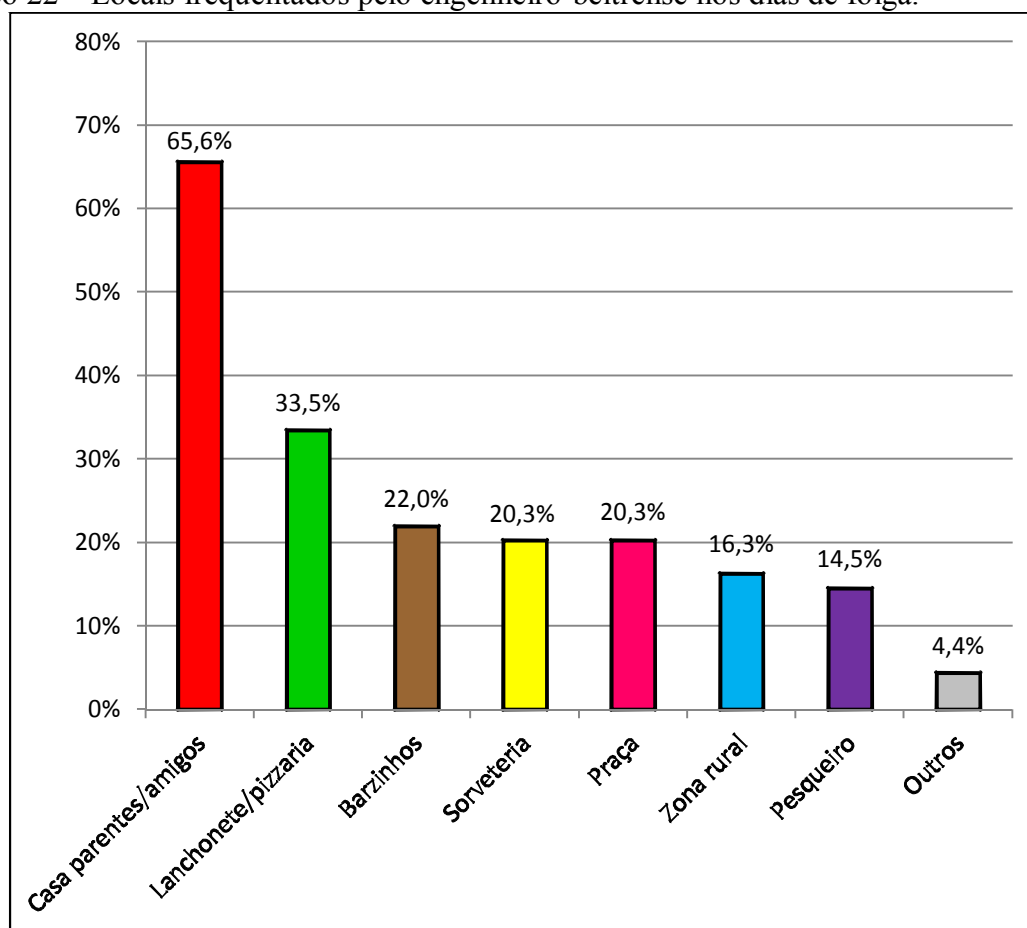
Ir à *lanchonete/pizzaria* nos dias de folga é costume em sua maioria dos jovens (aqueles com idade até 29 anos) de ambos os sexos. Quanto à renda, o afluxo a esse tipo de

¹⁰ Valor do salário mínimo quando da realização da enquete (abril/2012): R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais).

ambiente é mais expressivo nas faixas de renda mais elevadas. Evidenciando-se que em Engenheiro Beltrão o ir lanchonete/pizzaria é programa de jovens e demanda certo poder aquisitivo.

Ir a *barzinhos* é programa principalmente dos jovens engenheiro-beltrensenses. Em sua maioria aqueles do sexo masculino e com renda superior a 5 salários mínimos. O estabelecimento a que se refere a maioria dos jovens trata-se de um boteco elitizado que geralmente tem apresentações musicais ao vivo, localizado nas intermediações da Praça Doutor Francisco Beltrão. Em relação à renda o segundo maior percentual de entrevistados que disseram frequentar barzinhos, trata-se daqueles que tem renda de até 1 salário mínimo, representados em sua maioria por homens, com idade acima de 30 anos, sendo que nesse caso estes referiam-se a bares comuns, não elitizados.

Gráfico 22 – Locais frequentados pelo engenheiro-beltrense nos dias de folga.



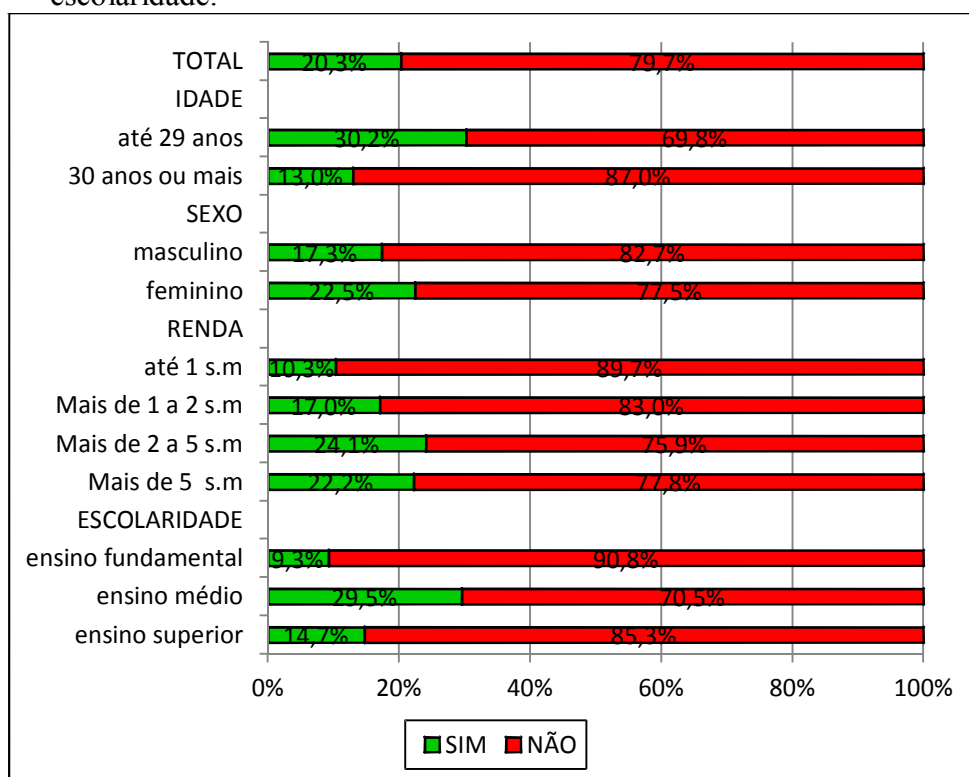
Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

A *sorveteria*, juntamente com a *praça*, ocupa a quarta posição nos lugares mais frequentados pelos engenheiro-beltrensenses entrevistados. Os cidadãos que mencionaram a

sorveteria como local de destino nos dias de folga foram em sua maioria mulheres; aqueles com idade até 29 anos e renda de 5 a 10 salários mínimos.

A *praça* é destino principalmente dos jovens, com percentuais semelhantes para homens e mulheres; aqueles que se encontram nas faixas de renda de mais de 2 a 5 salários mínimos e superior a 5 salários mínimos e pelos que possuem nível médio de instrução. Tendo em vista a maior expressividade de pessoas com até 29 anos que disseram frequentar praças nos dias de folga, evidencia-se que este *locus*, na pequena cidade de Engenheiro Beltrão, mantém a sua função do lugar para ver e ser visto, de interesse dos jovens. Também o fato das classes com melhores condições econômicas citarem que tem as praças como destino, indica que o afluxo a esses logradouros é algo que independe da renda, não sendo opção apenas para aqueles com menor poder econômico (Gráfico 23).

Gráfico 23 – Se frequenta praças nos dias de folga, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.

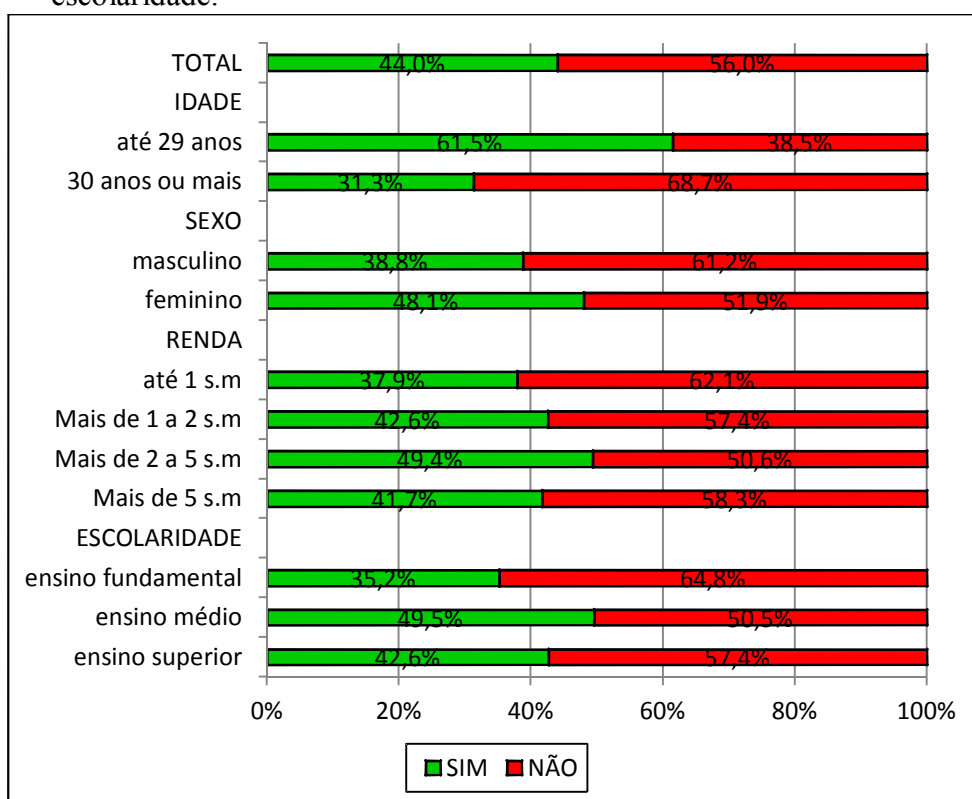


Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Perfil dos engenheiro-beltrensenses que frequentam alguma praça da cidade - Para esse questionamento obteve-se que 44,0% dos entrevistados disseram frequentar e 56,0% não frequentar as praças da cidade (Gráfico 24). Percentual esse superior aos entrevistados que citaram a praça como local de destino nos momentos de lazer, 20,3%.

Dos engenheiro-beltrensenses entrevistados que disseram frequentar praças da cidade, são na maioria aqueles com idade de até 29 anos. Sendo que para as demais variáveis – sexo, renda e escolaridade – os percentuais assemelham-se, ou seja, jovens (moças e rapazes), dos diferentes níveis de renda e níveis de instrução sociabilizam-se nas praças de Engenheiro Beltrão.

Gráfico 24 – Frequentam alguma praça de Engenheiro Beltrão, segundo a idade, sexo, renda e escolaridade.



Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

*Praças frequentadas pelos engenheiro-beltrensenses*¹¹ - Das doze praças que a cidade de Engenheiro Beltrão possui, duas delas foram as mais indicadas pelos entrevistados como logradouro que costumam frequentar: Praça Doutor Francisco Beltrão (32,0%) e Praça Philomena Semensato Falcão (30,4%), ambas localizadas na área central, paralelas à principal avenida da cidade, a Avenida Sete de Setembro. Os demais logradouros foram: Praça Aldevino Santiago (12,8%); Praça Joana Cavalcante de Melo (8,0%); Praça das Mães (7,2%); Praça Maria de Jesus Nogueira Geron (7,2%); Praça José Bernardo da Silva (2,4%) e Praça sem denominação nº 1 (0,8%).

¹¹ Essa discussão pontual não foi realizada para a cidade de Peabiru pelo fato de 97,3% dos entrevistados frequentar uma única praça – Praça Eleutério Galdino de Andrade.

O público da Praça Doutor Francisco Beltrão caracteriza-se em sua maioria absoluta por jovens (95,0%). Popularmente na cidade ela é conhecida dessa maneira “a praça dos jovens”. Como apresentado na caracterização geral dos logradouros, a referida praça situa-se próximo a uma loja de conveniência e a uma choperia, fato que contribuiu para o afluxo e apropriação do logradouro pelo público citado.

A segunda praça mais frequentada refere-se à Praça Philomena Semensato Falcão, nesta a presença de pessoas até 29 anos (65,8%) também é superior à de 30 anos ou mais (34,2%), todavia com menor expressividade, ou seja, esse logradouro é frequentado tanto por jovens, como pelos mais vividos. O interesse maior do público que frequenta esse espaço é o quiosque de alimentação e a centralidade que possui - “ver o movimento”, ver e ser visto que ela possibilita.

A Praça Philomena Semensato Falcão, conhecida pelos cidadãos como a praça do relógio, por ter esse mobiliário em forma de obra de arte, situa-se lado a lado com a Praça Padre Hélio José da Costa, logradouro não citado pelos entrevistados, todavia essa proximidade faz com que se tenha a sensação de ser uma praça única, assim parte dos respondentes, principalmente homens aposentados – público visto durante os trabalhos de campo na Praça Pe. Hélio José da Costa – poderiam, quando da sua resposta, estar se referindo a este logradouro e não à Praça Philomena Semensato Falcão. Todavia, em percentuais tais que não descaracterizam a superioridade de afluxo que a Praça Philomena Semensato Falcão detém.

A Praça Aldevino Santiago trata-se do logradouro central mais amplo, antigo e em piores condições de manutenção e conservação. Entre os atrativos que garante o afluxo de 12,8% dos entrevistados a essa praça está a sua ótima localização, entre as Avenidas Sete de Setembro e Brasil, o fato de possuir quiosques de alimentação e ser palco da Feira Municipal do Produtor Rural.

A Praça Joana Cavalcante de Melo por ter como principal estrutura uma ATI tem como público em sua maioria pessoas com idade acima de 30 anos. A Praça das mães por apresentar boas condições de conforto térmico e apresentar no seu mobiliário mesas e bancos, é utilizada tanto por jovens como pelos mais vividos. A Praça Maria de Jesus Nogueira Geron, assim como a Praça Joana Cavalcante de Melo possui uma ATI, sendo o seu público a maioria pessoas com idade acima de 30 anos. A Praça José Bernardo da Silva possui pista de malha e mesa para jogos, sendo que dos entrevistados que disseram frequentá-la esses são essencialmente pessoas com 30 anos ou mais. A Praça sem denominação nº 1, localizada no

Conjunto Habitacional Paraíso das Rosas foi citada por pessoas com mais de 30 anos, sendo neste caso mães que acompanham os filhos ao parque infantil do logradouro.

Dia da semana e período em que o engenheiro-beltrense costuma ir à praça - Verificou-se que a maioria dos entrevistados, 71,0%, costuma frequentar as praças engenheiro-beltrenses nos finais de semana (sábado 40,2% e domingo 30,8%). Sendo o período noturno o que congrega a maior parcela dos frequentadores, 68,3%. Os períodos vespertino e matutino foram citados por 24,8% e 6,9% respectivamente. Ao fazer uma leitura pontual por dias da semana e período tem-se que:

Durante a semana de manhã: o público das praças nesses dias e período trata-se de pessoas com idade superior a 30 anos, sendo tanto homens quanto mulheres. Em geral são pessoas aposentadas que procuram as praças com ATI para exercitarem-se.

Durante a semana à tarde o público com idade acima de 30 anos também é mais expressivo que os de até 29 anos, 75,0% e 25,0% respectivamente, sendo o percentual entre homens e mulheres equivalentes.

Durante a semana à noite há certo equilíbrio entre as idades e também ao sexo, este favorecido pela Feira do Produtor Rural que congrega pessoas de todas as idades e movimentava o centro da cidade com um todo, influenciando principalmente na apropriação e afluxo de pessoas à Praça Aldevino Santiago e à Praça Philomena Semensato Falcão.

No *sábado à tarde* é representativa a presença de ambas as faixas de idade e sexo. Sendo de 60,0% as pessoas com idade a partir de 30 anos e 40,0% com idade até 29 anos; 60,0% as do sexo masculino e 40,0% do sexo feminino.

O *sábado à noite* a praça é espaço principalmente do jovem, 85,7%, sendo o sexo feminino com maior representatividade 71,4%. Infere-se que parte do público masculino, evidenciado durante os trabalhos de campo e corroborado nos dados de quem frequenta os logradouros no sábado à tarde, dirige-se ao logradouro no fim da tarde permanecendo até a noite, fato que influenciou na maior representatividade de mulheres no presente dia e período.

Domingo à tarde é o dia e período preferido pelas mulheres, 93,3%. Quanto à idade há representação expressiva de ambas as faixas, sendo 60,0% de até 29 anos e 40,0% de 30 anos ou mais.

No *domingo à noite* evidencia-se certo equilíbrio entre as diferentes faixas etárias e sexos. Sendo respectivamente com até 29 anos de idade e superior a isso, 46,2% e 53,8%; e homens e mulheres, 46,2% e 53,8%.

Tempo de permanência do engenheiro-beltrense nas praças - Em relação ao tempo de permanência na praça, constatou-se que 8,0% dos entrevistados permanecem até 30 minutos; 14,0% de mais de 30 minutos a 1 hora; 54,0% de mais de 1 hora à 3 horas; e 24,0% mais de 3 horas, ou seja, a maior parcela dos cidadãos ficam mais de 1 hora no logradouro, sendo que das respostas que foram classificadas na faixa de 1 a 3 horas, estas eram em sua maioria de entrevistados que responderam permanecer em torno de 3 horas na praça. Evidencia-se, dessa forma, a praça na cidade de Engenheiro Beltrão enquanto local de permanência e lazer, principalmente para aqueles com idade de até 29 anos, pois em sua maioria foram entrevistados dessa faixa etária que disseram permanecer por mais tempo no logradouro.

Motivos que levam o engenheiro-beltrense a uma praça – Em Engenheiro Beltrão o principal motivo que leva os cidadãos às praças é o encontro, a sociabilização; 46,2% dos entrevistados citaram ser esse o motivo. Dado que configura as praças engenheiro-beltrenses enquanto um local de encontro.

Outras motivações citadas foram: distrair-se, referenciada por 10,6%; exercitar-se, por 7,6%; ver o movimento, por 6,8%; divertir-se, por 6,1%; passear, por 6,1%; lanchar, por 5,3%; levar criança para brincar, por 4,5%; namorar, por 3,0% e ir à feira, por 2,3% dos entrevistados.

Ir à praça com o intuito de encontrar, sociabilizar-se com outras pessoas, foi o motivo apresentado principalmente por pessoas com até 29 anos de idade, em percentuais semelhantes para os sexos, ou seja, a praça é um local de encontro e sociabilização para o jovem engenheiro-beltrense. Em sua maioria por aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio ou superior de escolaridade. Evidencia-se que o fator renda não é condicionante para o fato de se frequentar praças, pois entrevistados com melhores condições econômicas são os mais representativos, ou seja, a praça é destino para jovens das diferentes camadas sociais.

Assim como o encontrar/conversar, o distrair-se foi motivo apresentado em sua maioria por entrevistados com idade até 29 anos, 71,4%; em percentuais semelhantes para homens e mulheres. Quanto à renda familiar, estes se referem em sua maioria a cidadãos que recebem de 2 a 5 salários mínimos (42,9%) e mais de 5 salários mínimos (42,9%), sendo os níveis de instrução médio e superior os mais representativos, 64,3% e 21,4% respectivamente.

O fato de duas praças de Engenheiro Beltrão estarem mobiliadas com ATI's motiva os cidadãos a buscarem esses logradouros com o objetivo de exercitarem-se. Esse desígnio foi

apresentado em sua maioria por mulheres (70,0%); por aqueles com idade de 30 anos ou mais, em percentuais semelhantes para todas as faixas renda e para aqueles com nível fundamental e médio de escolaridade. Evidencia-se por meio desses dados que as ATI's configuram-se atrativas para as pessoas mais vividas independente das condições econômicas.

Ver o movimento foi motivo apresentado por 6,8% dos entrevistados. Esse tipo de objetivo tem relação direta com a localização dos logradouros, em especial das praças Doutor Francisco Beltrão, Philomena Semensato Falcão e Aldevino Santiago, situadas na Avenida Sete de Setembro, na área central da cidade. Dos respondentes que disseram ir à praça com o objetivo de ver o movimento estão em sua maioria aqueles com até 29 anos de idade, mulheres, aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e com nível médio de instrução.

A praça vista enquanto local de diversão é motivo que leva ao logradouro em sua maioria aqueles com idade até 29 anos; homens; citadinos com renda de 2 a 5 salários mínimos. Quanto à escolaridade há equivalência entre aqueles que possuem nível fundamental e superior de instrução.

Ir à praça para passear foi motivo citado em igual percentual pelas diferentes faixas de idade (13 - 29 anos e 30 anos ou mais), ou seja, a praça é destino de passeio tanto para os jovens como para os mais vividos. Quanto ao sexo foi lembrado principalmente pelas mulheres (87,5%); em igual percentual por aqueles com renda de até 1 salário mínimo e de 2 a 5 salários mínimos (37,5%); e por aqueles com níveis de instrução fundamental e médio.

Duas praças de Engenheiro Beltrão são equipadas com quiosques de alimentação, uma vez que dos entrevistados, 5,3% disseram ir a esses logradouros com o intuito de lanchar. Esses são em sua maioria pessoas com 30 anos ou mais de idade; em percentuais similares para homens e mulheres; aqueles com renda superior a 5 salários mínimos e com nível médio de instrução.

Levar criança para brincar foi motivo apresentado pelas mulheres; em sua maioria aquelas com 30 anos ou mais de idade que possuem renda de 1 a 2 salários mínimos (66,7%) e apresentam nível fundamental de escolaridade (50,0%). Esses dados têm relação com o fato de que a população mais carente tem o espaço da praça enquanto local de lazer infantil. E, que somente as praças da área periférica de Engenheiro Beltrão, onde reside população com menor poder aquisitivo, apresentam mobiliários voltados para as crianças, ou seja, se as praças centrais tivessem esse tipo de estrutura provavelmente o afluxo com esse intuito seria maior.

Namorar foi motivo apresentado pelas mulheres, principalmente por aquelas com idade de até 29 anos (75,0%), com renda familiar superior a 5 salários mínimos e nível médio de instrução.

O ir à feira como motivador para frequentar as praças da cidade foi resposta em sua maioria de pessoas do sexo masculino; aqueles com mais de 30 anos de idade, renda superior a 5 salários mínimos e nível médio de escolaridade.

De que o engenheiro-beltrense mais gosta na(s) praça(s) que frequenta - Quando questionados sobre de que mais gostam na praça que frequentam, a resposta da maioria dos entrevistados foi “das pessoas, da possibilidade do encontro” (28,2%). Ou seja, em mais uma questão evidencia-se que a praça na pequena cidade configura-se enquanto local de encontro e sociabilização dos cidadãos, e não como um simples vazio na malha urbana. O segundo aspecto que os entrevistados manifestaram mais gostar nos logradouros é da sua localização (21,8%), em alguns casos motivados pela centralidade (agito); e outros por ser afastada do centro (calmaria e sossego). Diferem-se aí os distintos públicos, os mais jovens preferindo os logradouros centrais mais movimentados, e os mais vividos os mais afastados e calmos.

Na sequência do que os engenheiro-beltrenses mais gostam nas praças que frequentam aparece: o mobiliário (bancos e iluminação) (13,6%), o verde (8,0%), o movimento (6,4%), a tranquilidade (6,4%), os quiosques de alimentação (6,4%), as ATI's (6,4%) e a feira (2,7%).

Os entrevistados que disseram serem as pessoas, a possibilidade do encontro, do que eles mais gostam nas praças, são em sua maioria engenheiro-beltrenses do sexo feminino (71,0%) e também aqueles com idade de até 29 anos (71,0%). Quanto à renda, a maioria é de cidadãos que recebem de 2 a 5 salários mínimos e, em relação ao nível de instrução, aqueles com nível médio de escolaridade são maioria.

A localização como o fator de que mais gosta na praça que frequenta foi aspecto citado na maioria das vezes por pessoas com até 29 anos de idade; com percentuais semelhantes para homens e mulheres. Em sua maioria por aqueles com renda de 2 a 5 salários mínimos e nível médio de escolaridade.

O mobiliário, referindo-se nesse item especificamente aos bancos e iluminação, é fator que agrada principalmente os jovens (66,7%) de ambos os sexos. Esse dado tem relação com o fato de que é esse o público que costuma frequentar as praças no período noturno e por maior período de tempo. Quanto à renda são as classes mais elevadas que citaram o

mobiliário como do que mais gostam no logradouro que frequentam; em relação à escolaridade, a maioria é de entrevistados com níveis médio ou superior de instrução.

O verde foi citado em percentuais semelhantes por entrevistados com idade de até 29 anos, (44,4%) e por aqueles com 30 anos ou mais, (55,6%). Sendo as mulheres as que mais valorizam esse aspecto dos logradouros (77,8%).

Dos 6,4% de entrevistados que mencionaram o movimento como aquilo de que mais gostam na praça que frequentam, a maioria são pessoas com até 29 anos (71,4%), com maior representação no sexo feminino (71,4%), aqueles com renda entre 2 a 5 salários mínimos (57,1%) e por entrevistados com nível médio de instrução (57,1%).

A tranquilidade é preferência das mulheres, também dos que têm mais de 30 anos de idade, das diferentes faixas de renda, sendo mais representativas as de 2 a 5 salários mínimos, e superior a isso e dos que tem nível médio de instrução. Os respondentes que mencionaram a tranquilidade como aquilo de que mais gostam na praça que frequentam são em sua maioria os usuários das praças mais afastadas da área central, àquelas que possuem ATI's.

A existência de quiosques de alimentação é algo que agrada tanto jovens como os mais vividos, também homens e mulheres, das diferentes faixas de renda (sendo a menos representativa os que têm renda de até 1 salário mínimo). Quanto ao nível escolaridade são os que possuem ensino médio ou superior que citaram os quiosques como aquilo de que mais gostam na praça que frequentam (não houve registro de cidadãos com ensino fundamental que tivesse mencionado esse aspecto).

As ATI's como aquilo de que mais gosta na praça que frequenta é opinião em sua maioria de mulheres e daqueles com 30 anos ou mais de idade. Em relação à renda, os percentuais mais expressivos encontram-se nos extremos, 28,6% são entrevistados que recebem de até 1 salário mínimo e 42,9% com renda superior a 5 salários mínimos, ou seja, as ATI's congregam usuários independente da condição econômica. Quanto ao nível de escolaridade, caracterizam-se em sua maioria por pessoas com nível fundamental de instrução.

A feira do produtor rural que ocorre na Praça Aldevino Santiago é o aspecto que mais agrada os cidadãos com idade de 30 anos ou mais; em sua maioria homens, aqueles com renda superior a 5 salários mínimos e com nível médio de instrução.

De que o engenheiro-beltrense menos gosta na(s) praça(s) que frequenta - A sujeira juntamente com a falta de manutenção e conservação das estruturas são os fatores que mais incomodam os engenheiro-beltrenses, juntos representam 52,8% dos cidadãos ouvidos na

enquete. Esse índice é motivado em grande parte pelas condições precárias em que se encontra a Praça Aldevino Santiago e às praças sem denominação dos Conjuntos Habitacionais Paraíso das Rosas e Paulo Grandi. O fator sujeira também tem fundamentação na falta de lixeiras e serviço de varrição periódica dos logradouros. Os demais fatores citados pelos entrevistados como aquilo de que menos gostam nas praças foram: a presença de indesejáveis (15,4%) (em sua maioria mendigos e andarilhos que permanentemente ocupam a Praça Aldevino Santiago), a falta de infraestrutura (12,1%), o barulho/som alto (9,9%), a falta de segurança (4,4%), o consumo de bebidas alcoólicas (3,3%) e a falta de sombra (2,2%).

A sujeira dos logradouros foi aspecto citado por todos os grupos de entrevistados, ou seja, é algo que desagrada o jovem e o mais vivido, o rico e o pobre, o instruído e o não. Estatisticamente, quanto ao sexo são as mulheres que mais citaram a sujeira como algo de que não gostam nas praças; também aqueles com idade de até 29 anos, os que têm renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e acima disto, e grau de escolaridade médio ou superior.

A falta de conservação/manutenção foi citada em percentuais semelhantes tanto por aqueles com idade até 29 anos, como por entrevistados com idade de 30 anos ou mais. Quanto ao sexo, foram as mulheres que mais indicaram a falta de conservação/manutenção como aquilo de que menos gostam nas praças engenheiro-beltrensenses. Em relação à renda foram os cidadãos com melhores condições econômicas que citaram esse aspecto; e quanto à escolaridade em sua maioria os que têm nível médio de instrução.

A presença de indesejáveis (entende-se aqui os andarilhos e mendigos que comumente se fazem presentes na Praça Aldevino Santiago) é algo que incomoda 15,4% dos entrevistados, representadas em sua maioria por pessoas do sexo masculino; aqueles com 30 anos ou mais de idade; os que têm renda familiar acima de 5 salários mínimos e aqueles com nível médio de instrução.

A falta de infraestrutura foi citada por 12,1% dos entrevistados como o aspecto de que eles menos gostam nas praças de Engenheiro Beltrão. Tem-se aí a ausência e/ou a quantidade insatisfatória de mobiliário básico, como lixeiras, bancos e iluminação. O perfil dos cidadãos que citaram a falta de infraestrutura como o de que mais desgostam é representado em sua maioria por mulheres, e por aqueles com idade de até 29 anos. Quanto à renda há representantes em percentuais semelhantes para todas as faixas de renda; e em relação ao nível de escolaridade, são os entrevistados com nível médio ou superior os mais representativos.

O barulho/som alto a que se referem os entrevistados está relacionado com a presença de automóveis que estacionam junto às praças e ligam o som dos veículos. As reclamações, em alguns casos, não se tratam especificamente do volume do som, mas de conflitos entre gostos musicais. Fato evidenciado quando da realização das entrevistas, e que justifica o fato de a maioria dos entrevistados que disse não gostar do barulho/som alto, é o tratar-se de pessoas com até 29 anos, ou seja, não é o som em si, mas o ritmo musical. Ainda quanto ao perfil dos respondentes que citaram esse aspecto como o de que menos gostam nas praças engenheiro-beltrensenses, estão em sua maioria as mulheres, aqueles com nível médio de instrução e aqueles com renda familiar de 2 a 5 salários mínimos.

A falta de segurança como o fator de que mais desgosta nas praças de Engenheiro Beltrão foi resposta em sua maioria de pessoas do sexo masculino; daqueles com idade de 30 anos ou mais, também dos que têm renda familiar de 1 a 2 salários mínimos e nível médio de instrução.

O consumo de bebidas alcoólicas nas praças foram fatores considerados negativos por 3,3% dos entrevistados. O perfil desses respondentes tem no sexo feminino a maior parcela; aqueles com idade de até 29 anos, renda de 2 a 5 salários mínimos e nível superior de instrução. A indicação do consumo de bebidas alcoólicas como algo de que menos gostam nas praças tem relação direta com os conflitos, discussões e brigas, vinculadas a essa ação.

A falta de sombra foi citada por 2,2% dos entrevistados como o que mais lhes desagrada nas praças engenheiro-beltrensenses. Essa é opinião igualitária de homens e mulheres, jovens e mais vividos; daqueles com renda de até 1 salário mínimo e acima de 5 salários mínimos e dos que possuem nível médio ou superior de instrução.

O que o engenheiro-beltrense acha necessário melhorar na(s) praça(s) que frequenta - Quando questionados sobre o que deveria melhorar nas praças engenheiro-beltrensenses, a maioria dos entrevistados (28,9%) citaram a manutenção e conservação das estruturas, e do logradouro de maneira geral. Fato que corrobora com os resultados da avaliação qualitativa realizada nas praças engenheiro-beltrensenses, onde parcela significativa de equipamentos e/ou mobiliários auferiu conceitos regular e/ou péssimo. O segundo aspecto mais citado foi a necessidade de estruturar melhor os logradouros e torná-los mais atrativos aos cidadãos, mencionado por 28,1% dos entrevistados. A questão limpeza foi o terceiro aspecto mais lembrado, 18,4%. Os demais itens que na opinião dos entrevistados carecem de melhorias são: segurança (9,6%), a necessidade de mais árvores (6,1%), a remoção de indigentes (4,4%) e a ampliação do espaço de praça (4,4%).

Uma das principais carências das praças de Engenheiro Beltrão é a falta de conservação e manutenção das estruturas. Essa é opinião tanto dos jovens como dos mais vividos, de homens e mulheres. Quanto à renda, foram os cidadãos das faixas mais elevadas os que mais citaram essa necessidade. Em relação à escolaridade foram aqueles com nível médio ou superior de instrução.

Outra reivindicação dos engenheiro-beltrensenses é por mais estruturas e atrativos nas praças. Na opinião dos entrevistados faltam desde estruturas básicas, como bancos e iluminação a atrativos mais elaborados, como eventos que motivem um maior afluxo e interesse dos cidadãos pelas praças. Essa é opinião em sua maioria de mulheres, daqueles que têm idade até 29 anos, dos que têm renda familiar acima de dois salários mínimos e também daqueles que possuem nível médio (46,9%) e superior de instrução (40,6%).

A limpeza foi citada por 18,4% dos entrevistados como algo que precisa melhorar nas praças de Engenheiro Beltrão. Essa é opinião tanto de homens como de mulheres, 47,6% e 52,4% respectivamente; em sua maioria daqueles com idade de até 29 anos, 61,9%; dos entrevistados com melhores condições de renda e dos que possuem nível médio de instrução.

Como apresentado, esse tipo de reivindicação está associada à falta de lixeiras nos logradouros e de serviços de limpeza com periodicidade adequada.

Dos entrevistados, 9,6% citaram que é preciso melhorias no fator segurança. Essa é opinião tanto dos jovens como os mais vividos; quanto ao sexo são as mulheres que mais mencionaram essa necessidade, 81,8%; também os que têm renda de 2 a 5 salários mínimos, 45,5%; e nível médio de instrução, 45,5%.

Os entrevistados citaram a necessidade por mais verde nas praças. Na avaliação qualitativa evidenciou-se que em algumas praças os elementos arbóreos, responsáveis por garantir conforto térmico ao logradouro, são insuficientes. Também são poucos os espaços gramados das praças engenheiro-beltrensenses, em alguns casos devido à reduzida área que a praça possui, são os casos de espaços residuais no cruzamento de vias, e loteamentos, que são transformados em praças, uma prática comum na cidade de Engenheiro Beltrão.

Como mencionado em outros momentos, a Praça Aldevino Santiago, localizada na área central de Engenheiro Beltrão, por sua proximidade com o terminal rodoviário municipal é rotineiramente ocupada por mendigos e andarilhos que se alojam no coreto existente nesse logradouro. Fato que segundo alguns entrevistados inibe não só a apropriação mais intensa da praça pela população em geral, como a própria circulação pelo logradouro. Devido a essas condições, 4,4% dos entrevistados citaram a necessidade de retirar esse público da praça.

Quanto ao perfil desses respondentes, são na maioria pessoas com idade de 30 anos ou mais; mulheres; aqueles com renda de 1 a 2 salários mínimos e grau de escolaridade fundamental e médio.

Como referenciado quando da discussão sobre a necessidade de mais verde nas praças engenheiro-beltrensenses, alguns logradouros têm área limitada, pois são espaços residuais que foram edificados e transformados em praças. Essa condição motivou com que 4,4% dos entrevistados mencionassem a necessidade de ampliação desses ambientes. Essa é uma reivindicação de mulheres, em sua maioria as que têm até 29 anos de idade; renda familiar superior a 5 salários mínimo e nível médio ou superior de instrução. Por meio do perfil dos respondentes – na maioria jovens - infere-se que sejam frequentadores da Praça Doutor Francisco Beltrão, logradouro esse que tem área total de aproximadamente 1.140 m², e se torna pequeno em função do expressivo afluxo de moças e rapazes que o tem como destino nos finais de semana.

Por que o engenheiro-beltroense não frequenta as suas praças - Aos entrevistados que disseram não frequentar nenhuma das praças de Engenheiro Beltrão foi perguntado o motivo para essa negativa. A maioria, 17,8% alegou que não as frequenta por elas não se encontrarem em condições de uso, devido à precariedade de estruturas, manutenção e condições gerais que apresentam. Muitas dessas respostas têm relação com o estado precário em que se encontrava a Praça Aldevino Santiago quando da realização dessa pesquisa, pois esse logradouro devido a sua extensão, histórico e centralidade exercida é a principal praça da cidade, portanto a condição em que se encontra influencia significativamente a opinião dos cidadãos.

A segunda justificativa mais apresentada pelos entrevistados tem relação com a falta de atrativos (12,5%), os logradouros são considerados por esses cidadãos como pouco atraentes e convidativos ao uso, seja pelas estruturas existentes, espaço físico limitado, pouco sombreamento e/ou manutenção e conservação não satisfatórias. Em igual percentual (12,5%), os respondentes disseram não terem tempo para frequentar as praças. As demais justificativas apresentadas foram: não gosta, 10,5%; é local para jovens (solteiros), 7,9%; falta segurança/presença de indesejáveis, 7,9%; barulho/bebedeira, 7,9%; não gosta de sair/prefere ficar em casa, 7,2%; prefere outros lugares, 6,6%; é distante da moradia, 4,6% e não tem costume, 4,6%.

Dos entrevistados que disseram não frequentar as praças engenheiro-beltrensenses pelo fato de elas se encontrarem em condições de uso não apropriadas, a maioria são representados

por cidadãos com idade de 30 anos ou mais; sendo opinião comum entre homens e mulheres; das diferentes faixas de renda (em maior percentual para aqueles que têm renda familiar acima de 5 salários mínimos) e escolaridade (os mais representativos são entrevistados que possuem nível médio ou superior de instrução).

A falta de atrativos foi resposta de homens e mulheres, jovens e mais vividos em percentuais semelhantes. Quanto à renda, são aqueles que recebem mais de 5 salários mínimos que mais apresentaram essa justificativa. Quanto à escolaridade são os que possuem nível médio ou superior de instrução. De maneira geral verifica-se que aqueles de maior renda e instrução são mais exigentes e críticos quanto às condições que as praças apresentam.

A falta de tempo, citada por 12,5% dos entrevistados como explicação para o fato de não frequentarem as praça da cidade, foi resposta tanto de homens como de mulheres; na maioria daqueles com idade de 30 anos ou mais, renda familiar de 2 a 5 salários mínimos ou superior a isso e nível médio de instrução. Trata-se em sua maioria de pessoas que trabalham mais de 44 horas semanais e/ou que ocupam parte dos dias de folga com afazeres domésticos e/ou atividades ligadas ao trabalho ou estudo.

Dos entrevistados, 10,5% disseram que não gostam de frequentar praças. Essa é opinião em sua maioria de homens, daqueles com idade superior a 30 anos de idade, renda familiar de 2 a 5 salários mínimos e ensino fundamental de instrução.

A praça é entendida por 7,9% dos entrevistados como local para jovens (solteiros), sendo essa a justificativa para esses cidadãos não frequentá-las. O perfil desses respondentes é, em sua maioria, composto por mulheres, por aqueles com idade superior a 30 anos, renda familiar de 2 a 5 salários mínimos, de forma igualitária em todos os níveis de escolaridade. Nessa resposta está presente o entendimento da praça enquanto lugar do flerte, da diversão, do ver e ser visto, dos encontros e dos namoros e a relação dessas variáveis mais especificamente com os jovens.

A falta segurança, vinculada à presença de indesejáveis (mendigos e andarilhos), foi a justificativa apresentada por homens e mulheres em igual percentual para o fato de não frequentarem as praças engenheiro-beltrensenses; na sua maioria por aqueles com idade superior a 30 anos, dos níveis de renda mais elevados (superior a 5 salários mínimos) e nível superior de escolaridade.

A ocorrência de barulho/bebedeira é fator que afasta das praças tanto homens como mulheres; na sua maioria aqueles com idade superior a 30 anos de idade; sendo essa a opinião tanto dos que têm renda familiar de até 1 salário mínimo, como dos que recebem mais de 5

salários mínimos e, majoritariamente, também dos que tem nível fundamental ou superior de instrução.

Dos cidadãos entrevistados que disseram não frequentar as praças por não gostarem de sair/preferir ficar em casa, estão em sua maioria aqueles com idade superior a 30 anos; homens e mulheres em percentuais semelhantes, 45,5% e 54,5% respectivamente, renda familiar entre 1 a 2 salários mínimos e 2 a 5 salários mínimos (não sendo registrada essa resposta para aqueles com renda de até 1 salário mínimo) e por aqueles com nível médio de escolaridade.

Não frequentar as praças pelo fato de preferir outros lugares foi resposta dada na maioria das vezes por homens; por aqueles com idade superior a 30 anos e por quem tem renda superior a 5 salários mínimos. Quanto ao grau de escolaridade há representação em percentuais aproximados de todos os níveis, sendo a maioria daqueles detentores de ensino superior, 40,0%.

Analisando-se pontualmente o perfil dos entrevistados que alegaram não frequentar as praças por elas localizarem-se distantes da moradia, evidenciou-se que se trata de engenheiro-beltrensenses que residem nos conjuntos habitacionais onde se situam as praças sem denominação nº 1, nº 2, nº 3 e nº 4, logradouros em condições precárias de estrutura, limpeza, manutenção e conservação. Logo se tem que, a distância referida está relacionada com as praças do núcleo central e não ao logradouro mais próximo da sua residência. Esses entrevistados, em sua maioria, são pessoas do sexo feminino, com mais de 30 anos de idade; em essência das classes com menor poder aquisitivo, até 1 salário mínimo (57,1%) e de 1 a 2 salários mínimo (42,9%), e níveis fundamental (42,9%) e médio (57,1%) de escolaridade, ou seja, pessoas com condições financeiras limitadas e que possivelmente não possuam um automóvel ou meio de locomoção que facilite o acesso às praças da área central.

Citado por 4,6% dos entrevistados, a falta de costume é justificativa principalmente de pessoas com mais de 30 anos de idade para não frequentar as praças engenheiro-beltrensenses; quanto ao sexo essa foi resposta de homens em mulheres em percentuais semelhantes, 42,9% e 57,1% respectivamente; na sua maioria daqueles com renda superior a 5 salários mínimos e nível médio de escolaridade.

Ao término da análise dos motivos que afastam os engenheiro-beltrensenses das praças, evidencia-se que 42,8% dos entrevistados apresentaram justificativas que têm relação com a falta de comprometimento do poder público com esses logradouros, pois se trata de cidadãos que explicaram a não frequência às praças por elas se apresentarem em condições não

adequadas ao uso, pela falta de atrativo, de segurança e por ser distante da moradia (nesse caso pelo fato das praças próximas a residência estarem em condições lastimáveis de conservação), ou seja, o afluxo às praças das pequenas cidades poderia ser ainda maior se fossem tomadas como prioridades pela administração pública.

Opinião dos engenheiro-beltrensenses sobre as praças da cidade - Perguntou-se a todos os entrevistados, independente frequentarem ou não alguma praça de Engenheiro Beltrão, qual a sua opinião sobre esses logradouros. Obteve-se que 28,6%, a maioria, considera que falta manutenção e conservação; 20,5% acham que são boas; 12,7% que faltam atrativos; 10,2% que precisam ser revitalizadas; 9,9% que estão sem condições de uso; 5,3% que falta infraestrutura; 4,7% que são sujas; 3,1% as consideram razoáveis; 2,8% acham que são péssimas e 2,2% que falta verde.

Os entrevistados que consideram que falta manutenção/conservação nas praças engenheiro-beltrensenses, são em sua maioria representados por mulheres, em percentuais semelhantes para as faixas de idade, ou seja, tanto os jovens como os mais vividos têm essa opinião; também por aqueles com melhores condições econômicas e com grau de escolaridade médio ou superior.

Para 20,5% dos entrevistados as praças são consideradas em boas condições. Essa é opinião em percentuais semelhantes para homens e mulheres, jovens e mais vividos. Em relação à renda, são na maioria os cidadãos nas faixas de 1 a 2 salários mínimos e de 2 a 5 salários mínimos que tem essa opinião como também aqueles com nível fundamental ou médio de instrução.

A concepção de que as praças engenheiro-beltrensenses são pouco atrativas é opinião de homens e mulheres em percentuais semelhantes, 46,3% e 53,7% respectivamente. Quanto à idade esse é o julgamento tanto de jovens como dos mais vividos, também em percentuais aproximados; daqueles com melhores condições econômicas; quanto ao nível de instrução é maioria os que possuem ensino médio ou superior de instrução.

Em sua maioria foram os entrevistados acima de 30 anos de idade que consideram necessária a revitalização das praças engenheiro-beltrensenses, sendo essa a opinião tanto de homens quanto de mulheres. Quanto à renda foram na maioria aqueles com melhores condições econômicas que expressaram essa opinião; e também os que têm nível médio ou superior de instrução. Infere-se que na maioria dos casos os respondentes estejam se referindo de maneira mais pontual à Praça Aldevino Santiago e às praças sem denominação dos

conjuntos habitacionais Paraíso das Rosas e Paulo Grandi, pois são as que se encontram em pior estado.

Na opinião de 9,9% dos entrevistados as praças de Engenheiro Beltrão encontram-se sem condições de uso. Essa resposta foi dada em sua maioria por mulheres, por pessoas com idade superior a 30 anos, por aqueles com renda familiar acima de 5 salários mínimos e nível médio ou superior de instrução.

Dos entrevistados 5,3% consideram que falta infraestrutura nas praças engenheiro-beltrensenses. Esses são, em sua maioria, representados por pessoas do sexo feminino, por aqueles com mais de 30 anos de idade, renda superior a 5 salários mínimos e por quem possui nível superior de instrução.

Nessas quatro últimas opiniões apresentadas - pouco atrativas, necessidade de revitalização, sem condições de uso e carente de infraestrutura - evidencia-se que de maneira geral, os cidadãos com maior renda e instrução são mais exigentes e críticos quanto às condições que as praças apresentam.

A sujeira nas praças é algo que incomoda os engenheiro-beltrensenses. Essa questão já se fez presente entre os fatores de que os cidadãos mais desgostam nas praças e volta a aparecer na opinião que estes têm sobre os logradouros. Dos entrevistados que consideram as praças sujas, a maior representação é de pessoas do sexo feminino; quanto à idade os percentuais entre os jovens e mais vividos é semelhante, ou seja, ambas as faixas de idade não aprovam as condições de limpeza e zelo em que as praças se encontram. Em relação à renda são na maioria os entrevistados com renda de 2 a 5 salários mínimos os que mais expressaram essa opinião e quanto à escolaridade os que têm nível médio de instrução.

Na opinião de 3,1% dos entrevistados as praças engenheiro-beltrensenses são consideradas razoáveis. Essa foi a resposta dada na maioria das vezes por mulheres; por pessoas com idade até 29 anos e superior a isso em percentuais equivalentes; por aqueles com renda familiar superior a 5 salários mínimos e por quem possui nível médio de escolaridade.

As praças engenheiro-beltrensenses são consideradas péssimas para 2,8% dos entrevistados. O perfil desses respondentes caracteriza-se na sua maioria por cidadãos com 30 anos ou mais de idade (66,7%); mulheres (77,8%); aqueles com renda superior a 5 salários mínimos (44,4%) e por aqueles que possuem nível médio de instrução.

Na opinião de 2,2% dos entrevistados falta verde nas praças da cidade de Engenheiro Beltrão. Essa é a opinião de jovens e mais vividos, homens e mulheres em percentuais semelhantes. Quanto à renda são aqueles com melhores condições econômicas os que mais

expressaram essa opinião; em relação à escolaridade são na maioria os cidadãos com nível médio ou superior de instrução.

De maneira geral, a opinião da população de Engenheiro Beltrão quanto às suas praças é negativa. A análise das respostas obtidas nesse questionamento evidencia que 76,4% dos entrevistados têm um conceito pessimista em relação às condições que se apresentam esses logradouros e 20,5% uma visão positiva.

Ao término deste capítulo constata-se que nas três pequenas cidades pesquisadas as praças são vistas pelos seus cidadãos enquanto um local de encontro e sociabilização, pois em todas essa foi a resposta da maioria dos entrevistados quando questionados sobre os motivos que o levam a esse tipo de logradouro. Evidenciando que a praça nas pequenas cidades mantém a sua mais antiga e importante função: a social.

Essa constatação ainda é reforçada quando se analisam outros fatores como: o que os cidadãos mais gostam na praça que frequentam, uma vez que “as pessoas/a possibilidade do encontro” estão entre as respostas mais citadas; o período do dia em que costumam ir à praça, sendo o noturno o mais mencionado, ou seja, há a vinculação da praça enquanto espaço de lazer, destino nos momentos de folga, e não apenas um vazio na malha urbana que auxilia na estruturação da *urbe*; e o tempo que o usuário fica no logradouro, onde a maioria (49,3%) diz demorar-se de 1 a 3 horas, evidenciando o caráter de permanência e não apenas de passagem da praça.

Evidenciou-se também que a localização e o mobiliário são fatores que influenciam na apropriação dos logradouros. Sendo as praças do núcleo central, comumente a(s) vinculada(s) à principal avenida da *urbe*, a(s) mais procurada(s) e utilizada(s) pelos cidadãos, estando presente neste comportamento a questão do ver e ser visto. Em geral as praças centrais são as que se encontram em melhores condições quali-quantitativas.

Quanto ao mobiliário esse tem influência tanto nas formas de uso, quanto no público que as utilizam. Na cidade de Engenheiro Beltrão constatou-se que as praças mobiliadas com ATI's, pista de malha, parque infantil, são utilizadas em sua maioria pelo público a que se destinam esses atrativos, e com o objetivo precípua, de certa forma segmentando os usuários de diferentes faixas de idade a diferentes logradouros.

Para o caso de Peabiru, que possui apenas três praças, sendo uma (Praça Eleutério Galdino de Andrade) superior às demais nos quesitos localização, extensão, estruturas, manutenção e conservação, a maioria absoluta dos entrevistados, 97,3%, das diferentes faixas de idade, tem esse logradouro como destino.

Em Araruna é a Praça Nossa Senhora do Rocio, a mais central e estruturada, que congrega a maioria dos frequentadores, 80,0%. Seguida da Praça dos Funcionários, 10,7%, sendo que nesta os principais atrativos ficam por conta de uma ATI e de áreas sombreadas.

Entre as hipóteses levantadas quando do início desta pesquisa é que mesmo em formas simplificadas, existem nas pequenas cidades espaços alternativos de lazer que concorrem com as praças, conjectura comprovada quando se tem que elas ocupam respectivamente nas cidades de Engenheiro Beltrão, Peabiru e Araruna a quarta e quintas posições nos lugares mais frequentados pelos cidadãos nos dias de folga. À frente das praças em Engenheiro Beltrão estão: casa de parentes/amigos, lanchonete/pizzaria e barzinhos; em Peabiru: casa de parentes/amigos, lanchonete/pizzaria, sorveteria e zona rural; e em Araruna: casa de parentes/amigos, lanchonete/pizzaria, zona rural e barzinhos.

As praças de Engenheiro Beltrão, de maneira geral, apresentam-se em pior estado de conservação que às da cidade de Peabiru e Araruna, tanto os percentuais de entrevistados que têm a praça como destino nos dias de folga, como os que frequentam alguma praça da cidade, são superiores em Engenheiro Beltrão se comparados às outras duas cidades. Entende-se que tal condição esteja relacionada ao maior número de logradouros que a cidade de Engenheiro Beltrão possui e a maior diversidade de estruturas que eles oferecem à população, contemplando diferentes perfis de público.

Constatou-se que são os jovens, aqueles com até 29 anos de idade, os que mais frequentam as praças das pequenas cidades. Na maioria das vezes com o intuito do ver e ser visto, do encontro e da sociabilização.

Infer-se que o afluxo dos cidadãos às praças das pequenas cidades poderia ser ainda maior se esses espaços fossem tomados como prioridade das administrações públicas, e identificadas às necessidades de quem fará uso, a fim de atender e promover uma maior apropriação, tendo em vista que entre as justificativas apresentadas pelos entrevistados ao fato de não frequentarem as praças da cidade sobressaem-se: a falta de atrativos e às precárias condições de uso, neste último caso referindo-se ao estado de conservação e manutenção de determinados logradouros.

A limpeza está entre os aspectos mais referenciados pelos cidadãos enquanto melhorias necessárias nas praças. Outro elemento também mencionado, nesse caso principalmente pelos moradores de Peabiru e Araruna, refere-se à questão da insegurança, pois segundo os cidadãos a presença de população de/na rua nas praças minimiza e afasta o restante dos cidadãos dos logradouros.

Embora haja muitas reivindicações por parte dos moradores das pequenas cidades em relação às suas praças, evidenciou-se que estas são *locus* importantes na dinâmica da população, fazendo parte do seu cotidiano, da sua vida social. O quadro 5 apresenta a síntese de alguns questionamentos da enquete realizada. Sendo as informações apresentadas àquelas que obtiveram o percentual mais expressivo de menções.

Os dados apresentados corroboram com as hipóteses levantadas no início desta tese, de que as praças nas pequenas cidades configuram-se enquanto locais de encontro e sociabilização - a função social da praça mantém-se viva nas pequenas cidades - constituem-se enquanto locais importantes na dinâmica social da *urbe*. E que existem, mesmo em formas simplificadas, espaços alternativos de lazer que concorrem com esses logradouros, haja vista as posições ocupadas por elas na relação dos locais tidos como destino nos dias de folga. Fato esse, muitas vezes decorrente das condições precárias, e de abandono, em que muitas praças se encontram, desmotivando o afluxo dos cidadãos.

Ao estabelecer uma análise comparativa entre os resultados obtidos na enquete de opinião realizada nas cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, com aqueles diagnosticados nas cidades de Maringá – PR (DE ANGELIS, 2000) e Ilha Solteira - SP (DOURADO; SILVA, 2005) (Quadro 6) evidencia-se que o percentual de cidadãos que costuma frequentar praças é mais expressivo nas cidades menos populosas, nesse caso Ilha Solteira e as cidades em tela da Microrregião de Campo Mourão. Essa constatação reforça a conjectura de que a dinâmica e as relações estabelecidas entre a população e as praças são distintas para pequenas, médias ou grandes cidades, sendo nas primeiras uma relação mais intimista e ativa no cotidiano dos cidadãos. Singularidades essas que devem ser consideradas na gestão desses logradouros.

As praças nas pequenas cidades são uma das únicas opções de lazer à que a população tem acesso, e como tal devem apresentar-se em condições quali-quantitativas que atendam satisfatoriamente a essa demanda, e jamais serem tratadas como vazios urbanos que tem como função o ordenamento do trânsito (como ocorre em médias e grandes cidades) não favorecendo em nada à sociabilização e a permanência do indivíduo no espaço.

Quadro 5 – Sinopse dos resultados da enquete de opinião realizada com cidadãos das cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, sobre as praças da cidade.

	PEABIRU	ARARUNA	ENGENHEIRO BELTRÃO
Cidadinos que frequentam alguma praça da cidade.	41,1%	33,9%	44,0%
Motivo que leva o cidadão à praça.	encontrar/conversar	encontrar/conversar	encontrar/conversar
Período do dia que costuma ir a praça.	noite	tarde (1°) noite (2°)	noite
Tempo de permanência do cidadão na praça.	mais de 1h a 3h	mais de 1h a 3h	mais de 1h a 3h
Cidadinos que mais frequentam as praças da cidade, segundo a idade.	até 29 anos	até 29 anos	até 29 anos
Posição ocupada pelas praças nos locais de destino nos dias de folga.	5°	5°	4°
Praça mais frequentada pelos cidadãos.	Eleutério Galdino de Andrade (97,3%)	Nossa Senhora do Rocio (80,0%)	Doutor Francisco Beltrão (32,0%)
O que o cidadão mais gosta na praça que frequenta*.	do verde das pessoas	da gruta das pessoas	das pessoas da localização
O que o cidadão menos gosta na praça que frequenta.	da presença de indesejáveis da falta de atrativos da falta de sombra	da presença de indesejáveis da sujeira da falta de sombra	da sujeira da falta de conservação/manut. da presença de indesejáveis
O que o cidadão considera que deve melhorar na praça que frequenta.	a segurança os atrativos a quantidade de lixeiras	a segurança o verde a limpeza	a conservação/manut. os atrativos a limpeza
Justificativa dos cidadãos por não frequentarem as praças da cidade.	não tem atrativos não tem tempo não gosta	não tem atrativos não tem tempo falta segurança	condições de uso inadequadas não tem atrativos não tem tempo
Opinião dos cidadãos sobre as praças da cidade.	boas/bonitas faltam atrativos falta segurança	boas/bonitas inseguras faltam atrativos	falta conservação/manut. boas faltam atrativos

*as respostas apresentadas são as que tiveram a maior quantidade de menções respectivamente.

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Quadro 6 – Sinopse dos resultados da enquete de opinião realizada com cidadãos das cidades de Maringá, Ilha Solteira, Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão, sobre as praças da cidade.

	MARINGÁ - PR	ILHA SOLTEIRA - SP	MICRORREGIÃO DE CAMPO MOURÃO ¹ - PR
Pesquisador (es) e ano do estudo.	De Angelis (2000)	Dourado e Silva (2005)	Corneli (2012)
Número de habitantes ² .	287.000	23.986	13.650
Número de praças ³ .	99	14	6
Quantidade de entrevistados na enquete.	440	240	224
Se frequenta alguma praça da cidade.	Sim: 32%	Sim: 47%	Sim: 40%
	Não: 68%	Não: 53%	Não: 60%
Praça mais frequentada pelos cidadãos.	Praça da Catedral	Praça Paiaguás	Praça Eleutério G. de Andrade Praça Nossa Senhora do Rocio Praça Doutor Francisco Beltrão
Justificativa dos cidadãos por não frequentarem as praças da cidade.	Não gosta Falta de costume Não tem atrativos	Não tem tempo Não favorecem ao lazer Não tem atrativos	Não tem atrativos Não tem tempo
Motivo que leva o cidadão à praça.	Descansar Distrair-se Levar filho para brincar	Proximidade com a residência Ir a eventos Encontrar/conversar	Encontrar/conversar Passear Distrair-se
De que o cidadão mais gosta na praça que frequenta.	Da vegetação Do movimento	Da arborização Das pessoas	Das pessoas Do verde
De que o cidadão menos gosta na praça que frequenta.	Da sujeira Da presença de desocupados	Da falta de infraestrutura Dos bêbados e andarilhos	Da presença de indesejáveis
O que o cidadão considera que deve melhorar na praça que frequenta.	A limpeza A segurança	A infraestrutura A manut./conserv. Os atrativos	A limpeza A segurança

Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

Quanto às praças preferidas, e mais frequentadas pelos cidadãos, evidencia-se nas três pesquisas referenciadas que se tratam de logradouros localizados nas áreas centrais, e em boas condições qualitativas.

Em relação às praças visitadas pela população entrevistada [...] a Praça Paiaguás foi a mais citada, por 29% dos entrevistados [...] isto ocorre por que essa praça está localizada no centro perto da Igreja Católica e oferece atividades de lazer e cultura para a população (DOURADO; SILVA, 2005, p. 80).

A partir da opinião manifestada pelos entrevistados na enquete, assim como do contingente desses que têm interesse e costumam frequentar as praças da cidade, infere-se que há - mesmo de forma inconsciente - uma predileção pelos logradouros que possuem espaços

¹ Média referente às cidades de Peabiru, Araruna e Engenheiro Beltrão.

² Dado conforme consta nos trabalhos de referência.

³ Dado conforme consta nos trabalhos de referência.

contínuos, não setorizados, onde haja visibilidade e comunicação tanto com o ambiente interno como externo à praça, seja isto favorecido por extensos gramados, como é o caso da Praça da Catedral em Maringá e da Praça Eleutério Galdino de Andrade em Peabiru, seja pela localização, como é o caso da Praça Doutor Francisco Beltrão em Engenheiro Beltrão e Praça Paiaguás – Ilha Solteira.

Das pequenas cidades, Araruna foi que registou o menor afluxo da população às suas praças. Como apresentado na descrição geral dos logradouros - Capítulo IV - a principal praça ararunense é a Nossa Senhora do Rocio, um logradouro seccionado pelo prédio da Casa da Cultura (alocado no centro da praça), condição que gera ambientes que não se comunicam entre si, não favorecem a interação dos frequentadores; e no período noturno beneficia a prática de atividades ilícitas, pela difícil visibilidade em algumas partes do espaço.

Quanto à justificativa apresentada por aqueles que não frequentam praças, para as cidades de menor porte sobressaem-se a pouca atratividade, decorrentes principalmente de fatores quali-quantitativos; e também a falta de tempo. Para a cidade de Maringá as respostas mais citadas foram o não gostar, a falta de costume e também a carência de atrativos. Infere-se que principalmente as duas primeiras justificativas – não gostar e falta de costume – são influenciadas pelas formas de lazer existentes nesses centros maiores que concorrem com as praças – *shoppings*, cinemas, bares, casas de *show* – os quais despertam maior interesse e contribuem para a minimização da função social das praças nessa parte do urbano, transferindo o local do encontro, de sociabilização para ambientes fechados, restringindo as praças a funções estéticas e ambientais na *urbe*.

Em relação ao que motiva os cidadãos a frequentarem as praças, confere identidade às cidades de menor porte o encontro, o sociabilizar-se com o outro; para a cidade de Maringá este foi o argumento menos citado, ou seja, é fato que as relações sociais se manifestam com maior intensidade nas pequenas cidades, e esta prerrogativa deve ser considerada e valorizada na gestão dos espaços públicos.

Quanto ao de que mais gosta e de que menos gosta nas praças, evidencia-se que para a primeira interrogativa nas cidades de menor porte sobressai novamente a valorização do indivíduo, estando as pessoas entre as preferências mencionadas. Esse tipo de resposta não foi registrado na pesquisa realizada em Maringá; sendo o movimento a manifestação mais próxima. A vegetação é a preferência dos maringaenses, sendo também apreciada pelos cidadãos das cidades menores.

Para aquilo que mais desagrada predomina nos diferentes contextos urbanos – pequenas e médias cidades – a presença de população de /na rua e as precárias condições qualitativas em que alguns logradouros se encontram. Conseqüentemente entre os aspectos a serem melhorados as respostas são novamente similares, entre eles a segurança e a manutenção e conservação dos espaços.

Pegolo e Demattê (2002, p. 120) em pesquisa sobre as praças das cidades paulistas de Jaboticabal e Taquaritinga, municípios na época com 67.389 e 54.425 habitantes respectivamente, portanto classificados como cidades médias, diagnosticaram que:

[...] as praças estudadas nas duas cidades não mais são usufruídas como em tempos passados. Antigamente, eram o centro dos acontecimentos políticos e de festividades religiosas, de atos cívicos e sociais. Nos finais de semana, moradores das zonas urbana e rural dirigiam-se às praças, pois ali havia diversão, o lazer de outras épocas, os encontros, o início de muitas histórias e o fim de outras tantas.

O que Pegolo e Demattê (2002) apresentam como algo pretérito para as praças de Jaboticabal e Taquaritinga foi visualizado nos logradouros das cidades da Microrregião de Campo Mourão, como por exemplo, as festividades em comemoração ao aniversário dos municípios, que têm as praças como cenário.

Outro aspecto constatado na pesquisa de Pegolo e Demattê (2002, p. 120) para as cidades de Jaboticabal e Taquaritinga refere-se ao fato de que “[...] quase todas as suas praças mais antigas eram, no passado, espaços bastante abertos, verdadeiros largos, e hoje tendem mais à fisionomia de bosques”. Ou seja, não há comunicação, amplitude e visibilidade entre os espaços do logradouro que favoreçam a sociabilização de seus usuários. Essa situação foi também evidenciada nas praças da Microrregião de Campo Mourão, pois como já apresentado, das praças com maior número de frequentadores a da cidade de Araruna é a que apresentou menor expressividade, caracterizando-se esta por um ambiente seccionado.

Todavia, como indicado por Pegolo e Demattê (2002, p. 120) “Se por um lado, os espaços não são mais tão amplos e a vista não mais tão abrangente, por outro lado, o sombreamento e o frescor produzidos pelas árvores proporcionam conforto em um clima de verão severo como é o dessas cidades”.

Corroborando com a importância dos espaços sombreados nos logradouros, mas também com a de áreas abertas, com exposição solar, Lenzholzer (2012, p. 47) [tradução nossa] apresenta que:

A praça que é considerada muito aberta também é considerada termicamente desconfortável. A percepção de uma praça aberta demais pode ser atenuada simplesmente por equipar o espaço com elementos como a vegetação, telas, mobiliário especial, fontes, etc, a fim de diminuir os efeitos adversos do microclima. O vento e os padrões de sombra também devem ser levados em conta na alocação desses objetos, pois isso aumenta substancialmente a eficácia das intervenções. Espaços abertos também devem ser oferecidos nas praças de modo a proporcionar microclimas para necessidades variadas.

Diante dessa contextualização recomenda-se que, a partir de critérios técnicos fornecidos por profissionais qualificados, esses logradouros sejam geridos de maneira a aliar conforto térmico, tão necessário nas cidades brasileiras, mas também enquanto ambientes que favoreçam a sociabilização, permanência e a interatividade dos cidadãos no logradouro.

Como consideração final deste capítulo, e ante das diferentes realidades urbanas apresentadas, o que avulta é a função social enquanto característica peculiar e presente nas praças das pequenas cidades, a qual pode ser maximizada a partir de iniciativas de gestão que entendam e atendam as particularidades e dinâmica desse contexto urbano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término de cada capítulo procurou-se apresentar uma síntese do conteúdo trabalhado, dessa forma, nesta seção serão retomados apenas alguns pontos considerados centrais da pesquisa, acrescidos de um olhar mais completo possibilitado pela evolução do estudo.

As praças são uma constante nas cidades. Todavia os usos e funções atribuídos a esse espaço público ao longo dos tempos tem se mostrado dinâmico, sendo o contexto urbano em que estão inseridas, se grandes, médias ou pequenas cidades, uma condicionante dessa metamorfose. Nos médios e grandes centros a praça tem sido muitas vezes gerida a partir da concepção de um elemento estruturador do fluxo urbano, ao invés de espaço social e de lazer. Por sua vez, a investigação da praça no contexto das pequenas cidades, possibilitou evidenciar que a função mais antiga e importante desse logradouro – a social – se mantém nessa parcela do urbano.

O afluxo às praças das pequenas cidades poderia ser ainda maior se esses espaços recebessem conservação e manutenção periódica, assim como se fossem planejados e geridos a partir do conhecimento das necessidades dos cidadãos a quem se destinam. Parcela significativa das pessoas que não frequentam as praças da *urbe* e/ou não as tem como local de destino nos dias de folga justifica tal comportamento a partir da carência de estruturas, atrativos e conservação em que esses espaços se encontram.

A praça central, característica marcante da identidade urbana de pequenas cidades, é para o cidadão ponto de referência, por ela transita, desfila o cotidiano da *urbe*. É no seu entorno que se localiza o principal comércio, os serviços mais importantes e os principais prédios públicos. Sua associação com a igreja matriz também é algo peculiar. Enquanto *locus* a praça é ponto de convergência de cidadãos, onde os encontros ocorrem sem a necessidade de agendamento prévio, onde a “notícia corre”. Palco de importantes e tradicionais eventos da cidade, espaço de sociabilização e símbolo histórico-social. Todavia não se faz possível a generalização de todos esses elementos, pois como apresentado em outros momentos dessa tese, a diversidade é algo que assinala as pequenas cidades.

Em certo momento desta pesquisa ouviu-se: “as pessoas saem dessas cidades para ir ao o *shopping* em Maringá”, a prerrogativa é válida, não se pode descartá-la, mas também não há como esquecer que isso está ao alcance de poucos, alguém que vive de bolsa família ou salário mínimo – condição de muitos nas cidades em tela - dificilmente terá acesso a esse tipo

de lazer e para estes a praça é sim muito importante. Assim sendo, é dever dos gestores públicos atender aos anseios da população, mantendo esses espaços em condições adequadas de uso e apropriação, a partir das particularidades e necessidades do lugar.

Nesta pesquisa evidenciou-se a importância das praças nas pequenas cidades enquanto espaço de sociabilização, portanto estas devem ser geridas como tal, e não simplesmente serem adotadas medidas generalistas e seriadas, copiadas de outros centros maiores, pois a realidade e as formas de uso, apropriação e valor atribuído pelo cidadão a esses espaços são distintas.

As informações obtidas com a realização da enquete podem servir como orientação para o planejamento e gestão desses logradouros, pois revelam os anseios e necessidades da população – sujeitos mais importantes – em relação às praças da cidade.

De maneira geral constatou-se que as praças preferidas são aquelas que se encontram em boas condições qualitativas, sombreadas, com boa visibilidade - espaços contínuos que se comunicam, favorecendo a interação interna e externa ao logradouro.

Como apresentado já na introdução desta tese, teve-se como prioridade na pesquisa o homem, ou seja, o sujeito que faz uso do espaço público, por conseguinte recomenda-se às administrações municipais que levem em consideração na gestão desses logradouros a opinião e anseios manifestados pelos cidadãos quanto às praças da cidade, a fim de potencializar a ocupação desses espaços enquanto ambiente de lazer e sociabilização para a comunidade dessas pequenas cidades.

Ao término desta tese os sentimentos são de: contribuição ao conhecimento científico sobre as praças nas pequenas cidades, e anseio de que há muito a ser explorado. Conjectura essa resultante do dinamismo inerente ao urbano, associada à base de informações ainda incipiente sobre o tema em questão. Como sugestão de estudos futuros propõe-se:

- a) Analisar as praças de regiões geográficas distintas, a fim de verificar se os usos, funções e importância mantêm-se similares pelo fato de tratar-se igualmente de pequenas cidades, ou se a regionalidade tem influência nas formas de apropriação desses logradouros públicos.
- b) Avaliar de maneira comparativa a infraestrutura presente nas praças de grandes e médias cidades, com a existente nas pequenas, a fim de validar ou não a hipótese de que há adoção seriada de modelos, onde não se leva em consideração o contexto e as relações sociais desenvolvidas nesses espaços.

- c) Ainda sob a ótica da análise comparativa, confrontar a visão que os gestores públicos têm das funções das praças na *urbe*, com aquela manifestada e aspirada pelos cidadãos em geral.
- d) Avaliar a influência da especulação imobiliária no contexto das pequenas cidades e seus reflexos nos espaços públicos urbanos, de maneira pontual nas praças. Acrescido do cálculo do Índice de Áreas Verdes (IAV).
- e) Mensurar o valor de investimentos públicos direcionados à criação, manutenção e conservação das praças nas pequenas cidades, e a participação da iniciativa privada nesse processo.
- f) Avaliar a qualificação técnica dos responsáveis pela gestão das praças nas pequenas cidades, assim como as políticas públicas e estratégias de planejamento que antecedem a criação e intervenções realizadas nestes logradouros.
- g) Verificar o atendimento às normas de acessibilidade nas praças de pequenas cidades.

REFERÊNCIAS

- ALEGRE, M.; MORO, D. A. A mobilidade da população nas antigas áreas cafeeiras do Norte do Paraná. **Boletim de Geografia**, Maringá, v.4, n.1, p. 28-73, jan. 1986.
- ALEX, S. **Projeto da praça: convívio e exclusão no espaço público**. São Paulo: SENAC, 2008.
- ANDRADE, A. A. V. de. **Vilas rurais da microrregião geográfica de Campo Mourão**. 2005. 161 f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2005.
- APG III. 2009. An update of the Angiosperm Phylogeny Group classification for the orders and families of flowering plants: APG III. **Botanical Journal of the Linnean Society**. Londres. v. 161. p. 105-121, 2009.
- AQUINO, C. A. B.; MARTINS, J. C. de O. Ócio, lazer e tempo livre na sociedade do consumo e do trabalho. **Mal-estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 2, p. 479-500, set. 2007.
- ARANHA-SILVA, E. Lazer nos espaços urbanos. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Três Lagoas**, Três Lagoas, v. 1, n. 1, p. 54-68, nov. 2004.
- ARARUNA. Lei nº 107 de 12 de fevereiro de 1962. Fica o Poder Executivo autorizado a construir a Praça Nossa Senhora do Rocio, e a executar outros serviços urbanos de conformidade com a planta e proposta apresentadas. **Prefeitura Municipal de Araruna**, 1962.
- ARARUNA. Lei nº 848 de 28 de dezembro de 1992. Fica denominada Praça dos Funcionários o logradouro no Conjunto Habitacional Darvino Batista Guimarães. **Prefeitura Municipal de Araruna**, 1992.
- ARARUNA. Lei nº 932 de 20 de abril de 1995. Fica denominada Praça Josefina Rorato, o logradouro no Loteamento Esperança. **Tribuna do Interior**, Campo Mourão, 12 mai. 1995.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 2004.
- BEAUJEU-GARNIER, J. **Geografia Urbana**. 2. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.
- BERNARDELLI, M. L. F. da H. **Pequenas cidades na região de Catanduva – SP: papéis urbanos, reprodução social e produção de moradias**. 2004. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual paulista Júlio de Mesquita Filho. Faculdade de Ciências e Tecnologia, Presidente Prudente, 2004.
- BERNARDES, N. Expansão do povoamento no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro, v. 14, n. 4, out/dez. 1952. In: CARVALHO, M. S. de; FRESCA, T.

M. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, v. 1, 2007. p. 77-118.

BERNARDES, L. M. C. O problema das “frentes pioneiras” no Estado do Paraná. *Revista Brasileira de Geografia*. Rio de Janeiro. v. 15, n. 3, jul./set. 1953. In: CARVALHO, M. S. de; FRESCA, T. M. (Org.). **Geografia e Norte do Paraná: um resgate histórico**. Londrina: Edições Humanidades, v. 1. 2007. p. 137-211.

BESSER, T. L.; RECKER, N.; AGNITSCH, K. The Impact of Economic Shocks on Quality of Life and Social Capital in Small Towns. **Rural Sociology**. n. 4, v. 73, p. 580–604. 2008.

BOND, R. **O Caminho de Peabiru**. Campo Mourão: Kromoset, 1996.

BOND, R. **História do Caminho de Peabiru: descobertas e segredos da rota que ligava o Atlântico ao Pacífico**. Rio de Janeiro: Aimberê, v. 1. 2009.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. 1988. Capítulo II Dos Direitos Sociais. Art. 6. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm>. Acesso em: 5 de agosto de 2012.

BRASIL. Lei nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (desapropriação por utilidade pública) e as Leis nºs 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (registros públicos) e 6.766, de 19 de dezembro de 1979 (parcelamento do solo urbano). **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 29 de jan. 1999.

BUCCHERI FILHO, A. T.; NUCCI, J. C. Espaços livres, áreas verdes e cobertura vegetal no Bairro Alto da XV, Curitiba/PR. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 18, p. 48-59, 2006.

CALDEIRA, J. M. **A praça brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**. 2007. 434 f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

CALDEIRA, J. M. A praça colonial brasileira. **Univ. Arquitetura e Comunic. Social**, Brasília, v. 7, n. 1, p. 19-39, jan./jun. 2010.

CAPEL, H. Las pequeñas ciudades en la urbanización generalizada y ante la crisis global. *Investigaciones Geográficas*, **Boletín del Instituto de Geografía**, n. 70, p. 7-32, 2009.

CAPUTO, P. La arquitectura del espacio público entre el cuidado del lugar y las figuras de la Tradición. In: CAPUTO, P. (Org.). **La arquitectura del espacio público: formas del pasado, formas del presente**. Sevilla: Triennale di Milano: Junta de Andalucía. 1999. p. 13-19.

CARLOS, A. F. A. A cidade e a organização do espaço. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 1, p. 105-111, 1982.

CARLOS, A. F. A. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Labur, 2007.

CARVALHO, M. S. de. Produtividade agrícola e cidades pequenas. In: SIMPÓSIO SOBRE PEQUENAS CIDADES E DESENVOLVIMENTO LOCAL E SEMANA DA GEOGRAFIA, 1., 17., 2008, Maringá. **Anais...** Maringá: Universidade Estadual de Maringá- Departamento de Geografia, 2008. p. 1-16.

CASA DA CULTURA DE ARARUNA. **Acervo fotográfico**. Araruna, 2012.

CASA DA CULTURA PROFESSOR NELY PINHEIRO. **Acervo fotográfico**. Peabiru, 2012.

CASTELLANI FILHO, L. Lazer e qualidade de vida. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 7-21.

CASTRO, J. R. B. de. A proposição do conceito de centralidade cultural e a promoção de eventos festivos como estratégia de turistificação de pequenas cidades: reflexões a partir de alguns estudos de casos. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 109-123

CAVALHEIRO, F.; DEL PICCHIA, P. C. D. Áreas verdes: conceitos, objetivos e diretrizes para o planejamento. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA E ENCONTRO NACIONAL SOBRE ARBORIZAÇÃO URBANA, 1., 4., 1992, Vitória. **Anais....** Vitória, 1992. p. 29-38.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; GUZZO, P.; ROCHA, T. Y. **Proposição de terminologia para o Verde Urbano**. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7, jul/ago/set. de 1999.

CHAGAS, G. de S. p. 30-31. In: ROCHA, A.; KLEIN, J. C.; MAFRA, W.; BASSI, L. **Histórias de famílias de Peabiru-PR**. Peabiru: Kromoset, 2012.

CIGOLINI, A. A. A fragmentação do território em municípios: um resgate histórico. **Revista Paranaense de Geografia**. Associação dos Geógrafos Brasileiros. Curitiba, n. 5, p. 55-65, 2000.

CORRÊA, R. L. Globalização e reestruturação da rede urbana - uma nota sobre as pequenas cidades. **Revista Território**, ano IV, n. 6, p.43-53, jan./jun. 1999.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. 7. ed. São Paulo: Ática., 2000.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, R. L. Sobre agentes sociais, escala e produção do espaço: um texto para discussão. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.) **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2011a. p. 41-51.

CORRÊA, R. L. As pequenas cidades na confluência do urbano e do rural. **GEOUSP: Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 30, p.5-12, 2011b.

CORTÉS, G. I C. El origen de la plaza pública en México: usos y funciones sociales. **Nueva Época**, México, n. 66, p.83-118, 2011.

COSTA, F, R.; ROCHA, M, M. Estudo sobre os municípios periféricos na Mesorregião Centro Ocidental Paranaense. **Geografia**, Londrina, v. 18, n. 2, p. 109-127, 2009.

DE ANGELIS, B. L. D. **A praça no contexto das cidades: o caso de Maringá - PR**. 2000. 367 f. Tese (Doutorado em Geografia)- Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

DE ANGELIS, B. L. D.; ANGELIS NETO, G.; BARROS, G. D. A.; BARROS, R. D. A. **Praças: história, usos e funções**. Maringá: EDUEM, 2005. (Coleção *Fundamentum*, 15).

DICK, M. V. de P. do A. **A Dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554 – 1897**. São Paulo: Annablume. 1996.

DIOCESE DE CAMPO MOURÃO. Paróquia Nossa Senhora das Graças de Engenheiro Beltrão. **Informações gerais**. Disponível em: <<http://www.diocesecampomourao.com.br/.../engenheirobeltrao/index.html>>. Acesso em: 12 de jun. 2012.

DOURADO, L. A. C.; SILVA, E. A. Espacialização e ordenamento das praças, espaços de recreação e lazer, na Estância Turística Ilha Solteira – SP. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, v. 2, n. 2, ano 2, p. 67-86, set. de 2005.

DROZAG, V. Mobility and lifestyle of small town inhabitants. In: JEZEK, J.; KANKA, L. (Org.). **Competitiveness and sustainable development of the small towns and rural regions in Europe**. Pilsen: University of West Bohemia, 2011. p. 21-28.

DUMAZEDIER, J. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

DUMAZEDIER, J. **Sociologia empírica do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

ELIAS, J. **Fatos do meu Paraná**. 1971.

EL-KHATIB, F. **História do Paraná**. Curitiba: GRAFIPAR, v. 4. 1969.

ENDLICH, A. M. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades**. São Paulo: UNESP, 2009a.

ENDLICH, A. M. Introdução. In: ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009b. p. 9-13.

ENDLICH, A. M. Território e morfologia urbana em pequenas cidades: o que revelam? **Revista Geográfica de América Central Número Especial - EGAL**, Costa Rica, p. 1-14, 2011.

ENGENHEIRO BELTRÃO. Lei nº 23, de 14 de novembro de 1961. Aprova os nomes de Aldevino Santiago e Senador Abilon de Souza Naves, para as praças dessa cidade. **Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão**, 1961.

ENGENHEIRO BELTRÃO. Lei nº 43 de 9 de maio de 1962. Autoriza o Poder Executivo Municipal de Engenheiro Beltrão – Paraná, a denominar o logradouro público, situado entre a Avenida Brasil e Avenida Sete de Setembro, em forma de triângulo, nesta cidade de Praça Doutor Francisco Beltrão. **Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 1962.**

ENGENHEIRO BELTRÃO. Lei nº 398 de 04 de dezembro de 1985. Denominar-se á Praças das Mães o largo existente na Avenida Ivaí, junto ao núcleo habitacional 26 de novembro. **Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 1985.**

ENGENHEIRO BELTRÃO. Lei nº 451 de 10 de junho de 1988. Denominar-se-á José Bernardo da Silva, a praça existente entre a Avenida Ivaí, Rua Fernão Dias e Rua D. Pedro II, perímetro urbano de Engenheiro Beltrão. **Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 1988.**

ENGENHEIRO BELTRÃO. Lei nº 815 de 01 de abril de 1996. Fica denominada de Joana Cavalcante de Melo (Dona Mocinha) a Praça existente na Avenida Ivaí em frente a Rua Hilda Veitas. **Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 1996.**

ENGENHEIRO BELTRÃO. Lei nº 1.129 de 11 de abril de 2003. Fica denominado oficialmente de Praça Pe. Hélio José da Costa, o logradouro público que circunda a Igreja Matriz Nossa Senhora das Graças, da cidade de Engenheiro Beltrão. **Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 2003.**

ENGENHEIRO BELTRÃO. Lei nº 1.378 de 11 de agosto de 2006. Fica denominada a praça, localizada na Rua Avelino Vieira, centro de Engenheiro Beltrão, de Praça Philomena Semensato Falcão. **Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 2006.**

ENGENHEIRO BELTRÃO. Lei nº 1.717 de 5 de outubro de 2011. Denominar-se-á Praça Maria de Jesus Nogueira Geron, o largo existente entre as Ruas São Paulo, General Osório e D. Pedro II, de frente à Secretaria Municipal de Saúde. **Prefeitura Municipal de Engenheiro Beltrão, 2011.**

ENTREVISTADO 1. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Araruna, 7 de mar. de 2012.

ENTREVISTADO 2. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Peabiru, 16 de fev. de 2012.

ENTREVISTADO 3. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Campo Mourão, 21 de mar. de 2012.

ENTREVISTADO 4. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Peabiru, 16 de fev. de 2012.

ENTREVISTADO 5. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Peabiru, 16 de fev. de 2012.

ENTREVISTADO 6. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Peabiru, 16 de fev. de 2012.

ENTREVISTADO 7. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Araruna, 7 de mar. de 2012.

ENTREVISTADO 8. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Araruna, 7 de mar. de 2012.

ENTREVISTADO 9. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** 16 de mar. de 2012.

ENTREVISTADO 10. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Engenheiro Beltrão, 17 de mar. de 2012.

ENTREVISTADO 11. **Entrevista concedida à pesquisa de Doutorado de Vanessa Medeiros Corneli.** Engenheiro Beltrão, 17 de mar. de 2012.

ESTÁCIO, M. M. S. A rua e a praça: espaços para o brincar no período colonial. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2.; 2008, Natal. **Anais...** Natal: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2008.

FERNANDES, X. **Topónimos e gentílicos.** Pôrto: Educação Nacional. 1941.

FERREIRA, F. P. M. As pequenas cidades e sua importância para o Brasil atual. **Reúna. Revista de Economia da UNA,** Belo Horizonte, v. 1, n. 1, p. 41-45, 1995.

FERREIRA, J. C. V. **O Paraná e seus municípios.** 3. ed. Cuiabá: Memória do Brasil, 1999.

FERREIRA, J. C. V. **Municípios paranaenses: origens e significados de seus nomes.** Curitiba: Secretaria de Estado da Cultura, 2006. (Cadernos Paraná da Gente).

FERREIRA, L. da S. Pequenas cidades e cotidiano. In: SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da; (Org.). **Pequenas Cidades:** uma abordagem geográfica. Natal: EDUFRN, 2009. p. 69-87.

FERREIRA, Y. N.; PANTALEAO, S. C. Pequenas cidades paranaenses, transitoriedade e redefinições espaciais: 1940-2000. **Geoingá,** Maringá, v. 1, n. 1, p. 29-48, 2009.

FREIRE, R. H. A. **A praça e a cidade:** o caso de Paranavaí – PR. 2012. 147f. Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2012.

FRESCA, T. M. Centros locais e pequenas cidades: diferenças necessárias. **Mercator,** Londrina, p.75-81, dez. 2010. Edição especial.

GOMES, M. A. S.; SOARES, B. R. A vegetação nos centros urbanos: considerações sobre os espaços verdes em cidades médias brasileiras. **Estudos Geográficos,** Rio Claro, v. 1, n. 1, p. 19-29, jun. 2003.

GOMES, M. A. S. De largo a jardim: praças públicas no Brasil - algumas aproximações. **Revista Eletrônica de Geografia,** Rio Claro, v. 5, n. 1, p. 101-120, 2007.

GOMES, P. C. da C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

GONZÁLEZ, C. V. V. M. de; URDANETA, L. A. M. La morfología y los usos de las plazas urbanas e parroquiales de la ciudad de Maracaibo. **Opción**, Maracaibo, v. 19, n. 40, p. 69-87, abr. 2003.

GUERRA, A. Lúcio Costa, Gregori Warchavchik e Roberto Burle Marx: síntese entre arquitetura e natureza tropical. **Revista USP**, São Paulo, n. 53, p. 18-31, mar/mai. 2002.

HESPANHOL, A. N. A formação sócio-espacial da região de Campo Mourão e dos municípios de Ubitatã, Campina da Lagoa e Nova Cantu - PR. **Boletim de Geografia**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 17-28, dez. 1993.

HINDERINK, J.; TITUS, M. Small Towns and Regional Development: Major Findings and Policy Implications from Comparative Research. **Urban Studies**. v. 39, n. 3, p. 379-391. 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **IBGE Cidades @: censo demográfico 2010**. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em: 4 de ago. de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010a**. Tabela 202 - Resultados do universo relativos à população residente. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=202>>. Acesso em: 4 de ago. de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010b**. Tabela 3107 - População residente, por situação do domicílio, sexo e grupos de idade – Sinopse. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=3107>>. Acesso em: 4 de ago. de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010c**. Tabela 1554 - Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por nível de instrução - Resultados Gerais da Amostra. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=1554>>. Acesso em: 4 de ago. de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico 2010d**. Tabela 3268 - Domicílios particulares permanentes, por classes de rendimento nominal mensal domiciliar. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?z=t&c=3268>>. Acesso em: 4 de ago. de 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cartografia - Brasil ao Milionésimo**. 2011. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/default_prod.shtm>. Acesso em: 13 de fev. 2011.

INSTITUTO DE TERRAS, CARTOGRAFIA E GEOCIÊNCIAS. **Divisão Político-Administrativa do Estado do Paraná**. Paraná, 2011. Disponível em: <<http://www.itcg.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=47>>. Acesso em 13 de fev. de 2011.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo os Municípios do Paraná - 1991-2000**. 2000a. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/idh_estados.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Índice de Desenvolvimento Humano Municipal segundo as Unidades da Federação - Brasil-1991-2000**. 2000b. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/indices/idhm_2000.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Leituras regionais: mesorregião Geográfica Centro-Occidental Paranaense**. Curitiba: IPARDES - BRD, 2004.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Lista dos 399 Municípios do Estado ordenados segundo regiões geográficas -Paraná-2008**. 2008. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_parana.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2012.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Cadernos Municipais**. 2012. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/index.php?pg_conteudo=1&cod_conteudo=30>. Acesso em: 10 jan. 2012.

IPNI - **The International Plant Names Index**. Disponível em: <www.ipni.org/>. Acesso em: 04 de abril de 2013.

JEZEK, J. Small towns attractiveness for living, working and doing business: case study the Czech Republic. In: JEZEK, J.; KANKA, L. (Org.). **Competitiveness and sustainable development of the small towns and rural regions in Europe**. Pilsen: University of West Bohemia, 2011.p. 4-11.

KLEIN, J. C.; ROCHA, A.; BASSI, L.; MAFRA, W. **O cara da rua: histórias das ruas, praças e logradouros públicos de Peabiru - PR**. Peabiru: Kromoset, 2012.

KODATO. **Acervo fotográfico particular**. Engenheiro Beltrão, 2012.

LAMAS, J. M. R. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian - Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2004.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Tradução Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LENZHOLZER, S. Research and design for thermal comfort in Dutch urban squares. **Resources, Conservation and Recycling**. n. 64. p. 39-48. 2012.

LIMA, A. M. L. P.; CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; SOUSA, M. A. de L. B.; FIALHO, N. de O.; DEL PICHA, P. C. D. Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARBORIZAÇÃO URBANA, 2., 1994, São Luis. **Anais... São Luis**, 1994. p. 539-553.

LINHARES. **Acervo fotográfico particular**. Engenheiro Beltrão, 2012.

LISTA DE ESPÉCIES DA FLORA DO BRASIL 2013. **Lista de Espécies da Flota do Brasil**. Disponível em: <http://floradobrasil.jbrj.gov.br/>. Acesso em: 4 de abril de 2013.

LOBODA, C. R. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 32-54, 2009.

MACEDO, S. S. O paisagismo moderno brasileiro – além de Burle Marx. **Paisagens em debate**, n. 1, p. 1-7, out. 2003.

MAIA, D. S. Cidades médias e pequenas do nordeste: conferência de abertura. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 15-41.

MANFIO, V.; BENADUCE, G. M. C. A (re) estruturação urbana e o desenvolvimento local da pequena cidade de Nova Palma- RS. **GEOMAE**, Campo Mourão, v. 2, n. 1, p. 71-82, 2011.

MARCELLINO, N. C. **Lazer e educação**. 3 ed. Campinas: Papyrus, 1995.

MARCELLINO, N. C. O entendimento do lazer. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996a. p. 1-6.

MARCELLINO, N. C.. Subsídios para uma política de lazer – o papel da administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996b. p. 23-30.

MARCELLINO, N. C. Pressupostos de ação comunitária: estruturas e canais de participação. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996c. p. 39-42.

MARQUES, J. M.; MARQUES, M. A. M. **Estatística básica para os cursos de engenharia**. Curitiba: Domínio do Saber, 2005.

MARX, M. **Cidade brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Universidade de São Paulo, 1980.

- MARX, M. **Nosso chão: do sagrado ao profano**. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003.
- MARX, M. Prefácio. In: DICK, M. V. de P. do A. *A dinâmica dos nomes na cidade de São Paulo 1554 – 1897*. São Paulo: Annablume. 1996.
- MATAS COLOM, J.; NECOCHEA VERGARA, A.; BALBONTÍN VICUÑA, P. **Las plazas de Santiago**. Santiago: Ediciones Universidad Católica de Chile, 1983.
- MATOS, F. L. de. Espaços públicos e qualidade de vida nas cidades - o caso da cidade do Porto. **Observatorium**, Uberlândia, v. 2, n. 4, p. 17-33, jul. 2010.
- MATTHEWS, S. **América do Sul invadida**: a crescente ameaça das espécies exóticas invasoras. Argentina: GISP- Programa Global de Espécies Invasoras, 2005.
- MCCONNACHIE, M. M.; SHACKLETON, C. M. Public green space inequality in small towns in South Africa. **Habitat International**. v. 34, p. 244–248, 2010.
- MELLO, D. L. de. A multiplicação dos municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 39, n. 203, p. 23-28, abr/jun. 1992.
- MELO, V. A. de; ALVES JUNIOR, E. de. D. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003.
- MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Tradução Ary França e Raul de Andrade e Silva. São Paulo: Hucitec, 1984.
- MOREIRA JUNIOR, O. A produção do espaço urbano em cidades pequenas de regiões não-metropolitanas: uma reflexão a partir de um estudo de caso. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 12., 2011, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2011. p. 1-20.
- MOREIRA JUNIOR, O. Segregação urbana em cidades pequenas: algumas considerações a partir das escalas intra e interurbana. **Revista RA'E GA**, Curitiba, n. 20, p. 133-142, 2010.
- MOURA, R. Qual o papel dos pequenos municípios na escala local do desenvolvimento? In: ENDLICH, A. M.; ROCHA, M. M. (Org.). **Pequenas cidades e desenvolvimento local**. Maringá: PGE, 2009. p. 15-38.
- MUMFORD, L. **A cidade na história**: suas origens, transformações e perspectivas. Tradução Neil R. da Silva. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1982.
- MUSEU MUNICIPAL CAMINHOS DE PEABIRU. **Acervo fotográfico**. Peabiru, 2012.
- NEUVONEN, M.; SIEVANEN, T.; TONNES S.; KOSKELA, T. Access to green areas and the frequency of visits – A case study in Helsinki. **Urban Forestry & Urban Greening**. n. 6, p. 235–247, 2007.
- ONOFRE, G. R.; SERRA, E. A colonização de Campo Mourão – Paraná: os conflitos rurais e os primeiros mecanismos de acesso a terra. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais....** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005. p. 10954-10968.

PARANÁ. Instituto Ambiental do Paraná. Portaria nº 125 de 7 de agosto de 2009. Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências. **Instituto Ambiental do Paraná**, 2009.

PARANÁ. Lei nº 15.953, de 24 de setembro de 2008. Proíbe o plantio, comércio, transporte e produção da planta Murta (*Murraya paniculata*), por ser vegetal hospedeiro da bactéria *Candidatus liberibacter ssp.*, disseminada pelo inseto vetor *Diaphorina citri*, transmissor da praga denominada *Huanglongbing* (HLB - Greening). **Diário Oficial do Estado**, Curitiba, nº 7.823, 8 out. de 2008. Disponível em: <<http://celepar7cta.pr.gov.br/SEEG/sumulas.nsf/319b106715f69a4b03256efc00601826/fd55a20158bac3fa832574db0045375d?OpenDocument>>. Acesso em: 4 de ago. de 2012.

PEABIRU. Lei nº 02 de 13 de abril de 1977. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a alterar a denominação da Praça Visconde de Guarapuava, nesta cidade para “Praça Eleutério Galdino de Andrade”. **Câmara Municipal de Peabiru**, 1977.

PEABIRU. Projeto de Lei nº 9 de 04 de julho de 1983. Dá denominação à Praça da Estação Rodoviária. A Praça da Estação Rodoviária passará a denominar-se Praça Silvio de Barros. **Câmara Municipal de Peabiru**, 1983.

PEGOLO, L. C. N. C.; DEMATTÊ, M. E. S. P. Estudo sobre as principais praças de Jaboticabal e Taquaritinga (SP). **Holos Environment**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 106-123, 2002.

PELLEGRIN, A. de. O espaço de lazer na cidade e a administração municipal. In: MARCELLINO, N. C. (Org.). **Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras**. Campinas: Autores Associados, 1996. p. 31-38.

PEREIRA, M. M. D. C. E. **Praças públicas sustentáveis: caso de renovação das praças**. 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

PESCHARDT, K. K.; SCHIPPERIJN, J.; STIGSDOTTER, U. K. Use of Small Public Urban Green Spaces (SPUGS). **Urban Forestry & Urban Greening**. v. 11, p. 235-244, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA. **Plano Diretor Municipal de Araruna**. Avaliação Temática Integrada. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA. **Mapa do Perímetro Urbano**. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUNA. **Relação de praças públicas**. Divisão de Meio Ambiente. Araruna, 2012a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA. Homenagem a Alexandre G. Beltrão: Centenário 12 de setembro 1986 -1996. In: BELTRÃO, A. G. **Três anos de sertão 1925-1928: Centenário 12**. Curitiba: Prefeitura de Curitiba, 1996. p. 4-8.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO. **História, Pioneiros, Atualidades**. 1985.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO. **Plano Diretor Municipal de Engenheiro Beltrão**. Avaliação Temática Integrada. 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO. **Planta da cidade**. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ENGENHEIRO BELTRÃO. **Relação de praças públicas**. Departamentos de Tesouraria e Engenharia. Engenheiro Beltrão, 2012a.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU. **Histórico do Município de Peabiru**. 1982.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU. **Plano Diretor Municipal de Peabiru**. Avaliação Temática Integrada. 2005.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU. **Mapa da cidade de Peabiru**. Quadro Urbano. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEABIRU. **Relação de praças públicas**. Departamento de Engenharia. Peabiru, 2012a.

QUEIROGA, E. F. Notas sobre algumas “praças” contemporâneas: o *design* na paisagem. **Paisagens em debate**, n. 1, p. 1-4, dez. 2003.

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras. Public Squares in Brazil**. São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

ROCHA, A.; KLEIN, J. C.; MAFRA, W.; BASSI, L. **Histórias de famílias de Peabiru-PR**. Peabiru: Kromoset, 2012.

RODRIGUES, A. A. B. Lugar, não lugar e realidade virtual no turismo globalizado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, v. 10, p. 73-78, 1996.

SABOTO BANDEIRA. **Acervo fotográfico particular**. Araruna, 2012.

SALDANHA, N. **O jardim e a praça**. 2. ed. Rio de Janeiro: Atlântica, 2005.

SANTOS JUNIOR, J. E. dos. **Roberto Brzezinski: semeador de esperança**. Curitiba: [s.n.], 2011.

SANTOS, D. A. P. dos; FERMINO, E. R.; MOTTA, E. R. da.; TAKAHASHI, I. B.; CABREIRA, M. L. R.; XAVIER, T. C. **Conhecer e viver Peabiru**. Curitiba: Imprensa Oficial do Paraná, 2002.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1980.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade: ensaios**. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **Espaço e método**. São Paulo: Nobel, 1985.

SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Nobel, 1987.

SANTOS, M. **Metaformoses do espaço habitado**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1994a.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. 2 ed. São Paulo: Hucitec, 1994b.

SANTOS, V. **Formação histórica do território da Microrregião de Campo Mourão: a origem de seus 24 municípios**. Curitiba: CampuArt's, 1995.

SCHIPPERIJN, J.; STIGSDOTTER, U. K.; RANDRUP, T. B.; TROELSEN, J. Influences on the use of urban green space – A case study in Odense, Denmark. **Urban Forestry & Urban Greening**. v. 9, p. 25-32. 2010.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. Por uma concepção conceptual: as pequenas cidades em tela.. In: SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. (Org.). **Pequenas Cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 42-58.

SILVA, R. D. H. **Praça - identidade e apropriação pública avaliação pós-ocupação da Praça Arthur Thomas no município de Umuarama - Paraná**. 2009. 235 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Urbana)- Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SIMIONATO, E. C. **Campo Mourão sua gente... sua história**. 3 ed. Campo Mourão: Kromoset, 2008.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Org.). **Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso**. Salvador: SEI, 2010. p. 229-250.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. de. Revisando o tema da pequena cidade: uma busca de caminhos metodológicos. In: SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. (Org.). **Pequenas Cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, 2009. p. 13-41.

SPOLAOR, S. **Os papéis urbanos nas pequenas cidades da Região da Quarta Colônia-RS**. 2010. 192 f. Dissertação (Mestrado em Geografia e Geociências)- Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2010.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE, UFPA, Observatório Comova, 2009.

TEIXEIRA, M. C. A praça nas morfologias urbanas brasileiras. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE AMERICANISTAS - A Arquitetura na Cidade nas Américas: Diálogos Contemporâneos entre o Local e o Global, 52. 2006, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2006 p. 1-17.

TEIXEIRA, M. C. O patrimônio urbano dos países de língua portuguesa. Raízes e manifestações de um patrimônio comum. In: SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA HISTÓRICA, 3. 2009, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto, 2009. p. 1-13.

TEIXEIRA, R. B.; TRIGUEIRO, E. B. F. A igreja, a casa de câmara e a praça: símbolos e relações de poder no espaço urbano colonial. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA COLONIAL, 2., 2008, Natal. **Anais...** Natal, 2008. p. 1-19.

TONETE, M. L. B. A; LIMA, M. G. A influência dos movimentos populacionais na formação econômica e social do município de Peabiru. **Dia a dia educação - Portal Educacional do Estado do Paraná**. Curitiba, p. 1-24, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/272-4.pdf>>. Acesso em: 3 de ago. de 2012.

TRIOLA, M. F. **Introdução à estatística**. 9. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2005.

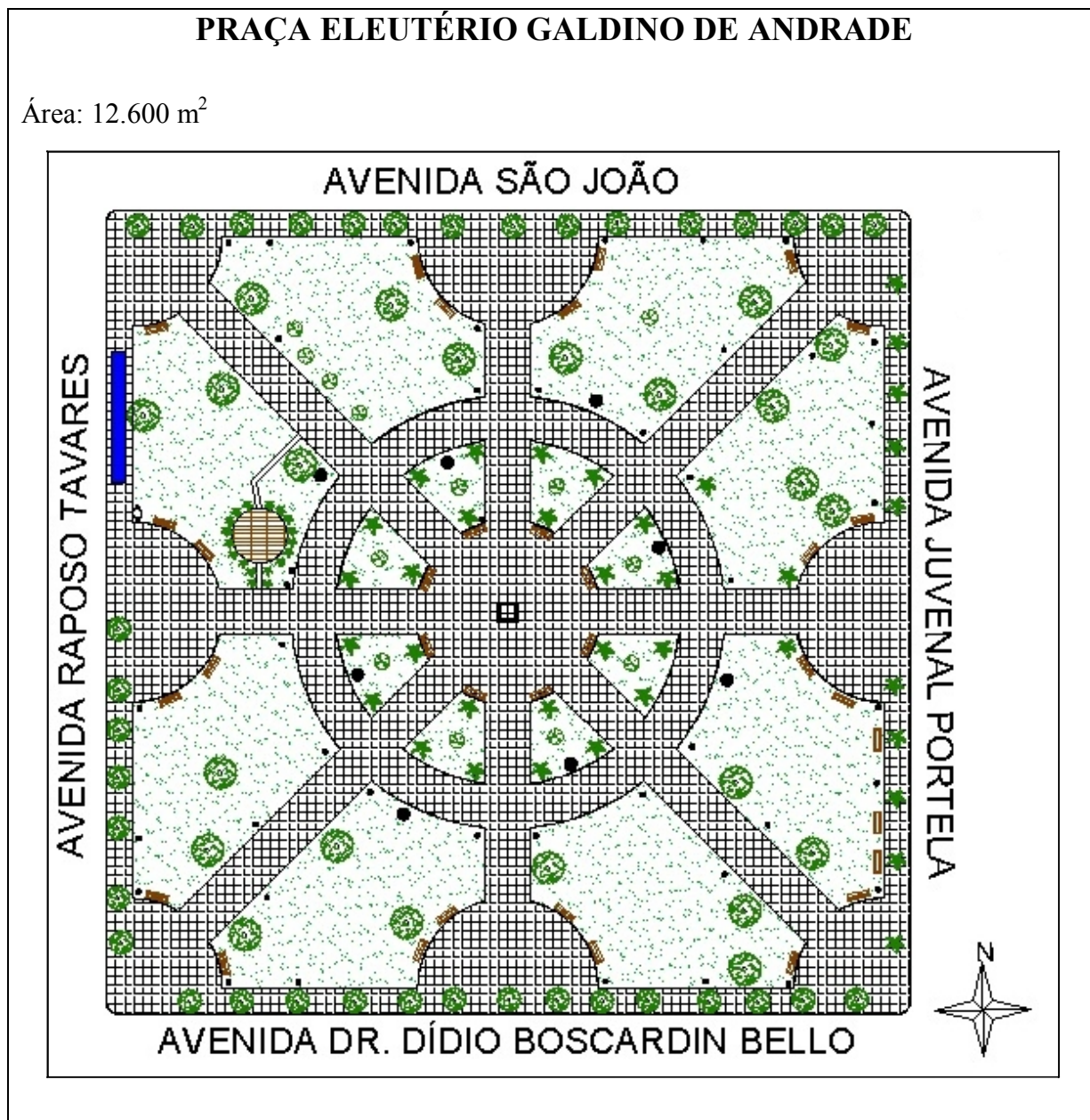
WEISZFLOG, Walter (Ed.) Michaelis. **Moderno dicionário da língua portuguesa**. 7 ed., São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1998.

WOOLLEY, H.; ROSE, S.; CARMONA, M.; FREEDMAN, J. **The value of public space**. London: CABE Space, 2004.

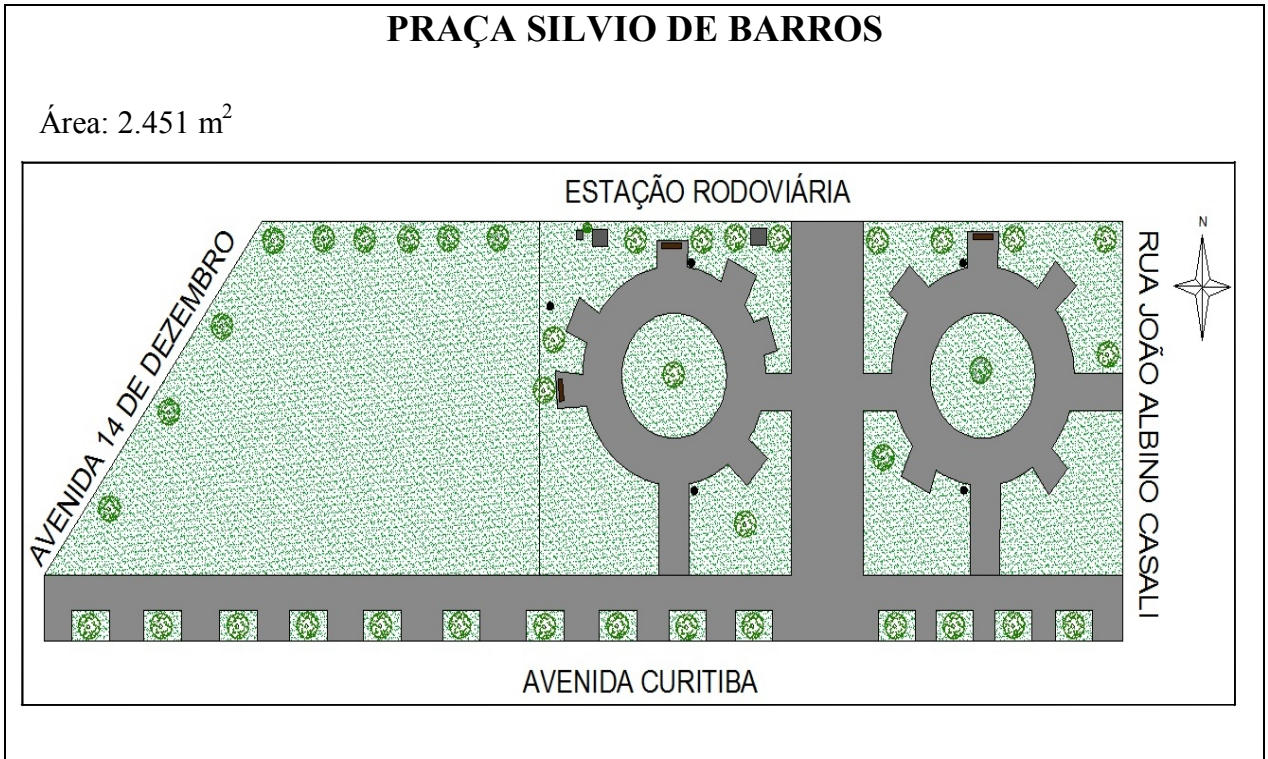
APÊNDICE A - Formulário com roteiro de entrevista aplicado aos pioneiros das cidades.

	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ Programa de Pós-Graduação em Geografia
ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM PIONEIROS	
Nome: _____ Idade: _____ Sexo: _____ Ano que chegou ao município: _____ O que motivou a vinda para o município: _____	
<ol style="list-style-type: none"> 1 - Como era a cidade quando chegou? 2 - Quais eram as formas de lazer/divertimento na época? 3 - Descreva como eram as praças. 4 - Quem frequentava a praça? Que tipos de uso faziam desse espaço. 5 - Quais atividades/eventos eram realizados na praça? 6 - Em que dias da semana havia mais movimento na praça? 7 - O senhor (a) frequentava a praça? Para quê? 8 - O senhor frequenta alguma praça hoje? Qual? Por que e para quê? 9 - Alguém da sua família (filhos, netos) frequenta alguma praça? Qual? Para quê? 10 - O que o senhor (a) faz nos momentos de lazer? 11 - Em sua opinião, os usos e funções atribuídos à praça mudaram com o passar dos anos? Por quê? 	
Data: ____/____/____ Horário: ____:____ min.	
As informações aqui contidas serão utilizadas para aferir dados referentes às praças da cidade e compõem a pesquisa em desenvolvimento junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia (doutorado) – UEM, desenvolvida pela doutoranda Vanessa Medeiros Corneli, orientada pelo Prof. Dr. Bruno Luiz Domingos De Angelis (UEM).	

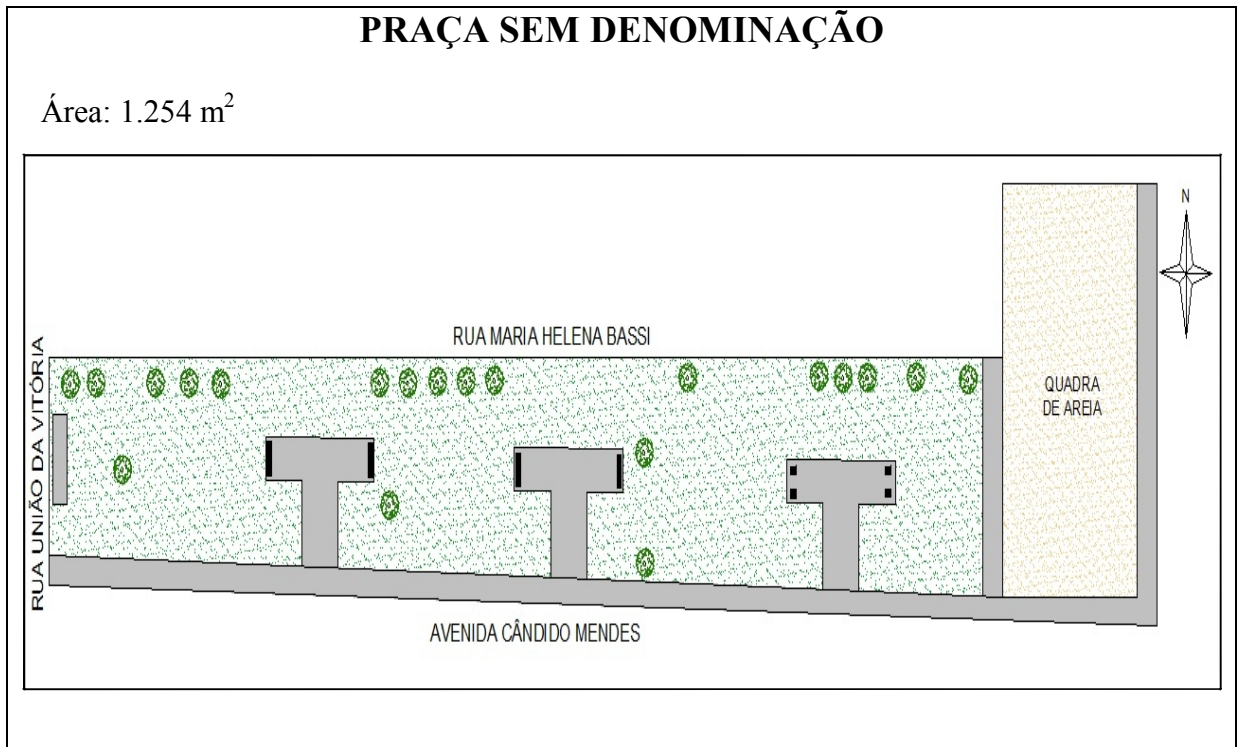
Elaboração: Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

APÊNDICE B - Representação gráfica das praças de Peabiru.

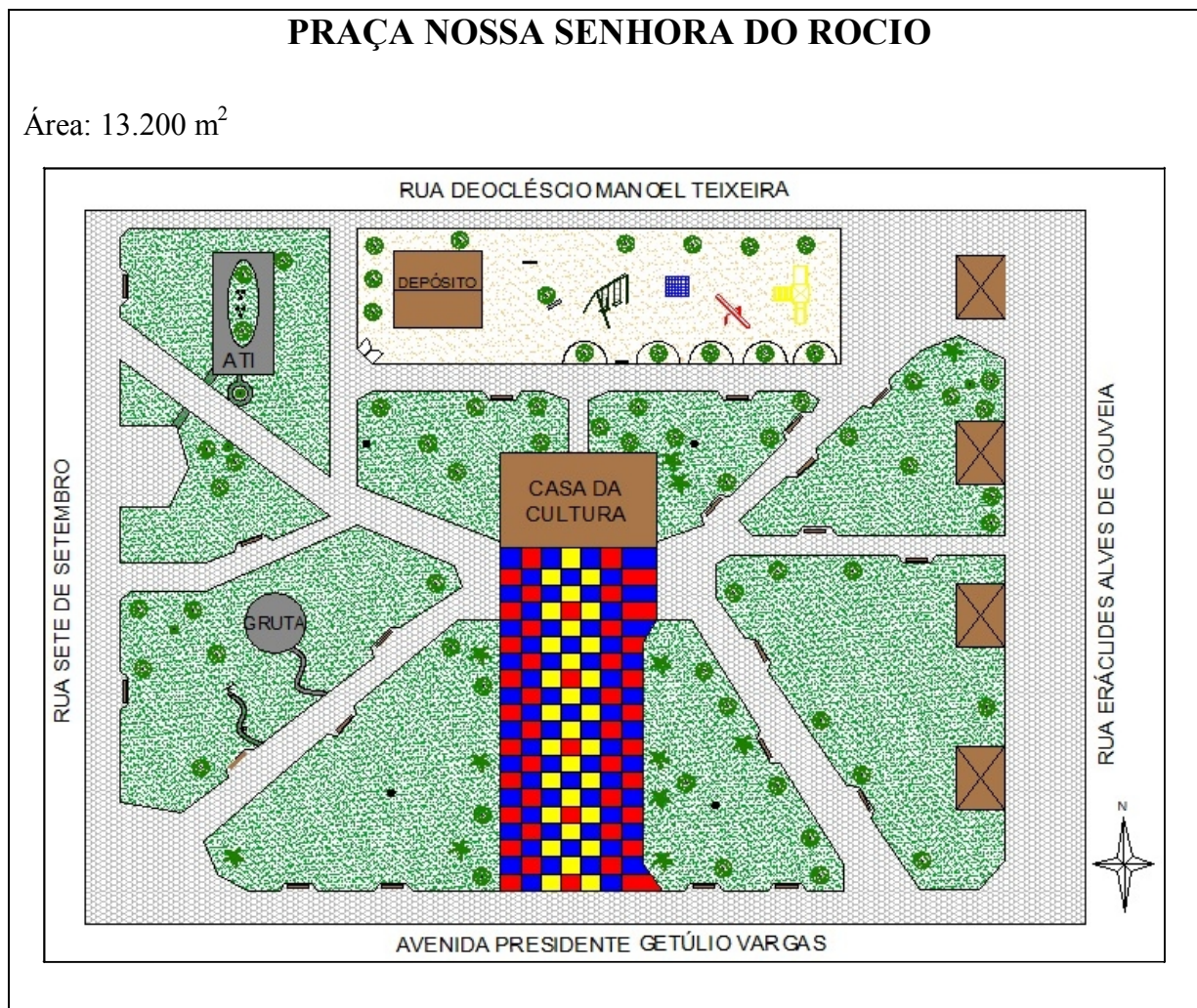
Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.



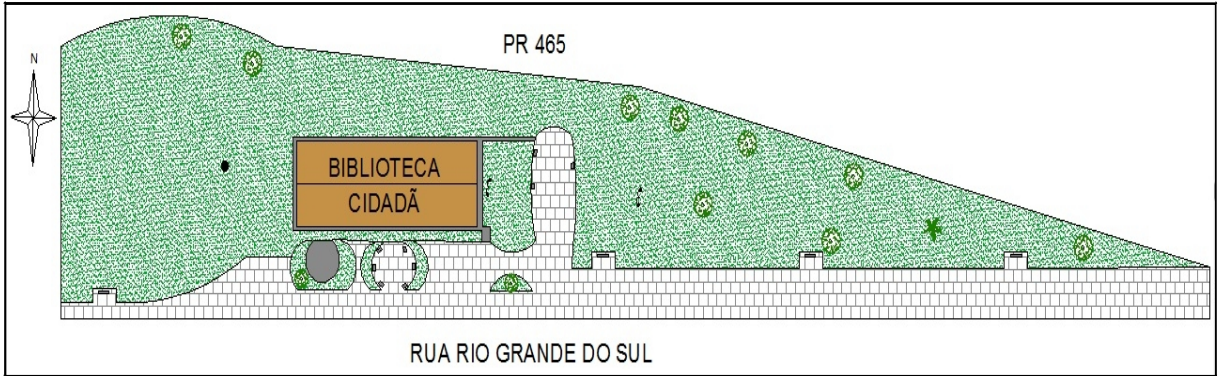
Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

APÊNDICE C - Representação gráfica das praças de Araruna.

Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO Nº 1

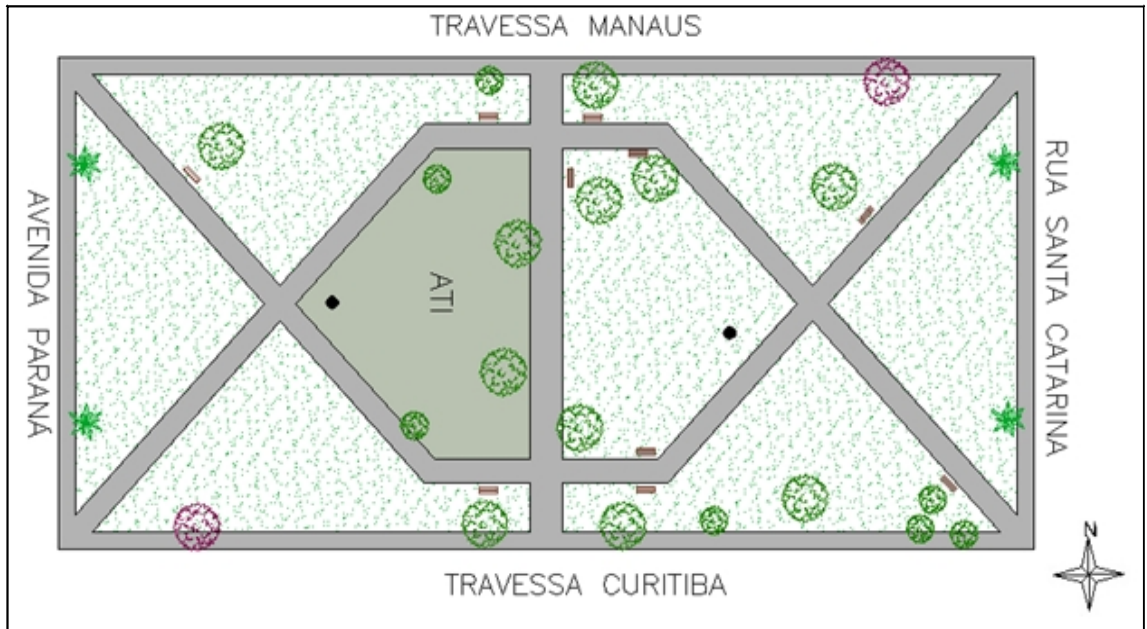
Área: 3.477 m²



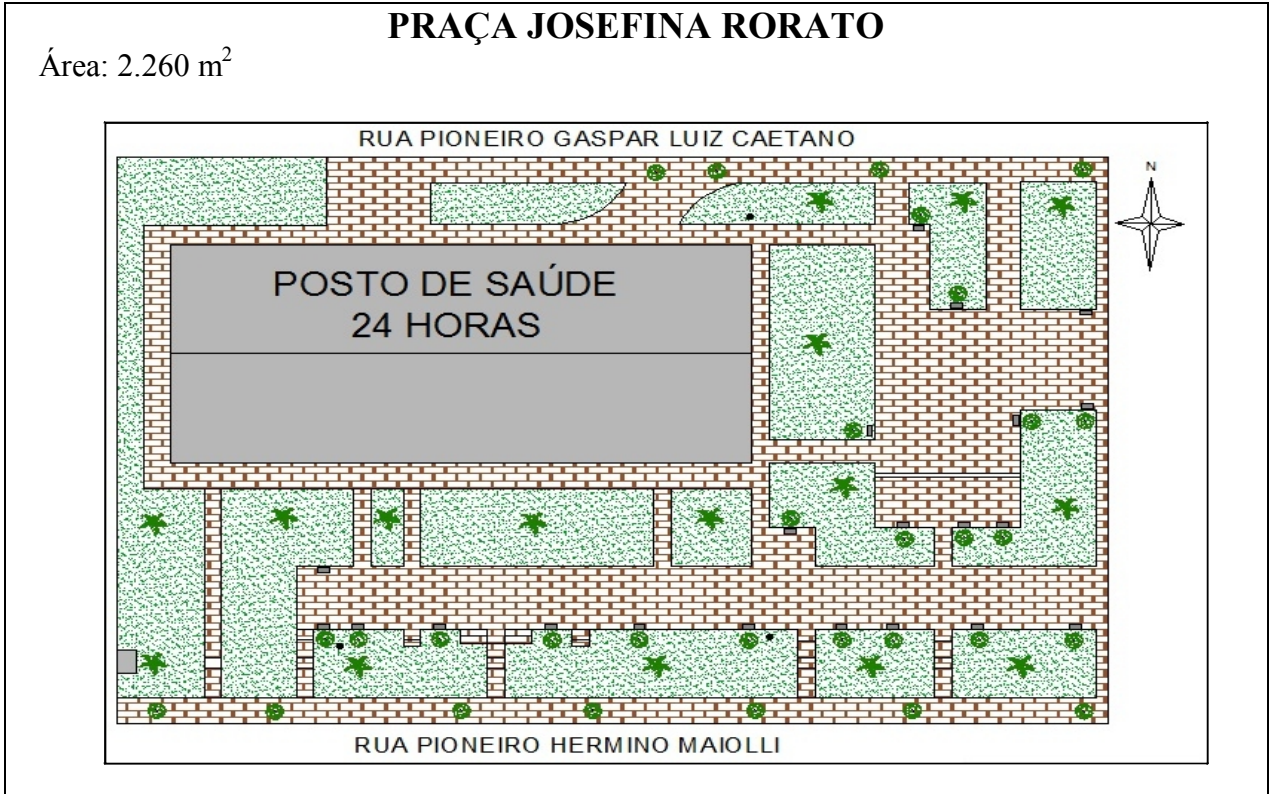
Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA DOS FUNCIONÁRIOS

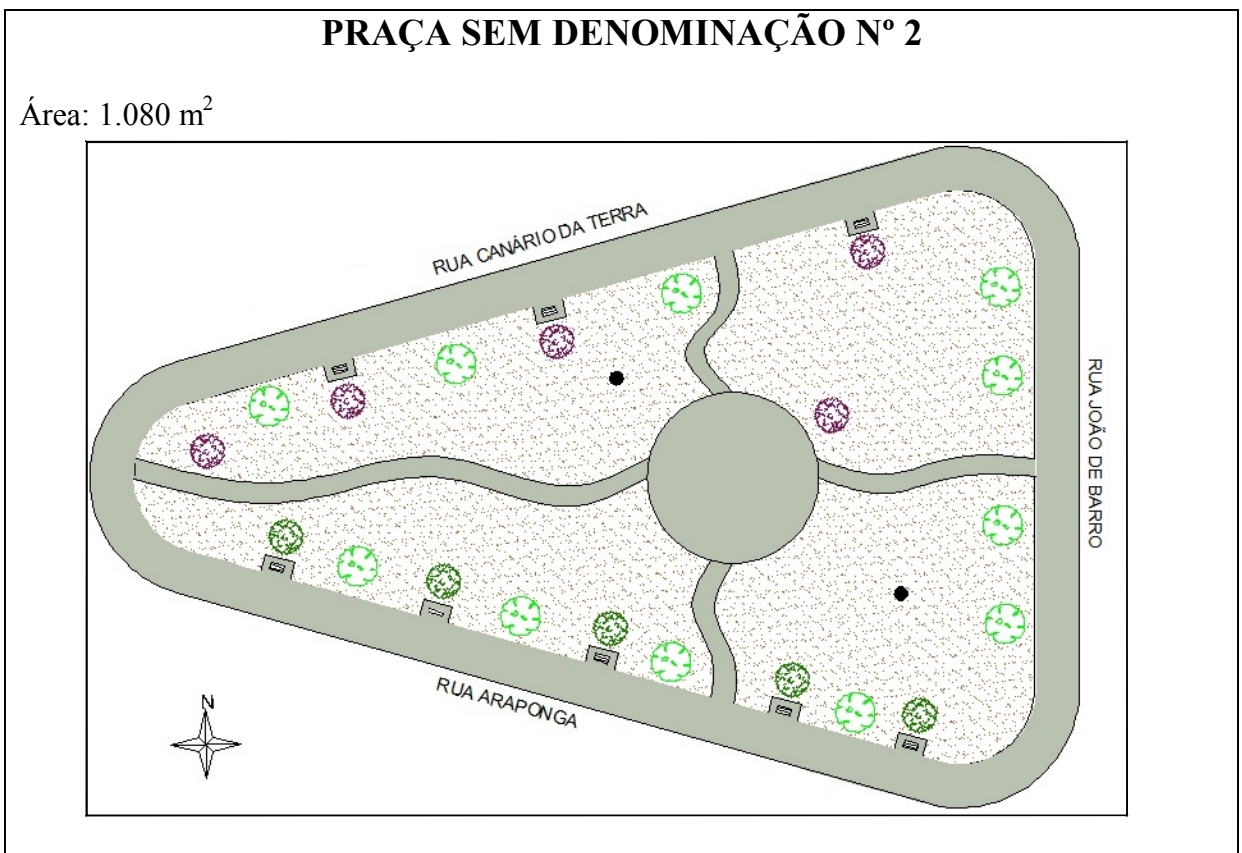
Área: 1.855 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.



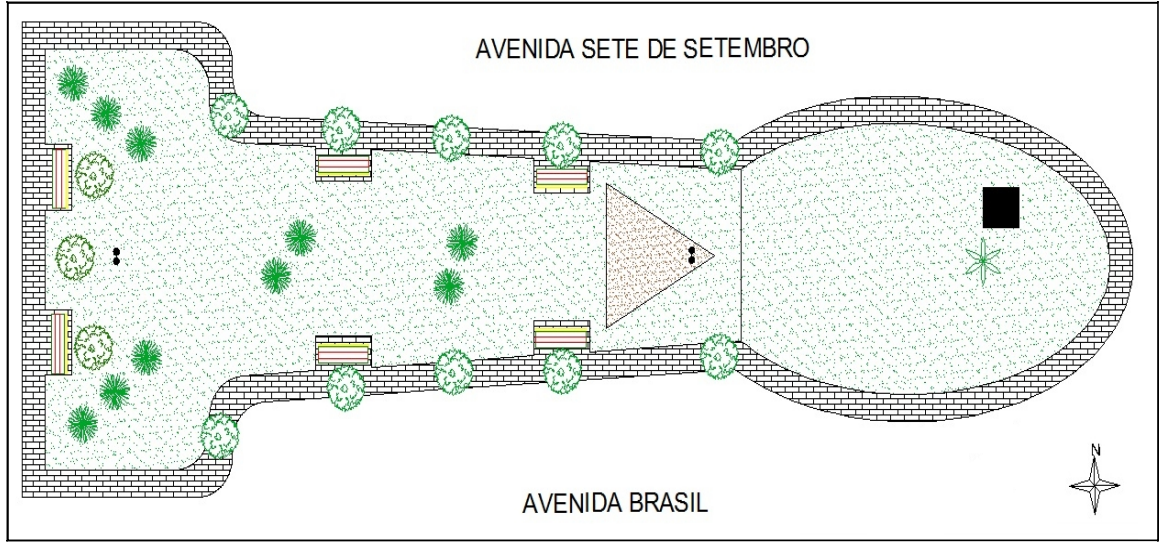
Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

APÊNDICE D - Representação gráfica das praças de Engenheiro Beltrão

Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA DOUTOR FRANCISCO BELTRÃO

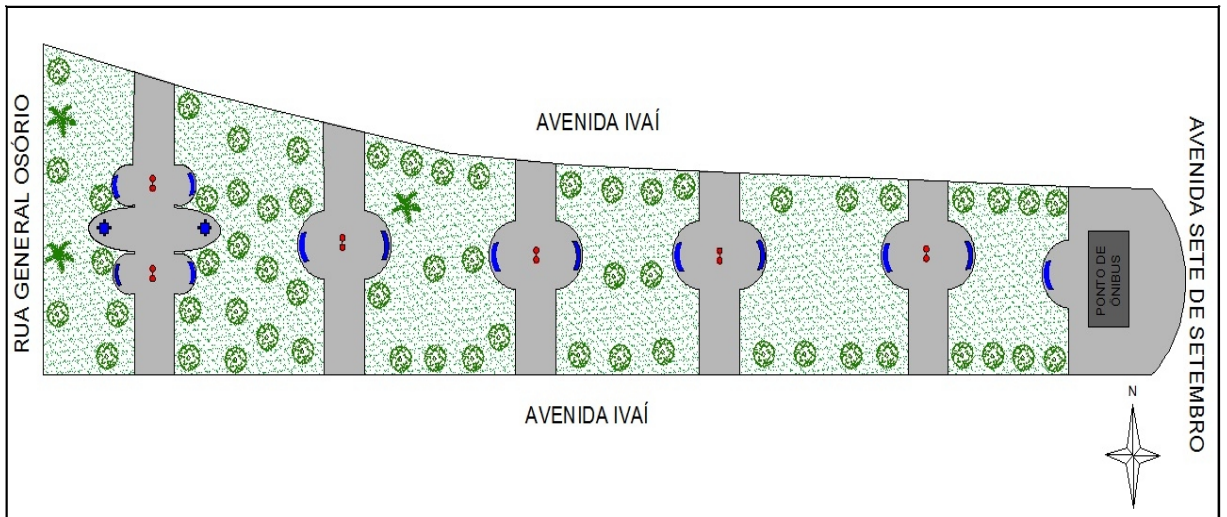
Área: 1.140 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA DAS MÃES

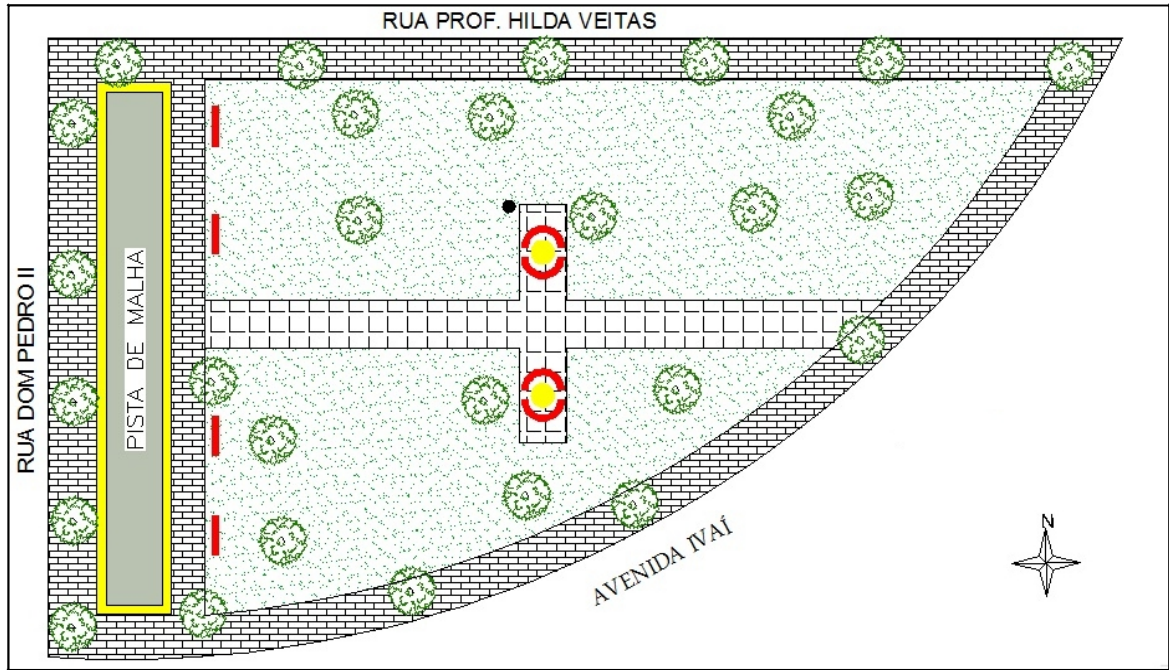
Área: 958 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA JOSÉ BERNARDO DA SILVA

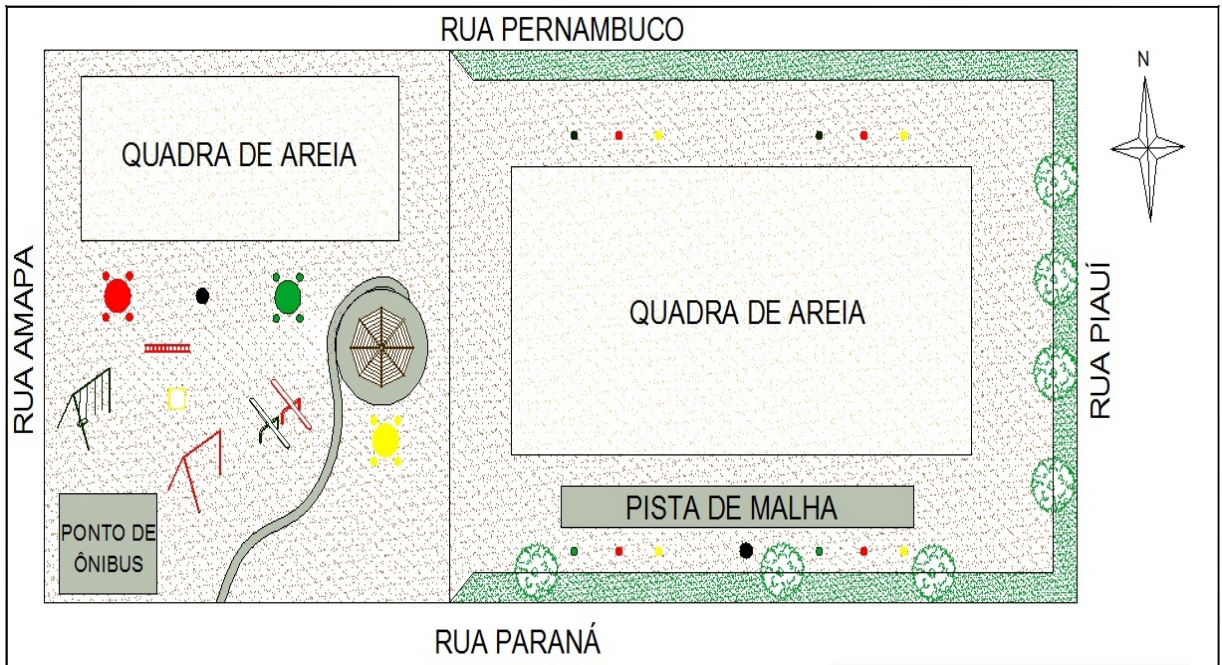
Área: 923 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO Nº 1

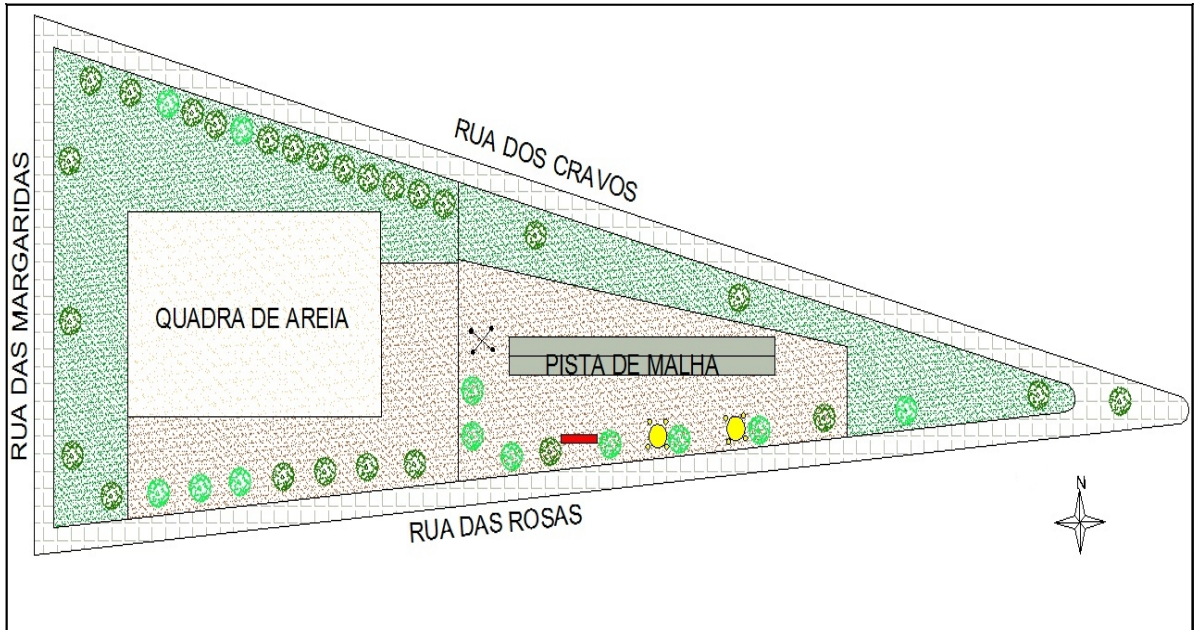
Área: 9.787 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO Nº 2

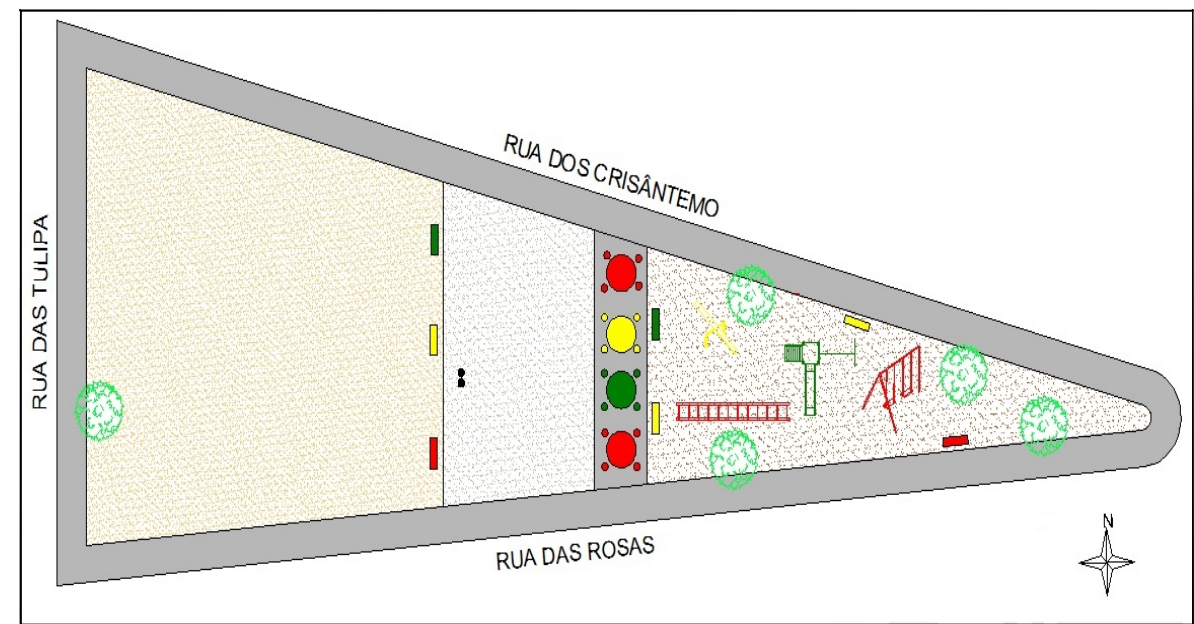
Área: 2.730 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO Nº 3

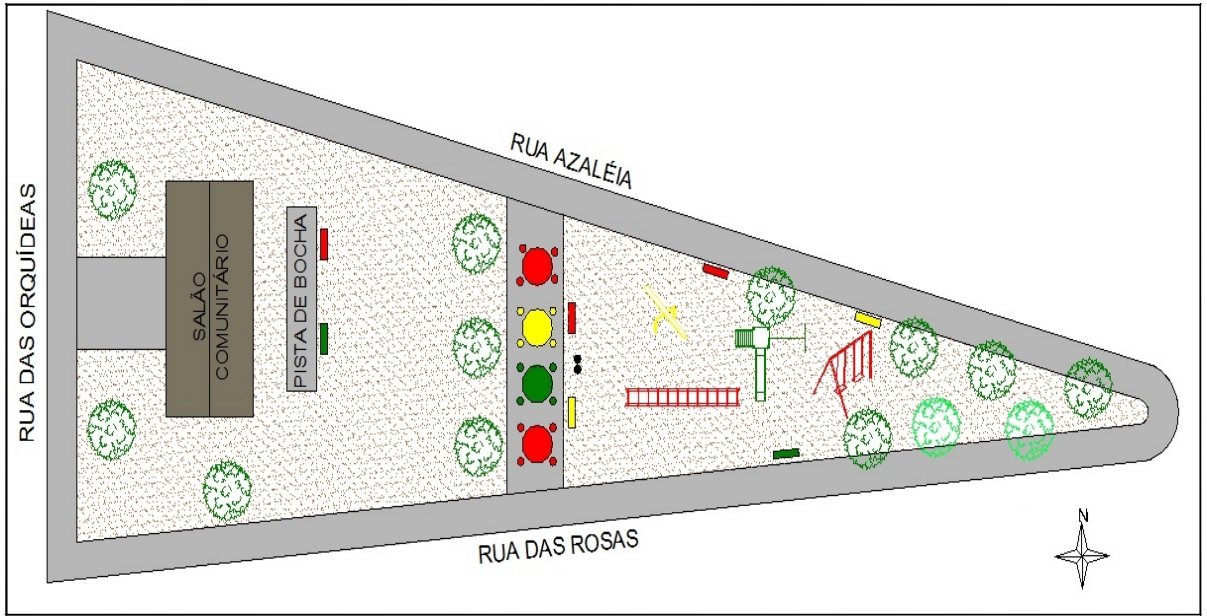
Área: 2.059 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA SEM DENOMINAÇÃO Nº 4

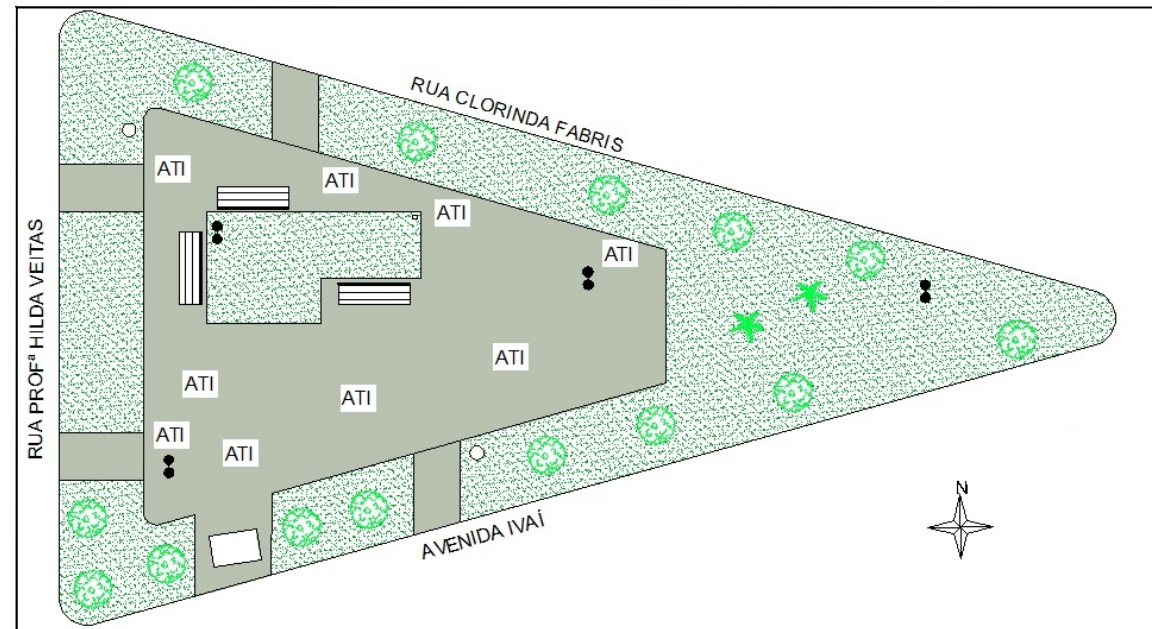
Área: 2.075 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA JOANA CAVALCANTE DE MELO

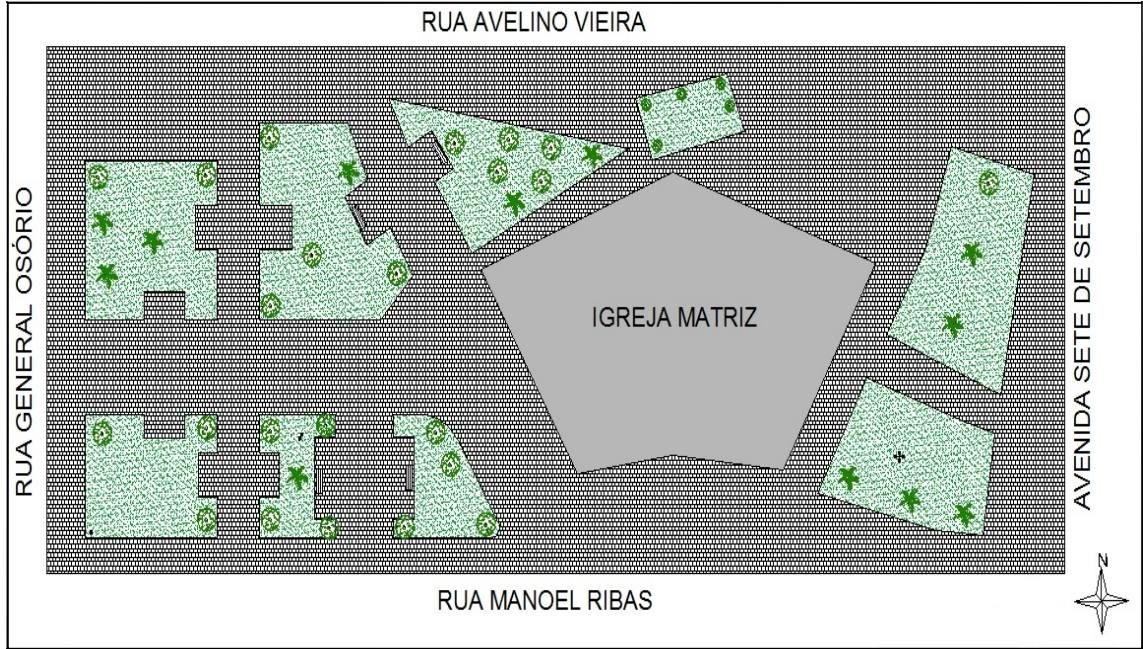
Área: 443 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA PADRE HÉLIO JOSÉ DA COSTA

Área: 4.225 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA PHILOMENA SEMENSATO FALCÃO

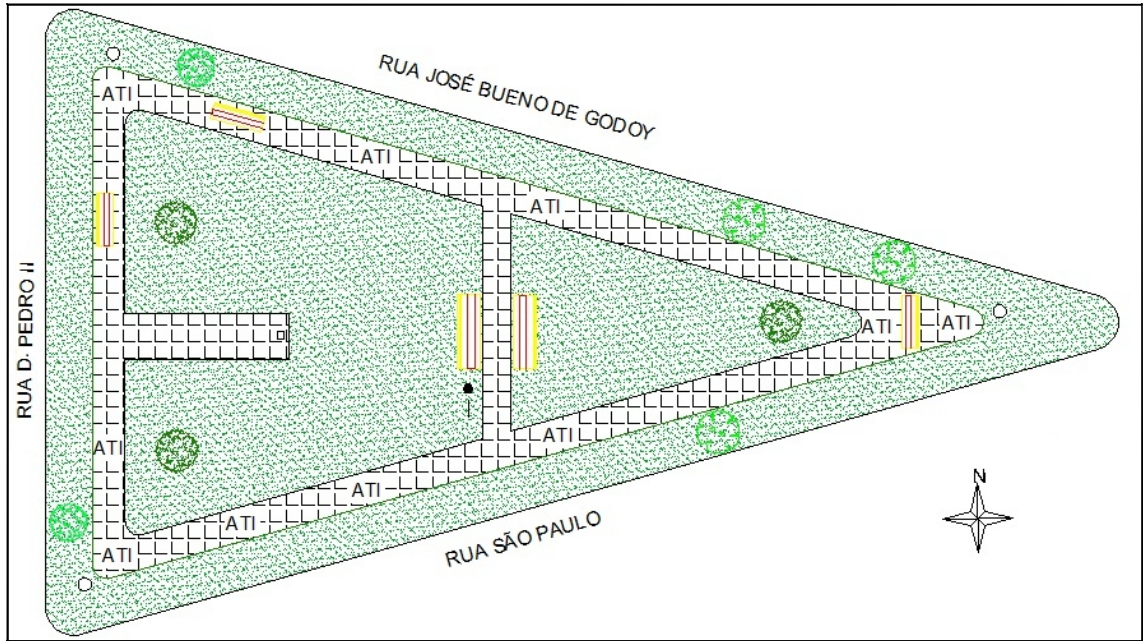
Área: 1.550 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.

PRAÇA MARIA DE JESUS NOGUEIRA GERON

Área: 187 m²



Elaboração: Bruna Micheli de Carvalho; Vanessa Medeiros Corneli, 2012.